

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais**

KÁTIA BRASILINO MICHELAN

CEUTA, PARA ALÉM DA TERRA DOS MOUROS

A fabricação histórica de um marco do império português (século XV e início do XVI)

Franca

2013

KÁTIA BRASILINO MICHELAN

CEUTA, PARA ALÉM DA TERRA DOS MOUROS

A fabricação histórica de um marco do império português (século XV e início do XVI)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Franca, como pré-requisito para a obtenção do Título de Doutor em História. Área de Concentração: História e Cultura.

Orientadora: Susani Silveira Lemos França

Franca

2013

Michelan, Kátia Brasilino

Ceuta, para além da terra dos mouros: a fabricação histórica de um marco do império português (século XV e início do XVI) / Kátia Brasilino Michelin. – Franca : [s.n.], 2013
230 f.

Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Susani Silveira Lemos França

1. Expansão marítima. 2. Portugal – Colônias - África. 3. Portugal - Descrições e viagens. 4. Conquista de Ceuta. I. Título.

CDD – 946.902

KÁTIA BRASILINO MICHELAN

CEUTA, PARA ALÉM DA TERRA DOS MOUROS

A fabricação histórica de um marco do império português (século XV e início do XVI)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Franca, como pré-requisito para a obtenção do Título de Doutor em História.

Área de Concentração: História e Cultura

Linha de Pesquisa: História e Cultura Social

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Dra. Susani Silveira Lemos França

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

3º Examinador: _____

4º Examinador: _____

Franca, ____ de _____ de 2013.

Para minha mãe, que é o meu melhor bálsamo.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Susani Silveira Lemos França, minha orientadora desde 2003, por todas as oportunidades que me foram dadas, pela orientação impecável, pelo colorido nos meus títulos metódicos e, principalmente, por compartilhar, tão generosamente, seu conhecimento, seus livros, sua casa, seu tempo e seu afeto. Você sempre será meu modelo de orientadora.

À Profa. Dra. Ana Isabel Buescu por ter me recebido muito bem em Portugal, durante o Estágio de Doutorado Sanduíche, e pela leitura cuidadosa do primeiro capítulo desta tese. À Profa. Dra. Márcia Capelari Naxara e ao Prof. Dr. Ricardo Alexandre Ferreira pelas proveitosas sugestões e apontamentos realizados no Exame de Qualificação.

Ao Grupo de Seminário de Tese pelas importantes indicações a este trabalho quando ele ainda era um projeto. Em especial, ao Prof. Dr. Jean Marcel de Carvalho França por todas as inquietações teóricas, ideológicas e existenciais que tem me provocado desde a graduação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelas concessões da Bolsa de Demanda Social (DS) e da Bolsa do Programa de Doutorado no Brasil com Estágio no Exterior (PDEE) – auxílios fundamentais para a execução desta pesquisa.

Aos funcionários da Seção de Pós-Graduação pela gentileza e prontidão sempre que precisei de seus serviços, em especial, à Maísa Helena de Araújo.

Aos meus queridos amigos que, diretamente ligados à vida acadêmica, puderam, nesses anos, dividir comigo as alegrias e as angústias do que é viver de pesquisa no Brasil. Especialmente, à Dra. Lílian Martins de Lima, pelas conversas, desabafos, risadas e surtos conjuntos diante de certas notícias e imagens. À Ms. Danielle Oliveira Mércuri e à Dominique Monge Rodrigues de Souza pela leveza que trouxeram a minha vida francana. Ao Ms. Leandro Alves Teodoro e à Ms. Maria Emília Granduque José pelos livros, ideias, passeios e anos compartilhados. À Dra. Elisa Verona, à Dra. Érica Cristhyane Morais da Silva e ao Ms. Carlos Antônio Reis por, cada um a sua maneira, terem participado da minha trajetória. Aos amigos de fora do mundo acadêmico, tão importantes para me lembrarem de que existe vida fora da sala de estudos e da biblioteca: Letícia Nascimento Santiago, Daniela Rodrigues Lima, Luciana Aparecida de Lima, Thiago Simone, Giovana Liza Suarez, Márcia Perles Ribeiro, Cristiane Olegário e Luís Otávio Rosa. Às amigas que construí durante o Estágio em Portugal, essenciais para suportar as distâncias e as diferenças da terra natal: María Belén Llor, Patrícia Grandinho e Patrícia Freitas.

À Edvanilce Ferreira Ramalho Coelho por me ajudar a manter o equilíbrio e os pés no chão sem deixar de sonhar.

Aos meus queridos familiares: mãe, pai, irmã, avó e madrinha por, mesmo não compreendendo as minhas ausências, torcerem e rezarem por mim.

Ao Vinícius Pires, meu companheiro durante os anos de escrita e primeiro leitor, revisor e crítico das palavras postas aqui. Qualquer agradecimento seria insuficiente diante da sua importância. Você sempre terá um lugar especial nas minhas memórias e no meu coração.

Quando a esposa inquiriu dos antecedentes e circunstâncias do despacho, Santos deu as explicações pedidas. Nem todas seriam estritamente exatas; o tempo é um rato roedor das cousas, que as diminui ou altera no sentido de lhes dar outro aspecto. Demais, a matéria era tão propícia ao alvoroço que facilmente traria confusão à memória. Há, nos mais graves acontecimentos, muitos pormenores que se perdem, outros que a imaginação inventa para suprir os perdidos, e nem por isso a história morre.

Esaú e Jacó, Machado de Assis.

MICHELAN, Kátia Brasilino. *Ceuta, para além da terra dos mouros. A fabricação histórica de um marco do império português (século XV e início do XVI)*. 2013. 230 f. Thèse (Doctorat en Historie) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2013.

RESUMO

Em 21 de agosto de 1415, as naus portuguesas desembarcaram no norte da África e tomaram a praça de Ceuta, que ficou oficialmente sob domínio português até 1656. Tal evento, a princípio inserido em uma série de ataques ibéricos ao mundo árabe, começa a ganhar, depois de realizada a passagem do Cabo do Bojador (1434), outros sentidos. São os desdobramentos desses sentidos o objetivo desta pesquisa, melhor, o alvo do trabalho são as etapas da construção histórico-literária quatrocentista que fez com que a conquista de uma cidade marroquina para servir de polo bélico passasse, nas narrativas posteriores, à condição de ponto de partida de uma expansão marítima de proporções muito mais dignificantes e de um império português ainda a ser idealizado e inventado. Visando, portanto, mapear os papéis históricos que a cidade de Ceuta foi desempenhando desde a sua tomada até o início do século XVI, a hipótese condutora da tese é de que o ideal imperialista de D. Manuel I (1469-1521) foi forjado sobre a noção de uma unidade do projeto de conquista das terras de além-mar que remontava à tomada de Ceuta. A partir de textos datados do século XV e início do XVI, entre os quais, narrativas de cronistas, relatos de viagem, conselhos escritos pelos cortesãos, cartas régias, bulas papais e obras em verso, o trabalho tenta desmontar as peças da fabricação de uma espécie de teleologia de um império marítimo ainda por vir no século XV, mas que, no XVI, já tinha alcançado uma forma mais acabada.

Palavras-chave: Crônicas medievais, Portugal, tomada de Ceuta, guerra aos mouros e expansão marítima.

MICHELAN, Kátia Brasilino. *Ceuta, au-delà de la terre des Maures. La fabrication historique d'une marque du Empire portugais (siècle XVe et au début du XVIe siècle)*. 2013. 230 f. Thèse (Doctorat en Histoire) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2013.

RÉSUMÉ

Le 21 août 1415, les vaisseaux portugais ont accosté au nord de l’Afrique et pris Ceuta, une ville qui restera officiellement sous domination portugaise jusqu’en 1656. S’insérant d’abord dans une série d’attaques ibériques contre le monde arabe, l’événement a finalement acquis d’autres sens après la traversée du Cap Boujdour en 1434. Ce sont les dédoublements de ces sens qui intéressent la présente recherche ; plus spécifiquement, les étapes de la construction historico-littéraire du XV^e siècle qui ont vu la conquête d’une ville marocaine à des fins militaires devenir, dans les récits postérieurs, le point de départ d’une expansion maritime aux proportions beaucoup plus honorables et d’un empire portugais par la suite idéalisé et inventé. Dans le but de cartographier les rôles historiques tenus par Ceuta depuis son occupation jusqu’au début du XVI^e siècle, l’hypothèse principale est que l’idéal impérialiste de Manuel 1^{er} (1469-1521) s’est construit sur la notion d’une unité du projet de conquête des terres d’outre-mer qui remontait à la prise de Ceuta. À partir de textes datés du XV^e et début du XVI^e siècles – récits de chroniqueurs, comptes rendus de voyages, conseils écrits par les courtisans, décrets royaux, bulles pontificales et œuvres en vers, entre autres –, le travail tente de démonter les pièces de la fabrication d’une sorte de téléologie d’un empire maritime encore inexistant au XV^e siècle mais déjà bien implanté au XVI^e siècle.

Mots-clés : chroniques médiévales ; Portugal, prise de Ceuta, guerre contre les Maures ; expansion maritime.

MICHELAN, Kátia Brasilino. 2013. *Ceuta, beyond the moors' land. The making of a mark of the Portuguese Empire (15th century and the beginning of the 16th century)*. 230f. Doctoral dissertation in History – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2013.

ABSTRACT

In August 21 1415, the Portuguese carracks disembarked in the North of Africa and took the city of Ceuta, which was officially under Portuguese domain until 1656. Such event, which was at first part of a series of Iberian attacks to the Arabian world, started acquiring new meanings after the passage through Cape Bojador (1434) took place. The development of these new meanings is the aim of this research or actually, the aim of this paper is the stages of the 1400 historic-literary construction, which in the subsequent narratives turned the conquest of a Moroccan city as a military pole into the starting point of a maritime expansion of much larger and more dignified proportions and of a Portuguese empire yet to be idealized and invented. Aiming, therefore, at mapping out the historical roles the city of Ceuta played since it was taken until the beginning of the 16th century, this paper's leading hypothesis is that D. Manuel I's imperialistic ideal (1469 – 1521) was forged concerning a unit of the project to conquer overseas land which dated back to the conquest of Ceuta. Based on texts dated 15th and the beginning of the 16th centuries, among which there were chronicles, journey reports, advices written by royal court people, royal letters, papal bulls, and works in verse, the paper tries to disassemble the pieces that are combined into some type of teleology of a maritime empire yet to come in the 15th century but, by the 16th, had already had a more complete shape.

Key-words: Medieval chronicles; Portugal; conquest of Ceuta; war to the Moor; maritime expansion.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
CAPÍTULO 1	
A ÁFRICA IMAGINADA PELOS PORTUGUESES ENTRE O SÉCULO XV E O INÍCIO DO XVI	21
1.1 Vaguear pela África com a Bíblia, os antigos e as cartografias	27
1.2 Perambular por terras firmes e por planos movediços: o Preste João, as ilhas encantadas, a abundância de ouro e os desertos	38
1.3 Mouros e gentios sob a mira dos cristãos	59
CAPÍTULO 2	
NOBRES E CRONISTAS FABRICANDO AS GLÓRIAS PORTUGUESAS NA ÁFRICA	80
2.1 Figuras heroicas e exemplares em torno de uma conquista	84
2.2 Acertos e desacertos das personagens de um feito desventuroso nas terras de mouros	100
2.3 O derradeiro rei guerreiro antes dos reis descobridores	121
2.4 Os destinados a evangelizar e a comerciar em costas longínquas	132
CAPÍTULO 3	
OS PASSOS DE UMA INVENÇÃO HISTÓRICA	146
3.1 As primeiras pinceladas acerca da tomada de Ceuta	147
3.2 Os cavaleiros em busca de honra em terras africanas	162
3.3 Ceuta: de terra de mouros a base de um império	185
CONSIDERAÇÕES FINAIS	205
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	210
ANEXOS	225

APRESENTAÇÃO

O historiador brasileiro João Capistrano Honório de Abreu (1853-1927), em seus *Capítulos de História Colonial*, de 1907, apresenta a história colonial brasileira, numa perspectiva evolucionista, como decorrente da história portuguesa. No capítulo dedicado aos descobridores portugueses, Capistrano de Abreu retoma “a expedição contra Ceuta em 1415”, considerando que ela reuniu “centenas de embarcações e milhares de marinheiros” e que, “depois de tomada esta cidade à mourisca infiel, atiraram-se os conquistadores para terras africanas”,¹ onde os “navios mandados do Algarve perlongaram o litoral marroquino, conjuraram os terrores do Cabo Não, iluminaram o Saara nos bulções do mar Tenebroso, descobriram rios caudalosos, tratos povoados, e as ilhas de Cabo Verde”.² Nesse processo descrito por Abreu, uma figura continua no centro, o infante D. Henrique, figura caracterizada tanto pelo “desejo de alargar as fronteiras do mundo conhecido”, quanto pela “esperança de alcançar um ponto onde fenecesse o poderio do Crescente”.³ O historiador ressalta, ainda, que o infante se deparou, no fim da vida, com o problema das vias para alcançar a Índia – fonte de “especiarias, estofos, pérolas finas, pedras preciosas, madeiras raras”⁴ –, as quais estavam sob o domínio muçulmano e, portanto, fazia-se urgente a descoberta de um caminho alternativo. Capistrano de Abreu, nessa síntese, é emblemático de como a tomada de Ceuta foi pensada pelos letrados do século XIX e início do XX, pois compartilha a ideia, bastante veiculada no *Oitocentos*, de que a tomada de Ceuta foi o ato inaugural da expansão portuguesa e que o infante D. Henrique teve um papel fundamental nas diretrizes da saída portuguesa para além-mar. Vale mencionar, ainda, que o historiador brasileiro ressalta a participação de marinheiros na tomada de Ceuta, ou seja, relaciona o evento mais com a navegação do que com a cavalaria.

Tais ideias apresentadas por Abreu, como se pode notar em um exame ligeiro, surgem, se não naturalizadas, ao menos como muito bem acolhidas ou aceitas na historiografia portuguesa do século XIX. Esta historiografia, cujo cunho nacionalista se sobressaiu a outros, parece ter-se empenhado sempre em minimizar as inquietações e consequências negativas da expansão, bem como a arraigada tendência à auto-depreciação daqueles que, através dos mais

¹ ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Senado Federal. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2074. Acesso em: 10.dez.2012, p. 31.

² Ibid., p. 31 e 32.

³ Ibid., p. 31 e 32.

⁴ Ibid., p. 31 e 32.

variados gêneros, interpretaram a trajetória dos portugueses comparativamente à de outros lugares da Europa; e o fez valorizando os eventos expansionistas tidos como gloriosos.⁵ Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894), um dos mais renomados estudiosos de seu tempo, por exemplo, defendia que o momento da tomada de Ceuta não foi apenas decisivo para a história particular de Portugal, mas foi “grave para a história geral do mundo”, pois marcou “o princípio da era das descobertas”.⁶ Para Oliveira Martins, Ceuta, “no irrequieto pensamento do infante D. Henrique, era apenas o primeiro elo de uma cadeia que havia de apertar e estrangular o império de Marrocos”,⁷ dando aos portugueses, “com a posse dele, o domínio em toda a África desconhecida”.⁸ Tanto para Oliveira Martins, como para o citado Capistrano de Abreu, o infante D. Henrique, a partir da tomada de Ceuta, teria vislumbrado a possibilidade de descoberta de terras desconhecidas na África e até mesmo de um caminho marítimo para a Índia. Assim, o evento de 1415 apresenta-se claramente, para eles, como o motor que desencadeou as descobertas portuguesas, e D. Henrique, o primeiro articulador dos descobrimentos realizados ao longo do século XV e início do XVI. Esse discurso do século XIX, de que Oliveira Martins, Teófilo Braga (1843-1924), Gomes Leal (1848-1921) e outros são exemplares destacados, além de prezar pelos métodos empíricos, através do uso das fontes documentais para chegar às “verdades dos fatos” e de enfatizar os considerados grandes eventos e heróis nacionais, foi peça-chave na consolidação da tomada de Ceuta como origem da expansão portuguesa. Ideia que continuou sendo veiculada, embora emoldurada com outras abordagens teóricas, por pesquisadores do início do século XX, como Joaquim Bensaúde (1859-1952), António Sérgio (1883-1969), Jaime Cortesão (1884-1960), Duarte Leite (1864-1950) e Veiga Simões (1888-1954), entre outros.

Tais estudiosos possuíam uma visão predominantemente sociológica da história e voltaram-se para os temas da expansão com a finalidade de entender o passado grandioso português e a forma como ele acabou se configurando em uma promessa não cumprida, pois Portugal, no século XX, tinha se firmado na condição de país meramente periférico da Europa.⁹ De uma forma geral, esses investigadores abordaram a tomada de Ceuta tentando explicar as razões que levaram os portugueses a atacarem a praça marroquina e, numa perspectiva conjuntural mais ampla, pensaram as causas que conduziram Portugal para o além-mar, conjecturando sobre até que ponto a atuação desse reino pôde ser vista como

⁵ Cf. CARVALHO, Joaquim Barradas de. *Portugal e as origens do pensamento moderno*. Lisboa: Livros Horizonte, 1981, p. 31.

⁶ MARTINS, Oliveira. *Os filhos de D. João I*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891, p. 50.

⁷ *Ibid.*, p. 54.

⁸ *Ibid.*, p. 54.

⁹ CARVALHO, Joaquim Barradas de. *op. cit.*, p. 31.

resultado de um processo expansionista da Europa em geral ou como precursora desse processo. Joaquim Bensaúde, por exemplo, defendeu a ideia de que a motivação religiosa foi a principal causa da expansão marítima portuguesa, ou seja, o intuito dos portugueses, quando saíram do continente, era expandir a fé cristã, aumentando os territórios onde existiam cristãos e, ao mesmo tempo, era defender a cristandade da ameaça turca que avançava pela Europa.¹⁰ A tomada de Ceuta representa para Bensaúde, assim, o primeiro ato dessa motivação.¹¹ Já o investigador António Sérgio priorizou as explicações econômicas para o expansionismo português, defendendo que a formação e a expansão da nação portuguesa são fenômenos a serem tratados como um aspecto da passagem da economia agrícola local da primeira parte da Idade Média para a economia burguesa, comercial e marítima – e de mercado universal – que chegou à plenitude nos tempos atuais.¹² As possibilidades marítimas portuguesas foram formadas, para António Sérgio, devido à atividade dos portos portugueses e ao aspecto marítimo das cruzadas, somados ao florescimento da burguesia mercantil, que assegurou o trato dos produtos orientais. Nesse sentido, como empreendimento da burguesia mercantil, a tomada de Ceuta é vista por ele como arquitetada, pois Portugal tinha falta de trigo, ouro e especiarias. Assim, ter a posse sobre Ceuta significava alcançar o local onde afluíam os produtos orientais vindos da Índia pelas rotas caravaneiras do Saara. Os portugueses do século XV, para Sérgio, também consideravam que nos arredores de Ceuta existia uma grande produção de trigo, portanto, a escassez desses produtos em Portugal estaria solucionada e ainda se ganharia uma cidade que era um ponto estratégico entre o Mediterrâneo e o Atlântico.¹³ Jaime Cortesão, um autor ainda hoje bastante referenciado nas pesquisas sobre o tema, por sua vez, buscou superar o nacionalismo histórico, revendo as obras de Joaquim

¹⁰ BENSUAUDE, Joaquim. *A cruzada do Infante D. Henrique*. Lisboa : [s.n.], 1942.

¹¹ João Marinho dos Santos, no texto *A Expansão pela Espada e pela Cruz*, segue a mesma linha explicativa de Joaquim Bensaúde: pensar a expansão pelo componente cruzadístico. O autor aponta que, nos séculos XIV e XV, formaram-se em Portugal partidos favoráveis à guerra e à paz. A guerra contra um inimigo cristão, no caso Castela, deveria ser evitada enquanto houvesse um inimigo comum ainda na Península Ibérica, os mouros. No entanto, atacar o reino de Granada, alvo mais próximo, significaria uma provocação aos interesses castelhanos, o que não convinha aos portugueses. Para o autor, o itinerário da expansão portuguesa coincide com a presença muçulmana, pois o mito cruzadístico compensava ideologicamente a escassez de combatentes lusos e sua débil apetência pela guerra. Ir combater em Ceuta teria a vantagem, assim, de contribuir para acelerar a *Reconquista Cristã* (tenha-se em conta a unidade do complexo Granadino-Marroquino), o que não deixaria de causar boa impressão ao nível de *Respublica Christiana*. A tomada de Ceuta e sua manutenção proporcionariam, pelo menos teoricamente, também proveito e honra. Cf. SANTOS, João Marinho dos. *A expansão pela espada e pela cruz*. In: NOVAES, Adauto. *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 54.

¹² SERGIO, Antonio. *Breve Interpretação da História de Portugal*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora. 1972, p. 1.

¹³ Cf. Id., *A Conquista de Ceuta*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1920; _____. *Repercussões de uma Hipótese - Ceuta, as Navegações e a Gênese de Portugal*. Lisboa: Seara Nova, 1934.

Bensaúde e António Sérgio e ampliando o *corpus* documental estudado por eles. Cortesão propôs duas teses principais para as causas do expansionismo português: a primeira acerca da posição geográfica de Portugal, que facilitava sua relação com o mar e proporcionava ao reino português aptidões econômicas e conhecimentos relacionados com a pesca, o corso e o comércio marítimo, dado que Lisboa era um entreposto importante entre as repúblicas italianas, Sevilha e Flandres. Contudo, para Cortesão, embora o fator econômico tenha sido importante em todo o processo expansionista, a origem da expansão portuguesa também esteve relacionada com a missão cosmopolita de Portugal diante da ameaça muçulmana. A segunda tese de Cortesão é de que uma política de sigilo, destinada a afastar outras sociedades marítimas potencialmente concorrentes, distinguiu os descobrimentos pré-cabralinos; política esta caracterizada pelo sigilo acerca dos destinos dos portugueses e a escassez de fontes que relatam os descobrimentos lusos. Para ele, a tomada de Ceuta – na qual, segundo Zurara, os preparativos do ataque ocorreram em sigilo, o que proporcionou o elemento surpresa – é o primeiro exemplo dessa política.¹⁴

Historiadores portugueses posteriores revisitaram essas teses explicativas do expansionismo português e tentaram criar análises mais amplas em relação a esses exemplos citados, ou seja, tentaram evitar explicações históricas centradas em ou conduzidas por uma só causa primordial, contemplando jogos ou conjuntos de fatores que concorreram para a saída portuguesa para o além-mar. Apesar de evitarem as explicações unificadoras, esses historiadores do século XX persistiram na reafirmação da tomada de Ceuta como marco inicial e ato inaugural da expansão, bem como reiteraram a figura de D. Henrique como o primeiro articulador dos descobrimentos. Para eles pareceu mais fundamental buscar explicações a partir de relações posteriores, ou melhor, refletir sobre os eventos tendo em vista as suas consequências. Ceuta, entre esses historiadores mais recentes, ganha sentido no conjunto de ações que envolveram os deslocamentos dos portugueses para territórios mais ou menos conhecidos, importando, dentro dessa perspectiva histórica, as causas, os marcos, as consequências da expansão, bem como os valores que lhe foram sendo acrescidos.

No âmbito dessas discussões sobre a expansão marítima, destaca-se a obra do historiador Vitorino Magalhães Godinho.¹⁵ Se o que especialmente lhe interessa são os

¹⁴ CORTESÃO, Jaime. *A expansão dos portugueses no período henriquino*. Lisboa : Portugália Editora, 1965.

¹⁵ Dentre elas destacam-se: GODINHO, Vitorino Magalhães. *A expansão quatrocentista portuguesa: problemas das origens e da linha da evolução*. Lisboa: Dom Quixote, 2007; _____. *A economia dos descobrimentos henriquinos*. Lisboa, 1962; _____. *Documentos sobre a expansão portuguesa*. Lisboa: Gala, s/d., p.136; _____. *Os descobrimentos e a economia mundial*. Lisboa: Presença, 1981, v.I, p.49

condicionantes econômicos, culturais e sociais que conduziram Portugal ao expansionismo, a tomada de Ceuta não poderia surgir senão como um evento que criou as condições para a saída portuguesa para o Atlântico e para a dominação da costa africana. Segundo Godinho, a tomada de Ceuta (1415) foi a chave para toda a navegação entre o Levante – o Mediterrâneo – e o Poente – o Atlântico –, e foi a base que possibilitou a defesa contra uma possível penetração muçulmana na península.¹⁶ A escolha de Ceuta se deu, segundo ele, porque Portugal tinha como objetivo primordial conquistar o Reino de Granada, cuja economia vinculava-se à de Marrocos, assim, D. João I (1385 – 1433) conduziu sua política com a pretensão de obter o controle do conjunto grandino-marroquino, economicamente viável, pois essas regiões eram ricas em açúcar, seda, cereais, gado e nelas desembocavam caravanas transaarianas com ouro, escravos e marfim.¹⁷ Godinho entende, portanto, que Ceuta era a chave marítima do império marroquino e, por sua vez, a conquista do Marrocos pelos portugueses garantiria dois objetivos: um campo de exploração e o monopólio do comércio do Sudão, que abriria o caminho do Oriente através da África – o caminho do comércio da Índia.¹⁸ A importância da cidade era tão notória ao ponto de os marroquinos não aceitarem perdê-la sem defesa. Nos anos de 1418 e 1419, eles atacaram Ceuta tentando recuperá-la, porém, sem obter resultados satisfatórios. Para os portugueses, no entanto, manter a praça marroquina passou a ser um problema, pois era necessário enviar um grande contingente de suprimentos e armas. Segundo Godinho, pode-se afirmar que, sob o ponto de vista econômico, o domínio de Ceuta foi um fracasso: as rotas comerciais que afluíam à cidade foram desviadas para outras cidades pelos muçulmanos, além disso, a guerra com os mouros impedia o cultivo dos campos e a produção de cereais.¹⁹

Com objetivo semelhante ao de Vitorino Magalhães Godinho, Joaquim Veríssimo Serrão interroga sobre as raízes e as motivações do processo de expansão, e chega a conclusões semelhantes às de Godinho.²⁰ Para ele: “a partir de Ceuta abrem-se mais duas

¹⁶ Cf. GODINHO, Vitorino Magalhães. *Mito e Mercadoria*, utopia e prática de navegar. Séculos XIII-XVIII. Lisboa: Difel, 1990, p. 192.

¹⁷ Cf. *Ibid.*, p. 192.

¹⁸ *Id.*, *A expansão Quatrocentista Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 2007. p.157.

¹⁹ *Ibid.*, p. 13.

²⁰ Outros investigadores portugueses são do mesmo modo exemplares por terem as mesmas preocupações. Para João Silva de Souza, a tomada de Ceuta foi de extrema importância para o desencadeamento dos descobrimentos marítimos. Os infantes D. Pedro (1392-1449) e D. Henrique (1394-1460) e o rei de Portugal tinham perfeito conhecimento de que a penetração na África seria uma guerra aberta com os mouros, porém, seria necessária para afastar a ameaça de pirataria no litoral português e também para que os portugueses conseguissem navegar ao longo da costa ocidental africana. O historiador considera que, após a conquista de Ceuta e que os conhecimentos náuticos alargaram-se, houve a possibilidade do avanço marítimo português. Antônio Borges Coelho segue o mesmo caminho de João Silva de Souza, pois, para ele as raízes da expansão se encontram na tomada de Ceuta, já que, mesmo concluída a conquista do Algarve, não terminaram as guerras com os sarracenos

vertentes da Expansão portuguesa, a primeira com a exploração da costa ocidental da África e a segunda com o descobrimento e colonização dos arquipélagos do Atlântico”.²¹ Serrão empenha-se em ressaltar o pioneirismo português, propondo que nenhum outro país da Europa possuía as condições geográficas e a estrutura política semelhantes às de Portugal para lançar-se nos caminhos da expansão marítima. Desse modo, para Serrão, o primeiro marco da expansão portuguesa foi a tomada de Ceuta, em 21 de agosto de 1415, pois correspondeu ao início de um processo histórico que levou uma nação europeia a estabelecer-se fora do continente. O historiador argumenta, ainda, que quaisquer que tenham sido as causas que levaram à realização do projeto de tomar Ceuta, nenhuma delas consegue abalar a notoriedade do fato. Para Portugal, Ceuta representou a dianteira do espírito de Cruzada e, para a Europa, a tomada significou uma ampliação da fronteira do Mediterrâneo e uma extensão do poderio da Cristandade.²² No mesmo sentido, Alberto Lopes, no texto *Ceuta: origem histórica da expansão*, defende que, com um distanciamento de cinco séculos, “bem pode dizer-se que Portugal não se apresentava [em 1415] para conquistar Ceuta, mas, para descobrir o mundo”.²³ Lopes propõe, assim, que Ceuta foi “a origem histórica de todas as navegações [portuguesas], pois deu, verdadeiramente, origem à expansão marítima de Portugal”.²⁴ Para ele, a história da expansão portuguesa abre-se e fecha-se com eventos relacionados com a guerra no norte da África, a saber: a tomada de Ceuta, o início; e o ataque de Alcácer Quibir, em 1580, como um fim, pois D. Sebastião faleceu e Portugal ficou sob a tutela da coroa castelhana. Lopes argumenta, assim, baseado em Oliveira Martins, que o espírito do infante D. Henrique, de conquista e ampliação territorial, se manteve ao menos dentro desse período.²⁵

que assaltavam as aldeias das costas algarvias, e os portugueses pagavam na mesma moeda. Assim, a surpresa de Ceuta não é absurda, nem contraditória, pois comércio e pirataria são os dois gumes da espada que foi tingindo o caminho da ascensão da burguesia. No entanto, quando a manutenção da praça se tornou inviável, a nobreza ainda prezou por mantê-la, já que Ceuta proporcionava honras e títulos. Já Joaquim Barradas de Carvalho, embora mais preocupado em analisar o Renascimento português, defende a tese de que a tomada e conquista de Ceuta, em 1415 (para ele, também, primeiro ato da expansão), tenha sido, apesar do peso das palavras tomada e conquista, uma empresa da burguesia comercial e não uma façanha da nobreza cavaleiresca. Cf. SOUZA, João Silva de. Singularidades do Coletivismo Henriquino. In: II Simpósio de História Marítima. *Os Descobrimientos portugueses no século XV*. Lisboa: Academia Marinha, 1999; COELHO, António Borges. Raízes da Expansão Portuguesa. Lisboa: Livros Horizonte, 1985; CARVALHO, Joaquim Barradas de. *O Renascimento Português*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1980.

²¹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Lusitanidade e Hispanidade: Realidades pioneiras na formação do Estado Moderno. In: *Mare Liberum*, nº 10, Lisboa: II Congresso Luso - Espanhol sobre descobrimentos e expansão colonial, 1995, p. 15.

²² *Ibid.*, p. 15

²³ LOPES, Alberto. *Ceuta, origem histórica da expansão portuguesa*. Lisboa: Agência geral do ultramar, 1962, p. 23.

²⁴ *Ibid.*, p. 37.

²⁵ *Ibid.*, p. 23.

Essas ideias acerca do início do expansionismo português tornaram-se de tal forma correntes e até naturalizadas que mesmo pesquisadores cujo alvo é justamente deslindar os componentes dessas construções históricas e os sentidos que se foram estabelecendo em torno dos eventos expansionistas não deixam de conferir ao ano de 1415 o estatuto de marco, ou seja, delimitam suas pesquisas a respeito da saída portuguesa para o além-mar a partir dessa fronteira geográfica e desse acontecimento que vingou para a história como monumental. O historiador contemporâneo Luís Felipe Thomaz, por exemplo, afirma que, se a tomada de Ceuta não fosse sucedida pela passagem do Cabo do Bojador 19 anos depois, “por certo que ninguém se lembraria de ver nela mais que uma das várias manifestações do movimento de natação do equador religioso que era o Mediterrâneo”²⁶ e reconhece que a interpretação da tomada de Ceuta como marco histórico do expansionismo português só foi possível devido aos eventos posteriores que lhe deram sentido. Em outras palavras, propõe que os homens que foram para Ceuta, em 1415, não tinham consciência do expansionismo marítimo que Portugal empreenderia nos anos posteriores. Thomaz inicia sua análise acerca da expansão portuguesa e da expansão europeia afirmando que, tradicionalmente, a conquista de Ceuta foi “o ato inaugural dessa expansão”,²⁷ ainda assim, contudo, não deixa de partir desse evento para realizar sua análise.²⁸

Nota-se, portanto, que, para a historiografia que tem tratado de temas relacionados com a expansão portuguesa no século XV, o ano de 1415 aparece como marco incontornável.

²⁶ THOMAZ, Luis Filipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1998. p. 21.

²⁷ *Ibid.*, p. 21.

²⁸ O tema da expansão e seus corolários, como não poderia deixar de ser, dado seu impacto em Portugal, não passou despercebido na considerável produção de histórias gerais acerca da expansão portuguesa, inspirada nas histórias gerais sobre Portugal. O principal modelo dessas produções coletivas foi a *História de Portugal* dirigida por Damião Peres. Trata-se essa da primeira e maior obra acerca da história de Portugal já produzida, com um total 7229 páginas. Os primeiros 9 volumes foram publicados entre 1928 e 1954, sob a direção literária de Damião Peres e artística de Eleutério Cerdeira e editados pela Portucalense Editora, de Barcelos. Daí a obra ser muitas vezes conhecida como História de Portugal "de Barcelos". Em 1981 foi publicado um décimo volume, II suplemento, da autoria de Franco Nogueira dedicada ao período entre 1933 e 1973. Este último volume foi publicado pela Livraria Civilização do Porto que, entretanto, adquirira os direitos da obra. Tais gêneros de estudos também contribuíram para firmar o ano de 1415 como o início de um processo histórico sem precedentes, motivados por fatores cavaleirescos, religiosos, econômicos, sociais, culturais e políticos, cuja grandeza começava pela própria defrontação com o mar. Durante grande parte do século XX, a principal síntese da expansão portuguesa foram os três volumes da *História da expansão portuguesa no mundo*, organizados por António Baião, Hernani Cidade e Manuel Múrias, publicados entre 1937 e 1940. [Editorial Ática, 1937-1940.]. Contudo, mais recentemente três outras obras coletivas acerca desse tema foram publicadas. O primeiro desses novos trabalhos coletivos são os seis volumes *Portugal no mundo*, dirigidos por Luís de Albuquerque, com a colaboração de vários estudiosos portugueses e estrangeiros, de 1989. O segundo é a *Nova História da Expansão Portuguesa*, dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, com onze volumes. Por último, a *História da Expansão Portuguesa*, em cinco volumes, organizados por Francisco Bethencourt e Kurti Chaudhuri. Cf. ALBUQUERQUE, Luís de. *Portugal no mundo* (6 vols). Lisboa: Publicações Alfa, 1989; SERRÃO Joel; MARQUES, A. H. Oliveira (dir). *Nova História da Expansão Portuguesa* (11 vols.). Lisboa: Editorial Estampa, 1998-2006; BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kurti (dir). *História da expansão portuguesa* (5 vols). Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.

Até pesquisadores estrangeiros, a partir da leitura do que foi produzido na historiografia portuguesa e da centralidade das crônicas de Zurara nas suas abordagens,²⁹ têm chegado a conclusões bastante semelhantes às dos autores lusos. Notórios, entre esses, são os historiadores de língua inglesa³⁰ Charles R. Boxer (1904-2000), no livro *The Portuguese Seaborne Empire 1415–1825*,³¹ Bailey W. Diffie (1902-1983) and George D. Winius, *Foundations of the Portuguese Empire, 1415–1580*³² e John Russell-Wood (1940-2010), *The Portuguese Empire, 1415–1808. A World on the Move*,³³ que vão ainda mais longe no significado histórico que atribuem ao ano de 1415, alçando-o de marco da expansão à condição de início da formação do império português,³⁴ cujas posses se estenderam pelos quatro continentes. Interpretação que é seguida por historiadores mais recentes, como Malyn

²⁹ Anthony Disney, por exemplo, afirmou que: “The Cronica da tomada de Ceuta by Gomes Eanes de Zurara, which was written a generation later in 1449 – 50 at the request of King Afonso V, is the only literary source that describes the expedition and its background in substantial detail”. DISNEY, Anthony. *A History of Portugal and the Portuguese Empire: From Beginnings to 1807. Vol II: The Portuguese Empire*. Cambridge: University Press, 2009. p. 3.

³⁰ Tais ideias não são restritas à historiografia de língua inglesa, o francês, Paul Teyssier, em *O século Glorioso*, por exemplo, defendeu que, ao apoderar-se da cidade marroquina situada na margem sul do estreito de Gibraltar, Portugal deu início, na história da expansão, ao período das navegações e dos descobrimentos. Teyssier considerou que, ao atravessar o estreito e tomar Ceuta, D. João I começou uma expansão que, em pouco mais de um século, levou os navegadores, comerciantes, administradores e missionários portugueses através de imensas extensões do globo. Cf. TEYSSIER, Paul. O século glorioso. In: CHANDEIGNE, Michel (org.). *Lisboa Ultramarina. 1415-1580: a invenção do mundo pelos navegadores portugueses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1992. p. 13.

Embora não se tratando de um texto sobre a tomada de Ceuta, o livro de Edmundo O’Gorman *A Invenção da América*, é bastante importante para esta pesquisa, pois o autor descreve como se dá a construção histórica do sentido de um evento, no caso, o sentido construído sobre o ser da América descoberta. Assim, o texto ajuda a pensar como se processa a gestação de uma idéia, mesmo que tendo em vista aqui um episódio mais circunscrito, a tomada de Ceuta. O’Gorman propõe-se desconstruir a noção de América descoberta para apresentar a idéia de América inventada. Para ele, falar que Colombo descobriu a América não se trata de um fato, mas meramente da interpretação de um fato. O autor defende a tese de que para haver descobrimento é preciso ter a intenção de descobrir, e como Colombo nunca teve consciência de ter chegado a um território que não fosse a Índia, foi preciso criar a idéia de intencionalidade de Colombo em chegar a terras desconhecidas e separadas do *orbis terrarum*, e isso foi composto através do discurso de cronistas e viajantes, num primeiro momento. Para tal, o autor leva em conta que, no universo cultural do final do século XV, não poderia haver uma entidade com a significação de América, para ele: “real, verdadeira e literalmente a América, como tal, não existe, apesar da existência da massa de terras não submersas que, no decorrer do tempo, acabará por lhe atribuir esse sentido, esse significado”. O’GORMAN, Edmundo. *A invenção da América*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 71

Ainda sobre essa questão, Carmen Bernand e Serge Gruzinski afirmam que a história reteve o ano de 1492 como decisivo para o aparecimento da América. No entanto, “essa façanha, que no início era apenas a aventura de um punhado de marinheiros, não teve aos olhos dos contemporâneos a importância que a história lhe deu mais tarde”. Os mesmos consideram que, antes de mais nada, o ano de 1492 marcou o fim da reconquista da Espanha pelos cristãos, tendo sido só mais tarde a data associada com a descoberta do Mundo Novo. BERNAND, Carmen; GRUZINSKI, Serge. *História do Novo Mundo. Da descoberta à conquista: uma experiência européia (1492-1550)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 65.

³¹ BOXER, Charles R. *The Portuguese Seaborne Empire 1415–1825*. London: Hutchinson, 1969.

³² DIFFIE, Bailey W.; WINIUS George D. *Foundations of the Portuguese Empire, 1415–1580*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1977.

³³ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *The Portuguese Empire, 1415–1808. A World on the Move*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1992.

³⁴ Tal ideia também foi veiculada na historiografia brasileira, exemplar é o caso do livro: AMADO, Janaina; FIGUEIREDO, Luiz Carlos. *A formação do império português (1415-1580)*. São Paulo: Atual, 1999.

Newitt, em *A History of Portuguese Overseas Expansion (1400–1668)*³⁵ e Anthony Disney, em *A History of Portugal and the Portuguese Empire: From Beginnings to 1807*.³⁶ Estes igualmente demarcam que, trinta anos após a subida ao trono da dinastia de Avis, os portugueses capturaram na costa marroquina a cidade de Ceuta e, a partir deste ponto, lançaram-se para o povoamento das ilhas atlânticas, para a conquista da costa africana, para o encontro do caminho marítimo para as Índias e para o descobrimento do Brasil.³⁷

A presente tese, justamente reconhecendo a força do marco estabelecido e o entrecruzamento de peças de diversos tempos para firmá-lo como tal, procura lançar uma interrogação que implica na suspensão dos dois atributos do evento de 1415 que, ao longo dos séculos, foram se configurando como senso comum historiográfico: o atributo de ponto de partida da grande expansão marítima e o de início do império português. A proposta de suspensão justifica-se pelo desejo de interrogar como os próprios quatrocentistas tentaram definir os eventos ligados à tomada de Ceuta, ou seja, como aqueles que ainda não conheciam os eventos que sucederiam à conquista de Ceuta e menos ainda vislumbravam que as bases de um império seriam inventadas a partir dali perceberam, descreveram e deram inteligibilidade a tal acontecimento.

Com a finalidade, pois, de pensar esta história da expansão portuguesa não do fim para o começo – como às vezes se tem feito –, mas como uma construção histórica que ganhou vários sentidos ao longo do tempo, este estudo pretende examinar um movimento que é o da reconstrução do passado pelo presente. Mais especificamente, visando pensar o papel histórico atribuído à tomada de Ceuta nos limites do século XV, a pesquisa buscará interrogar a relação deste evento com as outras tentativas e conquistas de praças marroquinas no decorrer do século XV, partindo da hipótese de que a política expansionista em Marrocos – empreendida por D. João I (1357-1433) e D. Afonso V (1432-1481) e descrita por Gomes Eanes de Zurara (1410-1474), Mateus de Pisano (1385-1466?) e Rui de Pina (1440-1522) – pouco ou nada se vinculava, nesse período, às empresas voltadas para estabelecer contatos ao sul do Cabo do Bojador e que foram tuteladas pelo infante D. Henrique (1394-1460);

³⁵ NEWITT, Malyn Newitt. *A History of Portuguese Overseas Expansion (1400–1668)*. London and New York: Routledge, 2004.

³⁶ DISNEY, Anthony. *A History of Portugal and the Portuguese Empire: From Beginnings to 1807*, 2009.

³⁷ The traditional starting place for any consideration of Portuguese expansion is the battle of Aljubarrota in 1385 which secured the throne of Portugal for the Avis dynasty. Thirty years later, and apparently by some natural development of historical logic, a Portuguese amphibious expedition captured the Moroccan coastal town of Ceuta. From that point the great epic unfolds through settlement of the Atlantic islands and expeditions of exploration down the African coast which lead eventually to the first successful voyage to India and, two years later, the discovery of Brazil. Cf. NEWITT, Malyn. op. cit., p. 1.

empresas que, por sua vez, foram narradas pelos supracitados cronistas, bem como pelos viajantes Luís de Cadamosto (1432-14889), Antonio Usodimare (1416-1461), entre outros.

Se é possível considerar que houve uma reavaliação da tomada de Ceuta no início do século XVI, vale questionar o papel que a história escrita conferiu à tomada em questão ao longo do século XV, bem como o que a África e a expansão representavam para os portugueses nesse período, como veremos no primeiro capítulo. É preciso interrogar, do mesmo modo, a posição da nobreza em relação aos feitos de conquista de Marrocos e de expansão para a costa oeste da África – como é feito no segundo capítulo – e, no capítulo final, como a história da tomada de Ceuta foi sendo registrada e contada ao longo do século XV e início do XVI. Tendo em vista esses objetivos, o presente estudo circunscrever-se-á ao que foi escrito no século XV e início do século XVI, apesar do diálogo subliminar com a historiografia do século XIX e XX. Os eixos da proposta são, em suma, os primeiros passos na afirmação do que veio a ser referendado como vocação expansionista portuguesa, ou melhor, os primeiros passos dados por homens que participaram e viveram a saída portuguesa para o continente africano ou por aqueles homens que a assistiram de perto.

CAPÍTULO 1 A ÁFRICA IMAGINADA PELOS PORTUGUESES ENTRE O SÉCULO XV E INÍCIO DO XVI

[...] pois sendo as caravelas de Portugal os melhores navios que andam no mar, à vela, estando elas bem apercebidas de todas as coisas precisas, [o infante D. Henrique] julgou ser possível poder navegar por toda a parte.

Luís de Cadamosto (1432-1488).

O cronista-mor do reinado de D. Afonso V (1432-1481), o *Africano*, Gomes Eanes de Zurara (141?-1474), na *Crónica da Tomada de Ceuta por El-Rei D. João I*, escrita por volta de 1449 e 1450, ou seja, aproximadamente 30 anos após conquista da praça de Ceuta (1415), apontou que um dos argumentos favoráveis para a preparação de uma armada com destino a Ceuta era a realização de um feito que proporcionasse honra e prestígio aos filhos do rei D. João I (1357-1433), o *de Boa Memória*, (que também participou do cerco), argumento apresentado pelo vedor da fazenda do rei D. João I, João Afonso de Alenquer. Buscando construir uma narrativa cênica,¹ o cronista coloca na boca do vedor a seguinte justificativa para a escolha de tal cidade marroquina:

[...] é que a cidade de Ceuta que é em terra de África que é uma muito notável cidade e muito azada para se tomar. E isto sei eu, principalmente, por um meu criado que lá mandei tirar alguns cativos de que tinha encargo. Ele me contou como é uma muito grande cidade rica e muito formosa e como todas as partes a cerca o mar afora uma muito pequena parte porque há saída por terra.²

Zurara apresenta, dessa forma, o relativo conhecimento que os portugueses possuíam sobre a praça de Ceuta anteriormente à conquista. Esse conhecimento teria sido adquirido pelo testemunho de cativos oriundos de Ceuta, que trouxeram alguma noção geográfica da cidade, principalmente em relação ao mar. Dados que facilitaram o planejamento do ataque, pois os portugueses se julgaram em vantagem, considerando que a defesa moura viria por terra e, em sua maior parte, Ceuta era rodeada por mar. O também cronista-mor Rui de Pina (1440-

¹Cf. BARRETO, Luís Filipe. *Descobrimientos e Renascimento: formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1983, p.73.

²ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta por El-Rei D. João I*. Coimbra: Academia das Ciências de Lisboa, 1915. p. 27.

1522),³ principal escritor da biografia sobre D. Afonso V, construiu uma narrativa semelhante na *Crónica de D. Afonso V*, composta, provavelmente, entre a última década do século XV e a primeira do século XVI.⁴ Ao contar os feitos de D. Afonso V na tomada de outra praça do Marrocos, Alcácer Ceguer (1458), o cronista relata que o alvo foi escolhido pelo rei antes da partida da esquadra: “e com cautelas e fundamentos de bom e prudente guerreiro declarou sua ida sobre a Vila de Alcácer Ceguer, louvando e agradecendo a todos com muita humanidade, a diligência e amor, com que tão honradamente vinham servir”.⁵ Como no caso da tomada de Ceuta, o rei esteve presente e comandou a conquista da cidade. D. Afonso V, “posto em um cavalo Sezeliano, armado e acobertado com sua espada numa mão, mandou acometer a Vila”.⁶ O mesmo se repete na narrativa de Rui de Pina sobre o ataque a outra cidade marroquina, Arzila (1471), em que o cronista descreve claramente o uso recorrente da tática portuguesa, que antecedia as conquistas e escaladas das praças magrebina, de enviar espiões para colher informações sobre o destino das armadas. D. Afonso V mandou muitas vezes homens para espiar e ver” a melhor forma de desembarcar e ancorar por mar, bem como para observar a posição terrestre da cidade. Entre esses seguiram dois cavaleiros de sua confiança: Vicente Simões, “homem nas coisas do mar bem esperto e entendido”, e Pêro de Alcáçova, em “quem muito confiava”.⁷ Do mesmo modo, na armada de Arzila, seguiu D. João II (1455-1495), o *Príncipe Perfeito*, então herdeiro do trono, o qual, segundo o cronista Rui de Pina, esteve presente “de boa vontade”.⁸

Pina, preocupado em atribuir um sentido aos empreendimentos expansionistas de D. Afonso V, empenha-se logo de saída em relacionar a organização das armadas para conquistar Alcácer Ceguer e outras praças marroquinas com o espírito cruzadístico do *Africano*. Após a tomada de Constantinopla pelos turcos (1453), o Sumo Pontífice Calisto III (1378-1458) teria enviado um emissário até Portugal pedindo ajuda para a reconquista da cidade bizantina. D. Afonso V, segundo Rui de Pina, “com muita alegria e devoção e com todas as pessoas principais do reino aceitou a dita Cruzada”.⁹ Como, entretanto, a intenção de Cruzada não teve o mesmo impacto nos outros reinos da Europa, quando o papa Calisto III faleceu, em 1458, seu sucessor, Pio II (1405-1464), não tomou medidas efetivas para realização da

³Rui de Pina é considerado o principal cronista de D. João II, embora só tenha tido o cargo de guarda-mor e cronista-mor da Torre do Tombo no reinado de D. Manuel I, em 1497. Rui de Pina foi o responsável pela escritura das crônicas dos reis D. Afonso V e D. João II, dos quais foi contemporâneo.

⁴GOMES, Saul António. *D. Afonso V. O Africano*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2006, p. 18.

⁵PINA, Rui de. *Crônicas*. Porto: Lello & Irmão, 1977. p. 775.

⁶Ibid., p. 776.

⁷Ibid., p. 818.

⁸Ibid., p. 820.

⁹Ibid., p. 772.

Cruzada, e D. Afonso V decidiu lutar com o Islã por conta própria. Assim, organizou um ataque às terras do norte da África, onde acreditava que se poderia “tomar aos infiéis algum lugar, em que Deus fosse servido, e sua fé mais acrescentada, pois a guerra era da mesma qualidade”.¹⁰

Deve-se levar em conta, portanto, que, apesar das distâncias temporais entre a produção dessas crônicas – a de Zurara composta em meados do século XV e as de Rui de Pina elaboradas no final do século XV e início do XVI –, elas possuem pontos sugestivamente semelhantes. Zurara, ao falar da tomada de Ceuta, constrói um panorama narrativo no qual os empreendedores da conquista – a Casa de Avis e os principais nobres da corte – se mostram sabedores ou cientes do que encontrariam no norte da África, qual o poderio de seu inimigo e quais os possíveis ganhos de tal empresa, já Rui de Pina, ao relacionar a conquista de Alcácer Ceguer e das demais praças com as ambições cruzadísticas do rei D. Afonso V, deixa claro o tipo de inimigo que os portugueses esperavam combater. Em outras palavras, ambos os cronistas descrevem estratégias semelhantes na execução da guerra em Marrocos, a saber, a presença do monarca e a investigação do alvo anteriormente ao ataque.

As crônicas citadas, contudo, distanciam-se em um ponto substancial das narrativas a respeito do estabelecimento português na costa africana ao sul do que os cronistas do período chamavam de Cabo do Bojador,¹¹ pois a demarcação *a priori* do lugar que se iria atacar, a noção de qual seria o inimigo a ser combatido e a presença do monarca na execução da conquista são elementos que não aparecem nessas narrativas, mas, pelo contrário, é a busca pelo desconhecido que ganha relevância na descrição dos cronistas. Zurara, por exemplo, ao colocar em crônica os feitos da Guiné (1444), na *Crônica do descobrimento e conquista da Guiné*,¹² escrita entre 1452 e 1453,¹³ chama a atenção para o caráter incerto dessas expedições

¹⁰PINA, Rui de. *Crônicas*, p. 774.

¹¹O que Zurara chama de Cabo do Bojador corresponde, segundo Oliveira Marques e Peter Russel, ao atual Cabo Juby, a 27° 57', e não ao atual Cabo do Bojador, a 26°07', ou seja, o Cabo dos quatrocentistas se situava mais a norte do que hoje se reconhece como Bojador. MARQUES, A H. de Oliveira. *A expansão quatrocentista*. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, A H. de Oliveira (orgs.). *Nova história da expansão portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 57; RUSSEL, Peter. *Henrique, O Navegador*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000. p. 267.

¹²ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*. Paris: J. P. Aillaud, 1841.

¹³A *Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné* é a crônica de Gomes Eanes de Zurara que mais problemas levanta acerca da sua unidade. Alguns pesquisadores acreditam que ela foi elaborada completamente após a morte do infante D. Henrique (1394-1460), entre 1464 e 1468, e outros defendem que a crônica foi iniciada em 1452 ou 1453, com prováveis acréscimos após 1460, sendo essa última a tese mais aceita. Também é aceito que se trata a crônica de uma fusão entre dois textos: uma crônica particular do infante D. Henrique – provavelmente de redação anterior – e um relato acerca das navegações para a Guiné, iniciado por Afonso Cerveira e aproveitado por Zurara. O manuscrito mais completo da crônica tornou-se público somente em 1839 quando foi encontrado na Biblioteca Real de Paris. Tal cópia é datada do final do século XV ou começos do século XVI, e possui 97 capítulos. A primeira impressão deste manuscrito ocorreu em 1841 e foi organizada pelo Visconde da Carreira, com introdução do Visconde de Santarém, sob o título *Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné*. Além desse manuscrito, três outros são públicos, a saber, o manuscrito de Valentim Fernandes, de 1506,

e para a falta de um vasto saber prévio do que seria explorado. Assim, quando aborda a costa africana, por onde sua gente andava, Zurara destaca a falta de conhecimento e o engano em que “sempre viveram” os homens do seu reino, quando tinham receio de passar o Cabo do Bojador. No intuito de esclarecer tais equívocos, Zurara considera que os que eram contrários ao avanço para as terras africanas diziam que as correntes marítimas “eram mui grandes”, de forma que era impossível poder algum navio fazer viagem por aqueles mares, no entanto, estes agora tinham “claro conhecimento de seu erro primeiro”, pois viram “ir e vir os navios, tão sem perigo”.¹⁴

Para Zurara, a solução de tais equívocos só foi possível devido ao empenho do infante D. Henrique (1394-1460), o *Navegador*, em impulsionar a exploração da costa ocidental da África. Por iniciativa particular,¹⁵ o Infante D. Henrique teria continuamente ordenado a ida de navios armados contra os infiéis, movido principalmente pela “vontade de saber a terra que ia além das ilhas Canárias, e um cabo que se chama do Bojador, porque até aquele tempo, nem por escritura, nem por memória de nenhum homem, nunca foi sabido determinadamente a qualidade da terra que ia além do dito cabo”.¹⁶ A argumentação da saída portuguesa para as terras ao sul de Marrocos, relacionada com o desconhecido e com a vontade de saber o que lá havia, não é uma peculiaridade da crônica composta por Zurara. O latinista Mateus de Pisano¹⁷ (1385-146?) elaborou, no ano da morte do infante D. Henrique, uma tradução latina e resumida da *Crônica da Tomada de Ceuta*¹⁸ de Zurara, porém com algumas modificações significativas em relação a esta. Pisano,¹⁹ ao glorificar as virtudes dos filhos de D. João I,

que registra parcamente a crônica; o manuscrito da Biblioteca Nacional de Madri, do final do século XVIII, do mesmo modo incompleto, e o manuscrito da Biblioteca de Munique, do final do século XVII, o mais próximo do manuscrito de Paris. Apesar dessas cópias, as versões e impressões modernas da crônica têm se baseado no manuscrito parisiense, como são os casos da edição de José de Bragança, de 1973, intitulada *Crônica de Guiné* e da versão de Dias Dinis, de 1949, com o título *Crônica dos Feitos de Guiné*. Cf. RAMOS, Rui (coord.). *História de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009. p. 189.

¹⁴ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 203.

¹⁵As navegações ordenadas ou tuteladas pelo *Navegador*, ao longo da costa atlântica marroquina, ocorreram mais intensivamente a partir do ano de 1419. Tais expedições eram anuais, ou quase, e visavam as regiões ao sul do Marrocos. Assim, com o decorrer dos anos, a mando de D. Henrique, foi ultrapassado o temido Cabo do Bojador (1434), os navegantes chegaram até a Guiné (1444) e encontraram as ilhas de Cabo Verde (1460). Em 1460, ano da morte do Infante, os portugueses estiveram em Serra Leoa e, por conseguinte, esse é o marco limite das chamadas navegações henriquinas. Ver: MARQUES, A.H. de Oliveira. *A expansão quatrocentista. Nova história da expansão portuguesa*, p. 56; RAMOS, Rui (coord.). *História de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009, p. 195.

¹⁶ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit., p. 44.

¹⁷Mateus de Pisano foi contemporâneo de Zurara, e teria sido chamado da Itália pelo Infante Regente D. Pedro para educar D. Afonso V (1432-1481) e também para escrever as crônicas dos reis de Portugal em latim.

¹⁸Mateus de Pisano escreveu em latim uma crônica intitulada: *De Bello Septensi*. Ela foi elaborada em 1460, quarenta e cinco anos depois da conquista de Ceuta (1415), tendo sido editada em 1760 pela Academia Real de Ciências. A tradução para o português é de 1915, feita por Roberto Correia Pinto com o nome de *Livro da Guerra de Ceuta*.

¹⁹É interessante notar que Pisano, escrevendo posteriormente a morte do *Navegador*, possui uma visão

diferencia o infante D. Henrique de seus irmãos justamente por sua disposição de buscar o desconhecido: “D. Henrique, o mais moço, distinguiu-se por tamanha energia de vontade que trabalhou cerca de trinta anos em descobrir o que a natureza tinha furtado à vista de homens, ocultando-o nas mais remotas paragens do mundo, para as quais antes dele ninguém achara caminho”.²⁰ Tal ideia aparece igualmente no texto do veneziano²¹ Luís de Cadamosto (1432-1488),²² navegador e cronista da exploração portuguesa da Guiné (iniciada em 1446).²³ No relato das viagens que fez à terra dos negros da Baixa Etiópia,²⁴ nos anos de 1455 e 1456 sob licença do infante D. Henrique, o veneziano também chamou a atenção para a busca do conhecimento como um dos principais motivadores das explorações comandadas pelo infante português. Segundo Cadamosto, D. Henrique foi o primeiro “inventor de mandar navegar” a parte do mar das terras dos negros da Baixa Etiópia, a qual, “desde o nosso primeiro pai Adão até hoje, não se sabe nem se acha que fosse nunca navegada, a não ser no presente”,²⁵ e realizou tal empreendimento, pois desejava “conhecer coisas novas, também com o fim de saber da geração dos habitantes naqueles países e por querer atacar os Mouros”.²⁶ Percebe-se assim uma nítida diferença entre as narrativas sobre a conquista conduzida pelos monarcas no norte do Marrocos e a exploração no sul do Bojador, comandada pelo infante D. Henrique. Na primeira, os cronistas apresentam o conhecimento prévio do destino escolhido e a grandeza que trará para o reino a conquista dos sítios no norte marroquino. Para falar das explorações henriquinas, os cronistas, por sua vez, elegem a coragem de estimular que se viesse a conhecer o que ninguém antes tinha visto como o grande componente do engrandecimento dessas explorações.

Sem dúvida, há um privilégio nesses textos da figura do infante D. Henrique como o

retrospectiva dos fatos e torna os empreendimentos henriquinos componentes das virtudes do Infante.

²⁰PISANO, Mateus de. *Livro da Guerra de Ceuta*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915, p. 4.

²¹A presença de textos não portugueses aqui, como os de Pisano e Cadamosto, se justifica, pois é muito difícil separar o olhar dos europeus e portugueses sobre a África. A partir de meados do século XV, é possível notar uma produção textual de estrangeiros que residiam em Portugal ou estavam somente de passagem e que seguem o mesmo padrão de informações dos textos produzidos por portugueses. HORTA, José da Silva. O Africano: produção textual e representações (séculos XV-XVII). In: CRISTOVÃO, Fernando (coord.). *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens*. Lisboa: Cosmos, 1999. p. 263-301.

²²As narrativas de Luís de Cadamosto falam sobre as viagens que realizou em 1455 e 1456 e que foram terminadas por volta de 1463, quando o navegador já tinha regressado à Itália.

²³Cf. RUSSEL, Peter. *Henrique, O Navegador*, p. 267.

²⁴O termo etíope (de aethiops = face queimada) designa o conjunto dos povos submetidos aos rigores do sol. Assim, os territórios do Egito e do Norte da África, que se encontram numa área de transição para uma região mais ao sul e a oriente, são denominados África Aethiopica. Já a parte mais ao Sul é designada Baixa Etiópia Cf. HORTA, José da Silva. A imagem do Africano pelos portugueses antes dos contatos. In: ALBUQUERQUE, Luís de (org.) *O confronto do Olhar*. Lisboa: Caminho, 1991. p. 47.

²⁵CADAMOSTO, Luís de. *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1988. p. 84.

²⁶*Ibid.*, p. 85.

grande impulsionador da exploração portuguesa na costa africana. Zurara, por exemplo, confessa sua profunda admiração e sua enorme dívida para com o infante D. Henrique. Teria sido o próprio infante quem narrou as histórias para o cronista quando Zurara ficou hospedado em sua casa senhorial por alguns dias. Sobre o testemunho de D. Henrique, Zurara afirma que ele, “dos ditos feitos”, tinha “mais certa lembrança que nenhuma outra pessoa do reino quanto à substância das principais cousas em que está a força da história”.²⁷ Outro dado que corrobora o enaltecimento da figura do Infante D. Henrique é fato de as crônicas de Pisano, Zurara e Cadamosto terem sido concluídas depois da batalha de Alfarrobeira (1449), na qual o exército de D. Pedro (1392-1449), ex-regente do reino, foi vencido pelo seu rei, senhor e sobrinho, D. Afonso V; e quando D. Pedro perdeu a vida, por ter se rebelado, segundo os cronistas, em relação ao seu senhor e por ter, assim, se tornado maldito.²⁸ As crônicas, portanto, deviam registrar a glória do infante navegador e desviar a atenção do episódio infeliz, e Zurara foi longe nesse sentido, ao chegar a modificar, com esse fito, sua crônica sobre a Guiné após a morte do Infante (1460).²⁹

Em se tratando da figura do infante D. Henrique, interessa aqui, portanto, questionar por que, além da busca do desconhecido, este infante, segundo os cronistas do século XV, empreendeu a exploração da costa ocidental africana. Certamente, não se pode atribuir a esta época um grande projeto de se dar a volta à África para chegar até as Índias.³⁰ Mesmo se for considerado, como apresentado acima, que a conquista das praças do norte do Marrocos pouco ou nada se assemelha às viagens que de ano para ano se estendiam mais para o sul do Marrocos,³¹ é preciso interrogar o que a África, nas partes descritas pelos cronistas, representava para os portugueses do século XV e início do XVI, que foram testemunhas do avanço português além-mar. Para mais, deve-se levar em conta se as imagens e os conhecimentos que os portugueses possuíam sobre a África – suas terras, suas riquezas, seus mares e sua gente – contribuíram para a forma como a exploração e a conquista da costa africana foram conduzidas. A proposta desse capítulo consiste, pois, de maneira geral, em interrogar qual é o papel da visão retrospectiva dos fatos na produção dos sentidos históricos.

²⁷ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 44.

²⁸Cf. DUARTE, Luís Miguel. *D. Duarte*. Lisboa: Temas e Debates, 2007. p. 59.

²⁹BARRETO, Luís Filipe. *Descobrimientos e Renascimento: formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1983.

³⁰Cf. TEYSSER, Paul. Los cien Gloriosos. In: CHANDEIGNE, Michel (dir.). *Lisboa Extramuros (1415-1580)*. Madrid: Alianza Editorial, 1992. p. 15.

³¹ALBUQUERQUE, Luís de. Uma releitura de Zurara. In: *Studia*. nº 47. Lisboa, 1989. p. 433.

1.1 Vaguear pela África com a Bíblia, os antigos e as cartografias

O primeiro elemento que salta aos olhos na descrição dos cronistas medievais portugueses acerca da África é a importância religiosa desse território na guerra contra o Islã. Para o cronista Gomes Eanes de Zurara, uma razão que teria levado o infante D. Henrique a mandar seus navios para as partes remotas da África foi a conjectura de “que o poderio dos Mouros daquela terra d’África, era muito maior do que se comumente pensava”.³² Dessa forma, seria natural e prudente querer “saber o poder de seu inimigo”; assim, o infante armou navios para “determinadamente conhecer até onde chegava o poder daqueles infiéis”.³³ Ou seja, Zurara conjuga na figura de D. Henrique a vontade de saber e o empenho religioso, uma vez que o que declara buscar saber é acerca do poderio dos inimigos dos cristãos. O veneziano Luís de Cadamosto igualmente apresenta a guerra com os mouros como um dos propósitos do infante: “e, assim, mandou o dito senhor Infante as ditas suas caravelas, e de ano para ano faziam muitos danos aos Mouros”.³⁴ A África, a propósito, fora e continuava sendo um território emblemático para os cristãos, pois teria sido berço de muitos santos e mártires do cristianismo, terra de vivências religiosas de várias comunidades monásticas e pertencente, por direito, ao povo de Cristo;³⁵ como é o caso de Santo Agostinho, lembrado por Zurara por ter sido bispo na África.³⁶ O poeta e dramaturgo Gil Vicente (1465-1536), no limiar do século XVI, ao rememorar a glória dos portugueses pelos mares, retoma e define a relação desse povo com a África a partir da noção de pertencimento: “Deveis senhores esperar/ em Deus que vos há de dar/ toda África na vossa mão/ África foi de Cristãos/ mouros vo-la tem roubado”.³⁷ Tal noção de direito sobre a terra sintetizada por Gil Vicente, no século XVI, fazia parte dos argumentos dos cronistas para a conquista da África, pois, tendo pertencido no passado aos cristãos, seria do agrado divino a sua recuperação; desta forma, os cristãos deveriam ficar confiantes, pois Deus estava do lado deles.³⁸ A ideia de pertencimento, a propósito, serviu como uma das bases jurídicas da noção de *guerra justa*, ideia essa muitas vezes retomada como argumento legitimador da guerra contra os muçulmanos. Para

³²ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 46.

³³Ibid., p. 46.

³⁴CADAMOSTO, Luís de. *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, p. 85.

³⁵FARINHA, António Dias. Norte de África. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (orgs.). *História da expansão portuguesa*. v. 1. Lisboa: Temas e Debates, 2008. p. 118.

³⁶ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*, p. 10.

³⁷VICENTE, Gil. Tragicomédia de Exortação da Guerra. In: _____. *Copilaçam de Todalas Obras de Gil Vicente*. Introdução e normalização de Maria Leonor Carvalhão Buescu. v. 2. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984. p. 176-177.

³⁸HORTA, José da Silva. A imagem do Africano pelos portugueses antes dos contactos. In: ALBUQUERQUE, Luís de (org.). *O confronto do Olhar*, p. 50.

exemplificar, Mateus de Pisano considerava legítima “a guerra de príncipe cristão contra infiéis”, quando esses estavam “usurpando o patrimônio [território] de Cristo” e conclui, assim, que não havia dúvida que era “lícito fazer guerra às gentes da África”.³⁹

Um dos signos que alimentou o argumento de direito sobre a terra pode ser encontrado na própria etimologia do nome África, como alguns pensadores do cristianismo apontaram, dentre eles o bispo Isidoro de Sevilha (560-636).⁴⁰ Sevilha exercitou em várias de suas obras a prática de examinar a etimologia das principais palavras envolvidas na discussão, mas foi no livro *Etimologias*, ao qual Isidoro de Sevilha teria se dedicado desde 615 d. C., e que é considerado uma das grandes enciclopédias do saber medieval, que o bispo mais amplamente consolidou essa prática. Nesse livro que teve imensa circulação na Idade Média, Isidoro de Sevilha dedicou parte do texto a analisar a divisão das porções da terra. Em se tratando da África, retoma primeiramente o nome Líbia “porque ali sopra o vento Libs” ou porque “Epafo, filho de Júpiter e fundador de Mênfis no Egito, teve de sua mulher uma filha chamada Líbia”.⁴¹ Líbia era a forma pela qual os antigos chamavam a África, pois esta designação só mais tarde teria aparecido. O bispo considerou ainda que a origem do nome África poderia ser relacionada tanto com o excessivo calor – “algumas pessoas dizem que a África tem de ser equivalente a *Aprica* (exposta ao sol), porque é a céu aberto e sol e não sofre os rigores do frio” – quanto com uma explicação bíblica: “o nome da África vem de um dos descendentes de Abraão e Quetura, chamado Afer”.⁴² O cosmógrafo português Duarte Pacheco Pereira (146?-1533), no *Esmeraldo de Situ Orbis* (texto iniciado em 1505), perpetua esta última sugestão de Isidoro de Sevilha para justificar o nome da África:

[...] e o nome África se afirmou ser tomado de Afer, filho de Abraão, o qual, trazendo grande exército nesta parte e vencendo os habitantes dela, aqueles que depois a possuíram, Áferos foram chamados e, agora, Africanos: e por esta causa se crê que toda esta região África é chamada.⁴³

A remissão à história bíblica para compor a construção do nome África, portanto, colaboraria para justificar e solidificar a noção de pertença dos cristãos a esse território. Outra interpretação destacada por Isidoro de Sevilha e que aparece nos cronistas dos séculos XV e XVI é a divisão do mundo: “o mundo está dividido em três partes, uma das quais se chama

³⁹ PISANO, Mateus de. *Livro da Guerra de Ceuta*, p. 09-10.

⁴⁰Essa noção pode ser encontrada em Santo Agostinho e Paulo Osório, dentre outros. Cf. ALBUQUERQUE, Martim de. *Estudos de Cultura Portuguesa*. v. 1. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da moeda, 1983, p. 267.

⁴¹SAN ISIDORO DE SEVILHA. *Etimologías*. Organização, tradução e notas de José Oroz Reta. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004, p. 1019. [Tradução minha]

⁴²Ibid., p. 1019. [Tradução minha]

⁴³PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1988, p. 23.

Ásia, outra Europa, e a terceira, África”.⁴⁴ Isidoro de Sevilha deixa claro que, ao dividir o mundo dessa forma, resgata o pensamento antigo: “os antigos não dividiram de maneira homogênea essas três partes do mundo, a Ásia, no Oriente, estendia-se do meio-dia até o Setentrional; a Europa, por sua parte, desde o Setentrional até o Ocidente; e a África, finalmente, desde o Ocidente até o meio-dia”.⁴⁵

D. Pedro de Barcelos, na *Crónica Geral de Espanha de 1344*, primeira grande composição cronística portuguesa, relaciona a origem da Espanha com a divisão do mundo entre os filhos de Noé, contemplando “como foi o dilúvio de Noé e como suas as linhagens povoaram o mundo”, além de reafirmar a sua tripartição entre “Ásia, Europa e África”.⁴⁶ Já na época da expansão portuguesa, o cronista e latinista quatrocentista Mateus de Pisano faz referência aos antigos e chama a atenção para um dos planos da superfície terrena: “à esquerda fica a Espanha, que é onde começa a Europa, **aquela das três partes do mundo** a que Júpiter deu o nome da filha de Angenor, rei dos Fenícios, por ele raptada, e que Europa se chamava”.⁴⁷ O mesmo pode ser notado no texto de Duarte Pacheco que, escrevendo contemporaneamente aos descobrimentos manuelinos, aponta que os antigos não conheciam a quarta parte do mundo que D. Manuel (1469-1521), o *Venturoso*, mandara descobrir,⁴⁸ porém tenta conjugar os novos conhecimentos experienciados com os escritos cristãos e refere-se à distribuição do mundo entre os filhos de Noé:

[...] depois do universal dilúvio e total destruição, do qual, por divino privilégio, o santo Noé e seus filhos escaparam, sendo a terra descoberta das águas e elas recolhidas em seu lugar, por eles e sua geração foi possuindo todo o universo; e por esta causa se diz que Sem, seu primogênito, habitou a parte oriental, e Cam, a parte do meio dia, e Jafé a parte setentrional.⁴⁹

Duarte Pacheco Pereira explica que, como eram três os irmãos, os antigos consideravam que a Terra era, por correspondência, dividida em três partes, de forma que não levavam em conta uma possível quarta parte, que apenas o testemunho da experiência, “que é madre das coisas, nos desengana e de toda a dúvida nos tira”,⁵⁰ veio revelar no século XVI. Essas referências

⁴⁴SAN ISIDORO DE SEVILHA. *Etimologías*, p. 999. [Tradução minha]

⁴⁵Ibid., p. 999. [Tradução minha]

⁴⁶*Crónica Geral de Espanha de 1344*. CINTRA, Luís Felipe Lindley (ed.). v. 2. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1964. p. 8-9.

⁴⁷PISANO, Mateus de. *Livro da Guerra de Ceuta*, p. 4. [Grifos meus]

⁴⁸ALEGRIA, Maria Fernanda; GARCIA, João Carlos; RELAÑO, Francisc. Cartografia e Viagens. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (orgs.). *História da expansão portuguesa*. v. 1. Lisboa: Temas e Debates, 2008, p. 29.

⁴⁹PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 22.

⁵⁰Ibid., p. 20.

supracitadas remetem tanto à Antiguidade Clássica quanto ao Antigo Testamento; na verdade, tratam de uma fusão dessas duas formas de pensar a origem dos continentes e agregam muitas vezes outros elementos. Segundo a mitologia helênica e latina, era comum a divisão da terra em três partes: Europa, Ásia e Líbia (África). Heródoto, por exemplo, foi um dos que ajudaram a fixar essa partilha. A mitologia greco-romana refere-se à Ásia como rainha – uma das *Oceânides*, segundo Hesíodo, na *Teogonia* –;⁵¹ à Europa como filha do rei de Tiro Agenor, raptada por Zeus em forma de touro; e à Líbia, como a mãe de Agenor⁵² – lenda, como vimos, lembrada por Mateus de Pisano. O mito do rapto da filha de Agenor juntou-se à ideia bíblica de distribuição do mundo entre a descendência dos três filhos de Noé: Sem, Cam e Jafé, que respectivamente receberam a Ásia, a África e a Europa – divisão igualmente considerada por Duarte Pacheco.

Algumas interpretações dos textos sagrados, como a patrística, tenderam a classificar a descendência de Jafé (Europa) como superior, em comparação com a inferior geração de Cam (África).⁵³ Zurara é um exemplo da perduração dessas ideias, ao apontar a inferioridade dos negros relacionada à descendência de Noé: “estes negros, posto que sejam mouros como os outros, são porém servos daqueles por antigo costume, o qual creio que seja por causa da maldição, que depois do dilúvio lançou Noé sobre seu filho Cam”, sujeitando sua geração “a todas as outras gerações do mundo”.⁵⁴ Após o Dilúvio, Cam teria visto a nudez de seu pai, que estava ébrio, e, ao invés de cobri-lo, contou o que viu aos seus irmãos. Tal pecado fez com que Noé condenasse os descendentes de Cam a serem escravos “servos dos servos” (*Gênesis*, IX, 22-5). Deve-se, contudo, ressaltar que a crença de que os descendentes de Cam foram amaldiçoados com a negritude e com a servidão não era uma tradição somente cristã, mas fazia parte da herança judaica e muçulmana.⁵⁵ Retomando o ponto que interessa aqui, nota-se, dessa forma, que os cronistas podiam remeter à mitologia e/ou aos ensinamentos bíblicos, mas em qualquer dos casos retomavam a partilha tradicional das três partes do mundo observada nas confecções cartográficas.

As representações cartográficas medievais configuraram-se em importantes fontes para os cronistas na elaboração de suas descrições sobre o continente africano. Do século XII ao século XV, tais representações tentaram conciliar duas ideias tiradas em parte da cultura

⁵¹ Cf. HESÍODO. *Teogonia*: a origem dos deuses. Estudo e tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 1995. p. 99.

⁵² Cf. ALBUQUERQUE, Martim de. *Estudos de Cultura Portuguesa*. v. 1. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1983. p. 266

⁵³ Cf. *Ibid.*, p. 267.

⁵⁴ ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 93.

⁵⁵ SAUNDERS, A. C. de C. M. *História social dos escravos e libertos negros em Portugal (1441- 1555)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994. p. 66

antiga e da Bíblia, ou seja, o mito bíblico da Terra Plana e a noção grega de uma Terra Redonda. Vários pensadores e cartógrafos tentaram escamotear as contradições entre essas duas concepções e propuseram a ideia de Terra Plana no nível do ecúmeno habitável e a de esférica apenas no nível da astronomia.⁵⁶ Duas sínteses na Idade Média permitiram conciliar essas duas noções, tendo sido construídas a partir de Crates de Malo (c. 160 a. C.), de Aristóteles (384-322 a. C.) e de ideias bíblicas. A síntese bíblico-cratesiana era conhecida na Idade Média através da obra de Macróbio⁵⁷. Nessa síntese, em uma esfera coberta na maior parte por água, representam-se quatro pequenas ilhas opostas. A vasta extensão do oceano impossibilitava qualquer comunicação entre os habitantes dessas ilhas. Em virtude da unicidade da humanidade oriunda de Adão e resgatada por Cristo, principal fundamento da doutrina cristã, os medievais foram levados a confinar a espécie humana em uma das ilhas e negar que as outras fossem habitadas, de forma que o pequeno ecúmeno cristão, perdido na superfície, aparecia como plano.⁵⁸ Já a síntese bíblico-aristotélica, cujo principal veiculador foi João de Sacrobosco, no *Tratado da Esfera* do início do século XIII, dava ao cosmos a forma de quatro esferas concêntricas, constituídas pelos quatro elementos e ordenando-as pela sua respectiva importância. Sacrobosco foi um dos raros pensadores medievais que explicaram a terra descoberta pelas águas por uma causa natural e não bíblica. A maioria explicava a Terra descoberta pelas águas a partir do Gênesis e do Salmo 103, em que no Terceiro Dia, Deus ordenou o ajuntamento das águas. Já Aristóteles acreditava que o mundo era formado muito mais por água e que a terra compunha uma zona mínima. Nas palavras de Sacrobosco, a partir das ideias aristotélicas,

a máquina universal do mundo divide-se em duas regiões, a do éter e a região dos elementos.

A região dos elementos, que está sujeita a uma continua alteração: divide-se por sua vez em quatro partes. A terra é como o centro do mundo; está situada no meio de todas as coisas. Em torno da terra está a água; em torno da água o ar; em torno do ar, está o fogo, puro e isento de agitações que, como dizia Aristóteles no livro dos Meteoros, atinge a orbe da Lua [...] Cada um dos elementos envolve a terra sob a forma de uma camada esférica, salvo onde a seca da terra coloca obstáculo à umidade da água, a fim de conservar a vida dos seres animados.⁵⁹

Esse frágil equilíbrio, aparentemente coerente, entre a ideia de Terra plana e esférica, passou a ser ameaçado, no final do século XV, com o avanço das navegações ibéricas no Atlântico para

⁵⁶ RANGLES, W. G. L. *Da Terra Plana ao Globo Terrestre: uma mutação epistemológica rápida (1480-1520)*. Campinas: Papirus, 1994. p. 11-12.

⁵⁷ Ver anexo 2.

⁵⁸ RANGLES, W. G. L. op. cit., p. 12.

⁵⁹ SACROBOSCO, JOÃO DE. *La Sphère de Jean de Sacrobosco*. Paris: 1576, p. 99. apud. Ibid., p. 13.

além do Equador e com o peso da experiência assombrando as ideias antigas e bíblicas. No entanto, a experiência, como será exposto abaixo, não substituiu completamente o conhecimento livresco. No século XV e início do XVI, portanto, é possível encontrar referências à bíblia, aos antigos e à experiência na forma como os homens tentavam entender tanto o espaço geográfico que o cercavam quanto o espaço longínquo.

Nesse sentido, pode-se admitir que o início do século XV foi marcado,⁶⁰ na cartografia ocidental, pelo acesso à obra geográfica do alexandrino Cláudio Ptolomeu (90 d. C – 160 d. C.), denominada *Geografia*⁶¹ – obra que se tornou uma referência para o período com inúmeras cópias por toda a Europa.⁶² Nesse extenso texto, Ptolomeu⁶³ representou o mundo com três continentes e com mares fechados, que não se comunicavam e em que a África constituía uma porção de terra bem menor do que posteriormente se viria a constatar, além de não ser considerada circunavegável.⁶⁴ As navegações portuguesas pela costa africana, contudo, não entraram em conflito com as representações ptolomaicas, pelo menos no período em que D. Henrique era vivo. Os esboços dessa cartografia, apesar de trazerem o oceano Atlântico como um mar fechado, considerando, portanto, impossível sua comunicação com o Índico, previam que se pudesse navegar pela costa da Guiné. A ideia de que a África não poderia ser contornada por mar é recorrente no século XV; no entanto, os limites considerados navegáveis sofreram constantes alterações no decorrer desse século. O navegador Luís de Cadamosto, por exemplo, descreve o Cabo Não como o ponto considerado seguro das primeiras navegações anuais henriquinas. D. Henrique, quando enviou as caravelas, mandou

⁶⁰Ver: ALBUQUERQUE, Luís de. *Dúvidas e certezas na história dos descobrimentos portugueses*. Lisboa: Vega, 1991. p.11; MARQUES, Alfredo Pinheiro. *Origem e desenvolvimento da cartografia portuguesa na época dos descobrimentos*. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1987. p.51; ALEGRIA, Maria Fernanda; GARCIA, João Carlos; RELAÑO, Francesc. Cartografia e Viagens. In. BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (orgs.). *História da expansão portuguesa*. v. 1. Lisboa: Temas e Debates, 2008. p. 29.

⁶¹Num primeiro momento, a obra geográfica de Ptolomeu foi traduzida para o latim como *Cosmografia* (com uma etimologia incorreta), pois não havia uma palavra em latim correspondente a *Geografia* (se existia era muito pouco utilizada). Desse modo, os primeiro códices latinos receberam o nome de *Cosmografia*, e mais tarde foi traduzida corretamente com o nome *Geografia*. Cf. ALBUQUERQUE, Luís de. *Op. cit.*, p. 11; MARQUES, Alfredo Pinheiro. *Op. cit.*, p.51.

⁶²Cf. Data do ano de 1406 a tradução para o Latim da *Geografia* de Ptolomeu, mas, sem dúvida, com a invenção da imprensa, por volta de 1455, foi ampliada a difusão do texto ptolomaico. Data do ano de 1475 a primeira cópia impressa do texto, porém ela não continha as 27 cartas. Cf. *Ibid.*, p. 11; *ibid.*, p.51.

⁶³ Ver anexo 3.

⁶⁴O longo relato era amparado por 27 cartas: uma delas apresentava-se como uma carta geral que retratava o mediterrâneo e uma porção do Oriente até o Índico; já as restantes eram cartas particulares e regionais dos espaços incluídos na carta geral. Deve-se levar em conta que nem todas as cópias da *Geografia* traziam as 27 e que não é consenso entre os historiadores que elas tenham sido elaboradas por Ptolomeu. No entanto, o que interessa é que no século XV grande parte das cópias da *Geografia* apresentava as tais cartas. Dentre eles, CORTESÃO, Armando. *Cartografia portuguesa e a Geografia de Ptolomeu*. Lisboa: Academia de Ciências, 1964; GODINHO, Vitorino Magalhães. *A expansão quatrocentista portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 2007. Alguns historiadores são mais amenos nessa colocação e apresentam somente as modificações das cartas, como: MARQUES, Alfredo Pinheiro. *Op. cit.*, p. 51.

que seguissem

[...] até o cabo designado Cabo de Não, o qual assim vinha chamado e se chama até hoje. E este cabo era o termo aonde não se achava que ninguém que mais adiante tivesse passado jamais tornasse, e tanto assim que se diziam: *Cabo de Não, quem o passa ou tornará ou não*. De sorte que, até este cabo, foram as ditas caravelas, e dali não ousaram passar mais adiante.⁶⁵

Cadamosto narra ainda que, depois de chegar ao Cabo Não, no ano seguinte, o infante D. Henrique, desejando conhecer além, ordenou que suas caravelas “passassem o dito Cabo de Não”.⁶⁶

No final do século XV, as ideias de Ptolomeu começaram a ser colocadas à prova. Por exemplo, o almoxarife de Sintra, Diogo Gomes, no relato que fez, por volta de 1484, a Martim Behaim (1459-1507) acerca de suas viagens realizadas entre 1444 e 1460,⁶⁷ diz ter viajado além dos territórios descritos por Ptolomeu, ou seja, para além da “região que era designada por Agisimba” e que passou “a ser chamada Guiné”.⁶⁸ Diogo Gomes refere-se ainda à notoriedade de Ptolomeu ao mesmo tempo em que desmente seu pensamento: “estas coisas que aqui se escrevem damo-las com devida vênia do ilustríssimo Ptolomeu, que muito de bom escreveu acerca da divisão do mundo, mas nesta parte enganou-se”.⁶⁹

Contudo, não se pode dizer que o pensamento ptolomaico foi deixado de lado. Mesmo com a passagem do Cabo das Tormentas ou da Boa Esperança, em 1488, por Bartolomeu Dias (1450-1500), e supostamente, trazendo à tona a possibilidade de comunicação entre os oceanos, o cosmógrafo Duarte Pacheco Pereira considerava, entre 1505 e 1508, que o Atlântico era um “*mediterraneum*”,⁷⁰ ou seja, um mar no meio de terras.⁷¹ O cosmógrafo preferiu acreditar que a terra cercava o mar, o qual jazia dentro da concavidade central da terra. Concluindo, dessa forma, que:

[...] o mar oceano não é outra coisa senão uma muito grande lagoa, metida

⁶⁵CADAMOSTO, Luís de. *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, p. 85.

⁶⁶Ibid., p. 85.

⁶⁷ O historiador Michel Mollat acredita a despeito da autoria do relato que: Diogo Gomes talvez começou a redação de seu *Primer descubrimiento de Guinea* seis anos depois de sua terceira viagem [1460]; mas a maior parte foi transmitida por terceiros, competentes por certo. Entre 1482-1490, Martim Behaim havia recompilado oralmente, e talvez complementado as recordações do octogenário; Valentim Fernandes, a princípios do século XVI, os havia traduzido para o latim e incluído em um célebre manuscrito relativo aos descobrimentos. MOLLAT, Michel. *Los exploradores del siglo XIII al XVI*. Primeras miradas sobre nuevos mundos. México: Fondo de Cultura Económica, 1990, p. 47

⁶⁸ Cf. SINTRA, Diogo Gomes de. *Descobrimento Primeiro da Guiné*. Edição crítica de Aires do Nascimento. Lisboa: Edições Colibri, 2002, p. 51.

⁶⁹ Ibid., p. 63.

⁷⁰PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 18.

⁷¹ALBUQUERQUE, Luís de. *Dúvidas e certezas na história dos descobrimentos portugueses*, p. 26.

dentro na concavidade da terra, e a mesma terra e o mar, ambos juntamente fazem uma redondeza, de cujo meio saem muitos braços que entram pela terra, que mediterrâneos são chamados, e que isto creiamos por verdade.⁷²

Em outras palavras, pode-se dizer que o testemunho da experiência dos navegadores não foi suficiente, no início do século XV e talvez por muito mais tempo, para substituir completamente os conhecimentos oriundos da mitologia antiga, dos textos bíblicos e de referências consagradas, como Ptolomeu, Isidoro de Sevilha e o próprio Aristóteles; além disso, é difícil saber a abrangência da divulgação dos novos conhecimentos adquiridos pelas navegações.⁷³

Outro exemplo ainda mais tardio da veiculação e autoridade do pensamento ptolomaico encontra-se nos textos do cronista de meados do século XVI, João de Barros (1496-1570). Tal cronista, escrevendo na época em que os portugueses já tinham chegado à Índia, relembra os feitos henriquinos e aponta a importância das tábuas ptolomaicas para as navegações empreendidas pelo Infante:

O infante, vendo suas boas vontades, e conhecendo deles serem homens para qualquer honrado feito pela experiência que tinha de seus serviços, mandou-lhe armar um navio [...], e deu-lhes regimento que corressem a costa Berbéria e passassem aquele temeroso cabo Bojador, e que fossem descobrindo o que mais achassem: **aquela terra segundo mostravam as tábuas de Ptolomeu.**⁷⁴

Essa intercalação entre o pensamento livresco dos antigos e religiosos e a experiência também é notável nas representações cartográficas. Dentre elas, uma expressão cartográfica importante mencionada pelos cronistas são os mapas-múndi. Tais mapas tiveram ampla divulgação no medievo, tendo sido muitas vezes considerados objetos de prestígio e valor para seus portadores e para quem os encomendava. Os mapas-múndi geralmente apresentavam uma “pintura do mundo” que não necessariamente obedecia às convenções geográficas, podiam tanto não representar toda a Terra quanto abarcá-la numa perspectiva

⁷²PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 21.

⁷³A despeito da pouca divulgação dos novos conhecimentos adquiridos com a expansão, alguns historiadores defenderam que houve em Portugal uma política de sigilo sobre os descobrimentos portugueses, para evitar a concorrência com outros reinos, principalmente, Castela. O maior representante dessa corrente de pensamento foi o historiador português Jaime Cortesão. Outros historiadores pronunciaram a respeito e consideraram não ser possível falar de uma política de sigilo, pelo menos no século XV, e a ausência de informações sobre a saída portuguesa além-mar se justificaria, pois narrar os possíveis descobrimentos não seria o interesse do período que glorificava os monarcas a partir de outros parâmetros. Dentre os historiadores que levaram em conta esses aspectos, destaca-se Luís de Albuquerque. Cf. CORTESÃO, Jaime, *A Política de Sigilo nos Descobrimientos*. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1996; ALBUQUERQUE, Luís de. *Dúvidas e Certezas na História dos Descobrimientos Portugueses*, 1990.

⁷⁴BARROS, João de. *Ásia: dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda. 1988, p. 14.

cosmográfica global, a saber, a Terra no Universo. Ou seja, esses mapas tinham funções mais alegóricas do que propriamente geográficas e representavam, principalmente, o ecúmeno cristão de forma plana. As funções geográficas, por sua vez, cabiam às *Cartas Portulano* ou às *Cartas de Marear*, elaboradas para fins utilitários.⁷⁵ De 1406, data da tradução latina do texto ptolomaico, até 1500, *grosso modo*, os mapas-múndi seguiram a cartografia de Ptolomeu na figuração de apenas três continentes habitados; contudo, além dessa referência, outros tipos de representação espacial foram significativas durante a Idade Média, mas também levavam em conta apenas três continentes ocupados.⁷⁶ O tipo de mapa mais comumente encontrado em todo o período medieval, incluindo-se o século XV, é o tripartido esquemático.⁷⁷ O exemplo mais típico é o de Santo Isidoro de Sevilha, cujo original não sobreviveu.⁷⁸ Nessa representação esquemática, o oceano rodeava como um grande **O** circular os três continentes, Europa, Ásia e África, separados pelo Mediterrâneo e os rios Don e Nilo que, juntos, compunham o formato da letra **T**. Nesse tipo de mapas, normalmente a cidade de Jerusalém aparecia situada no centro – simbolizando sua importância religiosa – e o Paraíso, a Leste, onde o sol nasce. É possível considerar que a forma circular do Oceano, que englobava as partes do mundo, estivesse associada à perfeição de Deus. No interior do mapa, o **T** vinculava-se à cruz e, ao mesmo tempo, a tripartição do mundo remetia ao dogma da Santíssima Trindade e da divisão do mundo entre os filhos de Noé. Somava-se a essas referências cristãs dos mapas tripartidos esquemáticos a noção greco-latina de que o Mediterrâneo tinha um papel central e dividia os quatro cantos do mundo – Ásia (dois cantos), Europa e África. E a noção de Oceano circular podia ser encontrada, por exemplo, em Homero (século VIII a. C.).⁷⁹

Alguns mapas-múndi, a partir do século XV, apesar de não terem a preocupação de manter um rigor geométrico na representação do mundo e possuírem figurações com funções

⁷⁵ALEGRIA, Maria Fernanda; GARCIA, João Carlos; RELAÑO, Francesc. Cartografia e Viagens. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (orgs.). *História da expansão portuguesa*.

⁷⁶Ibid., p.31.

⁷⁷Além desse tipo dominante de mapas, outros tipos circularam no período medieval, como, por exemplo, os *tripartidos não esquemáticos*, que mantinham os três continentes habitados dos mapas T-O, mas não possuíam a mesma rigidez: nem sempre Jerusalém encontrava-se no centro e o Paraíso a Leste; o *mapa zonal de Macróbio* (395-436) que não se prendeu aos ensinamentos da Igreja, desse modo, não tinha preocupação em representar o Paraíso ou as cidades principais do cristianismo, mas apenas ser coerente com a filosofia greco-romana. Tal mapa apresentava o esquema quadripartido, com o oceano circundando e correndo em direção contrária, a partir de um oceano principal na zona tórrida que dividia as zonas setentrional e astral, sendo habitada somente a setentrional; e o *mapa-múndi quadripartido do Beato de Liébana* (730-798) que se caracterizava por apresentar a forma oval. A diferença principal é a introdução de um quarto continente, porém desabitado pelo excessivo calor. Cf. Ibid., p. 29-30.

⁷⁸Ver anexo 4.

⁷⁹MARQUES, Alfredo Pinheiro. *Origem e desenvolvimento da cartografia portuguesa na época dos descobrimentos*, p. 33-34.

alegóricas e abstratas, a que se juntavam abundantes informações escritas, começaram a incorporar orientações dos espaços mediterrâneos que as *Cartas Portulano*⁸⁰ registravam. As *Cartas Portulano*, por sua vez, surgiram por volta do século XIII, sendo o primeiro exemplar hoje conhecido a *Carta Pisana*, produzida entre 1270 e 1300. Diferentemente dos mapas-múndi, que pertenciam a uma tendência cartográfica erudita, as *Cartas Portulano* surgiram das necessidades dos navegadores do Mediterrâneo, com fins fundamentalmente práticos. Além disso, os mapas-múndi faziam parte de uma tendência que buscava retratar essencialmente aspectos terrestres, já as *Cartas Portulano* foram elaboradas a partir da experiência de navegadores e para auxiliá-los. A grande peculiaridade das *Cartas Portulano* era a indução a necessidades náuticas e hidrográficas que se articulavam com roteiros (portulanos) de viagem. As cartas acabavam por ser uma representação gráfica desses roteiros.⁸¹ As primeiras *Cartas Portulano* conhecidas eram, provavelmente, de origem italiana ou maiorquina. Elas conseguiam representar, com certa precisão, o traçado da costa em torno dos mares Mediterrâneo e Negro, ao longo do Norte atlântico do Marrocos e, com algumas irregularidades, a costa do Norte atlântico europeu, de Portugal à Rússia. Buscando indicar os principais rumos a seguir de acordo com os ventos e conferir denominações abundantes, de natureza geográfica, política e comercial, ao longo das costas,⁸² tais cartas foram responsáveis pela divulgação de conhecimentos mais precisos sobre a costa mediterrânea do Marrocos, como a posição dos portos e fortalezas.

Em Portugal, essas cartas náuticas com fins práticos receberam o nome de *cartas de marear*. As primeiras delas utilizadas em Portugal eram de fabrico estrangeiro, italiano ou catalão. Todavia, no tempo do infante D. Henrique, segundo informa Duarte Pacheco Pereira, teria vindo instalar-se no reino “um Mestre Jácome, mestre de cartas de marear, na qual ilha [Maiorca] primeiramente se fizeram as ditas cartas”,⁸³ e tal mestre teria sido responsável por ensinar a confeccionar *cartas de marear* “àqueles de quem os que em nosso tempo vivem

⁸⁰ Ver anexo 5.

⁸¹ Cf. MARQUES, Alfredo Pinheiro. *Origem e desenvolvimento da cartografia portuguesa na época dos descobrimentos*, p. 40

⁸² A técnica inventada consistia em inscrever a vermelho e negro, segundo a importância, os nomes dos portos, tendo em conta as suas distâncias realmente conhecidas, sobre um plano de linhas dispostas em estrela seguindo as direções dos ventos e dos pontos cardeais, em circunferências tangentes entre si e divididas em zonas de vento. Apesar de não terem as graduações de latitude e longitude, apresentavam escalas em milhas para a avaliação das distâncias. Existiam por vezes *Cartas Portulano* requintadas, desenhadas a cores, sobre pergaminho e com iluminuras. No entanto, as que eram levadas nos navios tratavam-se de cópias e nelas eram acrescentadas as correções oriundas da prática de navegação. Cf. MOLLAT, Michael. *A Europa e o mar*. Lisboa: Presença, 1993. p. 51; MARQUES, Oliveira A H. A expansão quatrocentista. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, Oliveira A H. *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 188.

⁸³ PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 120.

aprenderam”.⁸⁴ As *cartas de marear* conjugavam muitas vezes os ensinamentos das *Cartas Portulano*, dos mapas-múndi medievais cristãos e das noções ptolomaicas com novos conhecimentos oriundos da navegação astronômica e da experiência náutica, elaborando-se assim cartas adequadas ao Atlântico, considerado um mar mais turbulento e incerto do que o Mediterrâneo.

Os escritores do século XV descrevem que os próprios navegadores elaboravam e/ou incrementavam as *cartas de marear*. Luís de Cadamosto, por exemplo, narra essa prática nas suas viagens à costa africana:

Correndo, pois, com vento largo, pela dita costa, seguindo a nossa viagem para o Sul, descobrimos a boca de um rio, com a largura, talvez, de um tiro de arco, o qual rio se chama o rio dos Barbacins; e assim está designado na carta de marear, feita por mim, não só deste país como da viagem.⁸⁵

Zurara conta que o Infante D. Henrique foi responsável por mandar reformular alguns pontos das *cartas de marear* que não condiziam com as novas experiências de seus empreendimentos:

[...] porque tinham em suas cartas que eram praias tão baixas, que a uma légua de terra não havia mais que uma braça de água; o que se achou por contrário, pois os navios tiveram e têm assaz de altura para seu marear, tirando certos baixos, e assim se fez nas habitações que aí há em certas restingas, segundo **agora achareis nas cartas de marear que o Infante mandou fazer**.⁸⁶

Nessa passagem, o cronista atribui ao infante D. Henrique a suposta preocupação em registrar em “cartas de marear” a experiência pela qual passavam os portugueses nas terras e mares da costa da África e com isso fixar os novos conhecimentos, uma vez que o testemunho da experiência, para Zurara, seria uma das melhores formas de justificar e dar a conhecer as novas coisas.⁸⁷ Zurara ainda chama atenção para as figurações dos mapas-múndi que também não correspondiam à experiência dos navegadores com as coisas que eles tinham visto:

E é de saber que o que se sabia ao certo da costa do mar grande, eram seiscentas léguas, e são acrescentadas sobre elas estas quatrocentas e cinquenta; e o que se mostrava no mapa-múndi, quanto ao desta costa, não era verdade, pois pintavam senão a aventura; mas isto que agora é posto nas

⁸⁴Ibid., p. 120.

⁸⁵CADAMOSTO, Luís de. *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, p. 148.

⁸⁶Ibid., p. 204. [Grifos meus]

⁸⁷BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (orgs.). *História da expansão portuguesa*, p. 438.

cartas, foi cousa vista por olho, segundo já tendes ouvido.⁸⁸

Zurara apresenta nessa passagem a supremacia das cartas de marear em relação aos mapas-múndi, ao retratar mais fielmente os caminhos navegáveis. Tal supremacia se dava, na época do cronista, pela autenticidade atribuída ao que tinha sido visto, ou seja, registrado pela experiência e pela função utilitária das *Cartas de Marear*, que eram instrumentos de navegação e acompanhavam os navegadores em suas viagens. O que não ocorria com os mapas-múndi que, muitas vezes, possuíam composições de dimensões inapropriadas para se levar num navio, e eram elaborados com os referidos objetivos alegóricos e não instrumentais. As *cartas de marear*, apesar de buscarem certa precisão espacial na representação das distâncias marítimas e no detalhamento do perfil costeiro a ser percorrido pelos navegadores, não eram totalmente alheias às considerações dos mapas-múndi medievais. Muitos exemplares desse tipo de cartografia traziam frequentes alusões e desenhos de motivos, tais como o do Preste João – vasto e poderoso império cristão senhoreado por um rei-sacerdote – ou dos quatro rios do Paraíso, *topoi* no período das navegações henriquinas, como será melhor abordado no próximo subcapítulo.

1.2 Perambular por terras firmes e por planos movediços: o Preste João, as ilhas encantadas, a abundância de ouro e os desertos

Segundo o famoso capítulo VII da *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné*, no qual Zurara elenca os cinco objetivos das ações henriquinas na costa africana para além do Bojador, seria de grande interesse para o *Navegador* a busca por um reino cristão com o qual pudesse realizar comércio:

[...] achando-se naquelas terras alguma povoação de cristãos, ou alguns tais portos, em que sem perigo pudessem navegar, que se poderiam para estes reinos trazer muitas mercadorias, que se haveriam de bom mercado, segundo razão, pois com eles não tratavam outras pessoas destas partes, nem doutras nenhuma que sabidas fossem, e que isso mesmo levariam para lá das que em estes reinos houvesse, cujo tráfego traria grande proveito aos naturais.⁸⁹

Além do comércio, o auxílio que tal reino cristão poderia oferecer na guerra contra os mouros teria significativa importância para o infante D. Henrique:

⁸⁸ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 372.

⁸⁹Ibid., p. 46.

[...] porque de trinta e um anos que havia que guerreava com os Mouros, nunca achou rei cristão, nem senhor fora desta terra, que por amor de nosso senhor Jesus Cristo o quisesse na dita guerra ajudar. Queria saber se se achariam em aquelas partes alguns príncipes cristãos, em que a caridade e o amor de Cristo fosse tão esforçada, que o quisessem ajudar contra aqueles inimigos da fé.⁹⁰

Mesmo mencionando claramente a vontade de D. Henrique de saber sobre um possível reino cristão abaixo do Bojador, nas passagens acima, Zurara só nomeou esse reino no capítulo XVI. O cronista descreve que, em 1442, Antão Gonçalves voltou ao Rio do Ouro para resgatar cativos e com ordens para informar D. Henrique “não somente daquela terra [...] mas ainda das Índias, e da terra do Preste João”.⁹¹ Em se tratando das Índias, alguns historiadores chegaram a defender que o infante D. Henrique buscava em suas expedições encontrar a Índia;⁹² tal hipótese só seria possível se não fosse levado em consideração que o termo Índia era vasto, vago e abrangente, no período henriquino. Em outras palavras, no século XV, não havia uma definição nítida das Índias, sendo o termo Índia ou Índias muitas vezes aplicado para definir quaisquer regiões desconhecidas ou misteriosas a leste ou sudeste do Mediterrâneo.⁹³ No caso da busca por notícias sobre o reino do Preste João, certamente D. Henrique teria tomado contato com os elementos principais da história desse reino mítico que circularam no Ocidente medieval, porém, não se pode afirmar que a procura de tal reino foi o principal motivador das explorações henriquinas, como considerado por certos historiadores.⁹⁴ O que cabe interrogar aqui, no entanto, é: como e por que o reino do Preste João foi associado à África; se não foi o objetivo primeiro da saída portuguesa para outros continentes, por que mereceu destaque na narrativa dos cronistas a respeito das pretensões portuguesas na África; e mais, até quando as ideias sobre o Preste João alimentaram o imaginário português e europeu sobre os territórios além-mar.

Segundo apontaram alguns eruditos,⁹⁵ nas primeiras décadas do século XII, em razão

⁹⁰ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 47.

⁹¹Ibid., p. 94.

⁹²Para o historiador Duarte Leite, que discordava dessa ideia, o cronista Damião de Góis foi o primeiro a sustentar explicitamente um plano henriquino de atingir a Índia asiática. Consideraram o plano henriquino de atingir as Índias os historiadores oitocentistas Pinheiro Chagas e Fortunato de Almeida. Essa concepção foi adotada por historiadores das décadas de 30, 40 e 50 do século XX, como Francisco Fernandes Lopes, Jaime Cortesão e Henri Vignaud. Cf. GODINHO, Vitorino Magalhães. *A expansão quatrocentista*, p. 209-220.

⁹³Cf. BOXER, Charles. *O império marítimo português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1969, p. 37.

⁹⁴Alguns historiadores têm considerado que a grande motivação dos descobrimentos henriquinos teria sido a busca pelo lendário reino do Preste João. Sobre o assunto, ver: ANDRADE, António Alberto Banha de. *Mundos Novos do Mundo: panorama da difusão pela Europa das notícias dos Descobrimentos geográficos Portugueses*. 2 vs. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1972.

⁹⁵DELUMEAU, Jean. *Uma história do Paraíso: o Jardim das Delícias*. Tradução de Teresa Perez. Lisboa: Terramar, 1992. p. 89.

dos contatos estabelecidos pelas Cruzadas, teriam chegado notícias no Ocidente da existência de um soberano cristão que reinava no país dos negros e que era identificado com o imperador da Etiópia. No entanto, na segunda metade do século XII, essa ideia foi se apagando, dando lugar para a localização asiática de tal reino, não tendo sido jamais esquecida totalmente. Como mencionado, o termo Índia era vago e usado para designar tanto a Índia superior (para além do Ganges), a Índia inferior (aquém do dito rio) e a Índia última ou Índia *Egypti*. Duas interpretações podem ter colaborado para a identificação, nesse período, do reino cristão asiático; a primeira é a associação com as construções a respeito do apóstolo S. Tomé. Segundo o texto apócrifo⁹⁶ do século XIII atribuído a Jacoppo de Varazze, a *Legenda Aurea*,⁹⁷ texto de larga circulação na Europa,⁹⁸ o apóstolo São Tomé, em sua missão evangelizadora, teria chegado até regiões extremas da Índia e promovido conversões nessa região, e seu corpo estaria em um túmulo em Madrasta.⁹⁹ Outra interpretação é a ideia bíblica de que os Reis Magos eram provenientes de um oriente fabuloso pelas suas riquezas, pelos seus habitantes, pela sua fauna e flora e dos quais o Preste seria descendente.¹⁰⁰ Somavam-se a essas tendências as recorrentes notícias que chegavam à Europa sobre possíveis reinos cristãos na Ásia, como é o caso das comunidades cristãs nestorianas da Ásia Central.¹⁰¹

Dois textos podem ser responsabilizados – devido à circulação que tiveram – por

⁹⁶A Idade Média chamava de apócrifos os muitos textos bíblicos que a Igreja considerava sem autoridade apostólica mas que ainda assim gozavam de bastante popularidade na época, mesmo entre os eclesiásticos. Cf. JUNIOR, Hilário Franco. Apresentação. In: VARAZZE, Jacopo. *Legenda Aurea: vida de santos*. Tradução do latim, apresentação, notas e seleção iconográfica de Hilário Franco Junior. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

⁹⁷Segundo a *Legenda Aurea*, o apóstolo São Tomé estava em Cesária quando recebeu a missão, através da aparição do próprio Cristo, de servir o rei da Índia, Gundafor, como arquiteto na construção de seu majestoso palácio. Apesar de, a princípio, o apóstolo resistir à missão: “Senhor, envie-me aonde quiser, menos à Índia”, acabou aceitando o desígnio divino e comprometeu-se a ir àquelas terras para converter os indianos: “Você é meu Senhor e eu seu escravo, seja feita a sua vontade”. Assim, foi ao encontro do rei da Índia e lá chegando “desenhou a planta de um magnífico palácio e o rei recompensou-o com consideráveis tesouros que o apóstolo distribuiu aos pobres”. Além de realizar a caridade de ajudar os pobres, São Tomé, durante a ausência do rei, aproveitou para “se consagrar com ardor à pregação e converter um número incontável de pessoas”. Cf. VARAZZE, Jacopo. *Legenda Aurea: vida de santos*. Tradução do latim, apresentação, notas e seleção iconográfica de Hilário Franco Junior. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 81-84.

⁹⁸LOPES, Paulo. *Viajar na Idade Média: a visão Ibérica do Mundo no “Livro do Conhecimento”*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2005. p. 50.

⁹⁹DELUMEAU, Jean. *Uma história do Paraíso: o Jardim das Delícias*, p. 89.

¹⁰⁰Ibid., p. 89; ANDRADE, António Alberto Banha de. *Mundos Novos do Mundo*, p. 850.

¹⁰¹O nestorianismo asiático, doutrina do bispo Nestório, foi condenado oficialmente pela Igreja Ocidental no Concílio de Éfeso, em 431 d. C., pois distinguia a natureza humana e a divina de Cristo. Além do nestorianismo que se expandia pela Pérsia, Índia e China, havia também a crença de uma comunidade cristã do Malabar, onde se encontraria o corpo do apóstolo São Tomé. Cf. ALBUQUERQUE, Luís de; DOMINGUES, Francisco Contente (dirs.). *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*. v. 2. Lisboa: Círculo de Leitores e Caminho, 1994. p. 918; SANTOS, Maria Isabel Soares Carvalho. *A apropriação literária do mito do Preste João na afirmação da supremacia britânica em África na viragem do século XIX: King Solomon's mines, she and Prester John*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Estudos Anglo-Portugueses, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2000. p. 26. [texto fotocopiado]

divulgar e alimentar as imagens construídas no Ocidente sobre o reino cristão do Preste João. Data provavelmente da segunda metade do século XII a carta apócrifa supostamente elaborada pelo rei-sacerdote Preste João e destinada ao imperador de Constantinopla, Manuel Comneno (1177-1180). A conhecida *Carta do Preste João das Índias*¹⁰² é, sem dúvida, a referência escrita mais marcante a respeito das histórias sobre o Preste João. Dessa carta circularam, a partir de 1165, inúmeras cópias manuscritas, não só latinas como também em diversas línguas e, com o tempo, as sucessivas versões foram incorporando elementos novos. Uma dessas versões teria feito parte da biblioteca do mosteiro de Alcobaça, como apresenta o *Inventário dos Códices Alcobacenses*, editado pela Biblioteca Nacional de Lisboa.¹⁰³ A cópia é datada possivelmente do século XIV, com fortes indicações de que tenha sido manuseada e lida no século XV, no tempo do infante D. Henrique.¹⁰⁴ Trata-se de uma cópia que remete às primeiras versões latinas da *Carta*, pois foi endereçada apenas ao imperador bizantino Manuel Comneno, sem as alusões ao Imperador Frederico I, *Barba-ruiva*, (1152-1190), a seu neto Frederico II (1211-1250) ou a algum rei da França, como outras cópias manuscritas apontaram.¹⁰⁵ A *Carta* teria constituído o ponto de partida de muitas obras subsequentes que abordaram histórias acerca do rei-sacerdote, Preste João. Dentre elas, a mais famosa, célebre e com intensa circulação no período medieval foi o relato de viagens de Jean de Mandeville, do

¹⁰²As versões da *Carta do Preste João*, de maneira geral, descartando as muitas modificações e as diferentes referências culturais às quais as versões estão filiadas, apresentam os seguintes temas condutores: apresentação inicial do autor da carta, o rei-sacerdote Preste João, que era um poderoso senhor cristão das Índias; delimitação de seu domínio, que se estendia sobre as três Índias, rodeadas e atravessadas pelos rios que nascem no Paraíso, além de todos os territórios do extremo Oriente até a torre de Babel. Nesse espaço encontram-se animais e homens exóticos: elefantes, dromedários, leões, a fênix, serpentes, pássaros encantados, unicórnios, homens peludos, canibais, pigmeus, cíclopes e as amazonas. A proximidade da terra do Preste João com o Paraíso é identificada por vários sinais, como a ausência de veneno em animais como escorpiões e serpentes, o rio que sai do Paraíso continha uma quantidade infindável de pedras preciosas e os obstáculos para se chegar ao Paraíso encontravam-se ali próximos, como mares de areias e cadeias intransponíveis de montanhas. Nas terras do Preste, também se encontrava água da fonte da juventude, responsável pela longevidade do rei-sacerdote. O palácio do Preste João é descrito como possuidor de imensas riquezas, revestido de ouro e pedras preciosas. Havia um lugar especial para seu quarto, cujo leito de safira protegia a castidade do Preste, que só recebia suas mulheres quatro vezes ao ano com o único fim de procriar. Nesse palácio, existia um espelho de grande altura pelo qual o Preste João era capaz de ver o mundo. Sentavam-se à mesa do Preste: arcebispos, bispos e o patriarca de São Tomé. Há um esclarecimento da razão do título Preste, uma vez que, apesar de seus súditos terem graus eclesiásticos elevados, ele, por humildade, preferia ser designado por presbítero, que é o grau mais baixo; e, por fim, termina a carta reafirmando a imensidão de seu império. Cf. *Carta do Preste João das Índias: versões medievais e latinas*. Prefácio e notas Manuel João Ramos. Tradução de Leonor Buescu. Lisboa: Assírio e Alvim, 1998; MAURÍCIO, Domingues. Ainda a “Carta do Preste João” das Índias. In: *Broteria*. n.º 72. Lisboa, 1961; RAMOS, Manuel João. *Ensaio sobre a reversibilidade simbólica: análise transformacional de mitologia cristã*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa, 1995. [texto fotocopiado]

¹⁰³O códice CCLVI desse fundo aparece com a rubrica de *De India et de eius mirabilibus*, que nada mais é do que a Carta do Preste João das Índias. Cf. MAURÍCIO, Domingues. Ainda a “Carta do Preste João” das Índias. In: *Broteria*. n.º 72. Lisboa, 1961. p. 7.

¹⁰⁴Cf. *Ibid.*, p. 7.

¹⁰⁵Algumas cópias, principalmente francesas e inglesas, trazem indicações que, depois de Manuel Comneno, a Carta teria sido encaminhada para o imperador do Sacro Império e para reis franceses. Cf. *Ibid.*, p. 23.

século XIV.¹⁰⁶ O livro *Viagens de Jean de Mandeville*, supostamente escrito por um nobre cavaleiro inglês,¹⁰⁷ por volta de 1356-1357, tornou-se uma das obras de informação geográfica e de leitura popular mais divulgada na Europa durante o final do século XIV e os séculos XV e XVI, sendo possível contabilizar aproximadamente 250 manuscritos produzidos em várias línguas europeias.¹⁰⁸ O sucesso do texto deveu-se, provavelmente, ao fato de que ele satisfazia a um público diverso, tanto aquele que tinha curiosidade por saber coisas novas do Oriente quanto o preocupado com os conhecimentos geográficos.¹⁰⁹ O relato veiculava uma imagem do mundo que pode ser considerada representativa da que era partilhada entre os homens cultos europeus do século XIV, antes da redescoberta do texto ptolomaico.¹¹⁰ Embora constituindo-se em terra de difícil acesso e com imensas maravilhas, o reino de Preste João e o próprio rei-sacerdote aparecem, em Mandeville, mais humanizados e mais acessíveis do que na *Carta*. O Preste João, para Mandeville, é um rei que cobra tributos e realiza o comércio; já na *Carta* – que é uma narrativa menos elaborada por se tratar de uma carta e por não ter as pretensões das narrativas de viagem –, o Preste João aparece como um verdadeiro intermediário entre o mundo terrestre e o celeste e protetor da fabulosa árvore da pimenta, tão cobiçada pelos ocidentais.¹¹¹ Esses textos foram responsáveis, portanto, por divulgar, reafirmar e redefinir ideias sobre o Preste João – como um líder cristão excepcional – que se propagaram pelo Ocidente.

Retomando o ponto que interessa aqui, a localização do reino do Preste João,¹¹² vale

¹⁰⁶Outros viajantes também foram responsáveis por divulgar notícias sobre o reino do Preste João, dentre eles: Guilherme de Rubruk, João de Montecorvino, Marco Polo, Odorico Pordenone e Pian de Carpine. Cf. ANDRADE, António Alberto Banha de. *Mundos Novos do Mundo*, p. 852.

¹⁰⁷A despeito disso, Manuel João Ramos aponta que a escrita em francês era algo comum na corte anglo-normanda até finais do século XIV. Cf. RAMOS, Manuel João. A águia e a serpente: o reino do Preste João na literatura europeia de viagens entre os séculos XII e XVII. In: SILVA, José Carlos Gomes da (coord.). *Inversão Social e Assimetria*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1992. p. 183.

¹⁰⁸Cf. *Viagens de Jean de Mandeville*. Tradução e organização de Susani Silveira Lemos França. Bauru: EDUSC, 2007.

¹⁰⁹Esse relato é importante, pois teria sido responsável por transcrever e incrementar, em língua vernácula, o conteúdo da carta apócrifa do Preste João, cujo texto em latim supostamente data do século XII. A segunda parte do livro de Mandeville pode ser considerada, por conseguinte, uma reformulação da *Carta do Preste João*, ao apresentar o reino do Preste João das Índias e suas maravilhas. Cf. RAMOS, Manuel João. A águia e a serpente: o reino do Preste João na literatura europeia de viagens entre os séculos XII e XVII. In: SILVA, José Carlos Gomes da (coord.). *Inversão Social e Assimetria*, p. 186.

¹¹⁰Cf. LOPES, Paulo. *Viajar na Idade*, p. 48.

¹¹¹A inacessibilidade do reino do Preste João é aliviada nos textos posteriores à *Carta*, como em *Viagens de Mandeville*. A Índia do Preste João, de Mandeville, é acessível e encontra-se nos antípodas da Inglaterra, representando a mesma localização oposta entre Jerusalém e o Paraíso Terrestre. Ainda para Mandeville, o reino do Preste João encontra-se mais longe do Paraíso do que na *Carta* e, também, perde um pouco a sua perfeição. O Preste João reina sobre várias províncias, porém é vassalo do Grã-Cã e casa sempre com a filha deste. Não veste roupas incombustíveis e não é eterno: cada Preste é sucedido pelo filho, numa sequência dinástica hereditária. Cf. RAMOS, Manuel João. A águia e a serpente: o reino do Preste João na literatura europeia de viagens entre os séculos XII e XVII. In: SILVA, José Carlos Gomes da (coord.). *Inversão Social e Assimetria*, p. 142.

¹¹²Cf. RAMOS, João Manuel. O destino etíope do Preste João: a Etiópia nas representações cosmográficas

lembrar que a *Carta* parece localizá-lo no continente asiático. Como está descrito na versão do códice alcobacense, o domínio desse senhor se estende pelas três Índias e sua “terra arranca dos confins da Índia ulterior, onde jaz o corpo de S. Tomé, seguindo pelo deserto para as partes orientais, onde o sol nasce, e tornejando pelo Ocidente até a cidade deserta de Babilônia, junto à Torre de Babel”.¹¹³ Abrangia, pois, o poder do Preste “mil e setenta e duas províncias que estão ao nosso serviço”.¹¹⁴ Já o escritor Jean de Mandeville, viajante ou apenas recolhedor e compilador de histórias, fábulas e/ou guias de viagem, defendia a noção de esfericidade da terra e aceitava as representações dos mapas em **T-O**. Desse modo, a cidade de Jerusalém encontrava-se, em seu relato, no centro do mundo e, para além dela e dos reinos muçulmanos a oriente, estavam os reinos de Catai, da Pérsia e da Índia (Alta, Média e Baixa) – esta última poderia ser atingida pela Pérsia ou pela Etiópia.¹¹⁵ O reino do Preste João localizava-se na parte mais baixa da Índia, justamente no oposto da Inglaterra:

E deveis saber que os que vivem sob a estrela Antártica estão pé contra pé com aqueles que vivem sob a estrela Tramontana, assim como nós e os que vivem no lugar oposto ao nosso estamos pé contra pé. Todas as partes do mar e da terra têm seus opostos, habitáveis e acessíveis, que as equilibram. E compreendi que, no meu modo de pensar, as terras do preste João, imperador da Índia, acham-se exatamente por baixo de nós. E, se um homem partisse da Escócia ou da Inglaterra para Jerusalém, caminharia sempre para cima, pois nossa terra está na parte baixa do Ocidente e a terra do preste João, na parte baixa do Oriente, onde é dia quando entre nós é noite. E também, em contrapartida, lá é noite quando entre nós é dia. E o muito que se sobe para ir da nossa terra a Jerusalém corresponde ao tanto que se desce para a terra do preste João. E a razão é que a terra e o mar são redondos.¹¹⁶

Essa associação com a Ásia, no período medieval, pode ser explicada porque a cosmografia e geografia medievais europeias consideravam a Ásia oriental – na extremidade da qual se localizava o Paraíso terrestre – a região ecumênica mais próxima da esfera celeste.¹¹⁷ Contudo, também aparecem nesse período casos de identificação africana do reino fabuloso, sendo exemplar o *Livro del Conoscimento de Todos los Regnos*, escrito na segunda metade do século XIV e considerado o primeiro relato de viagens produzido na Península

europeias. In: CRISTOVÃO, Fernando (coord.). *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens*. Lisboa: Cosmos, 1999. p. 237-259.

¹¹³MAURÍCIO, Domingues. Ainda a “Carta do Preste João” das Índias. In: *Broteria*, p. 16.

¹¹⁴Ibid., p. 16.

¹¹⁵RAMOS, Manuel João. A águia e a serpente: o reino do Preste João na literatura europeia de viagens entre os séculos XII e XVII. In: SILVA, José Carlos Gomes da (coord.). *Inversão Social e Assimetria*, p. 185.

¹¹⁶*Viagens de Jean de Mandeville*, p. 171-172.

¹¹⁷RAMOS, Manuel João. Introdução. In: *Carta do Preste João das Índias*. Tradução de Leonor Buescu. Lisboa: Assírio & Alvim, 1998. p. 9.

Ibérica, e que provavelmente serviu de fonte para Zurara.¹¹⁸ Tal livro traz a seguinte referência da localização africana do reino: “Preste João, que é patriarca da Núbia e da Etiópia, e senhoreia muito grandes terras e muitas cidades de cristãos”.¹¹⁹ Como mencionado, a geografia medieval normalmente situava na África uma “terceira Índia”, que abrangia a Abissínia e a Etiópia, tanto separadas como confundidas. Na verdade, a Índia era um território mal conhecido no Ocidente tanto no que diz respeito à sua extensão quanto às suas fronteiras. Normalmente, a Índia, na Europa Medieval, era demarcada na África pelo rio Nilo. Considerando-se que se pensava na época que o rio Senegal era um braço do Nilo, toda a região sul banhada pelos rios acabou muitas vezes sendo identificada como uma possível extensão da terra do Preste João.¹²⁰ Jean de Mandeville descreve a aproximação da Índia com as terras da Etiópia: “Da Etiópia se vai à Índia”. E relembra a dimensão tricéfala da Índia:

A Alta Índia é chamada Emlak. A Índia está dividida em três partes principais: Índia Maior, que é uma terra muito cálida; Índia Menor, que é uma terra de clima temperado e se estende até a região de Média; a terceira parte, a setentrional, é muito fria e, por causa disso e das contínuas geadas, a água torna-se cristal.¹²¹

A partir dessa proximidade entre Índia e Etiópia, os homens do final do século XV e do século XVI tendem paulatinamente a identificar mais o reino mítico do Preste João com as regiões da África. A associação do reino do Preste com a Etiópia, pelo menos na cartografia, nunca foi abandonada por completo. Exemplos são: o atlas encomendado por Carlos V da França, entre 1375-1378, aos cosmógrafos catalães, o qual se refere aos cristãos da Núbia que viviam sob o domínio do imperador da Etiópia do país do Preste João; o mapa-múndi do veneziano Andrea Bianco, de 1430, que localiza o reino do Preste João na extremidade da África, próximo à Ásia, porém separado dela por um golfo alongado e povoado de ilhas; e o mapa de Fra Mauro (138?-1460), de 1459, que representa esse reino da África mais precisamente na Abissínia.¹²² Num portulano catalão da Biblioteca de Florença (de 1433), na parte relativa à África oriental, é possível ler: “nesta região reina um rei imperador, o Preste João, senhor dos índios, que são negros por natureza”.¹²³ Na cartografia portuguesa, o Preste

¹¹⁸ LOPES, Paulo. *Viajar na Idade Média*, p. 99.

¹¹⁹ Preste Johan, que es patriarcha de Nubia et de Ethiopia, e señorea muy grandes tierras e muchas çivdades de christianos. *Livro del Conoscimento de Todos los Regnos et tierras et señoríos que son por el mundo, et de las señales et armas que han*. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”, 1999. p.170.

¹²⁰ Cf. RANDLES, W. G. L. *Da Terra Plana ao Globo Terrestre*, 1994.

¹²¹ *Viagens de Jean de Mandeville*, p. 155.

¹²² Cf. DELUMEAU, Jean. *Uma história do*, p. 113.

¹²³ Cf. RAMOS, Manuel João. A águia e a serpente: o reino do Preste João na literatura europeia de viagens entre os séculos XII e XVII. In: SILVA, José Carlos Gomes da (coord.). *Inversão Social e Assimetria*, p. 227.

João foi representado na África, em 1502, por planisfério anônimo, também conhecido por Cantino.¹²⁴ Alguns cartógrafos tenderam, ainda, a localizar a Etiópia até as margens do Atlântico.¹²⁵

No final do século XV, persiste no Ocidente a ideia de encontrar e contatar o Preste João, localizado, nesta altura, cada vez mais na África. D. João II, de Portugal, por exemplo, enviou embaixadores à África com esse propósito. Em 1487, foram enviados – pela via tradicional do Oriente Próximo – dois viajantes conhecedores da língua árabe, Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva, com a missão de buscar tudo o que se pudesse saber da Índia e o reino do Preste João.¹²⁶ Garcia de Resende, na *Crónica de D. João II*, menciona esse episódio: “assim, a Afonso de Paiva e a Pêro da Covilhã deu largas despesas por letras para muitas partes, e as suas instruções para, por via de Jerusalém ou pelo Cairo, passarem à terra do Preste João”.¹²⁷ Segundo o relato de meados do século XVI, *Verdadeira Informação sobre a Terra do Preste João das Índias*, do padre Francisco Álvares, confessor de Pêro da Covilhã, os dois embaixadores teriam seguido juntos até o Cairo e Adém, com ordens para “descobrir e saber do Preste João e onde se acham a canela e as outras especiarias que daquelas partes iam a Veneza por terras de mouros”.¹²⁸ Em poder dos viajantes encontrava-se uma carta de marear que foi presente de “El-Rei D. Manuel, sendo duque, e que lhes deram uma carta de marear tirada de mapa-múndi”, bem como muitos presentes para serem entregues ao Preste João. Pêro da Covilhã seguiu para Cananor, Calicute, Goa e Ormuz e regressou a Adém e Cairo para reencontrar o companheiro que deveria ter seguido para a Etiópia. Chegando ao Cairo, teve notícias de que seu companheiro havia falecido nesse lugar. Sob ordens régias recebidas por mensageiros judeus que vinham de Portugal, Pêro da Covilhã seguiu então para a Etiópia, a fim de cumprir a missão e conseguir notícias sobre o tão procurado reino cristão.¹²⁹ Pêro da Covilhã teria chegado à Abissínia, em 1493, quando reinava o imperador etíope Alexandre

¹²⁴CORTESÃO, Armando. *História da Cartografia Portuguesa*, p. 260.

¹²⁵Essa ideia foi vinculada na cartografia pelo menos desde o século VIII até o século XVI. Alguns exemplos merecem ser citados: no século VIII, o mapa-múndi de Albi indica a Etiópia junto ao Atlântico e ao sul da Mauritânia; o mapa de Sever, do século IX, situa a Etiópia ao sul do Saara, o que se repete no planisfério de Hereford, do século XIII, que ainda distingue os etíopes em duas castas, a dos “tanginer” e a dos “agriofages”, que se alimentavam de animais selvagens. No século XIV, um planisfério circular anônimo, acompanhado com uma obra manuscrita de Fr. Paulino Minorita, representa a Etiópia em áreas distintas, como se tornou recorrente, junto a Índia, a Etiópia Oriental e próximo ao Atlântico outra Etiópia ou Barbaria. Cf. ALBUQUERQUE, Luís de. Uma releitura de Azurara. In: *Studia*. n° 47. Lisboa, 1989. p. 423.

¹²⁶Sobre o assunto ver: *Ibid.*, p. 421; DELUMEAU, Jean. *Uma história do Paraíso*, p. 89; FONSECA, Luís Adão da. *D. João II*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2005. p. 117.

¹²⁷RESENDE, Garcia de. *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973. p. 249.

¹²⁸ALVARES, Francisco. *Verdadeira Informação das Terras do Preste João*. Lisboa: Edições Alfa, 1989. p. 45.

¹²⁹Cf. *Ibid.*, p. 46-47.

(identificado com o Preste João), que o teria recebido “com muito prazer e alegria”.¹³⁰ Nos anos seguintes não chegaram em Portugal as notícias esperadas que Pêro da Covilhã deveria trazer, pois meses após a chegada do embaixador português à Etiópia, o imperador Alexandre faleceu e seus sucessores, Anda Syon II (reinou somente no ano de 1494) e Naod (reinou de 1494 a 1508), não permitiram que o emissário voltasse para casa. Covilhã, por sua vez, teria constituído família e permanecido na Etiópia.¹³¹ Ele foi encontrado por uma expedição portuguesa tempos mais tarde, enviada por D. Manuel, em 1520, e nela estava presente o padre Francisco Álvares, confessor de Covilhã e responsável por relatar a expedição portuguesa na Etiópia (a qual durou sete anos). Essa expedição foi descrita na *Verdadeira Informação sobre a Terra do Preste João das Índias*, impressa em 1540 e rapidamente teve traduções em várias línguas.¹³² Apesar do relato do padre Francisco Álvares trazer o termo *Índias*, lembrando a associação entre Índia e África já abordada aqui, o texto constitui uma descrição da Etiópia.¹³³

O reino fabuloso do Preste João, que por muitos séculos alimentou o pensamento ocidental, progressivamente perdeu suas características fantasiosas. Notadamente, a narrativa do padre Francisco Álvares tende a apresentar certo ar de desencanto em relação ao que se esperava encontrar. Segundo tal relato, o reino do Preste João não correspondia à opulência esperada: o rei é apresentado como etíope, negro e cismático. Tratava-se de um nômade que vivia em uma tenda pelo deserto e que reclamou do pobre presente que os portugueses, de improviso, lhe tinham oferecido (tapeçarias, armas e uma carta de marear); seu povo é apresentado como preguiçoso, por não saber aproveitar as riquezas do solo. Outra mutação da lenda é que, no século XV, por toda parte se acreditava que indubitavelmente esse misterioso rei-sacerdote, uma vez localizado, seria um poderoso aliado contra os muçulmanos, fossem turcos, egípcios, árabes ou mouros. No caso português, encontrá-lo numa região africana ajudaria na guerra contra os mouros, como sugere Zurara ao falar dos planos de D. Henrique. Contudo, no relato de Francisco Álvares, o Preste João aparece mais como um potencial

¹³⁰ALVARES, Francisco. *Verdadeira Informação das Terras do Preste João*, p. 47.

¹³¹Cf. *Ibid.*, p. 154; ALBUQUERQUE, Luís de. Uma releitura de Azurara. *Studia*, p. 421; DELUMEAU, Jean. *Uma história do Paraíso*, p. 89; FONSECA, Luís Adão da. *D. João II*, p. 117; RAMOS, Manuel João. A águia e a serpente: o reino do Preste João na literatura europeia de viagens entre os séculos XII e XVII. In: SILVA, José Carlos Gomes da (coord.). *Inversão Social e Assimetria*, p. 227.

¹³²Assim que teve notícias da chegada da expedição portuguesa ao reino do Preste João, D. Manuel ordenou que fosse impressa em a *Carta das Novas que vieram a El-Rei do Achamento do Preste João*. O padre Francisco Álvares conta que utilizou um desses mapas na composição de seu relato. Cf. ALVARES, Francisco. *Verdadeira Informação das Terras do Preste João*, p. 153-163.

¹³³Cabe mencionar que ainda no século XVI há textos que tendem a localizar o reino do Preste João na Ásia, como a narrativa de Gomez de Santisteban, *Livro del Infante don Pedro de Portugal*, o irmão do Infante D. Henrique. Tal livro foi publicado no início do século XVI.

aliado comercial do que aliado na guerra religiosa.

Apesar da repercussão da *Verdadeira Informação sobre a Terra do Preste João das Índias*, traduzida em diversas línguas e espalhada rapidamente pela Europa, em meados do século XVI, o mito do Preste João passou a não ter a mesma abrangência de antes. O próprio papa Paulo III (1468-1549) duvidava da existência de um poderoso rei cristão que pudesse auxiliar na guerra contra os turcos. Como menciona o arcebispo de Funchal, D. Martinho de Portugal (?-1547), numa Carta de 13 de setembro de 1535 enviada ao rei D. João III:

Isto do Preste João se devia de acabar. Pode ser que nesta conjunção aproveite muito ainda se ouve de fazer guerra ao turco não quererão nenhuma ajuda de Vossa Alteza senão pela Índia [...] No da Índia não falo. No Egito como o turco for apertado porque aquilo fica ermo. Com gente e dinheiro do Preste João há Vossa Alteza tudo. Assim o tem por profecia. E não será muito navegardes a Índia por este outro mar.

Este Papa não crê nem creu nada disto do Preste João. Nunca lhe nisto falei mas sei que o não crê.¹³⁴

Esse trecho é particularmente importante, pois exemplifica uma aparente mudança de pensamento da Europa ocidental em relação às terras distantes e desconhecidas do período medieval. No século XVI, o contato cada vez mais intenso entre os portugueses e a África e a Ásia fez com que certos mitos começassem a ser questionados e deixassem de ter o mesmo poder de convencimento de antes, embora não tivessem desaparecido por completo.

Além da vontade de contatar o reino fabuloso do Preste João, a busca por ilhas encantadas esteve presente em textos ocidentais desde tempos antigos. Poder-se-ia atribuir a Heródoto uma das primeiras veiculações da procura de uma ilha que foi designada de Afortunada – provavelmente situada no meio do oceano e que só se apresentava para homens especiais. No entanto, este autor teria bebido de fontes mais remotas, nomeadamente egípcias que, por sua vez, estavam contaminadas por experiências e reinterpretações fenícias vinculadas à descoberta do mar largo.¹³⁵ Não se pode dizer ao certo a fonte precursora da disseminação dessa ideia de ilha perdida e encantada, mas foi, por volta do século IX, que a associação entre as ilhas encantadas e paraíso perdido começa a ganhar a forma.

Um dos documentos mais importantes, se não o mais fundamental, na divulgação de tal associação é o *Navigatio Sancti Brandani* (Navegações de São Brandão), elaborado, em

¹³⁴ Cf. *As gavetas da Torre do Tombo*. Tomo 3 (gavs. XIII-XIV). Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963. p. 176. [Grifos meus]

¹³⁵ Cf. NASCIMENTO, Aires A. Ilhas Afortunadas: um nome feito de sonhos. *Colóquio “a ilha e a mitologia”*. Funchal, 1998. pp. 19-31.

latim, no do século IX¹³⁶ e bastante difundido na Idade Média, com cerca de 120 manuscritos, além de traduções para diversas línguas.¹³⁷ Em Portugal, por exemplo, foram catalogadas algumas cópias medievais do texto. Uma, originária do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, constitui-se no único manuscrito, em latim, da versão mais tardia da *Nauigation de Saint Brendan*, composta por Benedeit no século XII.¹³⁸ Duas outras são oriundas de Santa Cruz de Coimbra, uma datável de finais do século XII e outra, dependente da primeira, do século XIII, é componente de uma versão mais vulgar da *Nauigation*, sob forma mais reduzida, porém preservando as temáticas principais.¹³⁹ De maneira geral, as várias compilações da *Nauigation de Saint Brendan*, tanto hibernicas quanto continentais, abordam a peregrinação do monge irlandês Brandão, que teria vivido entre o final do século V e início do VI, por ilhas oceânicas, durante sete anos. A narrativa tem a estrutura de um relato de viagem, iniciando-se com uma espécie de prólogo que apresenta os motivos desencadeadores da viagem, a saber, o relato de um ancião que já estivera no Paraíso. Com a intenção de também receber a graça divina e ter acesso ao Paraíso Terreal, o abade, Brandão, convoca sete monges para acompanhá-lo na

¹³⁶ Tem sido aceita a ideia de que o texto *Nauigatio Sancti Brendani* (NB) escrito, provavelmente no segundo quartel do século IX, em território irlandês, remete ao texto anterior *Vita Sancti Brendani* (VB) elaborado no século VIII ou na passagem do século VIII para o IX. Quanto a abordagem temática, pode-se considerar que a VB apresenta os seguintes pontos fundamentais: identificação das origens de Brandão; viagem à *terra repromissionis*; peregrinação de penitência na Bretanha; período de fundações de mosteiros em várias zonas da Irlanda; últimos anos da do santo, onde predominam as evocações das aventuras passadas; tudo sublinhado com milagres e incidentes de várias naturezas. Em outras palavras, na VB, São Brandão é menos um navegante do que um taumaturgo, que ressuscita mortos e faz brotar fontes em lugares áridos, ou seja, a VB tem ares de hagiografia. A dependência da NB relativamente à VB, entretanto, não sofre dúvidas, pois as coincidências são múltiplas: a duração de sete anos para a viagem, a estadia dos monges junto de Enda e os episódios da viagem... As diferenças também são marcantes, principalmente, em relação à viagem que ganha maior espaço com que a origem de São Brandão e suas ações taumaturgicas. A NB articula-se em torno de um número de etapas recorrentes que são passagens anuais obrigatórias para Brandão e para os seus monges em momentos extremamente significativos como é do caso da celebração das festas litúrgicas principais (Natal, Páscoa, Pentecostes). Do ponto de vista narrativo, a NB suscita maior interesse, pois é mais diversificada por personagens, agentes de ação, de objetos, de lugares de passagem, de incidentes de percurso e de atuação do protagonista. Já na Idade Média, a NV tinha mais destaque do que a VB. Uma explicação plausível, proposta por Aires Nascimento, remete ao traslado do texto das ilhas para o continente. Segundo ele, monges ou clérigos, portadores dos textos primitivos, teriam deixado as Ilhas em período de invasões e se refugiaram no continente, onde os textos receberam influência da hagiografia continental. No entanto, a comunidade de emigrados pode se ver retratada na *Navigatio* que lhe acenava acerca da eventualidade do regresso ao lugar de origem, nascimento, dando-lhes a esperança de que, como na *Nauigatio*, o dia da partida e do retorno estavam protegidos pela bem-aventurança celeste, além de se sentir guiada pelo por São Brandão. Cf. NASCIMENTO, Aires A. *Navegação de S. Brandão nas fontes portuguesas medievais*. Lisboa: Colibri, 2002. pp. 7-25.

¹³⁷ Foi Carl Selmer quem recenseou cerca de 120 manuscritos e escolheu 18 dos mais antigos, datados do século IX e X, para sua edição. Cf. SELMER, Carl. *Navigatio Sancti Brendani Abbatibus from early latin manuscripts*. Medieval Studies XVI. Notre Dame, Indiana, University Notre Dame Press, 1959. Passim.

¹³⁸ O Regresso do texto da *Nauigatio* às Ilhas (acerca do traslado do texto para o continente, ver nota 129), no século XII, parece ocorrer não por via direta dos seus testemunhos, mas por reelaboração feita na corte de Henrique I, de Inglaterra (1100-1135), por intervenção de uma das rainhas, sua esposa, e devida a um autor, desconhecido quanto a outros dados, que dá pelo nome de Bendeit e por caracterização *danz* e *apostoiles* (“dom” e “apostólico”). Tais informações são oriundas do prólogo da obra, que ainda refere-se a preparação de duas versões do texto, uma latina e uma em vernáculo. Cf. NASCIMENTO, Aires A. Op. cit., p. 25-28.

¹³⁹ *Ibid.*, p. 69.

viagem e que aceitam de prontidão: “Abade, a tua vontade é também a nossa. [...] Por isso, estamos preparados para irmos contigo seja para a vida seja para a morte. Basta-nos, aliás, buscar a vontade de Deus”.¹⁴⁰ Desse modo, os viajantes passam por um processo transformador de sete anos por ilhas encantadas, processo iniciado com o pernoite no palácio deserto, onde podem usufruir dos primeiros manjares, e que constitui no traslado para um mundo diferente, o Além. Ano a ano, os viajantes são submetidos aos rituais fixos do calendário cristão (Páscoa, Pentecostes, Natal...), que são marcados pelo retorno a lugares idênticos. Os monges são sujeitados a inúmeras provações, materializadas pelos diferentes perigos, que põem em prova a confiança deles no guia (S. Brandão) e na Divina Providência. Só depois desse período é que o acesso à Terra Prometida é permitido, mas somente por um tempo, pois os viajantes regressam ao mundo de partida. A narrativa da entrada à ilha paradisíaca é composta pelos traços recorrentes dessa tipologia: afastamento da terra; encobrimento por uma nuvem separadora; ilha deliciosa; rio de água que divide e separa zonas de acesso mais afastados; aparecimento de um guardião que mostra o sentido dos interditos e anuncia a revelação final para um tempo escatológico, ao mesmo tempo em que informa as condições da vida paradisíaca (ausência de tempo, suspensão das necessidades fisiológicas, suplência de tudo pela plenitude divina).¹⁴¹ Após permanecerem na ilha do Paraíso por quarenta dias, nos quais o clima sempre foi de outono, e comerem dos frutos e beberem das fontes, os viajantes ouvem do guardião do paraíso que deviam regressar para sua terra natal e que aquela ilha, depois de decorridos muitos anos, seria “patenteada aos vossos sucessores”, quando sobreviesse “a perseguição dos cristãos”.¹⁴²

Muitos foram os documentos medievais que mencionaram ou tentaram localizar a Ilha de São Brandão, identificada por vezes como o Paraíso Terrestre. Por exemplo, o mapa de Ebstorf (c. 1270) traz na legenda uma referência à ilha perdida de São Brandão; o planisfério de Hereford (composto entre 1275 e 1320) representa as Ilhas Afortunadas na latitude das Canárias; a carta atribuída ao catalão Angelino Dulcert (1339) localiza a Ilha de São Brandão no que corresponde às Ilhas da Madeira, e a carta de Bartolomeu Paretto (1455) associa a Ilha à Antilha.¹⁴³ O cronista medieval português Gomes Eanes de Zurara não foge à tradição e relembra a lenda de São Brandão, em sua *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*,

¹⁴⁰ *Navegação de S. Brandão*. Tradução e Edição Crítica de NASCIMENTO, Aires A. In. _____. *Navegação de S. Brandão nas fontes portuguesas medievais*. Lisboa: Colibri, 2002. p. 84

¹⁴¹ *Ibid.*, p. 124.

¹⁴² *Ibid.*, 115.

¹⁴³ Historicamente, a palavra Antilia deriva de Atlântida, sendo que o prefixo ante (contrario) resume os conhecimentos físico-geográficos dos antigos, que como contrapeso lógico, supunham haver nas Antípodas uma hipotética Antilia. Cf. RUANO, Benito. “La leyenda de San Brandán”. *Revista de Historia*, t. 17, 24, n. 93-94. Enero-Junio, 1951, 35-50. p. 47.

ao mencionar que, nas Canárias, “passara aí São Brandão; outros diziam que foram lá duas galés e nunca mais tornaram”.¹⁴⁴

Na Península Ibérica, a partir do século VIII, difundiu-se uma lenda de que sete bispos fugiram da onda muçulmana, que entrava na península, para a Antilha, onde construíram sete cidades ou sete dioceses e, por conta disso, a dita ilha ficou identificada como Ilha das Sete Cidades.¹⁴⁵ O cosmógrafo Martim Behaim tomou contato com essa tradição, provavelmente, durante sua estadia em Portugal, no final do século XV, e identificou, no célebre globo de Nuremberg, de 1492, a Ilha das Sete Cidades com a Ilha de São Brandão, descrevendo que no “ano de 505, S. Brandão chegou com seu navio a esta ilha”.¹⁴⁶ O cosmógrafo explica ainda, na legenda de seu globo, que

No ano de Cristo de 734, quando toda a Espanha foi invadida pelos gentios de África, a mencionada ilha de Antilhas, denominada *Septe Citades*, passou a ser habitada por um arcebispo do Porto, de Portugal, com seis outros bispos e outros cristãos, homens e mulheres, que tinham fugido para lá a partir da Espanha, de barco, juntamente com seus animais, seus haveres e seus bens. Em, 1414, um navio ido de Espanha chegou muito próximo dela sem ter sofrido qualquer dano.¹⁴⁷

A despeito disso, a partir do século XV, em Portugal, a habitual concessão régia de ilhas que eram descobertas ou que podiam vir a ser, passou, por vezes, a mencionar a ilha das Sete Cidades. D. Afonso V, em 1475, por exemplo, incluiu a Ilha das Sete Cidades na doação feita a Fernão Teles das ilhas que nas suas viagens viesse a descobrir, desde que não se encontrassem “nas partes da Guiné”. A mesma conduta foi repetida posteriormente por D. João II, que, em 1486, doou a Fernão Dulmo, capitão da Ilha Terceira, as terras que viesse a descobrir no oceano, orientando-o a encontrar “uma grande ilha ou ilhas, ou ainda terra firme”, que julgava ser a ilha das Sete Cidades.¹⁴⁸ Isso porque chegavam ao solo português recorrentes notícias que indicavam a presença de ilhas encantadas no oceano, a partir de coisas extraordinárias que os viajantes encontravam durante o percurso. Como é o caso das aves oceânicas, associadas aos mundos encantados, descritas pelo mercador flamengo Eustache de La Fosse (1451?-1523?), em seu relato do início do século XVI. O dito mercador viajou, entre

¹⁴⁴ ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 45.

¹⁴⁵ CARVALHO, Joaquim Montezuma de. Prólogo. LA FOSSE, Eustache de. *Crónica de uma viagem à costa da Mina no ano de 1480*. Lisboa: Veja, 1992. p. 16.

¹⁴⁶ RUANO, Benito. “La leyenda de San Brandán”. *Revista de Historia*, p. 42.

¹⁴⁷ Citação a partir de BABCOCK, William H. *Legendary Islands of the Atlantic*. New York, 1992, p. 71. Com ligeiras diferenças, a citação aparece em: ALBUQUERQUE, Luís de. *Introdução à História dos Descobrimentos*. Lisboa, 1989. p. 157.

¹⁴⁸ Cf. Id., *Os descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Alfa, 1986. p. 158; SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*, vol. II, Lisboa: Verbo, 1980. p. 187.

1479-1480, pela costa da Guiné, sem a autorização do rei de Portugal e acabou sendo interceptado por navios portugueses, na região da costa da Mina. No relato da viagem como prisioneiro dos portugueses, Eustache de La Fosse conta que “o vento soprava de boa feição, enquanto assim navegávamos, vimos algumas aves a voar. E os marinheiros diziam que essas aves eram das ilhas encantadas, ilhas essas que nunca se deixam ver, por causa de um bispo de Portugal que aí se salvou com todos os que quiseram acompanhá-lo”.¹⁴⁹ O mercador explica, a partir do que teria ouvido dos portugueses, que essas ilhas ficaram dessa forma no tempo de Carlos Magno (742-814), quando as “Espanhas” foram conquistadas pelos sarracenos,

e então o tal bispo, mais seus sequazes, fizeram-se ao mar e foram até às ditas ilhas. E foi o caso que o dito bispo, que era um grande clérigo, e conhecendo a arte da nigromancia, encantou as tais ilhas, **declarando que elas nunca se mostrariam a ninguém enquanto todas as Espanhas não passassem para a nossa boa fé católica.** No entanto, muitas vezes os marinheiros viam as aves da dita ilham, ao navegarem naquelas paragens, sem nunca poderem ver nada das ditas ilhas, por causa do encantamento.

Fazendo uso do recurso retórico de criar a profecia depois de conhecer o resultado da ação, Eustache de La Fosse associa a conquista do reino de Granada, em 1492, – ainda em poder dos muçulmanos na época de sua viagem, mas não na época da escrita do seu relato – com a quebra do encantamento e a revelação das ilhas: “e só quando a cidade de Granada fosse conquistada se tornaria possível ir até as ilhas encantadas, à vontade e sem o risco de qualquer perigo – e nunca mais as ilhas deixariam de ser encontradas”.¹⁵⁰ Na descrição de Fernando Colombo (1488-1539) acerca das razões que levaram seu pai, o almirante Cristóvão Colombo (1451-1506), ao aventurar-se nas viagens para Ocidente, faz eco à mesma narrativa:

Havia uma ilha que alguns portugueses colocam nas suas cartas com o nome de Antilha, ainda que não coincidissem a sua localização com a de Aristóteles [no livro das coisas naturais maravilhosas], mas nenhum a colocava mais de duzentas léguas para Ocidente relativamente às Canárias e à Ilha dos Açores. Asseguravam que é a Ilha das Sete Cidades, povoada pelos portugueses no tempo em que ao rei Rodrigo foi tomada a Espanha pelos mouros, ou seja, no ano de 714 do nascimento de Cristo.¹⁵¹

As narrativas acerca das ilhas encantadas, identificadas, por vezes, como de São Brandão,

¹⁴⁹ LA FOSSE, Eustache de. *Crónica de uma viagem à costa da Mina no ano de 1480*. p. 169-170.

¹⁵⁰ *Ibid.*, 70.

¹⁵¹ *Le Historie della vita e dei fatti di Cristoforo Colombo per D. Fernando Colombo suo figlio*, cur. Rinaldo Caddeo, Milão, 1930, cap. IX.

Antilha ou Ilha das Sete Cidades, alimentaram, fazendo jus ao jogo entre real e imaginado,¹⁵² os sonhos de homens do tempo das grandes viagens marítimas, do final do século XV e início do XVI. Sem dúvida, a curiosidade, fundida com a confiança na Providência divina, ajudava a superar o medo do desconhecido, que quando se tornava conhecido costumava colocar em prova o saber legendário, como no caso supracitado do Preste João. Contudo, tais ideias ainda foram recorrentes ao longo do século XVI.

Além da busca do reino do Preste João e das Ilhas Encantadas, um dos atrativos para as viagens além-mar era a procura por riquezas, principalmente de ouro. O que aparece destacado nas narrativas de cronistas e de viajantes que versaram sobre a África. Muitos cartógrafos tenderam a assinalar o comércio do ouro no território africano e, assim, consideraram não só as caravanas transaarianas que atravessavam o deserto para comercializar o ouro nos portos da Mauritània, como também o lugar onde esse ouro poderia ser encontrado. No *Livro do Conhecimento*, obra a que D. Henrique e Zurara provavelmente tiveram acesso,¹⁵³ há a identificação do *rio do Ouro* como foz de um dos braços do Nilo:

[...] e chegamos ao rio do Ouro, que contei acima, que é parte do Nilo, o qual nasce das altas serras do polo Antaro, onde dizem que é o Paraíso Terrestre, e atravessa toda a terra da Núbia e da Etiópia e parte-se em dois braços, um vai contra o deserto do Egito por Damasco, e o outro braço vem ao poente e mete-se no mar Ocidental e deságua no rio do Ouro”.¹⁵⁴

A ligação de um rio do Ouro com o Nilo estava relacionada à ideia de que os rios oriundos do paraíso – Guion, Píson, Tigre e Eufrates –, além de levarem uma fertilidade incomum a suas margens, eram abundantes em ouro e pedras preciosas. O impreciso *rio do Ouro*, apresentado pelo compilador anônimo do *Livro do Conhecimento*, foi adotado pelos navegadores do século XV e pelo cronista Gomes Eanes de Zurara para designar uma baía situada na orla marítima ao sul do considerado Cabo do Bojador, próxima das ilhas de Arguim,¹⁵⁵ onde se podia comercializar ouro em pó, escravos e óleo de lobos marinhos. Afonso Gonçalves Baldaia foi apontado por Zurara como o primeiro a chegar ao *rio do Ouro*, em 1436, o qual,

¹⁵² Para maiores detalhes, ver: LEMOS, Susani Silveira. Andanças de viajeros medievais pelo Outro Mundo. *Notadum*. ano XII, n. 21, São Paulo – Porto Alegre, 2009, pp. 31-38.

¹⁵³ LOPES, Paulo. *Viajar na Idade Média*, p. 98.

¹⁵⁴ Ver: “e llegamos al rrio del Oro, de que ya conte de suso, que se parte del Billo, el qual nasce de de las altas sierras del polo Antarico, do dicen que es el paraíso terrenal, e trauesa toda tierra de Nubia et de Etyopia e partese en dos braços, el uno ba contra el el desierto de Egipto por Damjaco, el outro braço mayor biene al ponjente et metese en el mar Oçidental e dizenle el rrio del Oro”. *Livro del Conoscimento de Todos los Regnos Regnos et tierras et señorías que son por el mundo, et de las señales et armas que han*. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”, 1999. pp. 168-169.

¹⁵⁵ ALBUQUERQUE, Luís de. Uma releitura de Zurara. *Studia*, p. 421.

num primeiro momento, não teria encontrado ouro, mas “viu [...] grande multidão de lobos marinhos [...], que seriam até cinco mil, fez matar aqueles que pôde, de cujas peles fez carregar seu navio”.¹⁵⁶ Zurara registra ainda que, embora dos anos seguintes não tivesse achado “cousas notáveis que de contar sejam”, uma expedição dirigiu-se, em 1437, mais uma vez ao *rio do Ouro* para buscar “por peles e azeite daqueles lobos marinhos”.¹⁵⁷ Zurara conta ainda que deste lugar foram trazidos os primeiros cativos da Guiné, por Antão Gonçalves que, insatisfeito com as cargas que até então obtidas naquela região, tentou resgatar alguns cativos: “ó que formoso aquecimento seria, nós que viemos a esta terra por levar carga de tão fraca mercadoria, acertamos agora em nossa dita de levar os primeiros cativos ante a presença do nosso príncipe!”¹⁵⁸

Duarte Pacheco Pereira, já no século XVI, relembra a descoberta do *rio do Ouro* por Afonso Gonçalves Baldaia, cavaleiro do infante D. Henrique, e menciona que: “os quais negros e ouro foi o primeiro que daquelas partes ao infante D. Henrique trouxeram. E por isto puseram nome, a este rio, o rio do Ouro”.¹⁵⁹ Desse modo, o cosmógrafo explica o nome do Rio do Ouro apenas como o lugar primeiro em que se traficou ouro, sem associação com a possível abundância do respectivo metal, anteriormente relacionada com tal lugar. Diogo Gomes de Sintra relata, assim, que a fortaleza de Arguim foi construída nessa região, a mando do infante D. Henrique, justamente para facilitar o comércio do ouro, ainda que não fosse em demasiada quantidade. Segundo ele: “a esta fortaleza vinham os árabes da terra trazer ouro puro em pó e recebiam em troca trigo e mantas brancas e berneses e outras mercadorias que ali mandava o infante”.¹⁶⁰

A ideia de encontrar ouro em fartura, nesse sentido, acompanhou o avanço português ao sul da costa africana no século XV e aparece, por vezes, associada com a foz do rio Nilo. As expedições portuguesas e/ou licenciadas pelo infante para o sul do Bojador buscaram esse lugar privilegiado em vários rios que desaguavam no Atlântico, como o rio Senegal e o rio Gâmbia. Zurara, citando autores antigos e medievais como Aristóteles, Ptolomeu, Plínio, o Velho, Homero, Isidoro de Sevilha, Lucano, Paulo Osório, dentre outros muito sabedores e suas “maravilhosas opiniões”,¹⁶¹ descreve que o rio Nilo tanto poderia ser “um rio que sai da ribeira onde se começa o Mar Vermelho [...] e dali diz que vai contra o Ocidente, e passa por

¹⁵⁶ ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 64.

¹⁵⁷ *Ibid.*, p. 66.

¹⁵⁸ *Ibid.*, p. 71.

¹⁵⁹ PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 86.

¹⁶⁰ SINTRA, Diogo Gomes de. *Op. cit.*, p. 61.

¹⁶¹ ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 289.

muitas terras, [...] faz sua carreira contra o setentrião, e dali torna ao meio dia”,¹⁶² como também poderia ele nascer “em um monte, que se chama Atalante, o qual monte é em terra de Mauritània, a mais baixa em fundo de África no Ocidente”¹⁶³ e, a partir daí, o rio correria por desertos, escondendo-se e reaparecendo até seus braços desaguarem no mar.¹⁶⁴ Um desses braços é identificado como o rio Senegal¹⁶⁵: “e quando as caravelas viram as primeiras palmeiras e árvores altas, segundo já temos contado, bem conheceram que eram perto do rio Nilo, da parte donde vem sair ao mar do poente, ao qual chamam de Senegal”.¹⁶⁶

No relato do viajante Luís de Cadamosto, que prefere se pautar pelo que viu e ouviu, à moda dos seus contemporâneos que quiseram fazer da experiência a base da verdade,¹⁶⁷ para contar a verdade das coisas, o rio Senegal, no qual ele navegou, igualmente aparece como um braço do rio Nilo:

[...] diz-se que este rio é um dos quatro rios que saem do paraíso terrestre, o qual se chama Guion. [e] que de lá vindo, banha a Etiópia; por fim dele nasce o Nilo (segundo se pode saber por aqueles que têm corrido e visto o mundo): o qual Nilo passa pelo Cairo e vai dar a estes mares Mediterrâneos. Forma o sobredito rio muitos outros rios além deste Senegal e de [outros] grandes rios da costa de Etiópia.¹⁶⁸

O cosmógrafo Duarte Pacheco Pereira, posteriormente, sintetizou a tendência de considerar que o rio Nilo, originário do Paraíso (rio Guion), teria muitos braços pela Etiópia e que o maior deles era o Senegal:

[...] o rio Nilo nos monte da Lua nasce [...] Das muitas lagoas do rio Nilo [...] temos sabido que delas um grande braço corre, por meio da Etiópia Inferior, contra o Ocidente, o qual, segundo a ordem do caminho que traz das longas terras de que vem, dizem os Etiópios que o rio de Senegal é, porque de todos os rios desta região da Etiópia, os quais por muitos cada dia praticamos, sabemos certo que é o maior.¹⁶⁹

¹⁶² ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 289-291.

¹⁶³ Ibid., p. 291-292.

¹⁶⁴ Ibid., p. 289-295.

¹⁶⁵ Ao contrário do *Livro do Conhecimento* que associava o Rio do Ouro com o Nilo, Zurara desvincula uma coisa da outra; o que Zurara descreve como o rio do Ouro é uma região na costa da África entre o Bojador e a ilha de Arguim, onde se poderia comercializar ouro, cativos e outros produtos, e o rio Senegal, que é identificado como o braço do Nilo que desaguava no Oceano. Na *Crónica da Guiné*, Zurara apresenta essa diferenciação geográfica ao mencionar que Lourenço Dias, escudeiro do Infante D. Henrique, chegou até a foz do Nilo, mas “não ousou entrar em ele, porém foi com o badel onde capturaram guinéus” e por conta disso voltou a Lagos. O restante das caravelas, que acompanhava Lourenço Dias, se separou nessa ocasião. Voltando para Portugal, os viajantes tomaram “água da ilha de Arguim, vieram ao rio do Ouro [...] e logo chegaram aos mouros”. Cf. Ibid., p. 180.

¹⁶⁶ Ibid., p. 278.

¹⁶⁷ HOOYKAAS, R. *Os descobrimentos e o humanismo*. Lisboa: Gradiva. 1983. p. 37.

¹⁶⁸ CADAMOSTO, Luís de. *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, p. 116.

¹⁶⁹ Ibid., p. 116.

O rio Gâmbia, embora não seja associado ao Nilo, aparece, na carta de 12 de dezembro de 1455 do viajante genovês Antonio Usodimare a seus credores, como referência de rio aurífero da Gâmbia: “cheguei aonde nunca qualquer cristão chegara, a mais de DCCC milhas, e encontrando o rio da Gâmbia, que tem uma boca larguíssima, entrei nele sabendo que nesta região se colhe ouro e malagueta”.¹⁷⁰ Nota-se, dessa forma, que os rios africanos, se não eram relacionados com o Nilo, eram caracterizados pela possível presença de ouro – tanto o ouro colhido nos próprios rios como o comercializado nesses locais. Em outras palavras, a possibilidade de encontrar ouro em abundância alimentou o imaginário português sobre a África durante o século XV e ainda era perceptível até meados do século XVI.¹⁷¹

Dentre os muitos aspectos que chamam atenção dos relatos sobre a África, as possíveis trocas comerciais, embora nem sempre fossem o objetivo principal descrito das viagens, aparecem destacadas. Pode-se considerar que o comércio, mesmo quando envolvia escravos, era reconhecido desde a Antiguidade como uma forma de relacionamento pacífico entre os povos.¹⁷² Cadamosto, por exemplo, reclama da hostilidade dos povos que habitavam próximo ao rio da Gâmbia, pois os cristãos eram “gente de paz e dispostos a fazer trato de mercadorias”.¹⁷³ Zurara aponta que um dos intuitos de D. Henrique na busca das terras da Guiné era encontrar alguns portos “em que sem perigo pudessem navegar, e que se poderiam para este reino trazer muitas mercadorias, que se haveriam de bom mercado”.¹⁷⁴ Sem dúvida, segundo os cronistas, o comércio de ouro e escravos era o que mais chamava a atenção dos viajantes. Cadamosto relata que os negros que eram levados para a Península Ibérica contavam que, num reino chamado Gâmbia, “se encontrava grande quantidade de ouro; e que os cristãos que lá fossem ficariam ricos”.¹⁷⁵ O viajante acrescenta ainda que foi esse o motivo que o levou a navegar pela costa africana: estar “movido pelo desejo de achar este ouro”.¹⁷⁶ Diogo Gomes de Sintra relata que soube que a parte oriental do então Mali “era toda cheia de Minas de ouro e que os homens que entravam nas covas para trazem areias auríferas as tiravam para fora e as davam às mulheres para elas as levarem e extraírem o ouro da areia”.¹⁷⁷ Duarte Pacheco aponta, nesse sentido, que os portugueses acreditavam na possibilidade de

¹⁷⁰ Cf. *Monumenta Henricina*. v. XII (1454-1456). Coimbra: Comissão Executiva do V centenário da orte do Infante D. Henrique, 1971.

¹⁷¹ Cf. THOMAZ, Luís Filipe. *De Ceuta a Timor*, p. 120.

¹⁷² BETHENCOURT, Francisco. O contato entre povos e civilizações. In: _____. ; CHAUDHURI, Kirti (org). *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates, 1998. p. 88.

¹⁷³ CADAMOSTO, Luís de. *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, p. 154.

¹⁷⁴ ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 46.

¹⁷⁵ CADAMOSTO, Luís de. *Op. cit.*, p. 144.

¹⁷⁶ *Ibid.*, p. 145.

¹⁷⁷ SINTRA, Diogo Gomes de. *Descobrimento Primeiro da Guiné*, p. 77.

encontrar ouro nas terras da África: “nessas terras se acharia tanto ouro quanto tão ricas mercadorias”.¹⁷⁸ Apesar do interesse em encontrar ouro ser recorrente nas descrições dos cronistas, o que fica claro é que não havia um plano comercial preestabelecido por parte dos portugueses, uma vez que eles pretendiam descobrir e tirar proveito do que encontrassem,¹⁷⁹ como é o caso dos primeiros aportamentos à região do *rio do Ouro* onde, não encontrando ouro em grande quantidade, os portugueses carregaram seus navios com pele e azeite de lobos marinhos.¹⁸⁰

Esses aspectos da descrição dos relatos sobre a África importa nesta pesquisa em especial por ilustrarem o que chamava atenção dos escritores e quais as referências que eles consultaram ou absorveram difusamente para descrever a África. Importa, igualmente, porque ajuda a entender o que era importante dizer sobre as terras além-mar no século XV e início do XVI. Assim, além dos rios ricos em ouro e do reino do Preste João, referências culturais que alimentaram o pensamento dos viajantes e cronistas das primeiras explorações portuguesas na costa africana, os desertos assumiam conotações diversas. Eram vistos como lugares de solidão, de espera, de provações (onde Satanás tentou Cristo) e também de passagem.¹⁸¹ Zurara conta que, antes das conquistas empreendidas pelo infante D. Henrique na costa africana, os portugueses acreditavam que abaixo do Bojador as terras “eram areosas e sem alguma povoação”.¹⁸² Isso porque os mareantes diziam que “depois deste cabo não há gente nem povoação alguma; a terra não menos arenosa que os desertos de Líbia, onde não há água, nem árvore, nem erva verde”.¹⁸³ Com a passagem dos portugueses pelo Bojador, Zurara acrescenta que esses homens, quanto às areias, “não se enganaram de todo”, já que das povoações bem viram “o contrário”, dado que “as suas povoações a maior parte são aldeias, e vilas mui poucas, pois desde o Cabo do Bojador até o reino de Tunes, não serão por todas, entre vilas e lugares afortalezados para defesa, até cinquenta”.¹⁸⁴ O cosmógrafo Duarte Pacheco Pereira, ao tratar do deserto costeiro próximo a Arguim e além dele, aborda a escassez de população desse ambiente: “toda a terra que vem do Cabo do Bojador até Arguim, e dali por diante cinquenta léguas, é quase deserta e de muito pouca povoação ao longo do mar; e, pelo mesmo modo, no sertão”.¹⁸⁵ Os povos que vivem no deserto são descritos

¹⁷⁸ PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 79.

¹⁷⁹ COSTA, João Paulo Oliveira e. *Henrique, o Infante*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009, p. 368.

¹⁸⁰ Cf. ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 64.

¹⁸¹ Cf. LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1983, p. 39-58.

¹⁸² ZURARA, Gomes Eanes de. Op. cit., p. 360.

¹⁸³ Ibid., p. 51.

¹⁸⁴ Ibid., p. 360.

¹⁸⁵ PEREIRA, Duarte Pacheco. Op. cit., p. 90.

pejorativamente, tanto em Cadamosto como em Duarte Pacheco, e são apresentados como nômades que andam nus e têm hábitos selvagens. Duarte Pacheco conta que esses homens que vagavam pelo Saara sustentavam-se com “gazelas que tomam em laços, e lebres e cobras, as quais carnes secam ao sol; e isto comem [...] e estes homens falam a língua dos Azenegues e adoram a burla da seita de Maomé”.¹⁸⁶ Cadamosto, por sua vez, explica que o reino dos azenegues localizava-se entre o Cabo Branco e o Rio Senegal, e que alguns desses homens viviam na costa e outros andavam pelo interior do deserto. Que eles traziam um lenço “em torno da cabeça com uma ponta que lhes caía pelo rosto, e assim cobriam a boca e parte do nariz: e dizem que a boca é coisa muito feia, pois continuamente deita uma ventosidade e mau fedor que, portanto, se quer coberta”.¹⁸⁷ O viajante relata ainda que esses homens cobriam apenas as partes genitais, não tinham senhores, seguiam – às vezes só de nome – a seita de Maomé, eram pobres e, sobretudo, “mentirosos e ladrões como não há outros, e são grandes traidores”.¹⁸⁸ Zurara também define os nômades do deserto em tom pejorativo. Na descrição dos povos com que o viajante João Fernandes¹⁸⁹ tomou contato, considera-se que:

[...] a letra com que escrevem, nem a linguagem com que falam, não é tal como a dos outros Mouros, antes doutra guisa, mas todos são da seita de Mafamede, e são chamados Alarves, e Azenegues, e Bárbaros. E todos andam em tendas, com seus gados, por onde lhes praz, sem alguma regra nem senhoria, nem justiça, somente cada um anda como quer, e faz o que lhe praz naquilo que pode.¹⁹⁰

Além desses homens que viviam vagueando pelo deserto, os cronistas chamam a atenção para os mercadores que estavam no deserto só de passagem, ou seja, aqueles que atravessavam o deserto para levar e buscar mercadorias. Cadamosto descreve os maometanos como grandes inimigos dos cristãos, que levavam mercadores à costa, perto do Cabo Branco. Eles vão “às terras dos negros, e também vêm em nossas Berberias de cá. E são em grande número. E têm grande quantidade de camelos, e com eles conduzem os objetos de cobre da Berberia, e pratas e outras coisas a Tambucto e às outras terras dos sobreditos negros; e de lá trazem ouro e malagueta que conduzem para cá”.¹⁹¹ Chegavam notícias e até mercadorias dessas caravanas transaarianas no Ocidente¹⁹² muito antes do avanço português na costa

¹⁸⁶ PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 90.

¹⁸⁷ CADAMOSTO, Luís de. *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, p. 106.

¹⁸⁸ *Ibid.*, p. 106.

¹⁸⁹ João Fernandes viajou pela região do Rio do Ouro em 1445 e provavelmente entrou em contato com povos Beberes que não tinham adotado caracteres arábicos.

¹⁹⁰ ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 366-367.

¹⁹¹ CADAMOSTO, Luís de. *Op. cit.*, p. 103.

¹⁹² BOXER, Charles. *O império marítimo português 1415-1825*, p.37.

africana. Cadamosto dá o exemplo das porcelas¹⁹³ que eram levadas a Veneza: “verdade seja que eu soube que, para o interior, estes azenegues pardos, e ainda os Árabes, em alguns dos seus lugares, costumam empregar, no gasto, porcelas brancas, julgo que destas pequenas que por nós vêm do Levante para Veneza”.¹⁹⁴

A dimensão dos desertos, principalmente no interior africano, era muito mal conhecida pelos europeus, ainda em meados do século XVI; por conta disso, grande parte da cartografia portuguesa desse período tendeu a ocultar os espaços desconhecidos. É exemplar o caso do deserto do Saara, no atlas de Lázaro Luís (1563).¹⁹⁵ Duarte Pacheco tenta descrever o deserto com que os portugueses tomaram contato pela costa atlântica: “e a largura do deserto dura cerca de duzentas léguas, e de longo corre toda a África, e se estende e dilata por noventa léguas e mais contra o Oriente até no outro mar onde habitam os etíopes abaixo do Egito”.¹⁹⁶ Cadamosto menciona que, para atravessar o deserto, eram necessários entre 50 e 60 dias, mais ou menos.¹⁹⁷ Embora não muito preciso, o deserto é considerado de vasta extensão, tanto para Cadamosto quanto para Duarte Pacheco; desse modo, as caravanas que atravessavam os desertos tinham que contar com a sorte das lagoas que se formavam no meio deles. Duarte Pacheco chama a atenção para essas lagoas e para a produção de sal do deserto:

[...] por caminho de trinta léguas pelo deserto, contra o Oriente, é achada uma lagoa pequena que se chama Idamém, na qual todo o tempo do ano acha água e ali pousam os Alarves que vão de Arguim com suas mercadorias, e doutas partes; e tomam folga e dão de beber a seus camelos e tomam água para o caminho. E a quatro léguas desta lagoa, contra sudeste, está outra lagoa chamada Enseri. E neste deserto há umas salinas donde tiram muito sal, e muito fino.¹⁹⁸

Duarte Pacheco nota que o sal retirado do deserto tinha grande valor para os mercadores que o vendiam na Guiné, no Arguim e em outras regiões, nas quais o trocavam por “muito ouro”.¹⁹⁹ O deserto, dessa forma, aparece como o lugar em que habitam povos inferiores com hábitos selvagens, é também o lugar de passagem das caravanas que trazem as preciosas especiarias, o ouro e o sal, mas é, sobretudo, um lugar misterioso e pouco conhecido.

¹⁹³ Conchas.

¹⁹⁴ CADAMOSTO, Luís de. *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, p.113.

¹⁹⁵ Fora de Portugal ou realizadas por encomenda estrangeira, algumas obras cartográficas tentaram representar o interior africano de forma mais artística, exemplares são o Planisférico Cantiano (1502), o desaparecido planisférico anônimo atribuído a Jorge Reinel, conhecido como Kunstmann IV (1519), a Carta Universal de Diogo Ribeiro (1529). Cf. ALEGRIA, Maria Fernanda; GARCIA, João Carlos; RELAÑO, Francisc. *Cartografia e Viagens*. In. BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (Org.). *História da expansão portuguesa*, p. 44.

¹⁹⁶ Cf. PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 90.

¹⁹⁷ CADAMOSTO, Luís de. Op. cit., p. 101.

¹⁹⁸ PEREIRA, Duarte Pacheco. Op. cit., p. 90-91.

¹⁹⁹ Ibid., p. 91.

Nota-se, assim, que o que movia os viajantes que se arriscaram para além do Cabo do Bojador era a “curiosidade”,²⁰⁰ ou seja, a vontade de certificar suas concepções acerca das terras distantes – como o reino do Preste João, as Ilhas Afortunadas, lugares abundantes em ouro e os desertos –, ao mesmo tempo em que estavam abertos para a diversidade do mundo e para a descoberta do estranho. Assim os relatos produzidos pelos viajantes e também pelos cronistas que trataram dessas viagens apresentam-se, muitas vezes, como um inventário das similitudes de diferenças entre o conhecido e o desconhecido e mesclam o saber livresco com a experiência – o que foi visto.²⁰¹ Em outras palavras, os homens do século XV que empreenderam as viagens pela costa africana estavam imbuídos da vontade de saber sobre o desconhecido, pois quem via com os próprios olhos podia provar o maravilhoso.²⁰²

1.3 Mouros e gentios sob a mira dos cristãos

Apesar de os elementos relacionados no subcapítulo anterior serem fundamentais para entender as imagens que circulavam em Portugal sobre o continente africano e como os cronistas e viajantes as reafirmavam ou as atualizavam, nada teria causado mais estranheza e curiosidade aos viajantes e escritores do que os hábitos dos povos desse território. Muitas vezes observados e descritos pelo estranhamento que despertavam, outras vezes pela religião e pela aptidão ou não à conversão. Assim, pode-se dizer que as narrativas sobre os contatos dos europeus com os povos africanos são alicerçadas numa ambiguidade de sentimentos, ora marcadas por designações pejorativas, como já superficialmente foi apresentado, ora pautadas numa quase igualdade entre o europeu e o africano. É relevante destacar aqui, no entanto, que nos casos da *Crónica da Tomada de Ceuta* composta por Zurara e das crônicas de Rui de Pina, mais especificamente as de D. Duarte, D. Afonso V e D. João II, é preciso considerar que foram encomendadas pela casa real e com o objetivo claro de enaltecer o monarca nelas descrito e, por vezes, a quem as encomendava – normalmente um membro da alta nobreza. Assim sendo, esses escritos dedicam-se quase completamente a narrar os feitos heróicos dos respectivos monarcas na guerra pela conquista das praças marroquinas (Ceuta, Alcácer Ceguer, Arzila, Tânger) e quase não dão espaço para os costumes das gentes desses lugares,

²⁰⁰ CHAREYRON, Nicole. *Globe-Trotters au Moyen Âge*. Paris: Imago, 2004, p.25.

²⁰¹ Para saber mais acerca da imposição do saber experienciado sobre o livresco no final da Idade Média, ver : FRANÇA, Susani Silveira Lemos. A representação do passado e a moral no século XV em Portugal. *Tempo*, vol 14, n. 28, Niterói, 2010. Disponível em : <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042010000100007>. Acesso em : 22.abr.2011.

²⁰² HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto*. Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p. 274.

que são, na maioria das vezes, generalizados pelos nomes: sarracenos, mouros e infiéis. Nessa mesma linha se inserem as crônicas sobre nobres: *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* (1463) e *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* (1464-1469), de Zurara e o *Tratado da vida e dos feitos do muito virtuoso Senhor Infante D. Fernando* (1451), de frei João Álvares. Tais textos, mesmo sem ter este como principal objetivo, deixam algumas pistas a respeito do olhar português sobre o inimigo. Já no caso das crônicas e dos relatos sobre a chamada África negra, como a *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné*,²⁰³ as *Viagens de Luís de Cadamosto e Pedro de Sintra*, a *Carta de Usodimare aos credores genoveses*, o *Descobrimento Primeiro da Guiné* de Diogo Gomes Sintra e a *Crónica de uma viagem à costa da Mina no ano de 1480* de Eustache de La Fosse, aparecem consideráveis descrições sobre os costumes, as habitações, as riquezas, as vestimentas, a alimentação e a religião dos povos que habitavam a costa africana e com que os portugueses tomaram contato no decorrer do século XV. Outro fator considerado²⁰⁴ e que talvez explique essa diferença é que os mouros eram velhos conhecidos dos portugueses, portanto, não requeriam dos cronistas descrições detalhadas, uma vez que os possíveis leitores já estariam familiarizados com eles. Contudo, o tipo mouro que mais chama a atenção dos cronistas é o mouro negro,²⁰⁵ que por vezes aparece nas narrativas e que não seria tão familiar.²⁰⁶ Em contrapartida, os povos negros das regiões abaixo do Bojador são amplamente citados e descritos, pois se tratava de tipos humanos em grande parte desconhecidos e que, até certo ponto, causavam surpresas.

A Reconquista²⁰⁷ da África pelos cristãos foi um projeto acalentado durante séculos pela Igreja, tendo o papado concedido aos reis peninsulares várias bulas e indulgências generosas, garantindo prêmios espirituais e benefícios materiais para os que se aventuravam nessas

²⁰³ Embora Zurara nesta crônica ainda centralize sua narrativa em um nobre importante, no caso o infante D. Henrique, há uma presença maior, em relação às outras crônicas compostas pelo cronista, de descrições acerca da África e seus habitantes.

²⁰⁴ Sobre o assunto ver: LOUREIRO, Rui. A visão do mouro nas crônicas de Zurara. *Mare Liberum*. no 3, Lisboa: 1991, p. 193-209.

²⁰⁵ O termo mouro designa os muçulmanos em geral, tanto os negros quanto os brancos, mas no cotidiano, apesar de mouro e negro aparecerem às vezes como sinônimos, a noção de mouro negro é dada na linguagem corrente, como pode ser observado em documentos relativos à transação de escravos. p. HORTA, José da Silva. A imagem do Africano pelos portugueses antes dos contactos. In: ALBUQUERQUE, Luís de (org). *O confronto do Olhar*, p. 51.

²⁰⁶ Cf. LOUREIRO, Rui. A visão do mouro na crônicas de Zurara. *Mare Liberum*, p. 193-209.

²⁰⁷ Esse período abrangeria, tradicionalmente, desde 718, ano da revolta de Pelágio, até 1492, ano da conquista do reino de Granada, último reduto mouro na Península, constituindo um “processo de expansão territorial ibero-cristão de clara motivação religiosa – propulsor ideológico do alargamento das fronteiras da cristandade ocidental”. Cf. COSTA, Ricardo da. *A guerra na Idade Média: um estudo da mentalidade de cruzada na Península Ibérica*. Rio de Janeiro: Paradoxos, 1998, p. 73; RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 133.

terras.²⁰⁸ Apesar das iniciativas, por exemplo, de Fernando III (1217-1252), o *Santo*, de Leão e Castela, ou Jaime II (1267-1327), o *Justo*, de Aragão, e Sancho IV (125?-1295), o *Bravo*, de Castela, que chegaram a negociar a partilha da África, o sucesso na investida contra esse continente, com territórios conquistados, só aconteceu no século XV, com D. João I, de Portugal, quando da tomada de Ceuta em 1415. A descrição da guerra nas praças marroquinas aparece, assim, envolta numa argumentação que considerava um dever e uma obrigação dos cristãos guerrear na terra dos mouros. Zurara aponta para a grandiosidade dos feitos de cavalaria que buscavam promover a luta religiosa, pois os nobres não estavam no mundo “senão para pelejar”.²⁰⁹

Em meados do século XV, os portugueses consideravam que a população do Marrocos era em grande parte muçulmana²¹⁰ e, devido às missões de evangelização no Norte da África²¹¹ e na Ásia, essas regiões eram identificadas pelos europeus como o mundo do Islã.²¹² A despeito disso, vale citar o exemplo de Zurara, que delimita a terra dos mouros²¹³ e seu poder: “e é bem que saibais, que em toda a terra de África, que desde o Egito até o poente, os Mouros não têm mais que o reino de Fez, no qual jaz o de Marrocos e de Tafilete, e o reino de Tunez”.²¹⁴ Esses mouros, além de disputar territórios com os cristãos, uma vez que ocuparam a Península Ibérica e poderiam tentar recuperá-la, também representavam o mal por não serem cristãos.²¹⁵ Os cronistas, no que tange a Marrocos, não descrevem tentativas de conversão dos mouros, mas contatos que eram estabelecidos, primeiramente, a partir de

²⁰⁸ Para Ricardo da Costa, a Cruzada era uma forma especial de fazer a guerra, já que seus participantes recebiam privilégios outorgados pela Igreja. “Quais? Em primeiro lugar, a indulgência, o perdão dos pecados. A seguir, a libertação do vínculo de lealdade entre servo e vassalo; trégua em todas as guerras entre cristãos; proteção episcopal às propriedades dos nobres durante sua ausência; privilégios aos cruzados de serem julgados por cortes eclesiásticas, isenção de impostos e moratória para as dívidas”. Cf. COSTA, Ricardo da. *A guerra na Idade Média*, p. 73.

²⁰⁹ ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 254.

²¹⁰ BOXER, Charles. *O império marítimo português 1415-1825*, p. 38.

²¹¹ Um exemplo são os conhecidos Cinco Mártires de Marrocos que foram supliciados em Marráquexe pouco depois da fundação da Ordem. Cf. FARINHA, António Dias. Norte de África. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (org). *História da Expansão Portuguesa*, p. 119.

²¹² MOLLAT, Michel. *L'image du noir dans l'art occidental*. v. 2, tomo 2. Paris: Bibliothèque des arts, 1979. p. 78.

²¹³ Embora o termo Mouro tenha servido para designar os muçulmanos em geral, principalmente na Península Ibérica, é um termo que recorrentemente servia de referência para os habitantes originários da Mauritânia - antiga província romana também conhecida como Berberia. Nas Crônicas do século XV e XVI, muitas vezes os termos “mouro”, “gentio” ou “negro” aparecem sem qualquer diferenciação, dessa forma o termo mouro, por vezes, designa tanto o africano em geral quanto o islamizado. Cf. BARRETO, Luís Filipe, *Descobrimientos e Renascimento. Formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*, p. 102; HORTA, José da Silva. A imagem do Africano pelos portugueses antes dos contactos. In: ALBUQUERQUE, Luís de (org). *O confronto do Olhar*, p. 51.

²¹⁴ ZURARA, Gomes Eanes de. Op. cit., p. 267-268.

²¹⁵ FIGUEIREDO, Fernando. Da imagem do Inimigo à Construção do Herói. O reinado de Afonso Henriques na Crônica de Cinco Reis de Portugal. In: AMADO, Teresa. (org). *A guerra até 1450*. Lisboa: Quimera, 1994. p. 382.

cercos e batalhas. Deve-se levar em conta que a supressão do poder político muçulmano era considerada necessária, pois, para a teocracia islâmica, em que o Alcorão é a lei, a apostasia era crime punido com morte, o que tornava praticamente impossível a evangelização pacífica.²¹⁶

Dessa forma, as crônicas do século XV e início do XVI, que contam as tomadas de praças marroquinas, narram inúmeros confrontos militares, cercos e pelejas, nos quais o inimigo mouro é apresentado de diversas formas. O mouro é descrito, principalmente, pela indisciplina e falta de organização no ato da guerra. Na *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*,²¹⁷ compilada por Zurara, que esteve no norte da África entre 1467 e 1468 a fim de colher informações para compor tal crônica, aparece um exemplo desse tipo de caracterização: “pois eles são homens de pouca disciplina”,²¹⁸ além de não saberem “guardar obediência”.²¹⁹ Na *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, há outra passagem bastante semelhante: “[...] os mouros são gentes que usam em suas guerras rebates e movimentos ligeiros, sem outra nenhuma ordenança, nem disciplina cavaleirosa”.²²⁰ Esse tipo de apreciação permite notar certo menosprezo por parte do cronista em relação às táticas de guerra dos mouros, consideradas impróprias de cavaleiros e contra as regras de valorização da cavalaria.²²¹ Contudo, em outros casos, apesar de sua capacidade bélica ser considerada inferior, os mouros aparecem envoltos em posicionamentos que condizem com feitos de cavalaria²²², como no caso da tomada de Arzila, narrada por Rui de Pina: vendo-se invadidos e perseguidos pelos Cristãos, os mouros, “pelejando bravamente, uns se recolheram na mesquita, e outros, os mais honrados, ao castelo”.²²³ Rui de Pina relata ainda duas possibilidades permitidas aos mouros sobreviventes, após os combates de que saíam derrotados: tornarem-se cativos, como na tomada de Arzila – “e enfim foram os mouros da Vila e do Castelo cometidos, que todos ficaram mortos ou cativos sem exceção”²²⁴ – ou

²¹⁶ THOMAZ, Luís Filipe. Cruzada. In: AZEVEDO, Carlos Moreira. *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. p. 34.

²¹⁷ O conde D. Duarte de Meneses, filho do conde D. Pedro de Meneses, foi capitão de Alcacer-Ceguer. Essa crônica relata os feitos dos portugueses nas praças de Ceuta e de Alcacer Ceguer, sobretudo no período de 1437 e 1464. Cf. LOUREIRO, Rui. A visão do mouro na crônicas de Zurara. *Mare Liberum*, p. 195.

²¹⁸ ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*. Edição Larry King. Lisboa: Universidade Nova, 1978, p. 230.

²¹⁹ *Ibid.*, p. 230.

²²⁰ *Id.*, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Edição e estudo: Maria Teresa Brocardo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 99-100.

²²¹ Para saber mais sobre os pactos de cavalaria, ver: DUBY, Georges. *A sociedade cavaleiresca*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

²²² HORTA, José da Silva. A imagem do Africano pelos portugueses antes dos contactos. In: ALBUQUERQUE, Luís de (org). *O confronto do Olhar*, p. 78.

²²³ PINA, Rui de. D. Afonso V. In: _____: *Crônicas*, p. 822.

²²⁴ PINA, Rui de. D. Afonso V. In: _____: *Crônicas*, p. 822.

receberem a piedade dos cristãos por meio de acordos de rendição, como em Alcácer Ceguer, em que o combate não enfraquecia, “pelo qual os mouros se renderam [...] e pela aprovação de seu rendimento enviaram suas seguranças reféns [...], com que o combate logo cessou. E ao outro dia os mouros saíram todos com suas mulheres, filhos e fazendas”.²²⁵ É possível encontrar ainda descrições da crueldade dos mouros, como no *Tratado da vida e dos feitos do muito virtuoso Senhor Infante D. Fernando* (1451), escrito pelo Frei João Álvares (140?-1490), que permaneceu cativo dos mouros durante onze anos.²²⁶ Ao falar do padecimento de D. Fernando (1402-1443), o Infante Santo, quando era refém dos mouros, Frei João Álvares conta que os moços e as mulheres de cada povoação, em que os cativos passavam a caminho de Fez, “metiam os nomes deles em cantigas e faziam escárnios e cuspiam-lhes nos rostos deles, lhes lançavam pedras e sambarcos e paus”.²²⁷ Em outra ocasião, os cativos encontraram uma multidão de gente que os queria matar, e “aqueles cruéis homens” cuspiam-lhes nos rostos, davam-lhes pescoçadas, empurravam-lhes e diziam-lhes “muitas e desvairadas palavras de desonras”.²²⁸ Essas referências são destacadas como atitudes de velhos, moços e mulheres, atitudes que, bem mais do que a descrição dos comportamentos dos mouros marroquinos, devem ser entendidas como elementos que ajudam a compor os sacrifícios e o padecimento do *Infante Santo* em seu percurso de mártir.²²⁹ Contudo, as descrições sobre os mouros em situações militares ou de cativeiro – sendo cativos ou mantendo cativos – demonstram que não há um perfil constante nas caracterizações deles: ora são citados com tons de igualdade cavaleiresca, ora são apontados como cruéis e inferiores.

Como já mencionado, os cronistas não precisavam descrever tanto os mouros, pois seus possíveis leitores já estariam familiarizados com eles; assim, um tipo característico mouro que aparece destacado nas narrativas, provavelmente por não ser familiar, é o mouro negro. No episódio da tomada de Ceuta, Zurara chama a atenção para um mouro negro que andava com os demais “e entre aqueles mouros andava um mouro grande e crespo todo nu, que não trazia

²²⁵ *Ibid.*, p. 777-778.

²²⁶ Em 1437, foi lançada a segunda expedição portuguesa ao litoral marroquino, com destino a Tânger. A expedição acabou fracassada, com um número elevado de mortos, e o Infante D. Fernando ficou cativo dos mouros que pediram por resgate a devolução de Ceuta. O Infante D. Fernando permaneceu preso por seis anos, de 1437 a 1443 (ano da sua morte, em Fez), sem que a corte portuguesa chegasse num acordo sobre a devolução de Ceuta e a libertação dele. Fez companhia a D. Fernando o Frei João Álvares, que foi libertado somente anos depois da morte do *Infante Santo*. Cf. DUARTE, Miguel. *D. Duarte*, p. 303.

²²⁷ ÁLVARES, Frei João. *Tratado da vida e feitos do muito virtuoso Sr. Infante D. Fernando*. ed. CALADO, Adelino de Almeida. Coimbra: por ordem da Universidade, 1960. p. 41.

²²⁸ *Ibid.*, p. 56.

²²⁹ CURTO, Diogo Ramada. A Literatura e o Império: entre o espírito cavaleiroso, as trocas da corte e o Humanismo Cívico. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (org). *História da Expansão Portuguesa*, p. 439.

outras armas senão pedras”,²³⁰ e acrescenta ainda que “nem a vista daquele mouro não era pouco espantosa, pois ele tinha o corpo todo negro assim como o de um corvo e os dentes mui grandes e alvos, e os beiços muito grossos e revoltos”.²³¹ Apesar de os recursos bélicos serem consideradas inferiores – já que o mouro lutava com pedras e, além disso, estava com o corpo nu, sem armadura –, no que diz respeito à cor negra do citado mouro, não se pode dizer que há uma conotação claramente negativa. Em outras palavras, o cronista não apresenta um juízo de valor quanto à cor da pele, apenas descreve o espanto em encontrar um mouro tão negro junto aos outros.²³² Na *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, Zurara também chama atenção para uma personagem singular que surge numa batalha campal com os mouros de Alcácer: “o mouro havia grande corpo e a cor negra e seus vestidos finos lavrados de ouro e seda, nem a guarnição de seu cavalo não desacordava de suas vestiduras, pois tudo parecia fino ouro”.²³³ Nessa citação, o negro não aparece com vestimentas indicativas de sua inferioridade como na anterior, pelo contrário, o cronista descreve os adornos que o cavaleiro possuía em ouro e seda. Alguns historiadores²³⁴ consideraram que o tipo mouro negro gozava de um posicionamento melhor na descrição dos cronistas, pois, por ainda pertencerem a uma categoria não conhecida, poderiam estar mais propensos à conversão, como será mais bem desenvolvido adiante.

Quanto à questão religiosa, pode-se considerar que esse é o aspecto que melhor compõe a visão negativa dos mouros, sendo eles considerados inimigos espirituais e participantes de uma seita maldita e abominável. Além disso, sua religião, nessas crônicas fundamentalmente cavaleirescas,²³⁵ cumpre o papel justificador das guerras contra inimigos ancestralmente antagônicos. É comum encontrar, nas crônicas, referências ao patriarca Maomé ou à seita de Maomé (ou Mafamede, como aparece às vezes) que fazem recordar relatos de viagem anteriores que tiveram um peso significativo na depreciação de Maomé, como, entre tantos outros, o do irlandês Simon Semeonis (Simon Fitzsimon), que visitou a Palestina em 1323 e registrou, a partir do que viu e leu, que o “mentiroso” Maomé foi o “primogênito de Satanás”.²³⁶ À semelhança desse viajante do século XIV, diz Zurara sobre

²³⁰ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*, p.204.

²³¹Ibid., p. 226.

²³²LOUREIRO, Rui. A visão do mouro nas crônicas de Zurara. *Mare Liberum*, p. 198.

²³³ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, p. 219.

²³⁴Dentre eles José da Silva Horta. Cf. HORTA, José da Silva. Primeiros olhares sobre o Africano do Sara Ocidental à Serra Leoa (meados do século XV – inícios do século XVI). In: ALBUQUERQUE, Luís de (org). *O confronto do Olhar*, 1991.

²³⁵FIGUEIREDO, Fernando. Da imagem do Inimigo à Construção do Herói. O reinado de Afonso Henriques na Crónica de Cinco Reis de Portugal. In: AMADO, Teresa. (org). *A guerra até 1450*, p. 382.

²³⁶Cf. *Intineratium Symonis Semionis Ab Hybernia ad Terram Sanctam*. Edited by Mario Esposito. Dublin: The Dublin institute for advanced studies, 1960. p. 65. [Thus, said that falsifier of truth, Mahomet, first-born of

Maomé e sua religião: era “cheio de imundice e abominável”, tendo tomado “falso nome de profeta sob cor de virtude e honestidade, semeou, pelo mundo, esta sua danada seita”.²³⁷ Para evitar que a seita de Maomé se espalhasse pelo mundo, o cronista sugere metaforicamente a necessidade de os cristãos combaterem os infiéis: “bem assim como as más ervas hão natureza de crescer muito mais que as proveitosas e boas. Bem assim esta má semente dos infiéis cresceu tanto na horta do Senhor que, se não fosse arrancada pelos fiéis e católicos príncipes, em breve cresceria tanto que amortiçaria toda a boa semente”.²³⁸ Quando se trata de mencionar a religião dos mouros, a maioria das crônicas do século XV e início do XVI segue o padrão de caracterizar a religião muçulmana como uma seita desprezível, como já faziam, a propósito seus antecessores.²³⁹ Existem, ainda, algumas passagens de caráter neutro e informativo sobre a religião dos mouros, como nessa descrição do Ramadã:

[...] e diremos, primeiramente o que aconteceu naquele Março passado, em que eles tiveram seu Ramadã o que se começara a XXVII dias de Fevereiro, quando a lua fazia um bissexto, segundo o conto dos seus anos, porque eles trazem a sua era, segundo o costume da lua. E, porque o círculo da lua é mais pequeno que o do sol, tornam eles sempre atrás onze dias com o começo daquele jejum, a que eles chamam Ramadã. [...] E, porque os mouros, em aquele tempo, fazem suas abstinências assim como nós fazemos em nossas quaresmas.²⁴⁰

Compreende-se, então, que os mouros aparecem nas descrições dos cronistas de maneiras diversas, e isso pode ser explicado não só pelas complexas associações que estabelecem, que vão muito além de simples inimigos da fé, como também pela diversidade de documentos que os cronistas muitas vezes compilavam e que, portanto, traziam opiniões diversas. Apesar dos confrontos armados serem o centro das narrativas sobre os contatos dos portugueses com os mouros das praças marroquinas (Ceuta, Tânger, Alcácer Ceguer e Arzila), não se pode descartar que os muçulmanos do norte da África também tenham sido integrados às sociedades cristãs como tributários, o que tradicionalmente se fazia na Península Ibérica.²⁴¹ Contudo, as relações de tratos com os mouros muitas vezes não eram partilhadas por outros reinos, principalmente os reinos de cruzados do norte da Europa, que pretendiam a

Satan]

²³⁷ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*, p.199.

²³⁸Ibid., p. 221.

²³⁹GRABOÏS, Aryeh. *Le pèlerin occidental en Terre Saint au Moyen Âge*. Paris/Bruxelles: De Boeck & Larcier, 1998. p. 13.

²⁴⁰Ibid., p. 195.

²⁴¹ Cf. THOMAZ, Luis Filipe. Expansão portuguesa e expansão europeia – reflexões entorno da génese dos descobrimentos. *Studia*, p. 371-415.

exterminação dos muçulmanos. Zurara, por exemplo, narra a ingenuidade dos embaixadores do reino de Granada que, ao desconfiarem de que a armada que estava sendo montada para Ceuta tinha como alvo seu reino, procuraram com presentes a rainha Filipa de Lencastre (1359-1415) e pediram que ela interviesse junto a D. João I, não se dando conta de que a rainha “era natural da Inglaterra, cuja nação, entre as do mundo, naturalmente desamam todos os infiéis”²⁴² e, conseqüentemente, os embaixadores não obtiveram sucesso com ela: “os mouros sentiram que não tinham bom recado na Rainha”.²⁴³ Outro exemplo é uma significativa passagem da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* que apresenta as relações específicas entre os portugueses e os mouros da África que escapavam do entendimento de outros povos, como os castelhanos. Os portugueses, em investidas contra os mouros, não os exterminavam por completo, mas selecionavam quem podia ou deveria ser morto. Segundo Zurara, numa entrada organizada pelos portugueses com a colaboração de alguns cavaleiros castelhanos, os portugueses fizeram o que era de costume: “não faziam senão espalharem-se por estes campos, cada um como se lhe a ventura acertava uns a matar, outros a recolher naquelas almas que achavam fugindo, outros tomavam carrego de apanhar o gado”.²⁴⁴ Entretanto, os castelhanos, não compartilhando desse universo, tiveram um comportamento distinto e usaram “neste feito de grande crueldade, pois matavam mulheres e moços pequenos”,²⁴⁵ o que surpreendeu tanto os portugueses quanto os mouros, porque os castelhanos guerrearam com “grande ódio além do natural”.²⁴⁶ Apesar da consideração de que um mundo conhecido não precisa ser explicado²⁴⁷ e, por conseguinte, as crônicas dos séculos XV e XVI não possuem grandes descrições e considerações sobre os muçulmanos do Marrocos, os momentos em que o mouro é citado e descrito levam a atentar para o fato de que ele não aparece só como o infiel inimigo dos cristãos. Ele é apresentado de maneira complexa e multifacetada, e partilha com os cristãos determinadas características, como vestuário, alimentação, potencial bélico, adornos e até mesmo alguns valores. As relações entre portugueses e marroquinos não eram pautadas, portanto, apenas na guerra religiosa e na luta sem trégua.²⁴⁸

Os homens que estavam situados além do Cabo do Bojador, como já apontado aqui, mereciam por parte dos cronistas maior atenção. Os portugueses foram os responsáveis por

²⁴²ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*, p. 107.

²⁴³Ibid., p. 134.

²⁴⁴Id., *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*. Edição Larry King. Lisboa: Universidade Nova, 1978. p. 145.

²⁴⁵Ibid., p. 145.

²⁴⁶Ibid., p. 145.

²⁴⁷Cf. LOUREIRO, Rui. A visão do mouro nas crônicas de Zurara. *Mare Liberum*, p. 193-209.

²⁴⁸Cf. Ibid., p. 208.

difundir uma imagem dos negros, os quais, pela primeira vez, eram mais efetivamente contatados pelos europeus.²⁴⁹ No entanto, o retrato construído pelos portugueses dos povos localizados na costa africana ao sul do Cabo do Bojador, os guinéus, foi composto pelo que se viu e pelo que se esperava ver – ou seja, a partir do conhecimento prévio que os portugueses tinham sobre os possíveis povos a serem contatados – e, em alguns casos, se confundia com o próprio retrato dos povos muçulmanos de Marrocos. Abordar os povos da Guiné, portanto, ajuda a entender qual a imagem do africano construída pelos cronistas e viajantes do período e quais as possíveis aproximações e distanciamentos entre os povos do Marrocos e da Guiné.²⁵⁰ Há inúmeras descrições desses povos nas crônicas e nos relatos de viagem do século XV e início do XVI que tentam dar forma a esses povos desconhecidos para seus possíveis leitores. É preciso ainda fazer algumas considerações sobre os relatos produzidos nesse período. A *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, composta por Zurara, apesar de dedicar longas passagens a descrições dos povos encontrados, tem como principal objetivo – do mesmo modo que as crônicas cavaleirescas – narrar os feitos militares dos portugueses nas partes africanas ao sul do Marrocos. Os relatos de viagens de Luís de Cadamosto e Pedro de Sintra podem ser consideradas descrições cujo objetivo era informar os costumes dos azenegues, dos povos do Senegal, da Gâmbia e dos guanchos das Canárias. As viagens de Cadamosto, entre 1455 e 1456, por serem viagens comerciais e de reconhecimento da costa africana, levaram o viajante a relatar com atenção os povos com os quais poderiam fazer tratos comerciais, bem como os que eram caracterizados como muito pobres e, portanto, pouco vantajosos em supostas parcerias comerciais. Do mesmo modo, deve-se considerar a *Carta* do navegador Usodimare aos seus credores genoveses, ou seja, como uma prestação de conta da viagem. Por fim, a esse conjunto de documentos soma-se o *Esmeraldo de Situ Orbis*, de Duarte Pacheco Pereira, que se trata tanto de um resumo das viagens realizadas por Duarte Pacheco durante sua vida como de uma compilação de textos recorrentes no período.

Na concepção geográfica medieval, a Guiné era uma terra de negros e ouro, e o acesso a ela tinha por barreira o mediterrâneo islâmico do Magrebe e o Saara, mas os dois mundos se comunicavam por intermédio das caravanas cameleiras que atravessavam o deserto.²⁵¹ Zurara menciona um cavaleiro que serve como intermediador entre muçulmanos e negros. Conta o cronista que o navegador Nuno Tristão havia capturado alguns cativos na região do rio do

²⁴⁹RANDLES, W. G. L. *L'image du Sud-est Africain dans les literatures européennes au XVIe siècle*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 1959, passim.

²⁵⁰Cf. HORTA, José da Silva. O Africano: produção textual e representações (séculos XV-XVII). In: CRISTOVÃO, Fernando (coord.). *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens*, p. 263-301.

²⁵¹BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (org). *História da Expansão Portuguesa*, p. 154.

Ouro, mas não conseguia tirar deles informações sobre suas terras, pois não entendia a língua falada por eles:

[...] mandaram aquele alarve, que Nuno Tristão levava consigo, que falasse com aqueles Mouros, e que nunca o puderam entender, porque a linguagem daqueles não é mourisca, mas azenegua [berbere] de Saara, pois assim chama aquela terra; mas o cavaleiro parece que, assim como era nobre entre os outros que ali eram cativos, assim vira mais coisas e melhores e andara outras terras onde aprendera a linguagem mourisca. E, portanto, se estendia com aquele alarve, ao qual respondia a que lhe perguntava.²⁵²

O cavaleiro²⁵³ serve de intérprete para os portugueses, pois, apesar de ser um azenegue, falava a língua mourisca conhecida pelos portugueses. Contudo, o destaque dessa personagem é justificado pelo cronista, porque o cavaleiro era nobre entre os seus e andava nas terras dos mouros, ou seja, tinha contato tanto com os povos mouros como os localizados a Sul do deserto. A explicação do viajante Luís de Cadamosto sobre os povos que o infante D. Henrique havia mandado “descobrir” ao longo da costa africana até a Guiné ajuda a compreender como era pensada a disposição dos povos pela costa ocidental africana:

[...] por fim vieram a achar algumas partes serem habitadas por árabes que vivem naqueles desertos, e depois, mais para além, geração de gente que chamam Azenegues, que são homens pardos (...). E, determinante, veio a descobrir as terras dos primeiros negros, e depois, sucessivamente, das outras gerações, igualmente dos ditos negros, com várias coisas, línguas, costumes e fé.²⁵⁴

Valentim Fernandes também definiu, a despeito disso, que “os mouros da terra firme são três gerações, a saber, alarves, azenegues e ziguis”.²⁵⁵

A foz do rio Senegal (ou rio Nilo) marcava nesses relatos, nesse sentido, a fronteira entre os povos associados ao deserto – como os berberes e as tribos nômades – e a terra dos negros, propriamente dita.²⁵⁶ A despeito disso, Cadamosto declara, segundo as informações que podia saber e entender, que:

[...] depois de passarmos o dito Cabo Branco, com ele à vista, navegamos [...] e chegamos ao rio chamado de Senegal, que é o primeiro rio das terras dos Negros, naquela costa; o qual rio separa os Negros, dos Pardos

²⁵²ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 83-84.

²⁵³Deve-se levar em conta aqui que o termo mouro aparece para designar os africanos em geral.

²⁵⁴CADAMOSTO, Luís de. *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, p. 86.

²⁵⁵FERNANDES, Valentim. *O manuscrito de "Valentim Fernandes"*. Lisboa: Academia portuguesa da história, 1940, p. 23.

²⁵⁶Cf. RUSSEL, Peter. *Henrique, o Navegador*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004, p. 186.

chamados Azenegues; e separa também a terra seca e árida, que é o sobredito deserto, da terra fértil, que é o país dos Negros.²⁵⁷

O cronista Gomes Eanes de Zurara, na *Crónica da Guiné*, usa a denominação guinéus para se referir aos povos localizados abaixo do rio Senegal: “a terra dos Negros, ou terra de Guiné, cujos homens e mulheres delas são chamados de Guinéus, que quer dizer como negros”.²⁵⁸ Esses povos são referenciados, primeiramente, pelo seu potencial militar. Não se deve esquecer que a crônica de Zurara, acima de tudo, tem a preocupação de enaltecer os heróis da narrativa. Assim, o cronista logo chama a atenção para as potencialidades bélicas desses guinéus, que viviam próximos à foz do Senegal: “e parece-me que estes Guinéus eram arqueiros, e que andavam ao monte matando suas veações com erva, assim como em esta nossa Espanha fazem os besteiros”. Além disso, esses guerreiros eram ágeis e conseguiam fugir muito rapidamente, pois “eles andam nus, e não têm cabelos senão muito curtos, tais em que se não pode fazer presa”.²⁵⁹ Nesse caso, não há propriamente uma inferiorização dos negros por estarem nus, pelo contrário, essa característica facilitaria a fuga e, ademais, eles conheciam táticas de guerra similares às usadas na Espanha. Outro exemplo das práticas guerreiras dos guinéus, que tem grande destaque na crônica de Zurara, é a morte do cavaleiro Nuno Tristão, num rio que recebeu seu nome, *Rio de Nuno*. Conta o cronista que vinte e dois portugueses teriam adentrado por esse rio em dois pequenos batéis “antes que saíssem em terra, saíram da outra parte 12 barcos, nos quais seriam até 70 ou 80 guinéus, todos negros, e com arcos nas mãos. E porque a água crescia, passou-se a além um barco de guinéus, e pôs os que levava em terra, donde começaram a assetear aos que iam nos batéis”.²⁶⁰ Segundo Zurara, dos vinte e dois homens só sobraram dois vivos, André Dias e Álvaro da Costa, ambos escudeiros do infante D. Henrique e naturais de Évora. Para Zurara, tantos homens morreram “porque aquela peçonha era artificialmente composta, que com pequena ferida, somente que aventasse sangue, trazia os homens ao seu derradeiro fim”.²⁶¹ Dentre os mortos estava o nobre cavaleiro Nuno Tristão, como já mencionado, e por conta dessa matança Zurara chama esses guinéus de “aquela maldita gente”.²⁶² Cadamosto, embora compondo um relato com preocupação de descrever o potencial comercial da costa africana, igualmente fala das capacidades bélicas dos negros senegaleses: “esses senhores fazem guerra muitas vezes

²⁵⁷ CADAMOSTO, Luís de. *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, p. 115.

²⁵⁸ ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 278.

²⁵⁹ *Ibid.*, p. 357.

²⁶⁰ *Ibid.*, p. 400.

²⁶¹ *Ibid.*, p. 401.

²⁶² *Ibid.*, p. 402.

uns aos outros, e ainda muitas vezes aos seus vizinhos, e as suas guerras fazem a pé, porque têm muito poucos cavalos [...]. De armas de seu vestir não usam, porque não as têm e ainda, porque, com grande calor não poderiam trazer”.²⁶³ As armas usadas por esses homens eram de ferro que obtinham do reino da Gâmbia e com ele “fabricavam todas as armas, mas não têm aço”.²⁶⁴ Para Cadamosto, as guerras desses homens eram “muito mortíferas, porque estão desprovidos de armaduras e os golpes não despedem em vão: matam-se como feras [...] nisto mostram feroz arrogância, não temendo a morte”.²⁶⁵ O viajante, portanto, não considera só a inferioridade bélica desses povos que não conheciam o aço em relação aos cristãos, mas também sua forma de guerrear, que se assemelhava à das feras e, não temendo a morte, são descritos como povos arrogantes. Tal viajante relata, ainda, contatos hostis que teve com os negros da Baixa Etiópia, mais precisamente na Gâmbia, onde sua frota foi recebida com armas e teve que regressar sem fazer trocas comerciais, comuns nas paragens pela costa africana. O que mais chama atenção em Cadamosto, no entanto, é a explicação de que o viajante teria recebido para tais contatos hostis: “porque eles tinham, por certo, que nós, Cristãos, comíamos carne humana, e que só comprávamos negros para os comer; e que por isso não queriam nossa amizade de forma nenhuma”.²⁶⁶ Nesse ponto, Cadamosto mais uma vez ressalta a inferioridade dos africanos que, ingenuamente, acreditavam que os cristãos eram antropófagos.

Como não poderia ser diferente, um dos fatores que mais chama a atenção dos cronistas em relação aos povos que vão sendo contatados ao longo da costa africana é o religioso. Nas descrições dos povos da Guiné, é possível notar um traço dominante: os negros da Guiné,²⁶⁷ mais do que a categoria mouro, recebem a classificação de gentio, pagão ou idólatra e são descritos, por vezes, como povos bárbaros. Porém, se a princípio este fato tende a apresentar uma visão depreciativa dos negros, é justamente nesse ponto que eles ganham destaque e valorização nas narrativas, pois, não sendo muçulmanos, esses povos poderiam ser cristianizados,²⁶⁸ o que era um fator extremamente favorável, segundo os cronistas. Apesar de Cadamosto considerar maometana a fé dos primeiros negros que encontrou, aponta que “nem por isso estão muito firmes na fé”, e explica que os negros tomavam contato com a fé

²⁶³CADAMOSTO, Luís de. *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, p. 121.

²⁶⁴Ibid., p. 122.

²⁶⁵Ibid., p. 122-123.

²⁶⁶Ibid., p. 155.

²⁶⁷ Não serão abordados aqui traços específicos sobre azenegues, pois já foram mencionados com mais detalhes anteriormente.

²⁶⁸HORTA, José da Silva. A imagem do Africano pelos portugueses antes dos contactos. In: ALBUQUERQUE, Luís de (org). *O confronto do Olhar*, p. 55; _____. A Representação do Africano na Literatura de Viagens, do Senegal à Serra Leoa (1453-1508). *Mare Liberum*, p. 209-339.

maometana por intermédio de “pretos azenegues ou algum árabe (pois igualmente por lá aparece um ou outro)”. O viajante acredita que, se esses negros tiverem familiaridade com os cristãos, facilmente se converterão, pois agradam-lhes “muito os nossos costumes e vendo ainda as nossas riquezas e o nosso engenho em todas as coisas, em relação as eles, dizem que o deus que nos deu tantas boas coisas mostra sinais de grande amor para conosco, o que não podia ser se não nos tivesse dado boas leis”.²⁶⁹ Em todo o texto de Cadamosto se repetem menções sobre a propensão à conversão dos povos da Guiné. Outro exemplo bastante citado é o do senhor *Budomel*, da região do rio Senegal que, segundo Cadamosto, dizia:

[...] que a nossa fé ele tinha por boa, pois não podia deixar de ser, visto que Deus que nos havia dado tantas coisas boas e ricas, e tanto engenho e saber, igualmente nos devia ter dado boa lei: mas que, nem por isso, também eles, deixavam de ter boa lei; e que ele achava que, com boas razões, os seus negros pudessem melhor salvar do que nós, Cristãos, porque Deus era senhor justo; e a nós, neste mundo, nos havia dado muitos bens de diversas coisas, e aos seus negros quase nada, em relação a nós: portanto, havendo-nos Deus dado o paraíso, a nós, para cá, eles deveriam tê-lo para lá.²⁷⁰

Esses dizeres do senhor *Budomel* agradavam muito a Cadamosto, que considerava que este senhor era um bom homem e por isso estava certo de que “facilmente se teria podido converter à fé cristã”.²⁷¹ *Budomel*, em certo sentido, representava a sabedoria dos pobres, a quem Cristo havia prometido o reino dos céus.²⁷²

Apesar dos aspectos positivos da religiosidade desses povos, suas práticas não deixam de impressionar Cadamosto, que descreve a idolatria como algo diabólico:

[...] acerca das coisas que se podem dizer desta terra, por aquilo que nós vimos, e pela informação que houvermos no pouco tempo que lá estivemos, falaremos em primeiro lugar da sua fé. É, geralmente idolatria, por diversos modos, dando grande fé aos encantamentos e outras coisas diabólicas que sabem fazer; mas todos têm idéia de Deus; também há alguns que sabem alguma coisa da seita de Maomé: estes são homens que andam pelo Mundo e pelas terras dos Mouros, e se não se fixam no país; porque os que habitam as suas casas, disso não sabem coisa nenhuma.²⁷³

A despeito disso, o cosmógrafo Duarte Pacheco Pereira, ao relembrar as glórias que os portugueses realizaram na Etiópia (Guiné) a serviço do infante D. Henrique, destaca a

²⁶⁹CADAMOSTO, Luís de. *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*. Op.cit., p. 120.

²⁷⁰Ibid., p. 132.

²⁷¹Ibid., p. 132.

²⁷²CURTO, Diogo Ramada. O tempo de Zurara: Conselhos, Crônicas e Relatos de Viagem. In: _____. *Cultura Imperial e Projetos Coloniais (séculos XV e XVIII)*. Campinas: Editora Unicamp, 2009, p. 65.

²⁷³Ibid., p. 165.

cristianização dessas regiões como um dos méritos dos portugueses, pois das gentes daquelas terras “muitas partes delas haviam de ser salvas pelo sacramento do Santo Batismo”.²⁷⁴

Se, no que diz respeito à religião, os negros ganham tom positivo por serem considerados propensos à cristianização, no que tange aos costumes geralmente são descritos de modo depreciativo. Quanto às vestimentas dos povos da Guiné, Zurara, Cadamosto e Usodimare apontam que a gente miúda, em geral, andava praticamente nua, mas os senhores daquelas terras se distinguem por usar peças de algodão: “toda essa gente anda nua, senão fidalgos e homens honrados, e se vestem de camisas de pano de algodão, azuis e ceroulas do mesmo pano”.²⁷⁵ Alguns povos da Gâmbia vestiam camisolas, porém isso se justificava pela abundância de algodão naquela região: “enquanto a maioria dos habitantes do Senegal anda nua, os mouros da Gâmbia andam vestidos, pois têm algodão em abundância”.²⁷⁶ Sobre a alimentação dos negros, Zurara primeiramente compara com a dos europeus e considera que, “pela maior parte, é leite, e algumas vezes poucas carnes, e sementes de ervas bravas, que colhem por aqueles montes [...] algum trigo quando o podem haver”, já os homens que “vivem à beira mar não comem senão pescado”.²⁷⁷ Mais adiante relata as consideradas esquisitices da alimentação de alguns povos africanos: “seu comer geralmente é leite, e ervas como bestas, e raízes de juncos, e poucas vezes carnes; comem coisas torpes e sujas, assim como ratos, pulgas, e piolhos, e carrapatos, havendo tudo por boa vianda”.²⁷⁸ Cadamosto, a exemplo de Zurara, conta que ouviu dizer que esses homens, além disso, comeriam “carne de cão”.²⁷⁹ Diogo Gomes de Sintra define, assim, acerca dos hábitos alimentares, que esses povos “vivem à maneira dos animais, comendo carnes quase cruas e leite”, pois “comem as carnes como as conseguem esquentar no sol”.²⁸⁰ Para Cadamosto, do mesmo modo, os homens desse lugar “no comer são porcalhões, e sem nenhuma educação. São pessoas muito simples e rudes nas coisas de que não têm prática (que são muitas)”.²⁸¹ Espanta-se, assim, com a simplicidade dos povos da África que, na maioria dos casos, viviam em “aldeias de casas de palha”.²⁸² Essa pobreza podia ser mais bem notada nos mercados: “nestes mercados compreendi muito bem que estes são gente muito pobre, pelas coisas que traziam ao mercado

²⁷⁴PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 79.

²⁷⁵Ibid., p. 97. Passagens semelhantes podem se encontrar em: CADAMOSTO, Luís de. *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, p. 120; ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 362.

²⁷⁶CADAMOSTO, Luís de. Op. cit., p. 149.

²⁷⁷ZURARA, Gomes Eanes de. Op. cit., p. 362.

²⁷⁸Ibid., p. 380.

²⁷⁹CADAMOSTO, Luís de. Op. cit., p. 165.

²⁸⁰SINTRA, Diogo Gomes de. *Descobrimento Primeiro da Guiné*, p. 59.

²⁸¹CADAMOSTO, Luís de. Op. cit., p. 121.

²⁸²CADAMOSTO, Luís de. *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, p. 128.

para vender”.²⁸³ Duarte Pacheco Pereira tem uma visão bastante negativa dos negros, os quais considera selvagens: “esta gente toda é viciosa, de pouca paz uns com outros, e são muito grandes ladrões e mentirosos, que nunca falam verdade, grandes bêbados e muito ingratos, que bem que lhe façam não o agradecem, e muito desavergonhados que nunca deixam de pedir”.²⁸⁴ Essa concepção depreciativa apontada por Duarte Pacheco Pereira sobre os africanos fazia parte do pensamento ocidental bem antes dos contatos. Nos *Livros del Saber de Astronomia*, compilados por ordem de Afonso X de Castela, o Sábio, há, por exemplo, uma passagem que será repetida por vários escritores, dentre eles os citados Duarte Pacheco Pereira e Diogo Gomes de Sintra, na qual os negros e etíopes são considerados “semelhantes a bestas que não têm lei, nem regras, nem direitos, nem saber, nem arte de destreza”.²⁸⁵

Apesar de traços selvagens dominarem os relatos sobre os negros da África, é possível encontrar narrativas que demonstram aspectos de igualdade entre portugueses e negros. Um caso exemplar é encontrado na *Crónica de D. João II*, escrita por Rui de Pina. Conta o cronista que, no ano de 1488, estando o rei D. João II em Setúbal, chegou a Lisboa numa caravela portuguesa o príncipe jalofo *Bemoim*, senhor de um vasto território próximo ao rio Senegal. A fuga de *Bemoim* para Portugal se deu porque ele, por “traição, fora lançado fora do reino”.²⁸⁶ Seu povo considerou traição os presentes (ouro) e um embaixador que *Bemoim* teria enviado para o rei português, em troca de armas e navios. Dessa forma, *Bemoim* e “alguns negros de sangue real”²⁸⁷ decidiram se refugiar em Portugal. D. João II ordenou que *Bemoim* fosse recepcionado em Palmela, onde foi recebido de forma idêntica a um príncipe europeu.²⁸⁸ *Bemoim* é descrito como um “homem que parece de quarenta anos, de grande corpo, muito negro, barba muito comprida” e que, quando discursava, “não parecia um negro bárbaro, mas um príncipe criado em Atenas”.²⁸⁹ O príncipe jalofo foi convertido ao cristianismo, armado cavaleiro e depois foi enviado ao seu reino com ajuda de vinte caravelas comandadas por Pêro Vaz Cunha, além de pedras e madeiras para a construção de uma fortaleza e igrejas. Entretanto, Pêro Vaz Cunha, suspeitando de deslealdade e traição, “matou o dito Bemoim a ferro”.²⁹⁰ Essa passagem é singularmente relevante, pois ilustra bem a ambiguidade com que os povos africanos eram identificados, ora com tons positivos e enobrecedores – quase como

²⁸³Ibid., p. 141.

²⁸⁴PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 97.

²⁸⁵*Livros del saber de astronomia*, apud.ALBUQUERQUE, Luís de. Uma releitura de Azurara. *Studia*, p. 422.

²⁸⁶PINA, Rui de. D. João II. In: _____: *Crônicas*, p. 952.

²⁸⁷Ibid., p. 953.

²⁸⁸BETHENCOURT, Francisco. O contato entre povos e civilizações. In: _____; CHAUDHURI, Kirti (org). *História da Expansão Portuguesa*, p. 89.

²⁸⁹Cf. PINA, Rui de. Op. cit., p. 953.

²⁹⁰PINA, Rui de. D. João II. In: _____: *Crônicas*, p. 955.

iguais, ora com tons extremamente depreciativos –, principalmente quando se tratava da arraia miúda. Assim, o príncipe jalofo é descrito como um verdadeiro príncipe europeu em território português, porém, ao mesmo tempo é sujeito à desconfiança que pairava sobre os guinéus, como descreveu Duarte Pacheco Pereira, e justamente por isso acaba assassinado. Considera-se então que os habitantes dos territórios abaixo do Bojador, assim como os marroquinos, também aparecem multifacetados; no entanto, o que chama atenção na documentação é que os povos da “Baixa Etiópia” são apresentados como uma incógnita. Os viajantes não sabiam exatamente que tipos de povos iriam encontrar, se é que iriam encontrá-los.²⁹¹ Assim, em certo sentido, os negros são apresentados de forma mais positiva do que os muçulmanos, pois poderiam ser convertidos ao cristianismo.

Como foi mencionado no início deste capítulo, para o planejamento da conquista da praça de Ceuta, os portugueses tiveram ajuda de cativos tirados da cidade para fornecer informações que pudessem auxiliar na melhor forma de realizar o ataque. A presença de cativos que serviam para dar informações sobre a África é uma prática recorrente descrita pelos cronistas, não só para os ataques feitos a Marrocos, mas a própria expansão para a África contou com a presença de intermediários locais, que serviam tanto para dar notícias sobre o território como para serem intérpretes entre portugueses e africanos. Desse modo, pode-se afirmar que o conhecimento e o contato entre portugueses e africanos foi intermediado pelas figuras do cativo e/ou do escravo intérprete. Segundo os regimentos de navegação da época henriquina – sem os quais nenhum navio poderia partir para a Guiné –, os navegadores eram instruídos a resgatar, pela força ou pelo engano, duas ou três pessoas em cada ponto novo alcançado pelos viajantes para que fossem levadas até Portugal, onde D. Henrique ou seus oficiais deveriam interrogá-las sobre o lugar de onde vieram.²⁹² Zurara conta que os portugueses, capitaneados por Gomes Pires, reconheceram facilmente que estavam próximos às terras dos guinéus pelos sinais, palmeiras e o rio Senegal, que haviam aprendido “daqueles Azenegues que tinham cativos”.²⁹³

Zurara e Cadamosto referem-se aos intérpretes nativos como fundamentais para o estabelecimento de contatos entre os portugueses e os povos da região abaixo do Saara.²⁹⁴ Os cativos eram capturados em diversas regiões da África, levados para Portugal, onde aprendiam a língua, e eram convertidos ao cristianismo. Zurara relata até mesmo a suposta

²⁹¹ Não há uma terminologia específica para identificar esses habitantes; muitas vezes são generalizados por gentios, idólatras, negros, mouros, guinéus, dentro outras denominações.

²⁹² RUSSEL, Peter. *Henrique, o Navegador*, p. 126.

²⁹³ ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 278.

²⁹⁴ CURTO, Diogo Ramada. O sistema do escravo-intérprete. In: _____. *Cultura Imperial e Projetos Coloniais (séculos XV e XVIII)*, p.27.

intenção do infante D. Henrique em converter cativos que depois pudessem ensinar o cristianismo para os guinéus. Exemplar é o caso do cativo capturado por Estevão Afonso, na entrada do Rio Senegal, que foi levado ao infante:

[...] este moço fez alguns diziam que o Infante ao depois ensinar a ler e escrever, e assim todas as coisas que cumpria saber um cristão [...] cá lhe foi ensinado a oração do Pater Noster, e Ave Maria, e os artigos da fé, e preceitos da lei, e obras de misericórdia, e assim outras muitas coisas, como àquele a que alguns diziam que o Infante mandava ensinar para sacerdote, com intenção de enviar em aquela terra, e pregar a fé de Jesus Cristo.²⁹⁵

O intuito de utilizar os cativos convertidos como instrumento da expansão dos valores e da doutrina cristã aparece ainda mais evidente nas descrições sobre os contatos estabelecidos por D. João II e D. Manuel com o rei do Congo. Rui de Pina, por exemplo, relata que Diogo Cão resgatou alguns nativos da região do Congo, “não trazendo como cativos, mas com o fundamento e esperança, que depois de aprenderem a língua, os costumes [...], retornariam as suas terras”,²⁹⁶ e também aprenderiam a religião cristã antes do regresso ao seu reino de origem. Anos depois, um desses negros, Charchanfus, batizado de João da Silva, retornou a Portugal como embaixador do rei do Congo para solicitar que o rei português recebesse em seu reino jovens negros para serem convertidos ao catolicismo e para aprenderem a falar e a escrever em latim, para que, quando voltassem ao Congo, pudessem ajudar o seu rei e o seu reino.²⁹⁷ Rui de Pina, em certo sentido, associa a expansão portuguesa para a África juntamente com a expansão do catolicismo e da língua latina.²⁹⁸

Era usual, portanto, a presença de um escravo-intérprete nas expedições para a costa africana, pois tais intérpretes eram úteis para a comunicação oral entre portugueses e nativos, como também eram submetidos aos propósitos diplomáticos, militares, mercantis e de informação. Contudo, os portugueses não foram os primeiros que usaram o escravo-intérprete na comunicação com povos desconhecidos; têm-se notícias de que, desde o início do século XIV, os viajantes europeus das Canárias faziam uso dessa prática.²⁹⁹ Os portugueses começaram a usar essa forma de colher informações como um importante instrumento para saber sobre os territórios africanos. Cadamosto conta que, em uma das suas viagens, ao chegar em um rio desconhecido próximo das ilhas de Cabo Verde, os navegadores deliberaram

²⁹⁵ ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 281.

²⁹⁶ PINA, Rui de. D. João II. In: _____. *Crônicas*, p. 993.

²⁹⁷ Cf. *Ibid.*, p. 993-1002.

²⁹⁸ Cf. CURTO, Diogo Ramada. O sistema do escravo-intérprete. In: _____. *Cultura Imperial e Projetos Coloniais (séculos XV e XVIII)*, p. 31.

²⁹⁹ Cf. CURTO, Diogo Ramada. O sistema do escravo-intérprete. In: _____. *Cultura Imperial e Projetos Coloniais (séculos XV e XVIII)*, p. 29.

“mandar à terra um dos nossos turgimões”³⁰⁰ para colher informações sobre aquele território, uma vez que “todos os nossos navios tinham turgimões negros, trazidos de Portugal”. Segundo Cadamosto, tais turgimões eram “escravos vendidos por aquele senhor de Senegal aos primeiros cristãos portugueses que vieram descobrir o país dos Negros; os quais escravos fizeram cristãos em Portugal, e aprenderam bem a língua hispânica”.³⁰¹ Cadamosto explica ainda que, apesar dos riscos que os turgimões corriam – pois eram os primeiros a sair em terra para convencer os nativos das boas intenções dos navegadores e, por vezes, eram recebidos de forma bastante hostil –, muitos escravos preferiam o trabalho de turgimania, porque poderiam se tornar escravos forros.³⁰² Cadamosto descreve que os turgimões eram alforriados quando conseguiam para seus donos quatro escravos;³⁰³ assim, “por esse meio, muitos escravos ficam forros”.³⁰⁴

Tanto Zurara como Cadamosto apresentam um quadro no qual a exploração da Guiné e as relações dos portugueses com os inúmeros povos espalhados pela costa dependiam da capacidade dos intérpretes. Zurara expressa a dificuldade dos intérpretes na comunicação com tantas línguas diferentes que eram encontradas nas ilhas e no continente africano: “e brevemente a aldeia foi cercada, e aqueles sete filhados. Mafaldo apartou logo um daqueles, e começou a perguntar assim como melhor pode, como homem que não tinha outro turgimão,

³⁰⁰ Nos textos dos cronistas aparecem as palavras: turciman, em italiano, turgyman em português e turchiman, em árabe, para definir os escravos intérpretes. Cf. CADAMOSTO, Luís de. *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, p. 148.

³⁰¹ *Ibid.*, p. 148.

³⁰² Cf. *ibid.*, p. 148-149.

³⁰³ A despeito do comércio de escravos, é preciso considerar, como propõe Peter Russel, que: “o Infante não foi, em rigor, o pioneiro e primeiro patrono do comércio atlântico de escravos, embora seja por vezes apresentado como tal. Antes dele, mercadores e marinheiros genoveses, catalães, castelhanos e outros cristãos [...] estavam habituados a comprar, nos portos atlânticos de Marrocos, escravos negros importados do Sudão pelas caravanas transaarianas. Daí eram embarcados para a Europa, muito antes, das caravelas do Infante terem começado a trazê-los dos novos resgates saarianos. Desde o século XIV que os indígenas das ilhas Canárias eram vítimas das constantes e organizadas capturas de escravos, frequentemente realizadas às ordens de mercadores da Península Ibérica e da Itália. No entanto, na época anterior a D. Henrique era raro verem-se escravos em Portugal, sobretudo da África Negra, daí a especial atenção que mereceu a sua chegada, em grande número, em 1445. O que torna singulares os eventos desse ano foi o Infante ter sido o primeiro europeu a utilizar o Atlântico para transportar, para a Europa, africanos de diversas origens raciais, capturados pelos portugueses [...] nas terras além do Cabo Bojador. Como resultado desta iniciativa henriquina particular, Portugal tornou-se, durante a vida do Infante, um importante e florescente mercado que fornecia Castela (sobretudo Sevilha) e a Coroa de Aragão (sobretudo Valência) de escravos da África Negra”. Cf. RUSSEL, Peter. *Henrique, o Navegador*, p. 225.

O historiador Diogo Ramada Curto acrescenta ainda que, por volta de 1500, a quantidade de escravos em Lisboa era cerca de 10% da população, o que causava espanto aos viajantes estrangeiros que passavam pela cidade, pois contrastava com a situação existente em outras cidades europeias. Cf. CURTO, Diogo Ramada. Os negros em Portugal: representações e práticas de comunicação. In: _____. *Cultura Imperial e Projetos Coloniais (séculos XV e XVIII)*, p. 21.

Tem-se considerado que, entre o século XV e 1530, foram transportados para Portugal, a partir das paragens na África, cerca de 150 000 escravos. Cf. RAMOS, Rui (Org.). *História de Portugal*, p. 211.

³⁰⁴ CADAMOSTO, Luís de. *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, p. 149.

onde eram os outros mouros daquela ilha?”³⁰⁵ Cadamosto aborda claramente a importância dos intérpretes para o avanço das expedições. Em sua segunda viagem, na zona do Cabo Roxo – na entrada do Rio Grande –, o veneziano conta: “eu, desejoso de saber desta gente, pu-los a falar com os meus turgimões; mas nenhum deles pôde entender coisa que eles disseram, tão pouco os das outras caravelas: o que vendo, muito nos aborreceu”.³⁰⁶ Por conta disso, os navegadores foram obrigados a regressar para Portugal, pois, como não identificaram a língua dos povos daquele lugar, seria inútil continuar:

[...] vendo nós, por isto, que estávamos em país novo, e que não podíamos ser entendidos, concluímos que passar mais adiante era inútil, porque calculamos que iríamos encontrar linguagens cada vez mais novas e que, não as podendo entender, se não poderiam fazer coisas novas. E, assim, determinamos voltar para trás.³⁰⁷

Com a variedade de línguas faladas pelas tribos da Guiné, a dependência dos portugueses em relação aos escravos-intérpretes era praticamente total. Assim, quando nem mesmo os intérpretes conseguiam se comunicar com os nativos, como no caso supracitado, os viajantes ficavam quase que completamente impotentes para conseguir informações, fazer trocas mercantis consideráveis ou até mesmo para realizar resgates.³⁰⁸ Em outras palavras, o mundo da Guiné era, em sua grande parte, traduzido e intermediado para os portugueses pelos intérpretes.

A partir das considerações levantadas até aqui, é possível perceber três sentidos que foram atribuídos pelos escritores do século XV e início do XVI para o continente africano. Primeiramente, nas crônicas sobre as conquistas das praças marroquinas, a África aparece como território pertencente por direito aos cristãos, onde estes poderiam guerrear com os infiéis e onde os nobres poderiam realizar feitos dignos de cavalaria. Nesse sentido, os reis portugueses, como D. João I e D. Afonso V, segundo a pena dos cronistas, realizaram na África feitos dignos de memória. O segundo sentido atribuído à África nos escritos do século XV é o de lugar privilegiado para comércio de ouro e resgate de cativos, principalmente nas regiões logo abaixo do Cabo do Bojador. Esse sentido também se vincula às explorações em busca de conhecer coisas novas e de espalhar o cristianismo pela África. Num terceiro sentido, a África é considerada o caminho para as Índias. A despeito disso, cabe dizer que a localização das Índias, no tempo do infante D. Henrique e de D. Afonso V, não se estendia

³⁰⁵ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 189.

³⁰⁶CADAMOSTO, Luís de. *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, p. 172.

³⁰⁷Ibid., p. 172.

³⁰⁸RUSSEL, Peter. *Henrique, o Navegador*, p. 282.

muito além da Guiné e correspondia aos conceitos romano-medievais desse espaço continental, cujos contornos ganham dimensões diferentes no reinado de D. João II, ante o propósito de dobrar o cabo da Boa Esperança.³⁰⁹ Na Bula papal de 1455, escrita por Nicolau V (1447-1455), e em que concede a Portugal o exclusivismo de navegação e exploração por todas as regiões africanas ainda desconhecidas, aparece a expressão *usque ad indos* (até os índios).³¹⁰ Essa expressão associa-se, contudo, à expectativa de encontrar a região da Etiópia, a Índia Etiópica, que em algumas concepções se estendia do Oriente até o Atlântico.³¹¹ Esse sentido se relaciona com o anterior, pois as Índias seriam o lugar privilegiado para o comércio das especiarias.

Se as guerras empreendidas no norte de Marrocos para a conquista dos territórios mouros fazem parte dos feitos de cavalaria e pouco ou nada se vinculam às explorações empreendidas ao sul do Bojador – que tinham como objetivo conhecer coisas novas, encontrar ouro em abundância e resgatar cativos –, é preciso pensar em qual momento o discurso histórico português buscou construir uma unidade entre as tomadas das praças marroquinas e a expansão para a costa africana. Esse capítulo, portanto, tentou apresentar as múltiplas ideias que circularam em Portugal sobre a África e que demonstraram que não se pode falar em um projeto expansionista em meados do século XV, mas que a África, de certa forma, era bastante desconhecida. A maioria dos cronistas, como era o padrão da época, pautava sua verdade no que havia achado escrito anteriormente; assim, tais cronistas reproduzem os conhecimentos dos antigos, dos mapas-múndi e dos escritos renomados que circulavam na época, como Isidoro de Sevilha, Ptolomeu, Mandeville e o *Livro do Conhecimento*. Além disso, buscam conciliar o pensamento encontrado escrito com o que viram e/ou ouviram.

Para entender como e por que a tomada de Ceuta se tornou um evento memorável da história expansionista portuguesa, foco principal desta pesquisa, os próximos capítulos atentarão, a partir de interrogações diferentes, para um ponto em especial: qual o papel da visão retrospectiva dos fatos na produção dos sentidos históricos. Dessa forma, é preciso desdobrar a participação da nobreza nas decisões expansionistas do reino português, interrogando até que ponto foi unanimidade na corte a saída para além-mar e, se não foi unânime, como os cronistas dos séculos XV e XVI deram conta de elaborar um discurso enaltecido das escolhas expansionistas. Além disso, será delimitado dois momentos importantes na elaboração do discurso histórico da expansão: o momento em que o rei D.

³⁰⁹ Cf. BETHENCOURT, Francisco; HAUDHURI, Kirti (org). *História da Expansão Portuguesa*, p. 154.

³¹⁰ Cf. NICOLAU V. Romanus Pontifex. In: SUESS, Paulo (coord.) *A conquista espiritual da América espanhola*. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 225-230.

³¹¹ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e. *Henrique, o Infante*, p. 369.

Afonso V solicita e patrocina a redação das crônicas de Zurara, buscando glorificar a casa de Avis sob novos parâmetros, incluindo os feitos de Ceuta e destacando a figura do infante D. Henrique, tio de D. Afonso V; e o momento em que se buscou construir um império português no final do reinado de D. João II e no reinado de D. Manuel I, a partir da afirmação de uma continuidade e de uma unidade nos feitos empreendidos pelos portugueses no território africano. D. Manuel I, por exemplo, teria calcado grande parte do seu ideal de império na rememoração da figura do infante D. Henrique como o obreiro do que ele viria a ser o regedor.³¹²

³¹² Cf. THOMAZ, Luís Filipe. L'idee Imperiale Maneline. In. AUBIN, Jean. *La Decouverte, le Portugal et l'Europe*. Actes du Colloque. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1990. p. 35-103; COSTA, João Paulo Oliveira e. Henrique, o Infante. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009, p. 379.

2 NOBRES E CRONISTAS FABRICANDO AS GLÓRIAS PORTUGUESAS NA ÁFRICA

*Que se fez daquele que Ceuta tomou
por força aos mouros com tanta vitória,
o intitulado da Boa Memória,
que a si e aos seus tão bem governou?*

Garcia de Resende - Cancioneiro Geral – 1516.

Na *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, escrita por volta de 1450, o cronista Gomes Eanes de Zurara justifica a grande atenção dispensada às ações empreendidas pelo infante D. Henrique, afirmando que é possível alcançar a obra conhecendo seu obreiro e a finalidade dele.¹ Pouco depois, na *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, escrita entre 1458 e 1463, Zurara ressalta que “[...] as propriedades virtuosas e os poderios dos obradores são conhecidos pelas perfeições dos atos que deles procedem” e que “[...] toda coisa que move outra, move em virtude do primeiro movedor”.² Em outras palavras, para o cronista do reinado de D. Afonso V, se o obrador (ou a causa primeira) fosse um homem exemplar, seus feitos não poderiam ser senão dignos de memória. Assim, para saber da grandiosidade da conquista das explorações abaixo do Cabo do Bojador, na *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, e da guerra em Marrocos, no caso da *Crónica de D. Pedro e Meneses*, era imprescindível conhecer o provedor da ação, o infante D. Henrique e o Conde D. Pedro de Meneses, respectivamente. A priorização de um grande homem como centro condutor da narrativa, a quem a obra se refere ou é dedicada, é traço que permeia, de maneira geral, as narrativas cronísticas, os tratados e os relatos de viagens produzidos entre o século XV e início do século XVI, seja destacando os monarcas e os infantes, seja a vida exemplar da alta nobreza do reino. Nesse sentido, a exaltação das virtudes físicas e morais dos tidos obreiros compõe a grandiosidade dos empreendimentos realizados por eles.³ Apesar de se sobressaírem tais figuras nas narrativas, elas não devem ser pensadas por sua individualidade, pois as figuras exaltadas nos textos supracitados só têm sentido como modelos de conduta a serem seguidos pelos seus iguais.⁴ Pode-se dizer também que esse tipo de personalismo nas narrativas está vinculado, no caso português, entre outras coisas, à própria tentativa da corte

¹ ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*. Segundo o manuscrito de Paris. 1ª ed. de Visconde da Carreira. Paris: J. P. Aillaud, 1841, p. 44.

² ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Edição e estudo: Maria Teresa Brocardo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 174.

³ Cf. COWELL, Andrew. Individuality and Identity in the Middle Ages. In: _____. *The Medieval Warrior Aristocracy: Gifts, violence, Performance and the sacred*. Cambridge: Boydell & Brewer, 2007, p. 11.

⁴ Ibid., p. 12.

dos reis de Avis em se auto-afirmar através da construção da moral exemplar de seus membros, para compensar a ausência de legitimidade sanguínea do poder.⁵

Para Zurara e seus contemporâneos, desse modo, o elogio escrito era uma das melhores formas de compor e enaltecer os heróis, pois “[...] tanto louvor foi dado aos feitos [...], quanto os claros e bons engenhos dos sutis escrivães por palavra os puderam gabar e exaltar”.⁶ Cabe considerar, contudo, que a função memorialista da escrita da história medieval, que priorizava a verdade documental e o depoimento de quem viu ou ouviu os fatos, não contradizia a função moralista da história, de legar para a posteridade os exemplos virtuosos a serem seguidos.⁷ Ao contrário, registrar e valorizar as virtudes pessoais continuou a ser preocupação recorrente dos historiadores daquele tempo. Dito de outro modo, o discurso cronístico tinha vocação para erguer heróis e fabricar glórias, como característica intrínseca ao seu próprio fazer histórico.⁸

Levando em conta a construção de modelos a serem seguidos, um dos argumentos do rei D. Duarte em favor da continuidade da guerra, provavelmente de 1437 e exposto no *Livro dos Conselhos* – conhecido como *Livro da Cartuxa* – foi de que, devido à diminuição da prática do “[...] bom exercício das armas”, muitas “[...] gentes e reinos se perderam”.⁹ Portanto, a guerra contra os mouros seria necessária para tirar sua gente “[...] da vida ociosa fora das virtudes”.¹⁰ Dado o entendimento da guerra como necessária à nobreza, a inquietação de D. Duarte se justificava, grosso modo, como forma de acréscimo de bens, rendimentos e jurisdições, decorrentes da recompensa por serviços prestados, e como condição para os nobres alcançarem honra, fama e proveito.¹¹ A guerra era necessária, porque proveito sem honra não era recomendado à nobreza, uma vez que o lucro e a pura ganância desonrariam quem os tivesse.¹² A honra era alcançada, segundo os conselhos de D. Duarte, com “[...] grandes feitos de guerra” e com uma vida virtuosa em tempo de paz.¹³ Por isso, “se diz que

⁵ Cf. VENTURA, Margarida Garcez. *O messias de Lisboa*. Um Estudo de Mitologia Política (1383-1415). Lisboa: Cosmos, 1992, p. 7

⁶ ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 36.

⁷ Cf. BARRETO, Luís Filipe. *Descobrimientos e renascimento*. Formas de ser e penas nos séculos XV e XVI. Lisboa: Temas portugueses, 1983. p. 71; FRANÇA, Susani Silveira Lemos. A representação do passado e a moral no século XV em Portugal. *Tempo*, vol.14, no.28, Niterói, June, 2010.

⁸ AMADO, Teresa. *Fernão Lopes: Contador de História sobre a Crónica de D. João I*. Lisboa: Estampa, 1997, p. 32.

⁹ *LIVRO DOS CONSELHOS DE EL-REI D. DUARTE* (Livro da Cartuxa). Lisboa: Estampa, 1982. p. 135.

¹⁰ *Ibid.*, p. 135.

¹¹ Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. João I: o que re-colheu Boa Memória*. Lisboa: Temas e debates, 2008, p. 226.

¹² Cf. MATTOSO, José (dir). *História de Portugal. A monarquia feudal (1096-1480)*. Lisboa: Estampa, 1997, p. 368.

¹³ DOM DUARTE. *Leal Conselheiro*. Maria Helena Lopes de Castro (ed.). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s.d, p. 40.

honra é a vantagem ou reverência feita [a] alguém em sinal de preeminência ou virtude”.¹⁴ Em suma, o proveito, para os nobres do século XV, deveria ser decorrente das virtudes cavaleirescas e da fidelidade ao rei, em caso de guerra ou de paz, através de recompensas e cargos por serviços prestados.

Após o esfriamento das guerras com Castela, nas primeiras décadas do século XV, Marrocos tornou-se o grande palco de nobilitação, para escudeiros e cavaleiros da nobreza não fidalga, por serviços prestados. Também era o local apropriado para armar cavaleiros da alta nobreza da forma mais honrada possível, ou seja, na guerra contra os inimigos ancestrais do Cristianismo. Com a guerra no norte da África, portanto, era possível servir a Deus e adquirir prestígio, honra e glória através do uso das armas de forma virtuosa:

Saiba vossa mercê que o estado militar não é por outra cousa tanto louvado entre os cristãos, como por guerreamos aos infiéis, [...] determinamos que vossa mercê pode mover guerra contra quaisquer infiéis tanto mouros como gentios, ou quaisquer outros que por algum modo negarem algum dos artigos da santa Sé Católica, por cujo trabalho mereces grande galardão do nosso Senhor Deus pela vossa alma.¹⁵

Como essa passagem sugere, a oportunidade de obter honra e proveito não era restrita à guerra em Marrocos. Segundo Zurara, os homens que se arriscavam a bordo das caravelas e das naus em direção à Guiné também buscavam esses ganhos, de forma que “[...] assim foram estas coisas crescendo pouco a pouco, e as gentes tomando ousio de seguir aquela carreira, uns por servir, outros por ganhar honra, outros com esperança de proveito, ainda que cada uma destas duas coisas traga consigo ambas, e isto é que, em servindo, aproveitavam em si, e acrescentavam em sua honra”.¹⁶ Não é só Zurara, um cronista essencialmente de gabinete e sedentário, embora tenha buscado documentos e testemunhos em Marrocos para compor a *Crónica de D. Duarte de Meneses*,¹⁷ que relaciona as explorações portuguesas com a obtenção de honra, o navegador veneziano Luís de Cadamosto, por exemplo, diz ter viajado pela costa atlântica da África, pois o infante D. Henrique prometera a ele honra e proveito.¹⁸ Entretanto, é preciso interrogar se a honra da guerra contra os mouros, recorrentemente

¹⁴ *LIVRO DOS CONSELHOS DE EL-REI D. DUARTE* (Livro da Cartuxa), p. 226.

¹⁵ ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*. Coimbra: Academia das Sciencias de Lisboa, 1915. Crónica da Tomada de Ceuta, p. 36-37.

¹⁶ ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 99.

¹⁷ Apesar de sua Zurara ter viajado para a África em busca de documentos e testemunhos para compor a *Crónica de D. Duarte de Meneses*, a viagem em si não interfere no tipo de relato elaborado por ele. A viagem ocorreu de acordo com o propósito dos cronistas medievais de recolherem o maior número possível de informações para compor suas crônicas, ou seja, não faz muita diferença no relato as informações terem sido recolhidas dentro ou fora do reino.

¹⁸ Cf. CADAMOSTO, Luís de. *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1988, p. 89.

buscada pelos ibéricos – cujos reinos se afirmaram no combate ao infiel –, se assemelhava à honra dos homens que se arriscavam no mar ou financiavam expedições de descobertas.

Vale lembrar que honra não era lucro, pois “[...] o reconhecimento do ganho deve ser dado àquele que é mesteiroso e a recompensa da honra àquele que é muito nobre e excelente”.¹⁹ Havia igualmente grandes diferenças entre a recompensa material proveniente da mercancia e a recompensa procedente da virtude guerreira e da fidelidade ao rei. Ao nobre de meados do *Quatrocentos* não cabia, a princípio, negociar. Para Zurara, o proveito para o nobre não devia ser o lucro da mercancia, pois isso era coisa do povo,²⁰ do mesmo modo que a honra do cavaleiro fidalgo e do mercador era diferente. O latinista Mateus de Pisano esclarece, de forma mais completa que Zurara, que os filhos de mercadores devem “[...] receber investiduras por meio de festins”, já os “[...] filhos de reis, estes, é passando fome e sede, aos ardores do sol, aos rigores do inverno, que devem procurar obter honra de cavalaria”.²¹ Zurara também deixa clara a distinção entre nobres e mercadores, menosprezando as atividades relacionadas com dinheiro: “[...] os príncipes desta terra [...] não são acostumados a vender suas boas vontades por preço de dinheiro, pois, usando por semelhante modo, teriam maior razão de se chamarem mais mercadores do que senhores”.²²

Diferenças entre a honra cavaleiresca, o proveito e a mercancia são algumas das prioridades dos escritos do período em questão destinados a registrar as grandezas portuguesas em terras vizinhas. A essas, como será desdobrado adiante, se juntam as descrições e louvores das qualidades físicas e morais dos empreendedores ultramarinos. Cabe, pois, neste capítulo, examinar mais detidamente quais foram os valores atribuídos, pelos cronistas, tratadistas e viajantes, aos homens que guerrearam em Marrocos (reis, infantes, fidalgos e gente miúda), aos que mandaram navegar e aos que exploraram a costa da Guiné, isto é, como a guerra e a mercancia estão ou não articuladas na argumentação desses homens. Em outras palavras, a proposta é analisar até que ponto os valores e os parâmetros morais da conquista marroquina, isto é, a guerra contra os mouros, mais especificamente nos casos de Ceuta (1415), Tânger (1437), Alcácer Ceguer (1458) e Arzila (1471), foram compartilhados pelos financiadores das expedições (reis, infantes e fidalgos), exploradores, mercadores e viajantes que se arriscaram para além do Cabo do Bojador. Ou seja, é possível falar em uma

¹⁹ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Edição e estudo: Maria Teresa Brocardo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. p. 175.

²⁰ Ibid., p. 175.

²¹PISANO, Mateus de. *Livro da Guerra de Ceuta*. PINTO, Roberto Correia (ed.). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915. p. 7

²²ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*. PEREIRA, Francisco Maria Esteves (ed.). Coimbra: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, cap. XXXIV.

continuidade de valores motores da guerra no Marrocos e das explorações na Guiné? A intenção, sobretudo, é perceber o jogo entre presente e passado dos homens que escreveram sobre o início da expansão, tanto contemporaneamente aos eventos, quanto com distanciamento, isto é, por aqueles que viveram em uma época em que ela já estava melhor articulada e consolidada. Perceber tal jogo é fundamental, tendo em conta que as histórias são narradas, na maior parte das vezes, depois de estarem concluídas, de forma que as conclusões estão sempre incompletas e abertas para o futuro e, do mesmo modo, a eventualidade de eventos futuros deixa sempre a possibilidade de incorporação de novos sentidos a acontecimentos passados.²³

2.1 Figuras heroicas e exemplares em torno de uma conquista

Três décadas após ter sido consagrado rei de Portugal e do Algarve, nas cortes de Coimbra de 6 de Abril de 1385, D. João I (1357-1433) acrescentou ao seu título o de “Senhor de Ceuta”.²⁴ Os documentos do século XV que abordam a tomada de Ceuta (1415), embora com enfoques diferentes, atribuem a articulação e condução do feito ao rei D. João I, ora exaltando as qualidades do monarca, ora apenas descrevendo o evento. Além disso, a tomada de Ceuta tem sido considerada o último grande ato público do rei D. João I em vida e o ato que teria fechado com prestígio seu reinado.²⁵ Neste percurso pelas formas como um certo passado foi sendo fixado, duas memórias principais, escritas no século XV, podem ser tomadas como as sínteses fundadoras do que veio a se configurar como os parâmetros essenciais do evento conquistador: a *Crónica da Tomada de Ceuta*, de Gomes Eanes de Zurara (iniciada entre 1449 e 1450) e a sua versão latina, o *Livro da Guerra de Ceuta*, de Mateus de Pisano (de 1460). A essas duas narrativas vem se juntar outras em que, porém, o ataque português a Marrocos encontra-se diluído entre outros feitos e temáticas, como é o caso do *Livro de Arautos* (de 1416) e da *Crónica do Condestável Nuno Álvares Pereira* (escrita em data não posterior a 1440)²⁶, ambos anônimos; da *Crónica de Juan II de Castilla*,

²³ Cf. DANTO, Arthur C. *Historia y narración: Ensayos de filosofía analítica de la historia*. Introducción de Fina Birulés. Barcelona-Buenos Aires-México: Ediciones Paidós, 1989, p. 24-25.

²⁴ Data de 08 de Fevereiro de 1416 o primeiro documento conhecido com a nova titulação, ou seja, apenas 6 meses após a Tomada de Ceuta de 21 de Agosto de 1415. Ver: BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond; BRAGA, Paulo Drumond. *Ceuta portuguesa (1415-1656)*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 1998, p. 23.

²⁵ Cf. DUARTE, Luís Miguel. *D. Duarte: Riquem por um rei triste*. Lisboa: Temas e Debates, 2007, p. 55.

²⁶ AMADO, Teresa. *Crónica do Condestable*. In: LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe. *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. 2ª edição. Lisboa: Caminho, 1993.

do judeu converso Álvaro Garcia de Santa Maria (provavelmente composta em 1419)²⁷ e das *Consolações de Catarina de Neufville: Senhora de Fresne*, elaboradas entre 1457 e 1459,²⁸ pelo francês Antoine de La Salle, única testemunha ocular conhecida que legou-nos um escrito sobre o cerco.

No ano de 1415, D. João I era um homem de idade madura e convicto de que sua honra já havia sido atestada anteriormente, como na vitória contra os castelhanos na batalha de Aljubarrota, em 1385 – batalha celebrizada como consolidadora da independência portuguesa. Dessa maneira, os cronistas que abordaram a tomada de Ceuta não justificam a participação do mestre de Avis para adquirir honra cavaleiresca. Zurara aponta que a grande vontade do monarca, ao atacar os mouros da Mauritânia, era de redimir-se perante Deus, por ter guerreado contra cristãos: “[...] todo o seu principal movimento foi por serviço de Deus e grande desejo que tinha de emendar alguma coisa, se contra a vontade de Deus fizera, no tempo da guerra passada”.²⁹ A melhor forma de redenção, segundo Zurara, era “[...] lavando suas mãos no sangue dos infiéis”,³⁰ discurso que coadunava com a ideia de que à margem da Cristandade, dos herdeiros da lei romana, estavam os desconhecedores de Cristo, absorvidos pelo pecado e, portanto, inimigos. As circunstâncias faziam com que estes fossem os sarracenos, que, segundo os discursos dos cristãos ibéricos, usurparam as terras de seus ancestrais e, portanto, mereciam que se lhes fizesse guerra justa.³¹ Álvaro Pais (1275? – 1349), em seu *Espelho de Reis*, tratado de pedagogia política, escrito entre 1341 e 1344, cujo gênero era bastante comum na Idade Média, por exemplo, descreve os inimigos mouros de forma bastante negativa: “soberbos, vândalos, filhos da carne [...] maligníssimos e sagacíssimos sarracenos”³² e considera que combatê-los era justo e honrado, pois os mouros perturbavam a paz da Igreja.³³ Dito isso, é preciso ressaltar que, embora D. João I não seja abordado nas crônicas de Zurara e Pisano como um rei em busca de honra, as descrições do monarca são compostas a partir de elementos típicos da honra cavaleiresca dos tempos medievais, que consistia na proteção das igrejas, dos fracos e dos desarmados no interior da

²⁷ CARRIAZO, Juan de Mata. *La conquista de Ceuta em la "Crónica de Juan II de Castilla"* de Alvar Garcia de Santa Maria, Separata dos "Anais", série II, vol. 27, Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1982, pp. 281-295.

²⁸ Cf. BARCELO, José Luís Gómez. Tarifa en las crónicas lusas referidas a la costa africana del Estrecho. *Al Qantir*, nº 11, 2011, pp. 136-163.

²⁹ ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*, p. 9.

³⁰ *Ibid.*, p. 9-10.

³¹ ANTUNES, Luísa Marinho. Espelho dos reis e cartas. In: AMADO, Teresa. (Org.) *A guerra até 1450*. Lisboa: Quimera, 1994, p. 198.

³² PAIS, ÁLVARO. *Espelho de Reis*. Livro I. Trad. Miguel Pinto de Meneses. Lisboa: Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia, vol I, 1955, p. 7-9.

³³ *Ibid.*, p. 15-17.

Cristandade, bem como na luta contra os infiéis, no exterior.³⁴

O rei D. João I é definido, assim, por Zurara, como um “grandioso homem”,³⁵ que teria alcançado a sensatez proveniente da idade. Se a *Crónica da Tomada de Ceuta* ou *Terceira Parte da Crónica de D. João I* for analisada em conjunto com a *Primeira e a Segunda Parte da Crónica de D. João I*, compostas por Fernão Lopes, a trajetória do monarca, de descendência bastarda, cumpre um papel que vai da sua ascensão e de sua aprovação popular, passando pela afirmação do rei e de Portugal nas guerras com Castela, até chegar ao estabelecimento do reino através de acordos de paz com o reino vizinho, Castela, na *Crónica da Tomada de Ceuta*. Em outras palavras, de rei guerreiro em Fernão Lopes, D. João I passa a ser um rei conciliador em Zurara, sem, contudo, perder a bravura cavaleiresca. Preponderam, desse modo, nas narrativas de Zurara e de Pisano, as descrições do rei como um homem prudente, que consulta o conselho e analisa várias opiniões antes de tomar decisões importantes. A consulta ao conselho era, para D. Duarte, uma das oito partes da prudência, virtude que, como ensinavam pensadores de reconhecida capacidade de síntese, como Tomás de Aquino,³⁶ cabia aos governantes: “[...] convém a todo senhor que benignamente ouça os conselhos dos sabedores e dos barões, dos fidalgos e dos antigos e daqueles que amam o rei e o senhorio”.³⁷ Na verdade, os elementos destacados no conselho eram *topoi* da composição dos reis sábios e justos.³⁸ Assim, o rei aparece, em várias passagens, das crônicas de Zurara e Pisano, consultando seus conselheiros sobre pontos como: a melhor forma de armar cavaleiros os infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, a justeza em tomar Ceuta, a arrecadação de fundos para a guerra, as formas de como atacar a praça estrangeira e, por fim os meios para manter a cidade sob seu poder.³⁹

Embora os textos de Zurara e Pisano dediquem mais espaço à narrativa da preparação para a guerra em Ceuta do que à batalha em si, nos momentos em que o ataque a Ceuta é abordado, D. João I aparece como um experiente cavaleiro, que comanda sabiamente as ações dos cristãos e discursa aos seus para encorajá-los e para ressaltar as honras decorrentes da guerra. Zurara conta que o rei não participou diretamente do combate, pois, ao entrar em uma galé, “[...] se feriu em uma perna”, mas, mesmo ferido, ele “com uma cota e com um barrete na cabeça e sua espada cinta, andou por todos aqueles navios, dando aviso a cada um da

³⁴ Ver: DUBY, Georges. *A sociedade cavaleiresca*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, passim.

³⁵ ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*, p. 9-10.

³⁶ Cf. AQUINO, Santo Tomás de. *Suma de Teologia*, II, parte I-II. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1989, p. 439.

³⁷ DOM DUARTE. *Leal Conselheiro*, p. 209-210.

³⁸ Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. João I: o que re-colheu Boa Memória*, p.229.

³⁹ Para saber mais sobre o papel dos reis na articulação das guerras ver: DUBY, Georges. *O Domingo de Bouvines*, 27 de julho de 1214. São Paulo: Paz e Terra, 1993, passim.

maneira como deveriam agir”.⁴⁰ O monarca, apesar do ferimento, portanto, executa seu papel de cavaleiro perfeito, que se preocupa, aconselha e comanda os seus.⁴¹

Mateus de Pisano, em sua versão mais resumida do ataque a Ceuta, não justifica a ausência de D. João I no combate frontal por conta de um ferimento, mas constrói a imagem de um rei sereno e de um comandante eficaz que, de sua galé, toma as decisões estratégicas mais importantes para obter a vitória. D. João I aparece na pena de Pisano como um rei sábio e experiente na arte da guerra e que discursa aos principais nobres do reino para incentivar o ataque, argumentando acerca da glória decorrente da guerra contra o infiel no território dele, como um serviço prestado a Deus:

É, pois, bastante que conosco mesmo considereis que não é nas lutas por nós até aqui sustentadas em defesa de nossos domínios que está nossa glória, mas na tomada desta cidade, sobre a qual resolvemos vir fazer serviço de Deus [...]. Se não se tratasse do serviço de Deus, nem eu lançaria à conta de glória para vós a tomada de tal cidade; que bem sei vamos combater gente imbele e sem nome [...].⁴²

Em suma, para esses cronistas de meados do século XV, D. João I é o verdadeiro obreiro, apesar de não combatente na tomada de Ceuta, pois é um obreiro predestinado: “[...] el-Rei nosso senhor é um daqueles obreiros, que o Senhor convida no Evangelho, ajuntou aqui este seu povo para fazer seu santo serviço”.⁴³ Tal imagem messiânica de D. João I é uma construção que começou a ser fabricada logo a após sua ascensão ao trono e está dispersa em escritos de várias naturezas, como crônicas, tratados e cantigas. Essa afirmação de Zurara remete diretamente ao cronista Fernão Lopes que, sem dúvida, possui um papel fundamental nessa construção, pois, a partir da função de cronista mor do reino e de seu acesso privilegiado a uma série de documentos, foi ele quem elaborou, primeiramente em crônica, a trajetória do monarca através da teoria que reporta à escolha de D. João pela fonte que emana todo o poder: Deus.⁴⁴

D. João I, em *Consolações dirigidas a Catharina de Neufville*, um dos textos que participou na arquitetura da tomada como evento fundador, é, a propósito, descrito como um rei com muitos atributos. Nesse texto composto na segunda metade do século XV por Antonie de la Salle, escritor de algum renome em seu tempo, a destinatária é a Senhora de Fresne, a

⁴⁰ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*, p. 195.

⁴¹ Para saber mais das posturas consideradas adequadas ao cavaleiro ideal, ver: BLOCH, MARC. *A Sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70, 1982. p. 326.

⁴²PISANO, Mateus de. *Livro da Guerra de Ceuta*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915,

⁴³ZURARA, Gomes Eanes de. Op. cit., p. 199-200..

⁴⁴ Cf. VENTURA, Margarida Garcez. *O messias de Lisboa*, p. 7.

quem são apresentados os exemplos de duas mães que perderam seus filhos em batalhas mas se conformaram com tal destino, pois a morte deles teria sido em função de uma causa maior. La Salle apela para um caso ocorrido na Bretanha e outro em Portugal, justamente durante a tomada de Ceuta e, quando introduz o caso português, mesmo que seu objetivo seja moralizador e consolador, não deixa de destacar quem moveu a ação. Conta que, no ano de 1415, “[...] o muito excelente príncipe D. João, o Bom, primeiro deste nome, Rei de Portugal [...] foi, pela graça de Nosso Senhor, de Nossa Senhora e dos senhores São Thiago e São Jorge, chamado a empreender a santa e nobre conquista da cidade de Ceuta, nas partes das África e dos Sarracenos”.⁴⁵ Do mesmo modo que as crônicas de Zurara e Pisano, La Salle aponta como motivador da empreitada de Ceuta o serviço religioso prestado a Deus na guerra contra o infiel, reafirmando assim a necessidade de os cristãos combaterem o infiel e aditando mais uma peça no discurso, bastante difundido entre os cristãos da Península Ibérica, de que os mouros eram invasores. Foi com essa finalidade que o francês e outros recuperaram e construíram narrativas para justificar e legitimar o combate ao infiel. Entretanto, quando se comparam essas narrativas de meados e segunda metade do século XV com os textos escritos poucos anos após a tomada de Ceuta, principalmente com o texto castelhano do judeu converso Álvaro Garcia de Santa Maria, algumas considerações em relação à figura do monarca merecem ser evidenciadas.

Até onde se tem notícia, o primeiro relato que menciona a tomada de Ceuta é o anônimo *Livro de Arautos*, um guia prático da descrição dos principais territórios de que os arautos deveriam ter informações e que, provavelmente, foi escrito por alguém que conhecia bem a função e as necessidades dos seus destinatários. Na descrição do reino de Portugal e do Algarve, o escritor anônimo apresenta detalhadamente as regiões pertencentes a esses reinos e menciona que “[...] o atual príncipe destes reinos é o sereníssimo e invictíssimo Senhor D. João, rei de Portugal e do Algarve. É o primeiro destes reinos com o nome de João e é o décimo desde que o reino ficou a pertencer aos cristãos. Este rei D. João é [...] chamado de Boa Memória”.⁴⁶ O grande mérito desse monarca teria sido a recuperação de territórios ocupados pelos castelhanos, pois o rei “[...] libertou com assinalável êxito e milagrosamente, pela força das armas, quase três quartas partes dos seus reinos ocupados antes do seu reinado pelos seus vizinhos”.⁴⁷ Após assinar a paz com Castela, em 1411, o rei “[...] armou uma

⁴⁵ LA SALLE, Antoine de. *Consolações dirigidas a Catharina de Neufville, Senhora de Fresne*. General Carlos Du Bocage (Ed.). Lisboa/Coimbra: Academia de Ciências/Imprensa da Universidade, 1933, p. 23.

⁴⁶ *LIVRO DE ARAUTOS*. Lisboa: Academia portuguesa de História, 1977, p. 262.

⁴⁷ *Ibid.*, p. 262

destemida e poderosíssima frota para atacar Ceuta”,⁴⁸ com o intuito de defender o reino dos ataques de infiéis provenientes da África. Para o cronista anônimo, tomar Ceuta seria uma forma de revidar esses ataques de forma estratégica, pois a cidade era considerada a principal entrada para as demais regiões africanas. Os argumentos do escritor anônimo para ressaltar as qualidades do rei se relacionam, nesse sentido, muito mais com a guerra contra Castela do que com a tomada de Ceuta, que não aparece como um feito cavaleiresco nem como um serviço prestado a Deus, mas sim como uma necessidade estratégica de proteção ao reino português e do Algarve. O mesmo é perceptível na *Crónica do Condestável Nuno Alvares Pereira*, na qual a relação do monarca com a tomada de Ceuta é de estrategista e comandante. O cronista não tem a preocupação de exaltar as qualidades do monarca em relação à conquista da praça marroquina, assim, apenas menciona que “[...] El rei, por serviço de Deus e seu, ordenou de ir tomar a cidade de Ceuta”.⁴⁹ É, contudo, na *Crónica de Juan II de Castilla*, de Álvaro Garcia de Santa Maria, que o feito é narrado sem a menor intenção de enaltecer e adjetivar os “obreiros” portugueses. O judeu converso descreve apenas que “[...] o rei de Portugal havia mais de dois anos que tinha se apoderado de uma grande armada”,⁵⁰ e detém-se em contar sobre a armada de Ceuta, focando o grande dispêndio financeiro causado aos homens do reino português para financiar o ataque. Na crônica castelhana, como se nota, não era interessante ressaltar as glórias de um adversário e inimigo de guerra de longa data, ou melhor, o valor atribuído à tomada de Ceuta não podia ser em Castela nem de longe semelhante ao alcançado em Portugal.

Da mesma forma, no que diz respeito à participação dos infantes portugueses – D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique – na tomada de Ceuta, o único texto, dos acima citados, que não chega sequer a mencioná-la é o de Álvaro Garcia de Santa Maria; o qual limita-se a apontar D. João I como o mentor e o executor da ação. Já o *Livro de Arautos* relata que D. João I armou uma poderosa frota para atacar a cidade marroquina com o auxílio de “[...] seus quatro filhos mais velhos”,⁵¹ ou seja, os três legítimos supracitados, mais o bastardo D. Afonso, conde de Barcelos. Além de não mencionar o nome dos filhos de D. João I, o *Livro de Arautos* não faz qualquer distinção entre eles no que diz respeito à maior ou menor participação no ataque, nem apresenta predicados para eles. Na *Crónica do Condestável Nuno Alvares Pereira*, aparece a indicação de que o rei D. João I tomou a cidade de Ceuta

⁴⁸ *LIVRO DE ARAUTOS*, p. 262

⁴⁹ D. NUNO ÁLVARES PEREIRA. *CRÓNICA DO CONDESTÁVEL DE PORTUGAL*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2001. p. 234.

⁵⁰ CARRIAZO, Juan de Mata. *La conquista de Ceuta em la "Crónica de Juan II de Castilla"* de Alvar Garcia de Santa Maria, Separata dos "Anais", série II, vol. 27, Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1982. p. 284.

⁵¹ *LIVRO DE ARAUTOS*, p. 262.

acompanhado pelo “[...] infante Duarte, seu primogênito, o infante D. Pedro e o infante D. Henrique e o conde de Barcelos, seu filho bastardo”,⁵² já os infantes D. João e D. Fernando “[...] eram tão pequenos que não foram lá”.⁵³ Os dois infantes destacados pelo cronista são: o Infante D. Duarte, futuro rei, e o conde de Barcelos, por não ser filho legítimo do monarca. É notório que os filhos de D. João I são mencionados em ordem hierárquica de nascimento e legitimidade. Nessa crônica, portanto, não há a preocupação em descrever suas virtudes, mas apenas privilegiar o nascimento. Era uma tópica recorrente do período descrever os filhos pela ordem de nascimento e privilégio – filhos legítimos e bastardos –, pois, para os medievais, como expõe uma das mais completas compilações de direito do século XV, as *Ordenações Afonsinas*, Deus “[...] não quis que todas [as criaturas] fossem iguais”,⁵⁴ então ordenou cada uma em sua virtude separadas, em grau hierárquico.⁵⁵

A situação é completamente outra quando se observam as crônicas de meados do século XV. Zurara, seguido por Pisano, é o grande responsável por destacar a participação dos filhos de D. João I no ataque a Ceuta, com claro realce para o infante D. Henrique. Alguns historiadores têm considerado até mesmo que a *Crónica da Tomada de Ceuta* seria uma importante biografia dos primeiros anos do infante D. Henrique como figura pública, sendo considerada até mesmo um panegírico do infante.⁵⁶ O envolvimento dos infantes no feito aparece na narrativa de Zurara como decorrente da vontade do próprio rei D. João I, que sonhava “[...] fazer seus filhos cavaleiros o mais honradamente que se bem pudesse fazer”.⁵⁷ Em um primeiro momento, segundo o cronista, D. João I pensou em “[...] ordenar umas festas reais que durassem todo um ano”, nas quais haveria “[...] notáveis justas e grandes torneios [...] danças e outros jogos”⁵⁸ e, no final delas, seus filhos seriam armados cavaleiros. Entretanto, festas e torneios acabaram por não se mostrar à altura do sonho, pois a “[...] memória as prescreve com pequeno louvor”, como teria argumentado aos infantes o Vedor da Fazenda, João Afonso de Alenquer. Receber a ordem de cavalaria em festas palacianas era coisa de burgueses ricos que mediam a honra pela fartura de seus gastos e não de príncipes bem nascidos.⁵⁹ Desse modo, filhar a cidade de Ceuta foi proposto pelo Vedor – que tomara conhecimento dessa “grande e nobre” cidade por informações de um criado que lá mandara

⁵² D. NUNO ÁLVARES PEREIRA. *CRÓNICA DO CONDESTÁVEL DE PORTUGAL*, p. 234.

⁵³ *Ibid.*, p. 234.

⁵⁴ *ORDENAÇÕES AFONSINAS*, 5 vols. Reprodução “fac-simile” da edição da Real Imprensa da Universidade de Coimbra, 1792. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Livro II, til. XL, p. 293.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 293.

⁵⁶ Cf. RUSSEL, Peter. *Henrique, O Navegador*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000. p. 49

⁵⁷ ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*, p. 55.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 55.

⁵⁹ Cf. DUARTE, Luís Miguel. *D. Duarte: Riquem por um rei triste*, p. 57.

para resgatar cativos –⁶⁰ e pelos Infantes a D. João I como uma alternativa às festas para o recebimento das honras cavaleirescas. O argumento central apresentado era de que um ataque aos infiéis no próprio território inimigo era verdadeiramente um atestado da coragem e bravura dos infantes. D. João I, após consultar prudentemente seus conselheiros, como convinha aos reis exemplares lembrados nos escritos da época, acabou por acatar a proposta.

Apesar de os quatro filhos mais velhos de D. João I serem armados cavaleiros em Ceuta, a crônica de Zurara ressalta em vários momentos a participação excepcional do infante D. Henrique. Nota-se que, mesmo antes de narrar o ritual de entrada na cavalaria, a cerimônia de adubamento, descrito somente no final da crônica quando a guerra já havia sido ganha, o cronista nomeia D. Henrique como cavaleiro: “[...] e assim como ele foi o primeiro que entrou na cidade, assim fez depois muitas avantajadas cousas por sua mão, como nobre cavaleiro que era”. Zurara, em um discurso em que quebra a hierarquia de nascimento, chega ao ponto de descrever que D. Henrique reunia maiores predicados para a função de rei do que seus irmãos: “[...] e deveis saber que o Infante Dom Henrique foi um homem, em cujos feitos e estado, entre todos seus irmãos, teve maior vantagem de realeza”.⁶¹ Não só as honras e virtudes de D. Duarte e D. Pedro são quase esquecidas na crônica de Zurara, como também a participação deles na preparação e na guerra é, de certa forma, diminuída em privilégio do terceiro filho legítimo de D. João I. A postura de Gomes Eanes de Zurara ao descrever os feitos dos infantes, principalmente em relação a D. Pedro, pode ser explicada por dois motivos, já mencionados ligeiramente no primeiro capítulo. Primeiramente, porque a crônica de Zurara foi encomendada pelo rei D. Afonso V, depois da batalha de Alfarrobeira (1449), na qual o exército do ex-regente do reino, D. Pedro, foi vencido pelo sobrinho Afonso V, com o apoio de D. Henrique. Sobre esse episódio da história dos príncipes de Avis, Zurara conta, na *Crónica da Tomada de Ceuta*, que:

[...] foi ainda o infante D. Henrique com o el-Rei dom Afonso seu sobrinho, naquele ajuntamento que fez sobre o infante D. Pedro, de que se seguiu a batalha de Alfarrobeira, na qual o dito infante foi morto e o conde Abranches que era com ele, e toda a sua hoste desbaratada.⁶²

E, na *Crónica de D. Pedro de Meneses*, lamenta o episódio: “[...] aquele doloroso e triste ajuntamento de Alfarrobeira”.⁶³ Ou seja, no tempo em que Zurara escreveu tais crônicas, o nome do infante D. Pedro, ex-regente do reino, era maldito, pois representava a infidelidade

⁶⁰Cf. ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*, p. 37.

⁶¹Ibid., p. 73.

⁶²ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 25.

⁶³Id., *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, p. 317.

senhorial, decorrente de uma guerra civil com seu próprio sobrinho, rei e senhor, D. Afonso V; já o nome de D. Henrique era digno de memória como vassalo exemplar.⁶⁴ Em segundo lugar, Zurara pôde juntar as “migalhas” para elaborar sua crônica através dos testemunhos de D. Pedro e do Infante D. Henrique. Sobre o depoimento de D. Pedro, o cronista limita-se em dizer que: “[...] tendo o Infante Dom Pedro cargo do regimento destes reinos, me contou grão parte deste feito, com intenção de assentar, logo de todo, em crônica segundo disso fiz algum começo”.⁶⁵ Porém, o infante D. Henrique, a quem o cronista diz muito admirar e ser agradecido, é considerado a pessoa mais adequada para contar o que se passou em Ceuta:

[...] depois me contou assim o senhor Infante Dom Henrique, duque de Viseu e senhor da Covilhã, em cuja casa estive alguns dias por mandado do senhor Rei [Afonso V]. O qual, dos ditos feitos havia mais certa lembrança que nenhuma outra pessoa do reino, quanto à substância das principais coisas em que está a força da história. E isto era por duas cousas. A primeira e principal portanto ele, do ventre de sua mãe trouxe consigo abraçada a semelhança da Cruz de Nosso Senhor Jesus Cristo, por cujo amor e reverência sempre teve muito grande desejo de guerrear aos infiéis, no qual viveu e passou toda a sua vida”.⁶⁶

Através dessas passagens fica exposta a predileção de Zurara pelo Infante D. Henrique, em detrimento, principalmente, do Infante D. Pedro. Predileção que pesou na visão da participação dos infantes na tomada de Ceuta legada para a posteridade, dado que esta visão é, sem dúvida, mediada pela prosa de Zurara na *Crônica da Tomada de Ceuta*, escrita ao serviço de D. Afonso V e terminada em 1450. O cronista, como já foi registrado neste estudo, não podia desvincular-se do ideário do seu comandante, que se apoiava numa sociedade nobiliárquica e defendia a política ultramarina de conquista e ocupação territorial. Muitos dos debates acerca da política marroquina, de que Zurara faz eco, sem dúvida adéquam-se mais ao tempo do cronista do que ao período em análise, e os seus heróis seriam aqueles que para esse tempo futuro – o de D. Afonso V – se projetaram. Por isso D. Henrique, reconhecidamente um acérrimo defensor da política de conquista, torna-se, na trama de Zurara, a figura central de toda a empresa, o herói sempre exaltado, enquanto D. Pedro, naquele tempo já de maldita memória, é quase omitido e mesmo em parte denegrido.⁶⁷

Embora se constituindo em uma versão em latim da crônica de Zurara encomendada

⁶⁴ Cf. DUARTE, Luís Miguel. *D. Duarte: Riquem por um rei triste*, passim; MARQUES, Alfredo Pinheiro. *A maldição da memória do Infante Dom Pedro e as origens dos descobrimentos portugueses*. Figueira da Foz: Centro de Estudos do mar. 1995.

⁶⁵ ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica da Tomada de Ceuta*, p. 45.

⁶⁶ Cf. *Ibid.*, p. 45.

⁶⁷ DUARTE, Luís Miguel. *Op. cit.*, passim; MARQUES, Alfredo Pinheiro. *Op. cit.*, p. 244.

pelo rei Afonso V, a crônica de Mateus de Pisano traz uma passagem bastante significativa e específica em relação aos infantes. Pisano declara que deixará consignadas as feições morais dos três filhos legítimos de D. João I: D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique.⁶⁸ D. Duarte, o primogênito, segundo Pisano, além de possuir muitos dotes de espírito, foi “[...] no lutar, no jogar das armas e no cavalgar” tudo, enfim, que “diz respeito à arte da guerra, que se avantajou em relação a todos de seu tempo nas Espanhas”. Em outras palavras, o primogênito se destacou na habilidade guerreira, característica importante para o futuro governante de um reino que se formou e expandiu através da conquista militar. D. Pedro, o segundo no nascimento, foi “[...] desde a infância muito dedicado ao estudo das sagradas letras e das outras boas artes”. Quando moço, distinguiu-se “por seu espírito de justiça, por sua liberdade, comedimento e valor que atraía para si as vistas de todos, dando esperança de vir a ser um grande príncipe”. Já o infante D. Henrique diferenciava-se dos demais “[...] por tamanha energia e vontade que trabalhou cerca de trinta anos” nos descobrimentos de terras desconhecidas, para as quais “[...] antes dele ninguém achara caminho” e, além disso, “[...] para todos se mostrava afável, era muito dado aos exercícios venatórios e curioso de conhecer os processos de ataques de cidades e castelos, costumando ouvir com agrado os homens versados em assuntos militares”.⁶⁹ Para Pisano, os três Infantes reúnem características importantes de grandes cavaleiros, como o domínio da arte da guerra, da justiça, da arte da escrita e do comportamento virtuoso.⁷⁰ Em relação às descrições morais dos infantes realizadas por Pisano, é preciso considerar, primeiramente, que o latinista se dispõe a ressaltar as características dos três infantes, atribuindo a eles qualidades de bons senhores, sem necessariamente priorizar ou exaltar em demasia o Infante D. Henrique, como faz Zurara. Em segundo lugar, a descrição de Pisano não se restringe simplesmente aos infantes quando eles eram jovens de vinte e poucos anos e as suas qualidades morais relacionadas somente à conquista de Ceuta. O latinista descreve-os com características morais de uma vida, ou seja, sob o olhar de quem conhece o desenrolar da vida dos infantes após a conquista de Ceuta e elabora um apanhado retrospectivo das trajetórias de cada um. Um terceiro ponto notório é a associação do infante D. Henrique com as atividades de descobrimento que aparecem claramente relacionadas com atividades militares, sem qualquer ligação entre descobrimento e transações comerciais, que eram inadequadas aos homens da alta nobreza.

Nas memórias escritas por Antoine de La Salle, D. Henrique também aparece

⁶⁸ PISANO, Mateus de. *Livro da Guerra de Ceuta*, p. 12.

⁶⁹ *Ibid.* p. 12.

⁷⁰ Cf. DIAS, Isabel. *A arte de ser bom cavaleiro*. Lisboa: Estampa, 2007, p. 14.

destacado, isso porque um dos exemplos que La Salle utiliza para confortar uma mãe que chorava a morte prematura de um filho querido é justamente a mãe do aio de D. Henrique, Vasco Fernandes de Ataíde, morto em Ceuta ao defender seu senhor. La Salle conta que D. João I realizou o empreendimento de Ceuta juntamente com os “[...] muito excelentes príncipes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, seus três filhos legítimos, e o conde de Barcelos, seu filho natural”.⁷¹ La Salle, dedica-se a ressaltar as qualidades do infante D. Henrique, apesar de mencionar que D. Pedro foi seu “[...] chefe da vanguarda”.⁷² D. Henrique é descrito pelo vigor físico, elemento de grande importância para a consecução da honra e do proveito,⁷³ e por ser um homem exemplar por sua castidade, qualidade que, a propósito, se consolidou historicamente como uma das principais virtudes do Infante: “[...] o dito senhor D. Henrique, terceiro filho do rei, moço de XIII a XX anos e na sua idade muito formoso, alto e de bom corpo, que diziam ser cumpridamente casto, pela sua grande valentia”.⁷⁴ Nas palavras do primeiro artífice do infante descobridor, Zurara, tal virtude ganha a qualidade de perene, pois diz o cronista que o infante, “em toda sua vida passou em limpa castidade, assim que virgem o recebeu a terra”.⁷⁵ Esta qualidade é igualmente louvada mais tarde pelo cronista-mor seu sucessor, Rui de Pina, o qual aponta que a maior perfeição de D. Henrique foi manter-se em sua vida “sempre casto, e segundo se crê, virgem o comeu a terra”.⁷⁶ É, contudo, na narração da reação do Infante, ao saber que seu aio estava morto, que La Salle se diferencia das demais descrições acerca de D. Henrique. Aqui, o terceiro filho de D. João I é pintado com ares humanizados, descrito como um Senhor que chora e lamenta a morte de seu companheiro e protetor querido, tanto que, “nem a rogos de seu pai, irmãos e quaisquer outras pessoas, cessava o seu grande pesar”. La Salle coloca as seguintes palavras, na boca de D. Henrique, para expressar a reação dele quando o vinham consolar:

Ai, Senhor, Ai! Senhores meus irmãos, e vós todos meus amigos, qual é o coração humano que não sentiria cada vez maior dor de ter perdido um tão bom, tão leal, tão avisado e verdadeiro amigo e servidor, como este era para mim, que dia e noite me aconselhava; assim eu o tivesse sempre ouvido,

⁷¹ LA SALLE, Antoine de. *Consolações dirigidas a Catharina de Neufville, Senhora de Fresne*, p. 23.

⁷² *Ibid.*, p. 24.

⁷³ Para saber mais acerca das descrições físicas e morais dos nobres medievais, como aparência física estava intimamente relacionada com o comportamento normativo, com as virtudes e vícios e como o corpo tornou-se um dos predicados para o caráter nobre, ver: WESTERHOF, Danielle. *Embodying Nobility: Aristocratic Men and the Ideal Body*. In: _____. *Death and the Noble Body in Medieval England*. Woodbridge: Boydell & Brewer, 2008, pp. 33-56.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 25.

⁷⁵ ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 20

⁷⁶ PINA, Rui de. *Chronica do sernhor rey D. Afonso V*. In: _____. *Crônicas*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 753.

*pondo acima de tudo o serviço de Deus, e depois a honra e a verdade! Ai de mim, desventurado! Quis ele morrer por mim, perdeu a vida por me salvar! E quereis então que eu não tome luto por ele, que foi meu segundo pai? Certamente o tomarei, pois, por mais que eu quisesse, nunca o poderia esquecer.*⁷⁷

La Salle conta ainda que depois de dizer essas palavras, D. Henrique voltou a chorar inconformado: “[...] e então recomeçavam os choros e lamentos, da sua imensa dor”.⁷⁸ Pode-se considerar que, apesar de priorizar a figura do Infante D. Henrique, La Salle constrói uma imagem dele com traços de homem comum, não somente de cavaleiro, príncipe perfeito e exemplar, como em Zurara e Pisano. Obviamente, o interesse de La Salle é ressaltar a importância de um vassalo que morreu por seu senhor e como tal morte foi recompensada, para assim, consolar a mãe que perdeu um filho e não propriamente enaltecer a casa de Avis, como os cronistas a serviço de Afonso V. Porém, não deixa de ser notória essa imagem de pranto e desespero do infante, uma vez que a placidez e a contenção dos sentimentos era um dos atributos morais dos governantes medievais. Contudo, não é porque La Salle descreve atitudes não contidas de D. Henrique que não deixa de desaprová-las, pelo contrário, compara tais posturas ao que era esperado das mulheres que, por natureza, se afligem e choram: “[...] onde estão vossas régias virtudes, a vossa fidalga nobreza e também vossa mocidade que chorais e vos lamentais como uma mulher? Muito mal fazeis, senhor.”⁷⁹

Para além dos filhos legítimos de D. João I, o conde de Barcelos, D. Afonso, filho mais velho do rei, porém bastardo, também é peça na construção da grandeza dos nobres. Nos escritos anteriores a Zurara há, quando há, apenas a menção do nome do conde, juntamente com a especificação de que ele é filho natural, porém, não legítimo do rei. Já Zurara sente a necessidade de justificar a falta da nobreza sanguínea de D. Afonso, que é compensada com o destaque a elevadas virtudes, pois, para o cronista, os filhos ilegítimos, se fossem virtuosos, superavam o defeito oriundo do nascimento. Segundo Zurara, “[...] o conde de Barcelos era o mais velho que todos eles. O qual, posto que falecesse na nobreza da geração quanto à parte de sua mãe, fizera-o Deus tão virtuoso e de tamanha grandeza de coração que em todas as coisas de honra escondia a baixeza do sangue da mãe”. Dispondo desses atributos, D. Afonso tinha garantido um lugar privilegiado no conselho régio: “muito grande siso, pelo qual havia no reino grande lugar no conselho”⁸⁰ e, além disso, era um homem respeitado no reino e no estrangeiro:

⁷⁷LA SALLE, Antoine de. *Consolações dirigidas a Catharina de Neufville, Senhora de Fresne*, p. 26.

⁷⁸Ibid., p. 26

⁷⁹Ibid., p. 29.

⁸⁰ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*, p. 26.

[...] quanto mais ele fora já fora destes reinos por espaço de grande tempo, e fora por casas de grandes príncipes e senhores, onde fora dada grande autoridade, assim por ser filho de quem era, como pela grandeza do seu corregimento, porque, além dos seus corregimentos serem grandes e bons, levava consigo muitos senhores e grandes homens com outros muitos fidalgos deste reino de que sempre foi mui bem acompanhado.⁸¹

A bastardia nobre e, sobretudo, a bastardia régia, vale destacar, não eram propriamente estigma social no período medieval, pelo contrário, os bastardos tinham distinção social entre a nobreza e, se D. Afonso não possuía a legitimidade sanguínea, Zurara buscou ressaltar as virtudes morais do conde de Barcelos,⁸² criando assim a imagem de um nobre com todas as características de um homem bom e exemplar.⁸³ Todavia, D. Afonso não recebe a denominação infante, exclusiva para os filhos legítimos, ou seja, apesar de não ser um estigma o apreço pelas hierarquias de nascimentos também são notórias no período em questão.⁸⁴

A frota para atacar a praça marroquina de Ceuta teria sido formada por aproximadamente duzentos navios e vinte mil homens.⁸⁵ Contudo, os nomes lembrados nos relatos acerca do evento são apenas os da alta e média nobreza, ou seja, quem era digno de memória no período e para quem os textos se destinavam. Como considerou Zurara, os bons nobres deviam “[...] virtuosamente obrar em seus feitos, para que os autores das histórias hajam razão de escrever suas obras por sua notável memória e ensinança dos outros”.⁸⁶ Do mesmo modo que, nos casos anteriormente analisados, são Zurara e Pisano os cronistas que trazem as descrições mais detalhadas a despeito dos homens que foram a Ceuta. O *Livro de Arautos*, por exemplo, se limita a mencionar que “[...] um exército escolhido e valoroso desembarcou em tal estreito”.⁸⁷ A *Crónica do Condestável Nuno Alvares Pereira*, como o próprio nome indica, prioriza a participação do condestável do reino no evento, não só como chefe militar experiente, mas como amigo e conselheiro do rei D. João I. Segundo o cronista anônimo, o Condestável atacou os mouros de Ceuta acompanhado de “[...] fidalgos, cavaleiros e homens de bem”.⁸⁸ Essa diferenciação não é de somenos importância, uma vez que, embora nobreza e cavalaria se confundam no século XV, nem todo cavaleiro era bem nascido – filho de algum nobre –, mas letrados, funcionários régios e até mesmo mercadores

⁸¹ ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*, p. 26.

⁸² Cf. RAMOS, Rui (Org.). *História de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009, p. 137.

⁸³ DIAS, Isabel. *A arte de ser bom cavaleiro*, p. 14

⁸⁴ MATTOSO, José. *História de Portugal II. A monarquia feudal (1096-1480)*, p. 375.

⁸⁵ Cf. RAMOS, Rui (Org.). Op. cit., p. 176.

⁸⁶ ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*, p. 294

⁸⁷ *LIVRO DE ARAUTOS*, passim.

⁸⁸ *CRONICA DO CONDESTABRE DE PORTUGAL DOM NUNO ÁLVARES PEREIRA*, p. 204

poderiam ser armados cavaleiros.⁸⁹ Já Álvaro Garcia de Santa Maria não atribui uma imagem cavaleiresca e honrada aos homens que seguiram para Ceuta, mas afirma que o rei D. João I, para formar sua armada, compeliu os homens em condições de participar na empreitada sob grandes penas, “[...] os que não viam de sua vontade fazia-lhes vir presos”.⁹⁰ Zurara conta detalhadamente que os principais homens do reino seguiram com o rei na sua galé e nomeia cada um dos fidalgos que capitanearam na guerra. Estes, por serem senhores, traziam homens consigo, muitos ou poucos, “[...] cada um segundo o seu estado”.⁹¹ Dentre esses nomes, destacam-se os infantes, seguidos pelo conde de Barcelos, o mestre de Cristo, o prior do Hospital, o condestável, os almirantes, os marechais e os condes.

Além desses, alguns nobres oriundos do estrangeiro que tinham auxiliado no ataque juntamente com seus homens também são pontuados, tais menções compõem a ideia de que a guerra aos mouros não era causa somente dos reinos peninsulares, mas de toda a Cristandade, além de explicitar as relações senhoriais de proximidades e de distanciamento entre os reinos cristãos. Zurara, nesse sentido, menciona a participação na guerra de um barão da Alemanha acompanhado por “[...] quarenta escudeiros fidalgos e gentis homens”, três fidalgos da França: “[...] o principal deles havia o nome de Mosse Arredentam, e o segundo Perribatalla, e o terceiro Gibotalher” e “[...] um rico cidadão de Inglaterra, que chamavam Mondo, que veio a serviço de el-Rey com quatro ou cinco naus e muitos arqueiros e outra gente”.⁹² Esses exemplos teriam sido seguidos por muitos outros estrangeiros “[...] que vieram batalhar para aumentar suas honras neste feito”.⁹³ Os fidalgos franceses aparecem com os nomes aporuguesados em Zurara e são citados por Antoine de La Salle, que também menciona a participação de flamengos, normandos, alemães e ingleses, todos acompanhados por “[...] gentis homens, sem contar outros criados, todos bem adestrados e armados”.⁹⁴ La Salle se apresenta entre esses como “[...] escudeiro do condado de Provença”.⁹⁵ Pode-se notar que La Salle, em relação a Zurara, cita muito mais nomes de estrangeiros, mas sua grande diferença em comparação com todos os relatos conhecidos sobre a tomada de Ceuta é a explicitação e justificativa da não participação dos castelhanos, pois o rei de Castela

[...] temendo este exército por causa de antigas malquerenças e com motivo

⁸⁹MATTOSO, José. *História de Portugal II. A monarquia feudal (1096-1480)*, p. 375

⁹⁰CARRIAZO, Juan de Mata. *La conquista de Ceuta em la "Crónica de Juan II de Castilla"* de Alvar Garcia de Santa Maria, Separata dos "Anais", p. 285

⁹¹ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*, p. 152.

⁹²Ibid., p. 152.

⁹³Ibid., p. 102.

⁹⁴LA SALLE, Antoine de. *Consolações dirigidas a Catharina de Neufville, Senhora de Fresne*, p. 24.

⁹⁵Ibid., p. 24.

de tréguas que tinha com os sarracenos, por todo o seu reino lançara pregão em que ameaçava com confisco de pessoas e bens aquele ou aqueles que, por sua pessoa, ou por sua fazenda, por dádivas, por vendas ou de qualquer outra maneira, socorressem o rei de Portugal ou o seu exército com víveres, ou com qualquer outra coisa, fosse o que fosse; e assim não vieram nenhum.⁹⁶

O que se percebe nas crônicas de Zurara e Pisano é a marcada diferenciação entre as virtudes dos nobres em contraposição com os vícios e pecados da gente miúda. Os nobres são bons conselheiros, prudentes e caridosos; já a gente miúda reclama, acovarda-se e busca o ganho fácil. Zurara narra, por exemplo, que a arraia-miúda reclamou da estratégia de combate arquitetada pelos nobres, na qual o rei, juntamente com os bem nascidos, ficaria nas galés esperando a gente miúda, com alguns capitães, atacar primeiro, e depois da cidade controlada, os principais do reino entrariam em combate e ficariam com a fama. A preocupação da gente miúda não seria infundada, uma vez que as armaduras de proteção para o corpo eram de acordo com a hierarquia social, “[...] porquanto os cristãos eram todos armados, pouco ou muito, cada um em seu estado”.⁹⁷ A gente miúda, pela desproporção de armas, era quem normalmente corria mais risco de morte nas guerras medievais.⁹⁸ Além disso, essa gente é descrita, por Zurara e Pisano, como mais preocupada com as recompensas materiais oriundas do saque do que com a honra de guerra: “[...] cá a outra gente do povo não trazia, em aquele dia, o cuidado senão em roubar, do que achavam bem assaz para fartar suas cobiças”.⁹⁹

O tema da morte na guerra, sem dúvida, é um dos pontos destacados por grande parte das crônicas medievais que narraram feitos cavaleirescos. Segundo o cronista Gomes Eanes de Zurara, após o rei D. João I informar o destino da armada que estava organizado há anos, frei João Xira teria pronunciado um discurso, aos fidalgos presentes na empreitada, para ressaltar as glórias decorrentes de uma peleja contra os mouros e assim encorajar a armada, argumentando, respaldado nos filósofos e nos santos padres do cristianismo, que a morte por conta do serviço prestado a Deus é recompensada com o ganho celestial: “Tirai todo o pavor e espanto, e estudai em pelejar esforçadamente contra os inimigos da santa Fé. Cá Deus todo poderoso sabe que, se algum de vós outros morrer, que morre pela verdade da Fé e salvação da Sua Lei. Pelo qual Ele mesmo lhe dará celestial galardão”.¹⁰⁰ Após isso, o frei proclamou a cruzada e absolveu os combatentes de suas penas.

A glorificação da morte decorrente da guerra é um tema bastante comum nos escritos

⁹⁶ LA SALLE, Antoine de. *Consolações dirigidas a Catharina de Neufville, Senhora de Fresne*, p. 24.

⁹⁷ ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*, cap. 245.

⁹⁸ Cf. DUBY, Georges. *O Domingo de Bouvines*, pp. 30-46.

⁹⁹ ZURARA, Gomes Eanes de. Op. cit., p. 213.

¹⁰⁰ Ibid., p. 158.

medievais. O escritor Antoine de La Salle, por exemplo, diferencia a morte banal da morte a serviço de Deus na guerra ao infiel, que, por sua vez, traria a recompensa da absolvição das culpas e o decorrente acesso ao reino dos céus:

Bem sabeis vós é coisa natural e certa a morte; e quanto incerto o momento, o modo e a forma dela. Uns nem chegam a ver a idade perfeita, outros morrem de enfermidades diversas; uns têm morte repentina no leito, à mesa ou caminhando, com as armas na mão ou diversamente; e outros morrem às mãos de matadores, por traição, ou justicados por causa de seus malefícios, e ainda por tantas outras maneiras que dizê-lo seria longo. Mas o vosso filho morreu absolvido de penas e de culpas, no serviço do nosso Deus verdadeiro, e para salvar a vida ao seu filho (sic) e senhor.¹⁰¹

A intenção de La Salle, conforme já mencionado, parecer ser confortar uma mãe que perdeu seu filho em combate. Desse modo, usa o exemplo do aio de D. Henrique e da reação de sua mãe, D. Izabel, duquesa da Borgonha, com a finalidade de apresentar a morte do cavaleiro fiel para defender seu senhor como um grande exemplo de honra e virtude, a ponto de o cavaleiro ser considerado um mártir e a morte ser apresentada como algo positivo: “Ai! Senhor! E vós senhoras, e que estais aqui, ajudai-me a agradecer ao nosso verdadeiro Deus, que um tão bom filho me concedera, o ter ele morrido em seu serviço como mártir e, o que é mais, para salvar a vida de seu amo, pelo que eu agora sou, dentre as mulheres, consolada”.¹⁰² A morte do aio não teria sido em vão; assim a mãe tem motivos para consolar-se, pois morrer honradamente é melhor do que de forma banal, o que de certo modo se estende a todos os combatentes nobres do cerco que morreram, mas tiveram seus nomes eternizados por aquela que, como defendeu Zurara, “dá aos homens mortais idade que lhes dura sempre”:¹⁰³ a escrita.

Nesse sentido, o registro, para os cronistas medievais, além de tornar os homens imortais, servia para guardar os exemplos a serem seguidos ou evitados, como bem concluiu Zurara:

[...] entendamos que os grandes príncipes e outros bons homens devem assim virtuosamente obrar em seus feitos, por que os autores das histórias hajam razão de escrever suas obras por sua notável memória e ensinaça dos outros que, depois deles quiseram conseguir virtude e arredar-se dos viciosos costumes, por tal que seu nome não viva, ante os homens para todo sempre, em seu doesto, porque, além do bom nome que nunca morre, ou o contrario que nunca se perde, acrescentam nele bem-aventurança que pertence à sua alma.¹⁰⁴

¹⁰¹ LA SALLE, Antoine de. *Consolações dirigidas a Catharina de Neufville, Senhora de Fresne*, p. 28.

¹⁰² *Ibid.*, p. 28-29.

¹⁰³ ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*, p. 273.

¹⁰⁴ *Ibid.*, cap. 271.

Assim, Zurara, ao narrar o ataque a Ceuta, faz uso da arte de escrever para cumprir seu papel de cronista mor da Torre do Tombo, que consistia em enaltecer os protagonistas de suas obras e consagrar a dinastia de Avis e os seus feitos grandiosos, buscando construir uma história excepcional do reino português em relação aos vizinhos, dado que, de acordo com ele, não seria aos portugueses “pequena glória e honra entre todos os povos que formam esta Espanha”, serem os primeiros a passar na África e a começar “a pôr o jugo da Fé sobre os pescoços dos infiéis”, alcançando, assim, “mui grandes proveitos”.¹⁰⁵

A necessidade de afirmação do reino português em relação à conquista de Ceuta e das glórias decorrentes perante os demais reinos era tamanha que o rei D. Afonso V ordenou que o latinista Mateus de Pisano traduzisse para o latim a crônica escrita por Zurara. No entanto, quando se recua aos documentos anteriores aos meados do século XV, como se tentou apresentar aqui, nem sempre a conquista de Ceuta aparece identificada como um ato de glória e honra para o rei e para os príncipes de Avis, ou seja, a dimensão cavaleiresca, virtuosa e gloriosa da participação do rei e dos infantes delineia-se ao longo de várias décadas, apesar de Zurara ser o precursor. Nesse longo processo de redefinição de sentidos, a descrição e narrativa de outros ataques portugueses na África cumpre um papel que merece alguma atenção aqui, em especial porque a tomada de Ceuta é sempre retomada e, por sua posição pioneira e de alguma forma modelar, ajuda a definir as configurações positivas ou negativas de tais eventos.

2.2 Acertos e desacertos das personagens de um feito desventuroso nas terras de mouros

Os poucos versos dedicados ao reinado de D. Duarte, na famosa epopeia portuguesa, *Os Lusíadas*, escrita por Luiz Vaz de Camões (1524-1580), servem de exemplo de como a tentativa de conquistar a praça marroquina de Tânger (em 1437) e o consequente cativo do filho mais novo de D. João I, o infante D. Fernando, ganharam forma e se solidificaram na memória portuguesa. A construção do martírio do infante e a sua dita santidade claramente mostraram-se mais apelativas que o insucesso do cerco.¹⁰⁶ Camões narrou, provavelmente a partir da leitura dos cronistas Rui de Pina e João Álvares,¹⁰⁷ que o rei D. Duarte

¹⁰⁵ ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*, p. 273. .

¹⁰⁶ Cabe ressaltar que, apesar de D. Fernando ter o epíteto *O Infante Santo*, ele não foi canonicamente beatificado nem santificado com Bula Pontifícia. Cf. FONTES, João Luís Inglês. *Percursos e Memórias: do Infante D. Fernando ao Infante Santo*. Cascais: Patrimonia, 2000, passim.

¹⁰⁷ Para saber mais a respeito dos documentos consultados por Luiz Vaz de Camões para compor *Os Lusíadas*,

[...]viu ser cativo o santo irmão Fernando (Que a tão altas empresas aspirava)
 Que, por salvar o povo miserando
 Cercado, ao Sarraceno se entregava
 Só por amor da pátria está passando
 A vida, de senhora feita escrava
 Por não se dar por ele a forte Ceuta.¹⁰⁸

Se na época em que Camões escreveu, na segunda metade do século XVI, a ideia de que o sacrifício do infante foi decorrente de seu “amor à pátria” e necessário para a continuidade das glórias portuguesas,¹⁰⁹ o mesmo não pode ser dito para os tempos contemporâneos ao ataque a Tânger.¹¹⁰ Os homens desse tempo não viram o segundo ataque a Marrocos, depois de conquistada a praça de Ceuta, como uma continuidade natural da guerra expansionista, antes ponderaram e debateram por anos sobre a validade da guerra em Marrocos e sobre os benefícios e os malefícios para o reino dos ataques além-mar.

A opinião dos principais do reino acerca da guerra em Marrocos é dada a conhecer, porque o rei D. Duarte, a partir de 1432,¹¹¹ ainda como delegado de seu pai – o rei D. João I, que faleceu em 1433 –, começou a solicitar aos principais nobres do reino pareceres e conselhos acerca de um possível ataque ao Marrocos, ainda sem definição se seria Tânger, Arzila ou alguma outra praça. Não é de se estranhar a encomenda de pareceres escritos, pois D. Duarte, como era próprio de seu tempo, acreditava no valor das regras escritas para lidar com a organização da vida ou com decisões importantes,¹¹² como a tática e a estratégia militar. Saber como escrever uma epístola corretamente, obedecendo a ordem das matérias,

ver: RODRIGUES, José Maria. *Fontes dos Lusíadas*. Coimbra: 1905, p. 151-152; CALADO, Adelino de Almeida. *O Infante D. Fernando e a restituição de Ceuta*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1962, p. 7-8.

¹⁰⁸ Cf. Camões, *os Lusíadas*. Canto IV, estrofes LII-LIII. Disponível em:

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalleObraForm.do?select_action=&coobra=16841. Acesso em: 15.fev.2011.

¹⁰⁹ Do mesmo modo, no século XVI, o resultado indesejado do Tânger era visto apenas como um episódio infeliz diante da grandiosidade dos feitos portugueses que haviam chegado à Índia com Vasco da Gama.

¹¹⁰ O historiador português, Vitorino de Magalhães Godinho, por exemplo, defende que não há dados para afirmar a existência de um plano sistemático de expansão mediterrânea por parte de Portugal, embora considere que a ideia de conquistar praças na costa africana ocorreu por várias vezes no Portugal de Quatrocentos. No que diz respeito ao caso específico do ataque a Tânger, tal historiador acredita que a organização da expedição ocorreu como uma alternativa, pois o grande interesse português era pelas Canárias. Uma vez que a intenção de tomar posse das Canárias entrou em choque com os interesses castelhanos, um novo ataque ao Marrocos foi então concretizado. Cf. GODINHO, Vitorino Magalhães. *A expansão quatrocentista portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 2008, p.183-193.

¹¹¹ A historiografia não é unânime na datação dos primeiros pareceres solicitados por D. Duarte, oscilando entre 1432 e 1433. Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e. *Henrique, O Infante*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009, p. 161.

¹¹² Um exemplo da postura de D. Duarte em relação às letras é a composição por ele do *Leal Conselheiro*, obra fundamentalmente didática e moralizante, aos moldes da tradição medieval, e que contém informações emprestadas filósofos antigos, escritos bíblicos e doutores da Igreja. Cf. GAMA, José. *A filosofia da cultura portuguesa no Leal Conselheiro de D. Duarte*. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian. 1995, passim.

era, igualmente, considerado um traço específico da erudição cortês do Quatrocentos.¹¹³ Os pareceres recebidos por D. Duarte, ao longo dos anos, podem ser caracterizados por três posturas diferentes. Em primeiro lugar, vale lembrar que alguns simplesmente optaram por ponderar os prós e os contras da guerra, mas sem se posicionar efetivamente de um lado, como foi o caso do infante D. João (1400-1442) – quarto filho legítimo de João I e administrador da Ordem Militar de Santiago, que examinou os benefícios e malefícios de uma expedição real ao Marrocos fazendo uso da estrutura escolástica – tese, antítese e síntese.¹¹⁴ Em segundo lugar, surgiram os pareceres assumidamente contra a guerra em território marroquino,¹¹⁵ como o de D. Afonso, conde de Barcelos, os dos seus filhos, D. Afonso, conde de Ourém e D. Fernando, conde de Arraiolos, bem como o suposto parecer mais tardio do infante D. Pedro, possivelmente elaborado entre os anos de 1436 e 1437, mas cujo único registro legado encontra-se na *Crónica de D. Duarte*, de Rui de Pina¹¹⁶ Por fim, os que eram a favor de uma nova expedição ao mundo árabe, como se vê da carta escrita por D. Henrique, por volta de 1436, e endereçada ao rei D. Duarte. De maneira geral, tais escritos estavam embasados em argumentos apresentados por autoridades religiosas ou da Antiguidade e essas “cartas conselho” podem ser consideradas uma peculiaridade do reino português, tanto pela quantidade produzida quanto pelo conteúdo, que mesclava a exortação ao rei com argumentos persuasivos.¹¹⁷

A emergência desses pareceres pode ser explicada pelo advento da dinastia de Avis, no

¹¹³ A adaptação mais notável da retórica clássica nas epístolas medievais é a formatação em das cinco partes, uma clara analogia as seis partes da oratória propostas por Cícero: saudação, introdução, narração, petição e conclusão. A arte retórica medieval conjugava os mesmos preceitos do discurso oral na composição das epístolas, em outras palavras, os princípios retóricos poderiam ser aplicados tanto para escrever quanto para falar. O que não é propriamente uma novidade em relação à Antiguidade, a grande peculiaridade dos tempos medievais, a partir com século XI, na Bolonha, foi a formulação de tratados escritos a respeito do gênero epistolar especificamente, ou seja, que abordavam a retórica em cartas, a *ars dictaminis*. Na Antiguidade, os manuais de retórica estavam mais preocupados com a oralidade e, quando falavam de cartas, elas estavam associadas a oralidade. Cf. MURPHY, James. *La retórica en la Edad Media*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986, p. 203-275.

¹¹⁴ THOMAZ, Luís Filipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994, p. 87.

¹¹⁵ Os parecer de D. Afonso, conde de Barcelos, D. Afonso, conde Ourém e D. Fernando, conde de Arraiolos, foram emitidos entre os anos de 1432 e 1433. Desses anos, o parecer do infante D. João foi o único que dos filhos legítimos de D. João I perdurou.

¹¹⁶ É possível ter acesso a esse parecer através da compilação do cronista-mor, Rui de Pina, na *Crónica de D. Duarte*. A exemplo dessa missiva, muitas outras cartas foram reproduzidas e transmitidas pelas crônicas régias que, na maioria das vezes, conservavam a estrutura das epístolas, tanto diluídas na compilação do texto sem referência alguma, como no caso de Rui de Pina, que fez uso de tais pareceres de duas formas: dizendo que eram cartas e transcrevendo-os ou colocando a fala das personagens em primeira pessoa, como se as informações das cartas tivessem sido pronunciadas em um discurso oral. Cf. CURTO, Diogo Ramada. *Cultura Imperial e Projetos Coloniais* (séculos XV e XVIII). Campinas: Editora da Unicamp, 2009, p. 57-58. DUARTE, Luís Miguel. *D. Duarte: Riquem por um rei triste*, p. 326; RUSSEL, Peter. *Henrique, O Navegador*, p. 146; THOMAZ, Luís Filipe. *De Ceuta a Timor*, p. 98.

¹¹⁷ Cf. GOMES, Rita Costa. *Letters and letter-writing in fifteenth century Portugal*. In: SCHULTE, Regina; VON TIPPELSKIRCH, Xenia. *Reading, Interpreting and Historicizing: Lettes as Historical Sources*. Badia Fiesolana : European University Institute, 2004, p. 30.

final do século XIV, quando a corte passou a desempenhar um papel de destaque na produção de modelos de conduta através da escrita.¹¹⁸ Em outras palavras, começa a concorrer com o conjunto documental basicamente clerical, como tinha sido aquele produzido até o século XIV, uma produção escrita proveniente do meio laico e empenhada em definir modelos morais de conduta para os nobres; escritos representativos de um novo ideal para os leigos, em que à destreza no manuseio das armas vinha se juntar o domínio da escrita. Assim, a vida dos jovens da nobreza daquela época passa a ser composta por um itinerário educativo que priorizava duas áreas distintas: as armas e as letras. Em síntese, este percurso implicava na aquisição de competências como boa leitura e escrita, conhecimento da doutrina cristã e de partes da Bíblia, bem como a aprendizagem da gramática latina, que era uma via de acesso para autores da Antiguidade prestigiados pela cultura letrada da época, como Tito Lívio, Aristóteles, Cícero, Virgílio e Sêneca. Os referidos pareceres e suas bases argumentativas encontram-se inseridos nesse jogo contextual, em que as concepções clássicas e as religiosas ajudaram na elaboração dos modelos virtuosos. Convém advertir, entretanto, que, apesar de o uso das letras ter um papel de destaque entre os nobres do período e a escrita ser uma forma de ordenar o mundo, a necessidade de pedir conselhos, para além disso, indica que não havia uma ideia clara, muito menos um projeto estabelecido de continuidade expansionista através da guerra contra os mouros do Marrocos, como o século XVI e a historiografia posterior entenderam.¹¹⁹ Ao contrário, o ponto principal de debate dos pareceres era acerca da validade da própria guerra com os mouros e dos proveitos oriundos dela. As argumentações dos pareceres, desse modo, são exemplares das preocupações dos nobres portugueses da época no que diz respeito ao propósito da atividade guerreira como serviço a Deus, à honra obtida pela guerra, à legitimidade dos ganhos materiais, ao prazer e à fama oriundos da guerra.

Saber se um empreendimento agradaria a Deus, entre outras coisas, era uma preocupação recorrente tanto para clérigos quanto para leigos. Os homens da corte que deveriam servir de exemplo aos demais denunciavam essa preocupação. Embora os conhecimentos acerca do manejo das armas estivessem no centro da cultura aristocrática do

¹¹⁸ Cf. BUESCU, Ana Isabel. *Na corte dos reis de Portugal: Saberes, ritos e memórias*. Lisboa: Edições Colibri, 2010, p. 53.

¹¹⁹ Grande parte da historiografia tem entendido a expansão portuguesa como um processo que iniciou em Ceuta. Para citar alguns, vale pena ver: ALBUQUERQUE, Luís de. *Dúvidas e certezas na história dos descobrimentos portugueses*. Lisboa: Vega, 1991; BENSAUDE, Joaquim. *A cruzada do Infante D. Henrique*. Lisboa: [s.n.], 1942; COELHO, António Borges. *Raízes da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1985; CORTESÃO, Jaime. *A expansão dos portugueses no período henriquino*. Lisboa: Portugalia, 1965; SÉRGIO, António. *Breve Introdução da História de Portugal*, Lisboa: Sá da Costa, 1977; THOMAZ, Luis Filipe. *A Evolução da Política Expansionista Portuguesa na Primeira Metade de Quatrocentos*. In: *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.

período e fizessem parte da educação de príncipes, infantes e jovens nobres,¹²⁰ o uso das armas em guerras deveria estar de acordo com os preceitos da guerra justa, propostos, por exemplo, por Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino.¹²¹ Assim, vários foram os que argumentaram que a guerra em Marrocos, conquanto tivesse o infiel como inimigo, não seria serviço de Deus. O infante D. João, nesse sentido, amparado no ponto de vista do siso, considerou que não seria do agrado de Deus ações que causassem sofrimento aos homens do reino, uma vez que a expedição não poderia ser financiada sem a imposição de um subsídio especial de guerra ao povo;¹²² o que comprometeria as obras de misericórdia e causaria danos ao reino.¹²³ Como era dever dos príncipes evitar danos aos seus súditos, essa possibilidade colocava em questão a justeza da guerra. D. Afonso, conde de Barcelos – cujo parecer é bastante significativo, pois é um exemplo da opinião de um membro da alta nobreza que gozava de prestígio no reino por ser filho natural *do velho rei* e que possuía grandes riquezas patrimoniais – ressaltou ainda, acerca do dever do rei de guardar por seus súditos, que uma guerra contra os mouros, considerando seus danos, não poderia ser serviço de Deus, pois o rei, que legitimamente poderia preparar uma armada, não devia começar obras que “[...] escandalizam as gentes”, de forma que, se o rei insistisse na guerra, em desagrado a Deus, poderia perdê-la e assim trazer “[...] dano e vergonha ao reino”.¹²⁴ Já para o infante D. João, mesmo que o rei e alguns membros do conselho guerreassem com os mouros simplesmente pelo serviço de Deus, outros iriam apenas em busca de honras e/ou de riquezas, o que tornaria a guerra injusta, pois “[...] quem mata um mouro com tal intenção não peca menos do que por matar um cristão”.¹²⁵ D. João defende que não podia haver certeza de que a própria a guerra aos mouros fosse um serviço prestado a Deus, pois não tinha visto nem ouvido que “[...]

¹²⁰Cf. BUESCU, Ana Isabel. *Na corte dos reis de Portugal*, p. 41.

¹²¹Para eles, as guerras deveriam ser realizadas somente se movidas pelo desejo de paz e eram permitidas, de maneira geral, diante de três condições: que fosse declarada por um príncipe, ou seja, por uma autoridade pública legítima, já que não compete ao particular declarar guerra, pois tem superiores a quem recorrer para a salvaguarda de seus direitos; Que sua causa fosse justa, isto é, que seus inimigos realmente merecessem que se lhes declare guerra; e que houvesse reta intenção por parte dos combatentes, de modo que o bem fosse promovido e o mal evitado. Cf. COSTA, Ricardo da; SANTOS, Armando Alexandre dos. O pensamento de Santo Tomás de Aquino (1225-1274) sobre a vida militar, a guerra justa e as ordens militares de cavalaria. *Mirabilia*, no 10, Jan-Jun 2010, p. 152.

¹²² RUSSEL, Peter. *Henrique, O Navegador*, p. 133.

¹²³ Cf. *LIVRO DOS CONSELHOS DE EL-REI D. DUARTE* (Livro da Cartuxa), p. 43; *VOTO E CONSELHO DO INFANTE D. JOÃO SOBRE SE EL-REI DEVE OU NÃO FAZER GUERRA AOS MOUROS DE BENAMARIM*. In: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger* (1433-1438). Lisboa: 1960. doc. 4, p. 80.

¹²⁴ *CONSELHO DO CONDE DE BARCELOS*. In: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger* (1433-1438), doc 2, p. 77.

¹²⁵ *VOTO E CONSELHO DO INFANTE D. JOÃO SOBRE SE EL-REI DEVE OU NÃO FAZER GUERRA AOS MOUROS DE BENAMARIM*. In: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger* (1433-1438), doc. 4, p. 80.

Nosso Senhor nem algum de seus apóstolos nem doutores da Igreja mandassem que guerreassem infiéis”, mas, pelo contrário, as escrituras recomendavam que a conversão dos infiéis fosse realizada “[...] por pregação e milagres”.¹²⁶ Era preciso levar em conta também, segundo D. Afonso, conde de Ourém, que, mesmo se todo o reino de Fez estivesse conquistado pelos cristãos, com o tempo ocorreriam contrariedades, porque em Portugal “[...] não havia tanta gente nem dinheiro que pudesse abastar a defesa de dois reinos, perder-se-iam ambos”.¹²⁷ Preocupação partilhada mais tarde pelo infante D. Pedro, que apontou, segundo Rui de Pina, que seria um péssimo exemplo aos infiéis, se eles vissem as cidades e igrejas conquistadas vazias, enquanto mesquitas estariam abarrotadas de gente e as terras mouras prósperas.

Não faltou, no entanto, quem encherasse – inclusive fazendo uso do mesmo fundamento, o aprazimento a Deus – motivos para executar uma armada contra Marrocos. Mesmo um conselheiro pretensamente contrário à guerra, como D. Pedro, não duvidava que seria serviço de Deus “os mouros inimigos da fé serem guerreados”,¹²⁸ contanto que não trouxessem “consigo danos e males muito maiores”.¹²⁹ Nesse sentido, o infante D. João, na antítese do seu argumento apresentado acima, lembra que a guerra era uma prática recorrente da nobreza a partir da hierarquia das três ordens estabelecidas por Deus¹³⁰: “[...] Nosso Senhor Deus ordenou três estados em este mundo, pelos quais quis ser servido, a saber, os oradores, os lavradores e os defensores, apartando a cada um seu mister”.¹³¹ Assim como o lavrador sem lavrar e o orador sem ordens ou benefícios não podem viver, a “[...] fama dos defensores sem direita guerra não pode muito durar”.¹³² A palavra defensores escolhida pelo infante D. João, sem dúvida, não foi aleatória, uma vez que uma das soluções, propostas por Santo Agostinho, em favor da guerra justa era que ela fosse ocasionada por defesa e não ataque.¹³³

¹²⁶ VOTO E CONSELHO DO INFANTE D. JOÃO SOBRE SE EL-REI DEVE OU NÃO FAZER GUERRA AOS MOUROS DE BENAMARIM. In: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger* (1433-1438), doc. 4, p. 80.

¹²⁷ CONSELHO DO CONDE DE ARRAIOLOS. In: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger* (1433-1438), doc. 1, p. 75.

¹²⁸ PINA, Rui de. *Chronica do Senhor Rey D. Duarte*. In: _____. *Crônicas*, p. 532; VOTO E CONSELHO DO INFANTE D. PEDRO, SOBRE SE EL-REI DEVE OU NÃO FAZER GUERRA AOS MOUROS DE BENAMARIM. In: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger* (1433-1438), doc. 5, p. 83.

¹²⁹ *Ibid.*, p. 532; p. 83.

¹³⁰ Cf. Para saber mais acerca das três ordens hierárquicas da Idade Média, ver: DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Estampa, 1992, passim.

¹³¹ VOTO E CONSELHO DO INFANTE D. JOÃO SOBRE SE EL-REI DEVE OU NÃO FAZER GUERRA AOS MOUROS DE BENAMARIM. Op. cit., p. 81.

¹³² *Ibid.*, p. 81.

¹³³ Santo Agostinho considerou, na *Cidade de Deus contra os pagãos*, que para a obtenção da paz, muitas vezes as penosas guerras eram necessárias. Assim, se o objetivo da guerra, nisso inclui-se a defesa, for a paz terrena, ela tornava-se justa. Cf. SANTO AGOSTINHO. *A cidade de Deus contra os pagãos*. Parte II. Bragança Paulista:

Já D. Henrique, num parecer extremamente favorável à execução de uma guerra em África – repleto de citações bíblicas e apoiado no modelo de um sermão ou de um *excitatorium* à guerra¹³⁴ –, argumenta que garantir a salvação da alma era o maior e o mais importante fim da existência humana, de modo que não seria necessário empreender longos comentários acerca deste ponto. Igualmente não se podia duvidar que a guerra contra os mouros fosse serviço de Deus, pois “[...] a igreja determina e por grandes milagres e pelas crônicas é autorizada e todos os bons certamente creem nisso”.¹³⁵ Os conselheiros, como se vê, não estavam em consenso sobre o agrado divino na realização da guerra, tanto que o infante D. João concluiu que os dois argumentos, contra e a favor, estavam tão equilibrados que só o rei D. Duarte poderia colocá-los em uma balança e decidir entre eles.

A honra era um dos princípios orientadores das condutas da sociedade do século XV em geral e da elite guerreira em particular, promovendo reconhecimento social (fama) e recompensa material (proveito) por parte do rei (*a fons honorum*). Contudo, mesmo do ponto de vista da honra, também é possível encontrar opiniões contrárias e favoráveis à guerra. Nesse sentido, para o infante D. João, pelo siso, era preciso considerar que, se Deus deu tanta honra ao rei e ao seu povo em sua própria terra, não se devia buscar fora das fronteiras “[...] caminhos escorregáveis”, onde se pudesse cair. O infante retomou, então, o exemplo de Cristo que, levado ao pináculo de Jerusalém, foi desafiado a lançar-se para baixo, pois os anjos sustentariam sua queda. Contudo, como era sábio, Jesus recusou dizendo que não se deveria tentar a Deus.¹³⁶ Seguindo o exemplo de Cristo, o rei não deveria ir até Benamarim, pois seria arriscar sua honra e Deus poderia não mandar seus anjos; assim sendo, não seria prudente trocar a honra certa pela duvidosa. Apelando ao contra ponto da cavalaria – favorável à guerra, como não poderia deixar de ser –, o infante D. João apontou que “[...] quem grandes feitos não começa, grandes feitos não pode acabar”;¹³⁷ e os cavaleiros não poderiam ser considerados bons se a “[...] honra de cavalaria não alcançassem”, pois a honra só era possível através de guerra ou de peleja e, quanto mais arriscada a guerra, mais honrada era a vitória – como o território de Marrocos prometia.¹³⁸

Editoria Universitária São Francisco, 2006, p. 177.

¹³⁴ Cf. THOMAZ, Luís Filipe. *De Ceuta a Timor*, p. 98.

¹³⁵ *VOTO E CONSELHO DO INFANTE D. HENRIQUE SOBRE SE EL-REI DEVE OU NÃO FAZER GUERRA AOS MOUROS DE BENAMARIM*. In: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger* (1433-1438), doc 6, p. 85.

¹³⁶ *LIVRO DOS CONSELHOS DE EL-REI D. DUARTE* (Livro da Cartuxa), p. 49; *VOTO E CONSELHO DO INFANTE D. JOÃO SOBRE SE EL-REI DEVE OU NÃO FAZER GUERRA AOS MOUROS DE BENAMARIM*. In: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger* (1433-1438), doc. 4, p. 81.

¹³⁷ *Ibid.*, p. 81.

¹³⁸ Cf. DUARTE, Luís Miguel. *D. Duarte: Riquem por um rei triste*, p. 319; RUSSEL, Peter. *Henrique, O*

Na mesma direção favorável à guerra, o infante D. Henrique ressaltou ainda que não haveria maior honra do que guerrear com os inimigos da fé, dado que o prazer decorrente dela era o maior de todos e a memória do feito duraria para sempre neste mundo e no outro. As honras que a guerra propiciava aos grandes senhores atingir, portanto, deveriam ser eternizadas em crônicas e em outros documentos escritos, diferentemente daquelas adquiridas nos tempos de paz em torneios, justas e caças.¹³⁹ Sobre tais honras de guerra, o infante D. Henrique acrescenta que sua importância estava sobretudo na manutenção da boa memória das linhagens, pois, para ele, a honra de uma pessoa, do nome, da linhagem e da *nação* era transmitida como herança de geração em geração e, desse modo, esta fundamentava a vida do homem na terra e devia ser duradoura. Apela em prol desse argumento para o conselho de Cristo de que, “[...] se honrardes pai e mãe, viverás longamente sobre a terra”¹⁴⁰ e, para amenizar os perigos de guerra, ressalta que o serviço de Deus e a honra não viriam sem sacrifícios e perigos, como mostravam as escrituras. Abraão, Isaac, Moisés, David, da lei velha, os evangelistas, os apóstolos, os mártires, as virgens e as santas, por exemplo, tiveram que fazer vigílias e passar por provações para servir a Deus. O infante recorreu também ao seu conhecimento histórico para dizer que grandes imperadores, reis e senhores, com grandes perigos e despesas, realizaram o serviço de Deus e obtiveram honra. Dentre eles, o maior exemplo era o de seu pai, D. João I. Ademais, no pensamento henriquino, os perigos não deveriam ser temidos, pois, se a causa fosse justa, o Senhor Jesus Cristo ajudaria na sua execução.

Os gastos com guerras, torneios, dotes eram antigos hábitos da corte, ou seja, a sobrevivência das características da nobreza requeriam muitos recursos, muitas vezes a duras penas, em reinos periféricos como Portugal.¹⁴¹ A despeito disso, os príncipes, os reis e os próprios clérigos, ao longo do período medieval português, tiveram que recorrer ao auxílio de ricos mercadores para manter o modo de vida nobre. A guerra e o saque em territórios mouros eram, nesse sentido, formas recorrentes de a nobreza obter riquezas, contudo, tais práticas necessitavam de legitimação. A questão do proveito, *grosso modo*, aparece nos pareceres aqui abordados como o ponto mais emblemático da discussão acerca da justeza da guerra, pois para manter o modo de vida da nobreza era preciso recursos, ao mesmo tempo em que a honra e o serviço de Deus deveriam mover a vida do bom cristão e nem sempre essas coisas estavam

Navegador, p. 134.

¹³⁹Cf. DIAS, Isabel. *A arte de ser bom cavaleiro*, p. 61.

¹⁴⁰VOTO E CONSELHO DO INFANTE D. HENRIQUE SOBRE SE EL-REI DEVE OU NÃO FAZER GUERRA AOS MOUROS DE BENAMARIM. In: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger* (1433-1438), doc 6, p. 85.

¹⁴¹GODINHO, Vitorino Magalhães. *A expansão quatrocentista portuguesa*, p. 113.

associadas. Fora isso, a preparação de uma guerra requeria fundos e os gastos maiores do que o reino conseguiria suportar deveriam ser evitados, como mandava a prudência, virtude fundamental da boa governança, como propôs D. Duarte em seu *Leal Conselheiro*. Assim, o infante D. João ponderou que, mesmo ganhando a guerra, as despesas decorrentes dela trariam infinitas perdas ao rei, aos cavaleiros e ao povo. Além do mais, atacar alguma outra praça marroquina deixaria o reino desprotegido e fácil de ser conquistado e seria o mesmo que trocar Portugal por Arzila e “deixar o filho de Deus pelo de Zebedeu”.¹⁴² Argumento semelhante ao usado mais tarde por D. Pedro, que considerou que organizar um ataque ao Marrocos não seria proveitoso, pois a ele se seguiriam “[...] grandes despesas e muitas guisas”, principalmente para as gentes em geral. Em especial aos mercadores, que teriam suas naus confiscadas para realizar o ataque, e aos lavradores, convocados como besteiros. D. Pedro pontuou, ainda, que o reino não tinha dinheiro para promover a expedição e não seria justo o rei pedir mais sacrifícios ao seu povo ou desvalorizar a moeda. D. Pedro interrogou-se a despeito dos possíveis males decorrentes da guerra e como o rei povoaria as cidades de Tânger, Alcácer e Arzila com um “[...] reino tão despovoado e minguido de gente” como Portugal. Nesse momento no texto de D. Pedro transcrito por Rui de Pina, aparece a comparação tão repetida em escritos posteriores, de que se estaria a “[...] perder boa capa por mau capelo”.¹⁴³ Para D. Pedro, mesmo que o ataque fosse vitorioso, o reino não suportaria as despesas para a manutenção de mais uma praça marroquina. Preocupação apontada também por D. Fernando, conde de Arraiolos,¹⁴⁴ que destacou que os altos custos para manter outra praça no Marrocos anulariam o proveito, de forma que “[...] honra sem proveito prestaria pouco”.¹⁴⁵ Concluiu D. Fernando, desse modo, que o desserviço de Deus traria grandes perdas ao reino, que a busca por proveito só era válida quando o proveito era comum e que, se o rei decidisse por organizar a guerra, deveria esperar por “[...] grandes males e nenhum bem”.¹⁴⁶

A motivação do bem comum foi, entretanto, a justificativa encontrada por esses homens para legitimar tais gastos materiais. Acerca disso, o infante D. João propôs que o

¹⁴² *VOTO E CONSELHO DO INFANTE D. JOÃO SOBRE SE EL-REI DEVE OU NÃO FAZER GUERRA AOS MOUROS DE BENAMARIM*. In: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger (1433-1438)*, doc. 4, p. 81.

¹⁴³ *VOTO E CONSELHO DO INFANTE D. PEDRO, SOBRE SE EL-REI DEVE OU NÃO FAZER GUERRA AOS MOUROS DE BENAMARIM*. In: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger (1433-1438)*, doc. 5, p. 83.

¹⁴⁴ Vale ressaltar que aproximadamente cinco anos depois deste parecer o conde de Arraiolos será o condestável da expedição enviado sob o comando de D. Henrique contra o Tânger, além disso, depois da derrota portuguesa o conde de opôs à devolução de Ceuta aos mouros.

¹⁴⁵ *CONSELHO DO CONDE DE ARRAIOLOS*. In: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger (1433-1438)*, doc. 1, p. 75.

¹⁴⁶ *Ibid.*, p. 76.

tesouro do reino não deveria ser gasto com coisas triviais, como festanças, e que a verdadeira riqueza consistia em ter grandes extensões de terras “[...] com muita gente e boas cidades e vilas”.¹⁴⁷ Tais conquistas seriam possíveis de três formas: doações, compra ou tomada. Construindo seu argumento, D. João considerou que nenhum príncipe estaria disposto a doar terras a Portugal; a compra parecia difícil, pois “os tesouros do reino não são bastantes para muitas terras comprar”,¹⁴⁸ portanto, só restaria a alternativa de tomar dos mouros. Ao ponderar acerca da dificuldade do reino português, descrito como pobre, em avançar sobre adversários mais numerosos, como os marroquinos, D. João recorreu a sua cultura histórica e apresentou exemplos de heróis que empreenderam expedições aparentemente impossíveis, como Alexandre da Macedônia e Júlio César – grandes modelos dos guerreiros medievais. A pobreza, dessa forma, não devia ser aventada como motivo para deixar de se fazer a guerra. O infante D. Henrique vai ainda mais longe na desqualificação do argumento dos gastos, ao reforçar que o ganho material nem sequer devia ser contemplado como um fim em si mesmo, mas como decorrência do serviço de Deus e da busca por honra para si ou para a linhagem, ou seja, se não importava o enriquecimento individual, tampouco se podia temer os gastos.

A fama, a glória e o prazer decorrentes do combate eram elementos de extremo prestígio na valorização da condição nobre do Quatrocentos; ideais esses largamente divulgados pelas novelas de cavalaria, trovas e crônicas cavaleirescas. A fama, grosso modo, era resultado da concretização dos valores da honra e do proveito e poderia ser atingida tanto individualmente quanto coletivamente. Já a glória era equivalente ao louvor, tendo por fim último premiar a alma com a recompensa da vida eterna, pelo que estava garantido o Céu aos que morriam guerreando em guerras justas.¹⁴⁹ A fama por si só não era motivo para começar uma guerra, pois como destacou D. Fernando, conde Arraiolos, a “[...] vangloria é um pecado mortal”.¹⁵⁰ No entanto, uma guerra justa e a boa intenção dos cavaleiros, além da fama em caso de vitória, garantiria a glória superior a todas as outras, ou seja, a salvação das almas, mesmo que a empresa falhasse.¹⁵¹ A morte em combate e a conseqüente recompensa dos céus é, a propósito, um *topos* bastante recorrente na escrita medieval, tendo Zurara, por exemplo, considerado que a guerra contra os infiéis era a maior forma de glória e que Deus todo

¹⁴⁷ VOTO E CONSELHO DO INFANTE D. JOÃO SOBRE SE EL-REI DEVE OU NÃO FAZER GUERRA AOS MOUROS DE BENAMARIM. In: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger* (1433-1438), doc. 4, p. 82.

¹⁴⁸ *Ibid.*, p. 82.

¹⁴⁹ SANTOS, João Marinho. *Estudos sobre os descobrimentos e a expansão portuguesa*, p. 15.

¹⁵⁰ CONSELHO DO CONDE DE ARRAIOLOS. In: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger* (1433-1438), doc. 1, p. 75.

¹⁵¹ VOTO E CONSELHO DO INFANTE D. JOÃO SOBRE SE EL-REI DEVE OU NÃO FAZER GUERRA AOS MOUROS DE BENAMARIM. *Op. cit.*, p. 82.

poderoso sabia que, se algum cristão morresse em combate, morria pela verdade da Fé e salvação de Sua Lei, “pelo qual Ele mesmo dá o celestial galardão”.¹⁵² Pode-se afirmar assim que a glória era mais valorizada do que a fama, pois proporcionava a ascensão ao céu, objetivo primordial de todo cristão, mas nem por isso a fama e a perpetuação da memória deixavam de ser importantes.

O prazer decorrente da guerra também é apresentado como um dos argumentos justificadores da necessidade dos nobres de guerrear. D. Henrique, por exemplo, para convencer o rei a realizar a guerra, lembrou os prazeres das guerras passadas e a postura de D. Duarte durante a tomada da cidade de Ceuta: “[...] e vos, meu bom senhor, testemunhe se tendes prazer dos que passaram, em que vos mais alegre que no daquele dia em que fostes na tomada de Ceuta”.¹⁵³ A propósito disso, cabe mencionar que a alegria da guerra e o valor da honra cavaleiresca para a posteridade foram temáticas presentes em diversos outros escritos medievais. O francês Jean V de Bueil (1406-1477), por exemplo, teceu grandes elogios à guerra, no tratado para jovens cavaleiros, *Le Jouvencel* (1466):

A guerra é uma coisa alegre, pois no seu decurso muitos feitos notáveis são ouvidos e vistos e deles se podem aprender muito boas lições [...]. Ao veres que a tua disputa é justa e que os de teu sangue lutam com bravura, vêm-te as lágrimas aos olhos. Um grande terno sentimento de lealdade e pena enche-te o coração ao veres o teu amigo tão valorosamente expondo o seu corpo para executar e cumprir os mandamentos do Criador, e daí resulta tal deleite que quem o não saboreou não é capaz de descrever uma delícia assim.¹⁵⁴

Na exposição dos pareceres mencionados nota-se a recorrente preocupação com as possíveis consequências para o reino português de uma investida contra o Marrocos, ou seja, a guerra contra praças marroquinas não aparece nesses conselhos como um objetivo certo e consensual entre a nobreza portuguesa. Além do mais, é preciso considerar que, apesar dos valores da cavalaria, do siso e do serviço de Deus perpassarem todos esses escritos, os nobres não negligenciaram a questão financeira dos ataques cavaleirescos para um reino já sobrecarregado e não consideravam Portugal um reino preparado para empreendimentos na África. Tal receio de certa forma denuncia que um projeto de conquista da costa africana, marroquina e guineense, não fazia parte dos objetivos dos principais homens do reino nos anos após a tomada de Ceuta, ainda que a guerra fosse uma das principais fontes de proveito daquele tempo. Os custos da guerra e da manutenção de outra praça no reino berbere se

¹⁵² ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*, p. 157.

¹⁵³ *Ibid.*, p. 118; p. 85.

¹⁵⁴ Apud, HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média*. Lisboa/Riode Janeiro: Ulisséia, [s. d.], p. 55.

sobrepunham aos possíveis benefícios, segundo os pareceres mencionados, além de aparentar moralmente condenável. A grande exceção é o parecer do infante D. Henrique, extremamente favorável à guerra. Talvez por isso, desde as crônicas de Zurara, ele venha sendo considerado o grande responsável pela saída portuguesa para os territórios africanos.

Um dos preceitos da guerra justa, proposto por São Tomás de Aquino, era que a guerra justa devia ser declarada por uma autoridade pública legítima, ou seja, pelo rei.¹⁵⁵ Não competia, desse modo, aos particulares preparar uma guerra, pois tinham superiores a quem recorrer para salvaguarda de seus direitos. Considerando esse preceito, o rei D. Duarte se viu na obrigação também de emitir um parecer escrito, provavelmente elaborado em 1437, nos meses anteriores ao ataque, abarcando as razões que o levaram a tomar uma decisão positiva em organizar uma armada contra Tânger. Tal postura pode ser considerada um indicativo da preocupação do rei em validar sua decisão e para transmiti-la para os súditos não presentes na corte, dado o peso que a palavra escrita em epístolas começava a ganhar no período para a aproximação entre o rei e seus senhores.¹⁵⁶ Acerca dos demais escritos aqui apresentados, pode-se dizer que os nobres deram pareceres, já D. Duarte apresentou uma justificativa para sua decisão, a partir de treze argumentos, que vão desde a piedade filial – no sentido de que a guerra em África teria sido o último desejo do rei D. João I –, até a almejada conversão de todos os infiéis da África ao Cristianismo. Em relação ao serviço de Deus e à honra decorrente do bom exercício das armas, pontos já bastante debatidos aqui, D. Duarte acrescentou alguns aspectos: a preocupação do rei em evitar que alguns nobres pedissem licença para buscar honra de guerra em outras terras; uma guerra em Marrocos dar-lhe-ia um bom motivo para o reino português não participar das guerras entre cristãos, principalmente entre Inglaterra e França, cuja aliança já havia sido requerida; e, por fim, a necessidade de proporcionar experiência de guerra para os jovens nobres do reino. Como no parecer de D. Henrique, a tomada de Ceuta aparece como exemplo positivo na justificação de D. Duarte, pois, para ele, a guerra era tão justa que Deus daria Tânger aos portugueses do mesmo modo que anteriormente havia entregado Ceuta. Além disso, a conquista de Tânger e Arzila poderia aumentar a proteção sobre Ceuta e compensar, pelo saque, as inúmeras despesas que a praça acarretava.¹⁵⁷ Outro ponto notório da composição de D. Duarte é o último parágrafo do texto,

¹⁵⁵ AQUINO, Santo Tomás de. *Suma de Teologia*, II, parte I-II. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1989, p. 334.

¹⁵⁶ VER: GOMES, Rita Costa. *Letters and letter-writing in fifteenth century Portugal*. In: SCHULTE, Regina; VON TIPPELSKIRCH, Xenia. *Reading, Interpreting and Historicizing: Lettes as Historical Sources*, p. 11-37.

¹⁵⁷ Cf. *LIVRO DOS CONSELHOS DE EL-REI D. DUARTE* (Livro da Cartuxa). p. 135-138; *RAZÕES POR QUE EL-REI SE DEMOVEU A FAZER GUERRA AOS MOUROS*. In: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger (1433-1438)*, doc 14, p. 95-96.

supostamente tardio, acrescentado depois do desfecho infeliz da guerra no Tânger,¹⁵⁸ no qual o rei confessa sua resignação com o veredito dos céus, pois os portugueses confiaram que, como agiam por serviço de Deus, suas forças, mesmo que numericamente inferiores, seriam multiplicadas, mas, se não fosse da vontade de Deus, a D. Duarte só restaria aceitar com paciência e agradecer as vidas poupadas.¹⁵⁹

Depois das decisões tomadas, da aprovação do soldo de guerra nas cortes de Évora, em abril de 1436, e do recebimento da bula de cruzada, *Rex Regnum*, emitida por Eugênio IV, em 8 de setembro de 1436,¹⁶⁰ legitimando a investida portuguesa ao Marrocos e garantindo a autoridade temporal do papado sobre os povos não cristãos,¹⁶¹ D. Duarte começou, segundo Rui de Pina, a organizar o ataque, frequentando navios estrangeiros e recrutando homens.¹⁶² Uma atitude notória do rei foi a redação de regimentos para a guerra, uma vez que ele não participaria fisicamente do ataque a Tânger. D. Duarte afirmou que queria seguir o costume dos reis e senhores que costumavam fazer declarações de conselhos e incentivos aos capitães e aos combatentes, no entanto, declara que, “[...] porque as palavras mais ligeiramente passam”, preferia colocá-las em escrito.¹⁶³ Era comum os reis, antes das partidas ou batalhas, fazerem pronunciamentos para incentivar e encorajar os homens para a guerra, no entanto, D. Duarte foi singular, ao optar por fazer as declarações por escrito para substituir sua ausência. Tais regimentos cumpriram, portanto, a função de comando esperada do rei, ou seja, apesar de não liderar pessoalmente o ataque, o rei não negligenciou, nem tampouco se absteve de

¹⁵⁸ Cf. DUARTE, Luís Miguel. *D. Duarte: Riquem por um rei triste*, p. 328.

¹⁵⁹ *LIVRO DOS CONSELHOS DE EL-REI D. DUARTE* (Livro da Cartuxa), p. 137-138; *RAZÕES POR QUE EL-REI SE DEMOVEU A FAZER GUERRA AOS MOUROS*. In: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger* (1433-1438), . doc. 14, p. 95-97.

¹⁶⁰ *Monumenta Henricina*. Org. José Manuel Carcia. 15 vols. Vol. V. Lisboa: Presença, 1983, pp. 270-275.

¹⁶¹ Apesar da bula papal *Rex regum*, convém mencionar que foi emitida no contexto de disputas entre portugueses e castelhanos acerca das Ilhas Canárias, no concílio da Basileia. Em agosto de 1436, os embaixadores de Portugal apresentaram junto a Santa Sé uma súplica em que referiam os esforços realizados pelo Infante D. Henrique para a evangelização dos gentios de uma das ilhas Canárias e a vontade do duque de Viseu em conquistar as demais. Eugênio IV emitiu duas bulas de favoráveis à causa portuguesa: em 8 de setembro, o Papa assinou uma bula geral de cruzada aos mouros do Marrocos, e em 15 de setembro concedeu ao rei de Portugal o direito de conquista das ilhas que ainda estavam nas mãos de pagãos à coroa portuguesa. O líder castelhano no Concílio, Alonso de Cartagena, bispo de Burgo, apresentou então um extenso documento argumentando o direito castelhano sobre o arquipélago. O papa foi forçado a revogar as bulas e declarou que foi induzido ao erro pelos portugueses. Tal tentativa portuguesa teria corroborado para a iniciativa castelhana de reivindicar o direito de conquista da África e questionar a *Rex Regum*, por ser a única herdeira da monarquia visigótica e, portanto, ser o único reino com direito de guerrear na África. Para maior entendimento do tema do direito de conquista das ilhas pagãs, ver: FERNÁNDEZ, Luis Suárez. Un camino hacia África pasano por Basilea. *Anuario de Estudios Atlánticos*. Madrid-Las Palmas, núm. 54-I, 2008. pp. 145-152; RUSSEL, Peter. El descubrimiento de Canarias y el debate medieval acerca de los derechos de los príncipes y pueblos paganos. *Revista de História Canaria*, XXXVI. 1978, p. 9-32.

¹⁶² Cf. PINA, Rui de. *Chronica do sernhor rey D. Duarte*. In: _____: *Crônicas*, p. 535-536.

¹⁶³ *LIVRO DOS CONSELHOS DE EL-REI D. DUARTE* (Livro da Cartuxa). Lisboa: Estampa, 1982. p. 123; Instruções gerais, dadas por el-rei D. Duarte aos infantes D. Henrique e D. Fernando, ao conde de Arraiolos e aos capitães que iam na armada de Tânger. In: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger* (1433-1438), doc. 15, p. 97-99.

chefiar, planejar e decidir sobre a execução do cerco. O regimento foi de tamanha importância que o cronista Rui Pina, em vários momentos, afirma que o descumprimento dele acarretou na desventura portuguesa.¹⁶⁴ Ou seja, Rui Pina, encarregado de escrever a crônica oficial sobre D. Duarte, compõe uma imagem régia de acordo com os preceitos da guerra justa ao mesmo tempo em que isenta o rei da culpa do desfecho infeliz. Pina, ao contrário, lança sobre os ombros dos infantes D. Henrique as decisões que levaram à derrota, protegendo a figura régia. Construção histórica, portanto, diferente do cronista oficial anterior, Zurara, que ressalta a figura de D. Henrique e atenua as suas responsabilidades.¹⁶⁵

Nas instruções endereçadas aos principais comandantes da armada, os infantes D. Henrique e D. Fernando, o condestável, D. Fernando, conde de Arraiolos, e aos demais capitães, D. Duarte – retomando a experiência adquirida por ele na armada de Ceuta e embaçado, muito provavelmente, em manuais de guerra como o *De rei militares*, de Vegetius, e a *Segunda Partida*, de Afonso X –¹⁶⁶ traça o perfil moral esperado para a guerra e as táticas e estratégias militares para sua execução. O rei recomenda, de modo geral, cinco virtudes principais: primeiramente, lealdade aos capitães e ao rei; em segundo lugar, bom esforço para vencer o inimigo com vantagens numéricas;¹⁶⁷ em terceiro lugar, obediência aos infantes D. Henrique e D. Fernando, ao condestável da armada e àqueles que D. Henrique e D. Fernando derem autoridade, ou seja, que fossem obedecidos os estados hierárquicos de cada um; em quarto lugar, que sempre se guardasse boa ordenança, como os ingleses que, mesmo quando estavam em menor número, por serem rigorosamente disciplinados, faziam “[...] a seus contrários muito temer”.¹⁶⁸ Por fim, ordena que houvesse sempre boa concordância entre os combatentes, perdoando-se uns aos outros.¹⁶⁹

Especificamente a D. Henrique, o rei fez uma série maior de recomendações que deveriam ser cumpridas na íntegra pelo comandante, que tinha a obrigação de ser o exemplo mais destacado da expedição. O infante, como era próprio das posições de comando, entre outras coisas, deveria: administrar a justiça no exército, não permitindo que seu juízo fosse influenciado por aspectos pessoais; consultar sempre bons conselhos e fazer uso das vontades

¹⁶⁴Cf. PINA, Rui de. Chronica do sernhor rey D. Duarte. In: _____: *Crônicas*, p. 564.

¹⁶⁵ Cf. SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *Duarte e as responsabilidades do Tanger* (1433-1438), p. 63.

¹⁶⁶ Cf. RUSSEL, Peter. *Henrique, O Navegador*, p. 146; THOMAZ, Luis Filipe. *De Ceuta a Timor*, p. 160.

¹⁶⁷ Para incentivar a coragem dos portugueses diante da diferença numérica de combatentes, o rei prometeu recompensas em mercês, lembrou que Deus estava do lado dos cristãos e que os portugueses tinham melhores cavalos e melhores armas.

¹⁶⁸ *LIVRO DOS CONSELHOS DE EL-REI D. DUARTE* (Livro da Cartuxa), p. 125; Instruções gerais, dadas por el-rei D. Duarte aos infantes D. Henrique e D. Fernando, ao conde de Arraiolos e aos capitães que iam na armada de Tânger. In: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger* (1433-1438), doc. 15, p. 98.

¹⁶⁹ Cf. *Ibid.*, p. 123-129; p. 97-99.

desses; agir com piedade e misericórdia, principalmente com as mulheres e com os mais moços; ler e estudar bons livros de guerra; manter casto o exército; deixar o acampamento sempre próximo ao mar, com um palanque que facilitasse a fuga para o mar e o abastecimento de alimentos e armas dos navios ao arraial. E, em contraponto, o infante não deveria: matar os inimigos somente por cobiça, quando esses não representam ameaças; meter-se em desordenadas despesas; confiar no inimigo; fazer tratos com os mouros e cometer mais do que três ataques.¹⁷⁰ O não cumprimento das posturas esperadas dos comandantes, bem como a ausência de virtudes consideradas fundamentais para a boa governança de si e dos outros, podia trazer graves consequências e requeria, por parte dos cronistas, artimanhas argumentativas para justificar essas condutas em suas narrativas. A despeito disso, o cronista Rui Pina, diante da responsabilidade de contar a história dos reis passados, glorificando o reino português e compondo exemplos de conduta para os reis futuros, como era próprio da função de cronista régio, explicita que o não cumprimento dos conselhos foi a principal causa da derrota portuguesa em Tânger. O cronista destaca que, tanto o comportamento do rei, que não ouviu as advertências dos mais nobres do reino, quanto o do infante D. Henrique, que não cumpriu o regimento e contribuiu para que os portugueses passassem de sitiados para sitiados, ocasionaram o resultado do ataque.

Se, por um lado, no que diz respeito ao ataque de Tânger, há uma documentação relativamente volumosa, se comparada ao ataque a Ceuta, de pareceres, conselhos, cartas e justificações à armada, por outro, o número de crônicas que se dedicaram a narrar o evento e/ou seu desenrolar se restringe a duas: a *Crónica de D. Duarte*, do cronista-mor Rui de Pina,¹⁷¹ sob a encomenda de D. João II, e o *Tratado da Vida e dos feitos do muito virtuoso Senhor Infante D. Fernando*, composto por Frei João Álvares, testemunha ocular do cativo do infante, que depois de ser libertado, em 1448, iniciou a escrita da vida exemplar de D. Fernando sob a encomenda do infante D. Henrique e D. Afonso V, em 1451. Tais escritos contemporâneos ao cerco de Tânger não pesaram tanto as consequências da derrota, mas, pelo contrário, a retirada do cerco e a entrega de D. Fernando foram interpretadas como uma saída

¹⁷⁰ *LIVRO DOS CONSELHOS DE EL-REI D. DUARTE* (Livro da Cartuxa), p.121-134; Instruções gerais, dadas por el-rei D. Duarte aos infantes D. Henrique e D. Fernando, ao conde de Arraiolos e aos capitães que iam na armada de Tânger. In: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger* (1433-1438), doc. 15, p. 97-101. PINA, Rui de. *Chronica do sernhor rey D. Duarte*. In: _____: *Crônicas*, p. 538.

¹⁷¹ A *Crónica de D. Duarte* foi, provavelmente, iniciada por Fernão Lopes e/ou Gomes Eanes de Zurara e terminada por Rui de Pina. O que não é um ponto problemático para esta pesquisa, pois, considera-se que a função do cronista medieval era arrematar textos alheios e que a verdade histórica medieval passava, necessariamente, pelo que já havia sido escrito ou dito anteriormente Ver: GOMES, Rita Costa. Rui de Pina. In: LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe. *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. 2ª edição. Lisboa: Caminho, 1993, pp. 597-598.

diplomática.¹⁷² D. Duarte, por exemplo, no já citado trecho de seu discurso para a corte após o ataque a Tânger, agradece a Deus pelas vidas que se salvaram e enaltece a bravura dos combatentes. Como ele, outros textos, dedicado aos avanços portugueses por outras partes, chegaram até mesmo a exaltar as glórias da resistência portuguesa ao poderio dos mouros, como é o caso do cronista Gomes Eanes de Zurara que, na *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné*, menciona o ataque a Tânger da seguinte maneira: “e depois reinando o rei D. Duarte de gloriosa memória, por seu mando foi sobre Tânger, onde se passaram muitas e muito notáveis coisas.”¹⁷³ Contudo, o desfecho trágico de D. Fernando, morto no cativeiro sem que a corte chegasse num consenso acerca de seu resgate ou executasse alguma tentativa de libertá-lo, é que fez com o que o ataque àquela praça fosse considerado um desastre para Portugal e não uma simples derrota. Talvez por isso os cronistas Rui de Pina e frei João Álvares tenham escrito sobre Tânger a partir do ponto de vista de quem sabia a conclusão da história, ou seja, o destino trágico de D. Fernando, de forma que precisavam valorizar em suas narrativas aspectos diferentes do evento.

Rui Pina, tendo uma concepção pedagógica da história, compôs a crônica de D. Duarte conferindo significativa ênfase à armada de Tânger, mas o faz, ao que tudo indica, em busca de deixar lições para a posteridade e evitar desventuras como essa. O cronista faz, assim, jus ao que registra como obrigação do “ofício de escrever”, que é guardar bons ensinamentos, especialmente dos reis e dos príncipes, pois seus exemplos são os mais perfeitos.¹⁷⁴ Para cumprir tal missão, Rui de Pina deixa exemplificado, ao longo da narrativa, que o maior erro dos governantes e comandantes é não seguir os bons conselhos. Tal erro teria sido um dos motivos que levaram o melancólico D. Duarte à morte, pois “[...] a lembrança desta culpa lhe deu tanta pena e tormento, que seu coração com rebates de dor, que continuamente recebia, se apostemou em tanto grau, de que acabou sua vida”.¹⁷⁵ Desse modo, Rui de Pina sugere aos reis e aos príncipes que guardem esse exemplo, para evitar a queda de outros reinos e senhorios.¹⁷⁶ Se D. Duarte pagou com a morte seu erro, para o cronista uma forma de redenção, D. Henrique pagou, segundo frei João Álvares, com o auto exílio em Ceuta: “e o infante D. Henrique se foi direto a Ceuta com firme propósito de não sair dali até que de todo encaminhasse o livramento do seu irmão [D. Fernando]”.¹⁷⁷ Rui de Pina também descreve que

¹⁷²SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *Duarte e as responsabilidades do Tânger* (1433-1438), p. 63.

¹⁷³Cf. ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 3-4.

¹⁷⁴Cf. PINA, Rui de. *Chronica do senhor rey D. Duarte*. In: _____: *Crônicas*, p. 488.

¹⁷⁵Cf. *Ibid.*, p. 574.

¹⁷⁶*Ibid.*, p. 537.

¹⁷⁷ÁLVARES, Frei João. *Trautado da vida e feitos do muito virtuoso senhor infante D. Fernando*. In: _____. *Obras*. Edição crítica de Adelino de Almeida Calado. Vol. I. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1960, p. 30.

D. Henrique se manteve distante da corte: “depois do cerco de Tânger, [D. Henrique] esperou em Ceuta cinco meses, para ver a conclusão que no livramento do infante D. Fernando se tomava”¹⁷⁸ e, em seguida, foi para o Algarve, nas cidades de Lagos e Sagres, “[...] onde depois esteve até o falecimento do rei seu irmão”.¹⁷⁹ O destaque dado ao afastamento de D. Henrique da companhia de seu rei, senhor e irmão, bem como de sua casa senhorial, nesse sentido, servem nas narrativas de Rui de Pina e do frei João Álvares para reparar os feitos henriquinos de desobediência ao rei e da conseqüente “[...] desventura do Tânger”. O exílio deve ser visto como uma punição, no caso de D. Henrique, pois o natural para os homens medievais era viver nos territórios de origem, onde estavam os túmulos dos antepassados ou onde estavam os seus senhorios e os laços de parentesco decorrentes desses, ou melhor, onde a segurança social era baseada nos laços de sangue e de boa vizinhança.¹⁸⁰

D. Henrique, sem dúvida, é uma figura emblemática na narrativa de Rui de Pina, pois ao mesmo tempo em que é caracterizado por um magnânimo e virtuoso coração, que “[...] tinha lealdade e obediência por principais virtudes”,¹⁸¹ suas atitudes de desobediência não deixam de ser ressaltadas pelo cronista. D. Henrique, segundo Pina, não cumpriu a instrução de D. Duarte em seguir sempre a vontade do conselho de guerra, por exemplo, antes do ataque. Tendo percebido que o número de combatentes era muito menor do que o esperado, ele teve por conselho não cometer tão duvidoso e perigoso ataque. Contudo, como era de opinião contrária, o infante respondeu aos conselheiros: “bem sei que, para tão grande feito, esta gente é pouca,¹⁸² mas parece que Deus ordena, assim como aqui aportamos, tomemos por seu serviço este trabalho, para mais acrescentamento em nossas honras e, ante ele, maior merecimento”.¹⁸³ Além disso, D. Henrique não cumpriu o regimento quanto à quantidade de dias que se deveria guerrear, a construção do arraial próximo ao mar e a não assinatura de tratos com os mouros, aspectos lembrados por D. Duarte, através de seu porta-voz doutor João do Sem, nas cortes de Leiria, em 1438, ao ressaltar aos cortesãos que, “[...] como souberam, o infante não achara disposição”¹⁸⁴ para o cumprimento do mandado do rei.

A obediência ao conselho, como também ao senhor e rei, é um dos aspectos na construção moral do nobre exemplar. D. Duarte, desse modo, se mostra arrependido por não ter seguido o conselho, como mencionado acima, e D. Henrique também tenta compensar seu

¹⁷⁸ PINA, Rui de. *Chronica do sernhor rey D. Duarte*. In: _____: *Crônicas*, p. 566.

¹⁷⁹ *Ibid.*, p. 566.

¹⁸⁰ Para saber mais acerca do exílio no tempos medievais ver: GEREMEK, Bronislaw. O marginal. In: LE GOFF, Jacques (dir.) *O homem medieval*. Lisboa: Presença, 1989, p. 233.

¹⁸¹ Cf. PINA, Rui de. *Op. cit.*, p. 571.

¹⁸² Segundo Rui de Pina, dos 14 mil homens necessários para o combate, faltaram 8 mil. Cf. *Ibid.*, p. 539.

¹⁸³ Cf. *Ibid.*, p. 540.

¹⁸⁴ Cf. *Ibid.*, p. 566.

erro. A obediência, portanto, se faz necessária para o bom andamento das questões políticas e não a cumprir pode trazer consequências trágicas, como tenta deixar Rui de Pina como lição. Uma das grandes angústias de D. Duarte, nesse sentido, era não cumprir a promessa feita a seu pai, D. João I, de manter o território conquistado por ele, pois perder-se-ia a “[...] maior honra que Portugal tinha guardada, se arrancasse de sua coroa o título do senhorio de Ceuta que El-rei D. João seu padre tão honradamente ganhara”.¹⁸⁵ O tema da manutenção e ampliação do território conquistado pelo antecessor é um *topos* da cronística medieval portuguesa. Não se deve esquecer que o reino português se construiu a partir de sucessivas guerras com os mouros, que permitiram o contorno do reino, no século XV. A título de exemplo, vale relembrar que a *Crónica de D. Afonso Henriques* (1109-1185), escrita por Duarte Galvão, em 1505, inicia-se com o conselho que o conde D. Henrique deu, no leito de morte, ao seu filho D. Afonso Henriques, fundador do reino português, para que o território fosse conservado: “[...] outrossim, filho, toda esta terra eu te deixo de Estorga até Leão. Não percas dela um palmo, pois eu a ganhei com grande coita e trabalho”.¹⁸⁶

Como no caso da *Crónica da Tomada de Ceuta*, escrita por Zurara, em que a iniciativa de organizar uma armada para atacar praças marroquinas parte do desejo de um jovem nobre ser armado cavaleiro através de um feito que proporcionasse honra e prestígio. Na crônica de Rui de Pina acerca de Tânger, é o filho mais novo de D. João I, o infante D. Fernando, que almeja a oportunidade de provar sua honra. Em outras palavras, como era próprio do século XV, uma das finalidades de Rui de Pina era registrar a honra e a glória decorrentes dos atos de cavalaria,¹⁸⁷ assim, a incursão a Tânger é composta dentro desse ideal. Em Rui de Pina, o infante D. Fernando é apresentado pelo seu descontentamento em relação às terras e às rendas de seus irmãos mais velhos e, portanto, solicita ao rei permissão para buscar honra em guerras fora do reino e um novo ataque ao Marrocos é proposto por D. Henrique, como a melhor forma de buscar honra cavaleiresca e proveito. D. Fernando, embora não ocupe tanto espaço na narrativa de Pina, é descrito como um grande exemplo de fiel católico que se integrou aos infiéis para salvar os cristãos. Ou seja, na narrativa de Pina, D. Fernando reúne as qualidades ideais de cavaleirismo e religião, aspectos indissociáveis para os homens medievais.¹⁸⁸ Tais aspectos ficam mais evidentes no capítulo da *Crónica de D. Afonso V*, também composta por Rui de Pina, no qual o cronista aborda a morte de infante D. Fernando e narra que ele “morreu

¹⁸⁵ PINA, Rui de. Chronica do sernhor rey D. Duarte. In: _____: *Crônicas*, p. 569.

¹⁸⁶ Cf. *Crónica de Portugal de 1419*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998. p. 8.

¹⁸⁷ Cf. HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média*, p. 50.

¹⁸⁸ Para saber mais acerca das virtudes na vida dos cavaleiros, ver: WHETHAM, David. *Just Wars and Moral Victories: surprise, deception and the normative framework of European war in the later Middle Ages*. Leiden/Boston: Brill 2009, p. 177.

santamente, e com esperança de ser Santo e bem aventurado”.¹⁸⁹ Para Rui de Pina, D. Fernando reúne a perfeição moral e espiritual proveniente da linhagem ilustre,¹⁹⁰ como também padeceu piedosamente no cativo, por amor a Deus. Sendo assim caracterizado como homem excepcional, o que fez com que muitos de seu tempo acreditassem, segundo Pina, que D. Fernando realizou “evidentes milagres”.¹⁹¹ A introdução da referência à santidade do infante, por parte de Pina, apenas na *Crónica de Afonso V* e não na *Crónica de D. Duarte*, leva a crer que, quando o cronista escreveu esta última, ainda não era recorrente no reino e nos escritos que utilizou para compô-la a ideia da santidade do infante.

A construção da sua santidade só começa a ganhar contornos nítidos quando frei João Álvares, a pedido de D. Henrique, depois da morte de D. Fernando, começa a escrever um tratado nos moldes de uma hagiografia. A partir do que o religioso diz ter visto e ouvido, apresenta primeiramente as virtudes do infante, as teologais – fé, esperança, caridade – e as cardeais – fortaleza, justiça e temperança –, juntamente com a vida exemplar antes e durante o cativo na prática de obras de misericórdia, cumprimento dos preceitos da Igreja e dos princípios do evangelho, como a manutenção da castidade, como era próprio desse tipo de composição escrita.¹⁹² Mencionar as demasiadas virtudes do infante fazia-se necessário, pois a santidade era verificada pela prática das virtudes e pelo afastamento dos vícios correspondentes. A descrição da vida do infante inicia-se, como era próprio das hagiografias, com a narrativa do nascimento do infante vinculado com a graça divina, através de um milagre, pois “[...] ao tempo do concebimento deste infante, sendo a Rainha muito enferma de febre e disposição fraca que, por regra de física, não foi achado remédio para que ela sem mortal perigo pudesse parir”.¹⁹³ Foram as súplicas do rei D. João que possibilitaram o nascimento milagroso do infante e a salvação da rainha. No entanto, “[...] desde seu nascimento, trouxe este infante grandes doenças e muito afincadas, que não o deixaram de perseguir até a idade de vinte e cinco anos”.¹⁹⁴ Traçando um paralelismo entre as privações do infante e os sofrimentos de Cristo, como era próprio do textos hagiográficos medievais,¹⁹⁵ frei João Álvares descreve a sujeição voluntária do infante ao sofrimento e às privações. Diferentemente de Rui de Pina, que descreveu que a entrega do infante D. Fernando aos

¹⁸⁹PINA, Rui de. Chronica do sernhor rey D. Afonso V. In: _____: *Crônicas*, p. 690-691

¹⁹⁰ Id., Chronica do sernhor rey D. Duarte. In: _____: *Crônicas*, passim.

¹⁹¹ Ibid., p. 691.

¹⁹² Cf. REBELO, Antonio Manuel. O verdadeiro caráter de D. Fernando, o Infante Santo. *Humanistas*, no 58, 2006, pp. 199-227.

¹⁹³ ÁLVARES, Frei João. Trautado da vida e feitos do muito vertuoso senhor infante D. Fernando. In: _____. *Obras*, p. 6-7.

¹⁹⁴ Ibid. p. 7.

¹⁹⁵ VAUCHEZ, André. O Santo. In: LE GOFF, Jacques (dir.) *O homem medieval*, p. 22.

mouros, no lugar de D. Henrique, foi uma decisão do conselho de guerra,¹⁹⁶ frei João Álvares atribui ao infante a iniciativa de se oferecer como refém e dar sua vida “[...] por serviço de Deus e livramento de todos”.¹⁹⁷ A partir da entrega do infante ao poder dos mouros, o mesmo passa por uma série de privações e sofrimentos que destoavam do que, em geral, recebiam os cativos nobres pelos cristãos, que tinham preservadas as honras recomendadas a sua posição social mesmo quando aprisionados.¹⁹⁸ Durante a transferência de cativo do infante, de Arzila, mais próxima ao mar para Fez, a exemplo do calvário de Cristo, o infante é injuriado, cuspidado, escarnido e apedrejado pelos mouros.¹⁹⁹ Já na masmorra em Fez, o infante e os seus companheiros foram roubados, humilhados, obrigados a trabalhos forçados e comiam apenas “dois pães cada dia [...] sem carnes nem pecado, vinho nunca o beberam”.²⁰⁰ Nesse local, segundo o tratadista, o infante “[...] padeceu muito estreitamente, em grande aspereza e quantidade de piolhos e bichos e muito fedor”.²⁰¹ Apesar de todos esses sofrimentos e humilhações, o infante “[...] um só dia não deixou de rezar nas horas canônicas segundo seu devoto costume” e com “[...] muito jejum e muita oração passou seu tempo, obrando sempre de misericórdia com todos os cristãos que ali achou cativo”.²⁰² D. Fernando suportou o cativo com paciência, humildade e confiando nos desígnios divinos: “[...] se vontade de Deus for que façamos aqui fim, creio firmemente que ele nos faça herdeiros no paraíso”.²⁰³ Além disso, perdoou, antes da morte, aqueles que o fizeram sofrer, tal como Cristo. Essas atitudes, nesta crônica assumidamente destinada a engrandecer o infante, fizeram até mesmo, Lazaraque, chefe dos mouros, louvar as virtudes do infante: “[...] eu sei que nunca mentiu [...] pois tantas vezes o mandei espreitar durante a noite, por saber o que fazia, sempre o achavam de joelhos, rezando [...] certamente grande pecado ganharam dele suas gentes, que o aqui deixaram morrer”.²⁰⁴ Frei João Álvares, fazendo uso de um recurso comum dos cronistas medievais para não se comprometerem com os financiadores das crônicas, coloca na boca do

¹⁹⁶ Cf. Para saber mais acerca da discussão a despeito da decisão voluntária ou não do infante D. Fernando se entregar aos mouros como refém, ver: CALADO, Adelino de Almeida. *O infante D. Fernando e a restituição de Ceuta*. Separata da Revista Portuguesa de História. Vol X. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1962. p. 10.

¹⁹⁷ Cf. ÁLVARES, Frei João. Trautado da vida e feitos do muito virtuoso senhor infante D. Fernando. In:_____. *Obras*. p. 51.

¹⁹⁸ Entre cristãos, nas práticas recorrentes de capturas de guerra do final de Idade Média, nunca tinha ocorrido desfechos semelhantes ao sofrido por D. Fernando. João II, rei da França (1319-1350-1364), por exemplo, estivera preso pelos ingleses durante quatro anos (1356-1360), mas fora tratado com cordialidade e quase sempre com conforto. Cf. COSTA, João Paulo Oliveira. *Henrique, o Infante*, p. 235

¹⁹⁹ Cf. ÁLVARES, Frei João. Trautado da vida e feitos do muito virtuoso senhor infante D. Fernando. In:_____. *Obras*, p. 28

²⁰⁰ Cf. *Ibid.*, p. 51.

²⁰¹ Cf. *Ibid.* p. 54.

²⁰² Cf. *ibid.* p. 31.

²⁰³ Cf. *Ibid.* p. 43.

²⁰⁴ Cf. *Ibid.*, p. 90.

inimigo as possíveis críticas ao comportamento de seus senhores, que deixaram o infante morrer sem pagar o resgate. Além disso, apesar de compor a resignação e aceitação do infante diante de todos os sofrimentos, o tratadista aponta que o infante escreveu inúmeras cartas aos seus irmãos, D. Duarte e D. Pedro, pedindo para ser resgatado e, em uma dessas cartas, escreveu que não cobiçava “[...] ser honrado nem louvado [...] mas se Deus aprovasse, queria ser antes disso livre”.²⁰⁵

Do mesmo modo que, na *Crónica da Tomada de Ceuta*, composta por Zurara, e na sua tradução latina, o *Livro da Guerra de Ceuta*, elaborado por Mateus de Pisano, há uma clara diferença, como mencionado no item anterior, entre os comportamentos morais da alta nobreza e da arraia miúda, Rui de Pina igualmente diferencia os valores dos combatentes entre os fidalgos e os que não eram bem nascidos. Rui de Pina descreve que a gente miúda, após o acordo com os mouros de entregar Ceuta, se apressou a entrar nos navios e “[...] com o desejo de salvar suas vidas” se desesperou, embarcando “com grande desordenança”. Alguns mareantes, por conhecerem melhor o mar, “[...] tentavam-nos com cobiça oferecendo-lhes logo as mãos”. Já alguns fidalgos, muito honrados, chegavam aos bateis onde seriam recolhidos, mesmo correndo perigo de morte com a perseguição dos mouros, embarcavam ordenadamente “[...] com muita cortesia e grande esforço para um ficar por derradeiro e em guarda do outro”.²⁰⁶ Apesar da clara diferenciação entre as posturas virtuosas dos bem nascidos e os valores mais baixos da gente miúda, o cronista não deixa de mencionar que alguns fidalgos, muitos cavaleiros e escudeiros e seus servidores, fugiram quando a guerra se apresentou invencível. Ao mencionar os cristãos mortos no ataque a Tânger, Rui de Pina, a exemplo de Zurara, também faz distinção pelo nascimento. Segundo o cronista, o cerco de Tânger durou vinte sete dias “[...] nos quais vinte e cinco como cercador e os doze cercado, em que dos cristãos morreram até quinhentos, de que oito forma fidalgos”.²⁰⁷

Em suma, a partir da morte em cativeiro de D. Fernando, portanto, os cronistas tenderam a culpabilizar o infante D. Henrique pelo desfecho, como Rui de Pina, que apresentou D. Duarte como um rei influenciável e D. Henrique como um comandante imprudente. Tenderam, por vezes, também a atenuar a atuação do infante no desastre, como Zurara e frei João Álvares; e a atribuir as responsabilidades a D. Duarte. Além disso, tais cronistas podem da mesma forma ser considerados os precursores da ideia de que a morte do infante D. Fernando foi um sacrifício necessário para o bem comum, ou seja, a não devolução

²⁰⁵ Cf. ÁLVARES, Frei João. Trautado da vida e feitos do muito virtuoso senhor infante D. Fernando. In: _____. *Obras*, p. 51.

²⁰⁶ PINA, Rui de. *Chronica do sernhor rey D. Duarte*. In: _____. *Crônicas*, p. 560.

²⁰⁷ Cf. *Ibid.*, p. 561.

da cidade de Ceuta. Ideia essa encontrada em escritos posteriores, como os de Camões. Portanto, foi o desfecho da morte de D. Fernando ou o sacrifício em grande parte voluntário que *a posteriori* se sobressaiu nas histórias contadas sobre o ataque a Tânger. A memória escrita ressaltou esse ponto em detrimento de outros que igualmente ajudariam a compor a história, mas foi o desfecho, ao mesmo tempo trágico e heroico, de um só homem, que melhor serviu aos contadores de história como exemplo do que não deveria ser seguido pelos condutores da trajetória coletiva.

2.3 O derradeiro rei guerreiro antes dos reis descobridores

Ao recontar as histórias dos reis de Portugal na década de 30 do século XVI, o erudito eborense Cristóvão de Acenheiro, em suas *Crônicas dos Senhores Reis de Portugal*, foi um dos primeiros a tratar o rei D. Afonso V pela alcunha Africano, denominando-o como “Africano rei”.²⁰⁸ Tal denominação foi inspirada no exemplo do general e estadista romano Públio Cornélio Cipião, conquistador de Cartago e vencedor de Aníbal, feito que lhe rendeu o codinome *Africano*. Devido às conquistas afonsinas das praças marroquinas de Alcácer Ceguer (1458), Arzila (1471) e Tânger (1471), para Acenheiro, o monarca português também “[...] poderia ser dito Africano, como o bom Cipião”.²⁰⁹ Deve-se notar que a associação do rei D. Afonso V com Cipião e por consequência a alcunha *Africano*, foi realizada pelo menos meio século depois das conquistas afonsinas no norte da África. Nesse momento, a memória do monarca aparece claramente vinculada à preferência régia em guerrear cavaleirescamente em Marrocos ao invés de incentivar a exploração da costa da África para além do Cabo do Bojador, tuteladas primeiramente pelo infante D. Henrique. O escritor renascentista João de Barros (1496-1570), considerado o Tito Lívio português, por exemplo, relata, no segundo livro da *Primeira Década*, publicada em 1552, que o rei se ocupou com idas à África e a Castela, o que “[...] causou não levar o fio deste descobrimento tão continuado como no tempo do infante D. Henrique foi”.²¹⁰ Dito de outro modo, o reinado de D. Afonso V é identificado em meados século XVI, e por grande parte da historiografia posterior, que se debruçou sobre o tema da expansão portuguesa quatrocentista,²¹¹ como um período minguido

²⁰⁸Cf. ACENHEIRO, Cristóvão Rodrigues. *Crônicas dos senhores reis de Portugal*. In: *Collecção de Ineditos de Historia Portuguesa*, Tomo V, Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1825, p. 265.

²⁰⁹ Cf. *Ibid.*, p. 284.

²¹⁰ Cf. BARROS, João de. *Ásia*. Primeira Década. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1988, p.63-64.

²¹¹ Vários estudiosos afirmaram que se verificou no reinado afonsino, após a morte do infante D. Henrique, em 1460, um abrandamento das viagens de exploração. José Mattoso chega mesmo a afirmar que se se fez alguma coisa “entre 1448 e 1475, nomeadamente em matéria de navegação, deveu-se à iniciativa de particulares e

e apagado da expansão exploratória da costa africana em relação às descobertas henriquinas dos anos anteriores, graças, prioritariamente, às conquistas cavaleirescas e cruzadísticas do rei em praças marroquinas. A imagem cavaleiresca do rei D. Afonso V começa a ser construída ainda contemporaneamente ao monarca, no entanto, no Quatrocentos, não há uma cobrança sobre as atividades do monarca em relação às explorações abaixo do Cabo do Bojador, apenas a intenção, como era próprio daquele tempo, em glorificar a imagem do rei e de seu reinado. Deve-se aqui, portanto, questionar quais valores do reinado de D. Afonso V interessavam ser ressaltados pelos escritos do final do século XV e início do XVI e que imagens do rei e da casa real deveriam ficar para a posteridade em relação à política portuguesa em África.

Do mesmo modo que nas armadas de Ceuta e de Tânger, nos ataques portugueses da segunda metade do século XV a Marrocos, o rei vigente, neste caso, D. Afonso V, é protagonista na decisão, na mobilização e na execução da guerra, recaindo sobre sua imagem as glórias das vitórias e as humilhações das derrotas. Gomes Eanes de Zurara, compositor de várias crônicas encomendadas por este monarca, considerava-o “[...] muito alto e muito excelente príncipe e muito poderoso senhor”.²¹² Vasco de Lucena proferiu diante do Papa Inocêncio VIII, em dezembro de 1485, em nome de D. João II, uma oração de obediência exaltando que D. Afonso V “[...] três vezes em épocas diversas, passou à África com número e bem provida armada; por três vezes desembarcou naquele litoral incessível e hostil o seu bem aprestado exército [e] tomou pela força das armas, três cidades quase inexpugnáveis”.²¹³ O siciliano Cataldo Parisio Sículo, que chegou à corte portuguesa em 1485, escreveu em seu poema *Arcitinge* acerca “[...] dos combates famosos que o invictíssimo rei Afonso travou contra os povos infiéis e os africanos ferozes”.²¹⁴ Rui de Pina, cronista-mor do reino a partir de 1497, mas escritor de crônicas oficiais desde pelo menos 1490 e autor da principal crônica

mercadores, porque as navegações davam lucros". MATTOSO, José. *História de Portugal, A Monarquia Feudal (1096-1480)*, vol. II, p. 506.

O historiador Vitorino Magalhães Godinho considerou que: “com D. Afonso V é o período áureo dos feitos militares além-estrito e o período morto das descobertas. As expedições marítimas só se prosseguem verdadeiramente quando em 1469 é concedido o monopólio do resgate da Guiné ao rico comerciante de Lisboa, Fernão Gomes: a realeza deixara aos mercadores a tarefa de devassar os mares; e durante seis anos continuam os navegadores, a cargo desse burguês, a exploração metódica da costa africana. Em 1475, expira o contrato, e o príncipe D. João encarrega-se dos negócios ultramarinos; quando D. João II sobe ao trono entramos no apogeu da política comercial e marítima”. Cf. VITORINO, Magalhães Godinho. *A expansão Quatrocentista*, p. 198. Uma das poucas vozes que se levantam contra esta opinião, dentro da historiografia portuguesa, é a de João Paulo Costa ao afirmar que foi no reinado de D. Afonso V que pela primeira vez a coroa intervém directamente em todas as linhas da expansão, concentrando nas suas mãos os rumos expansionistas. Cf. COSTA, João Paulo. *Henrique, o Infante*, p. 342.

²¹² ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 210.

²¹³ Cf. RAMALHO, Américo Costa. *Latim Renascentista em Portugal (Antologia)*. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra/Instituto Nacional de Investigação Científica, 1985. p. 79.

²¹⁴ Cf. *Ibid.*, p. 79.

sobre Afonso V,²¹⁵ descreve que o monarca foi “[...] sempre zelador de empreender coisas árduas e prossegui-las por armas como cavaleiro”.²¹⁶

Somava-se à ideia de cavaleiro vitorioso, a imagem do monarca como propagador da fé cristã, duas faces que, no período, compuseram as bases da afirmação do poder régio no medievo. Por exemplo, Vasco de Lucena também afirmou em Roma que “[...] o glorioso rei D. Afonso não se limitou a honrar a sacratíssima religião cristã dentro das fronteiras que lhe foram legadas pelos seus maiores, mas em novas províncias [...] ele entregou ao nome cristão, à Igreja Romana e a vós também, Santíssimo Padre, e a vossos sucessores”.²¹⁷ Zurara anteriormente glorificara, entre 1458 e 1460, D. Afonso V pela expansão da religião em territórios mouros conquistados: “[...] assim nesta cidade como em Alcácer, desde que o rei D. Afonso filhou aos mouros, manifestas foram as maravilhas que fez o senhor Deus pelo seu povo cristão”.²¹⁸ A guerra em Marrocos como um serviço prestado a Deus ainda se mostra presente no início do século XVI, pelo que se percebe na descrição do virtuoso rei D. Afonso V pelo cosmógrafo Duarte Pacheco Pereira, por volta de 1505, em que surge como aquele que,

[...] por serviço de Deus, passou, em pessoa, além mar, em África, com grande frota e gente, onde, por força de armas, tomou aos Mouros a vila de Alcácer Ceguer, no ano de Nosso Senhor de 1458, em dezenove dias do mês de Outubro; e depois, no ano de 1471, em vinte e quatro do mês de Agosto, tomou aos mesmos mouros, por força de armas a vila de Arzila, na qual grande mortandade de Mouros foi feita; e com este medo todos os moradores da muito antiga e forte cidade de Tânger fugiram e a deixaram só; e este excelente príncipe a mandou tomar e povoar.²¹⁹

A figura do rei executor pessoal da guerra e movido pela vontade de servir a Deus no combate contra os inimigos da fé, tal como nos casos de Ceuta e Tânger, é bastante forte nas narrativas cronísticas oficiais do final do século XV e início do século XVI, visto que a afirmação das monarquias ibéricas medievais esteve centrada na figura régia como defensora do reino na guerra contra mouros e cristãos por questões territoriais e fronteiriças.²²⁰ Rui de Pina, desse modo, narrou a decisão afonsina de atacar Alcácer Ceguer a partir de uma

²¹⁵A obra de Rui de Pina é constituída por um conjunto de Crónicas dos reis da dinastia de Avis – Crónicas de D. Duarte, D. Afonso e D. João II (as duas últimas estavam já prontas em 1504) – e por um outro conjunto de Crónicas dos reis da primeira dinastia, à exceção de D. Afonso Henriques – Crónicas de Sancho I, D. Afonso II, Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis e D. Afonso IV. Cf. LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe. *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, p. 597-598.

²¹⁶Cf. PINA, Rui de. *Chronica do sernhor rey D. Afonso V*. In: _____: *Crônicas*, p. 881.

²¹⁷RAMALHO, Américo Costa. *Latim Renascentista em Portugal (Antologia)*, p. 23-25.

²¹⁸ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, p. 534.

²¹⁹PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 124.

²²⁰RUCQUOI, Adeline. *História da Península Ibérica*, passim.

cruzada, proposta pelo Sumo Pontífice Calisto III, em 1455, contra os turcos otomanos, que não se realizou.²²¹ Pina relatou os preparativos empreendidos pelo rei, que por “[...] sua real condição era para os honrosos feitos inclinado” e “com todas as pessoas principais do reino aceitou a dita cruzada”,²²² na qual o rei se ofereceu para “servir com os ditos doze mil homens por um ano à sua custa [...] para o que tinha de ajuda muitas armas que comprara e navios que mandara fazer”.²²³ Além disso, em razão do “[...] grande alvoroço que o rei tinha por esta santa viagem, mandou novamente lavrar ouro fino sabido em toda perfeição, a moeda dos cruzados”.²²⁴ Duarte Pacheco Pereira, de maneira bastante semelhante a Rui de Pina, fala da dedicação do rei Afonso V acerca da proposta de cruzada contra os otomanos: “[...] este Sereníssimo Rei D. Afonso foi o primeiro que nestes Reinos a moeda dos cruzados de ouro fino (para pagar o soldo desta santa guerra) mandou fazer”.²²⁵ Tanto Rui de Pina quanto Duarte Pacheco Pereira consideram a decisão de atacar Marrocos como uma alternativa à expectativa frustrada de cruzada contra os turcos, devido à morte de Calisto III e a atitude de seu sucessor Pio II, que não contrariou o apelo à cruzada lançado por seu antecessor, mas também não se esforçou para realizá-la e devido ao pouco empenho dos demais reis cristãos no empreendimento. Sem dúvida, essas explicações por parte dos escritores remetem à necessidade de justificar a guerra, que devia apresentar propósitos justos, como ensinara os padres da Igreja, dentre eles Santo Agostinho.

D. Afonso V, cumprindo o papel de monarca exemplar, consultou e seguiu seus conselheiros, segundo Rui de Pina, e decidiu atacar alguma praça marroquina, a princípio Tânger. O Infante D. Henrique, por exemplo, recomendou ao rei que fizesse guerra contra os infiéis, o que era dever de qualquer bom cristão, devendo D. Afonso V combater “[...] em qualquer parte onde entendesse fazer fruto”.²²⁶ Por conta dos ataques de corsários franceses em navios portugueses próximos a Ceuta e um suposto cerco sendo preparado pelo rei de Fez contra essa praça, o rei foi aconselhado por D. Sancho de Noronha a atacar Alcácer Ceguer (em árabe Ksar-es-Seghir, “pequeno castelo”)²²⁷, praça mais próxima a Ceuta. A obediência do rei ante as decisões dos conselheiros régios também é descrita no ataque vitorioso de Arzila, anos mais tarde. O rei “[...] tivera muitos conselhos”, depois das tentativas frustradas de conquistar Tânger, entre 1463 e 1464, para abandonar a ideia de tomar tal praça, pois os

²²¹ GOMES, Saul António. *D. Afonso V: O Africano*. Lisboa: Círculo de Leitoras, 2006, 178.

²²² PINA, Rui de. *Chronica do sernhor rey D. Afonso V*. In: _____: *Crônicas*, p. 772.

²²³ *Ibid.*, p. 772.

²²⁴ *Ibid.*, p. 773.

²²⁵ PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 124.

²²⁶ Monumenta Henricina, XIII. Doc. 69. Comissão Executiva das comemorações do V Centenário do Infante D. Henrique. 1967. pp. 116-117

²²⁷ RUSSEL, Peter. *Henrique, O Navegador*, p. 288.

custos financeiros de uma empresa como essa eram demasiados altos para o reino. O rei então, segundo Pina, resolveu preparar uma armada para “[...] correr primeiro o campo de Arzila”²²⁸ e, para isso, angariou fundos financeiros com mercadores estrangeiros, flamengos e ingleses, e armazenou provisões de carne, peixe e biscoito para trinta mil homens.²²⁹ Já em Lagos, com a armada preparada, o rei ouviu missa e, em uma encenação bastante parecida com a partida para Ceuta descrita por Zurara,²³⁰ discursou aos seus “[...] palavras cheias de devoção e grandeza, esforço e perfeita eloquência, e com cautelas e fundamentos de bom e prudente guerreiro declarou sua ida sobre a Vila d'Alcácer, louvando e agradecendo a todos com muita humanidade, a diligência e o amor, com o que tão honradamente vinham servir”.²³¹

Nos ataques de Alcácer Ceguer e Arzila, também está presente, como em Ceuta e Tânger, a figura do jovem nobre que desejava obter honra cavaleiresca em feitos de guerra que trouxessem visibilidade. Na armada de Alcácer Ceguer, esta figura é representada pelo infante D. Fernando (1433-1470), irmão mais novo de D. Afonso V e herdeiro do infante D. Henrique, o *Navegador*. Rui de Pina descreve que o infante D. Fernando, “[...] com desejo de honra e outros respeitos e obrigações que se mostrasse ter para passar a África”, pediu ao rei “[...] para isso licença”.²³² Nessa armada, também é destacada a presença do infante D. Henrique, em seu último ataque ao Marrocos. Nas palavras de Pina, tal infante era naquele ofício, a guerra aos mouros, velho artificial.²³³ Já em Arzila, a figura do príncipe herdeiro, futuro D. João II, então com desesseis anos, é bastante destacada por Pina. Igualmente, Garcia de Resende em sua *Crónica de D. João II*, de 1530, conta que o “[...] príncipe pediu tão apertadamente ao rei que o levasse consigo, que não lhe podia negar”,²³⁴ mesmo o rei tendo medo por D. João ser seu único filho varão. O cronista então glorifica a participação do *Príncipe Perfeito* na guerra, na qual “[...] o príncipe fez tão valentemente e como tão esforçado e ardido cavaleiro, que de todos foi grandemente louvado”. Na compilação de Valentim Fernandes, de 1507, o fato de o príncipe herdeiro ter sido armado cavaleiro em Arzila também aparece ressaltado: “[...] ano de 1471, dia de São Bartolomeu, o rei D. Afonso o quinto ganhou esta cidade por força das armas e aqui armou seu filho príncipe D. João cavaleiro”.²³⁵ Já no que diz respeito à participação dos monarcas nas guerras, traço importante

²²⁸ PINA, Rui de. Chronica do sernhor rey D. Afonso V. In: _____: *Crônicas*, p. 816.

²²⁹ Cf. Gomes, Saul António. *D. Afonso V: O Africano*, p. 192.

²³⁰ Cf. *Ibid.*, p. 180

²³¹ PINA, Rui de. Chronica do sernhor rey D. Afonso V. In: _____: *Crônicas*, p. 775.

²³² *Ibid.*, p.796.

²³³ *Ibid.*, p. 777.

²³⁴ RESENDE, Garcia de. *Crónica de D. João II e miscelânea*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1973, p. 4.

²³⁵ FERNANDES, Valentim. *O manuscrito de "Valentim Fernandes"*. Lisboa: Academia portuguesa da história,

das investidas portuguesas ao norte da África, observa-se que os cronistas fazem questão de ressaltar que D. Afonso V guerreou, tanto em Alcácer Ceguer como em Arzila, em pessoa ao lado dos combatentes portugueses, sendo peça fundamental para a obtenção das vitórias.²³⁶

É notória também a permanência dos rituais de vitória na narrativa de Pina, bastante semelhantes aos descritos por Zurara após a tomada de Ceuta. Destacam-se, entre esses, a conversão das mesquitas em igrejas, com missas e orações na presença dos mais nobres cavaleiros que combateram, e a cerimônia para armar novos cavaleiros.²³⁷ No caso de Alcácer Ceguer, o rei proveu a vinda de mantimentos, armas e gente que lhe pareceu necessária e armou muitos cavaleiros que o bem mereceram. Depois disso, seguiu para a cidade de Ceuta, onde ainda não tinha estado. Em Arzila, D. Afonso V armou o jovem príncipe, futuro D. João II, como cavaleiro, “[...] com palavras de grandes louvores”.²³⁸ Neste último caso, o cronista associa as honras recebidas pelo príncipe D. João com as recebidas pelos filhos de D. João I, D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, que foram armados cavaleiros também após a conquista de uma praça marroquina. Dito de outro modo, pode-se considerar a pretensão do cronista Rui de Pina em manter a construção das narrativas acerca dos príncipes de Avis priorizando a glorificação dos modelos cavaleirescos e dos feitos de guerra na África.

As crônicas da corte de Afonso V, em pleno Quatrocentos, compostas por Zurara e que serviram de modelo para Rui de Pina, estavam assumidamente ao serviço do elogio de modelos cavaleirescos de “[...] príncipes ou capitães que fazem os feitos dignos de memória”.²³⁹ Modelos estes que eram descritos, portanto, a partir de virtudes heroicas nas guerras e nos cercos. Desse modo, a ênfase das narrativas cronísticas recai quase completamente sobre as tomadas de praças marroquinas em detrimento das descrições das conquistas movidas primeiramente por D. Henrique abaixo do Cabo do Bojador. No caso da *Crónica dos Feitos da Guiné*, como será apresentado mais adiante, a exploração da costa africana é descrita por Zurara a partir de um viés cavaleiresco. O cronista, por exemplo, fala da preferência henriquina pelos ataques às praças marroquinas, interrompendo as expedições de descobrimento: “[...] e neste ano passou o nobre infante D. Henrique em Tânger, por cuja

1940, p. 34.

²³⁶ Acerca do comportamento ideal dos cavaleiros na guerra, ver: WHETHAM, David. *Just Wars and Moral Victories: surprise, deception and the normative framework of European war in the later Middle Ages*, p. 2.

²³⁷ Zurara, mesmo na *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, vincula os feitos portugueses na África às honras cavaleirescas e ao cristianismo militante, que busca converter em terras longínquas, por isso o cronista prefere a palavra conquista. Cf. BLACKMORE, Josiah. *Moorings: Portuguese expansion and the writing of Africa*. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 2009. p. 44.

²³⁸ PINA, Rui de. *Chronica do sernhor rey D. Afonso V*. In: _____: *Crônicas*, p. 823.

²³⁹ ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*, p. 305-307.

razão não enviou mais navios contra aquela terra”.²⁴⁰ Essa predileção das crônicas régias em relatar os feitos de guerra na África pode ser explicada, não pela intenção de sigilo em relação aos descobrimentos, como foi proposto por alguns historiadores,²⁴¹ mas pela pouca importância que se revestiam esses fatos para serem relatos nas crônicas,²⁴² que buscavam conservar apenas o que era digno de memória.

A despeito disso, é curioso o fato de o rei D. Afonso V nunca ter utilizado o título *Senhor da Guiné*, adotado oficialmente apenas por D. João II. A concessão da soberania portuguesa sobre a Guiné foi oficializada pelo papado na bula *Romanus Pontifex*, de 1455. Em um documento datado de 1457, regido pelo infante D. Henrique, é possível encontrar a descrição de D. Afonso como o primeiro senhor da Guiné: “[...] D. Afonso V, meu senhor e sobrinho, doze rei destes reinos e oitavo do Algarve, terceiro senhor da cidade de Ceuta e primeiro das ditas partes da Guiné”.²⁴³ Contudo, mesmo após a morte de D. Henrique, em 1460, D. Afonso continuou com o título: *Dom Affonso per graça de Deus Rey de Portugal e do Algarve e senhor de Cepta e d'Alcacer em África* e, depois de assegurar os domínios sobre Anafé (1469), Larache (1471), Arzila (1471) e Tânger (1471),²⁴⁴ alterou o título para: *Rei de Portugal e dos Algarves d'aquém e d'além-mar em África*.

Quando Rui de Pina mencionou que a crônica escrita por ele trata da “[...] memória das reais virtudes e dos feitos imperiais do muito glorioso rei D. Afonso o quinto”,²⁴⁵ o cronista estava referindo-se especialmente às conquistas do norte da África. Dois apontamentos são exemplares dessa afirmação. Primeiro, no capítulo que descreve a morte de D. Henrique, na *Crónica de D. Afonso*, Rui de Pina glorificou os descobrimentos realizados sob o comando do Infante D. Henrique e aborda os empreendidos depois da morte do infante. Acerca de D. Afonso V, Pina narra que, “[...] além do descobrimento do infante se descobriu a mina do ouro, em que agora é a cidade de São Jorge, em que o rei D. João o segundo mandou novamente edificar, e assim se descobriu mais pelo rei D. Afonso até o Cabo de Santa

²⁴⁰ ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 66.

²⁴¹ Ver, CORTESÃO, Jaime, *A Política de Sigilo nos Descobrimientos*. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1996, passim.

²⁴² Cf. GOMES, Rita Costa. Rui de Pina LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe. *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, p.597-598.

²⁴³ Monumenta Henriquina, no XIII, doc. 68. Coimbra: Comissão Executiva das comemorações do V Centenário do Infante D. Henrique. 1967, pp. 116-117.

²⁴⁴ Em 1469, segundo Rui de Pina, ou em 1468, de acordo com Damião de Góis, o infante D. Fernando, com a anuência do rei D. Afonso V, liderou uma campanha bem sucedida contra a praça marroquina na Anafé. Essa praça além da riqueza agrícola e dos seus edifícios notáveis, era uma importante base para o corso e pirataria, pois dali saíam frequentes galés e fustas armadas que atacavam a costa portuguesa e castelhana e tornava insegura a navegação no estreito de Gibraltar. Com a conquista da cidade de Arzila, 1471, as praças de Tânger e Larache, temendo um ataque cristão, foram abandonadas pelos mouros, e D. Afonso V tomou posse das mesmas. Cf. GOMES, Saul António. *D. Afonso V*, p. 191, 192 e 195.

²⁴⁵ PINA, Rui de. *Chronica do sernhor rey D. Afonso V*. In: _____: *Crônicas*, 1977, p. 793.

Catarina”.²⁴⁶ Contemporâneo de Pina, Duarte Pacheco Pereira também menciona que o rei D. Afonso V, após a morte de D. Henrique, “[...] mandou descobrir além da dita Serra Leoa”.²⁴⁷ Apesar de os cronistas mencionarem esses feitos, eles não se alongam na descrição dos mesmos. O papel de destaque nos descobrimentos é atribuído, portanto, a outros monarcas. Pina concede, por exemplo, protagonismo nas navegações aos reis D. João II e D. Manuel:

[...] e depois de seu falecimento, como o rei D. João o segundo seu filho e sucedeu, dali mandou por anos descobrir até dobrarem o Cabo da Boa Esperança, e seus descobridores chegaram até o Rio do Infante, e dali sendo seu propósito não cessar até descobrir a Índia, por sua doença e morte, que logo seguiu, cessou seu descobrimento. E depois o sucedeu e reinou após ele D. Manuel o primeiro nosso Senhor [...] por seu mandado e com seus capitães e navios e gentes por este caminho se descobriram e trataram e navegaram com grandes perigos e muitas dificuldades e inumeráveis despesas outra novas ilhas e terras e sobretudo a Arábia, a Pérsia e a Índia.²⁴⁸

É preciso considerar que, apesar de ressaltar as contribuições de D. Henrique, D. João II e D. Manuel nos descobrimentos, Rui Pina, diferentemente de João de Barros, não critica D. Afonso V por não ter se dedicado em demasia aos descobrimentos. O que leva a crer que, no tempo em que Pina compôs a *Crónica de D. Afonso V*, ainda era importante a imagem do rei estar associada às conquistas guerreiras e que, na época de João de Barros, os valores cavaleirescos já não estavam tão em evidência. Desse modo, o autor das *Décadas* aborda D. Afonso V pela míngua de empenho na continuidade dos descobrimentos e não glorifica o rei pelas guerras marroquinas. Já Pina, mesmo tratando dos descobrimentos realizados a mando de D. João II e D. Manuel, descreve tais feitos pelo viés do serviço prestado a Deus na conquista de terras de infiéis e gentios e não pelo viés do comércio:

[...] pois seu principal fim e intento é servir a Deus e divulgar e exaltar sua santa fé sempre, [...] e por seu meio a Cristandade toda será participante, com que a fé do nosso Senhor será por isso mais conhecida, louvada e exaltada, e as seitas e idolatrias e força dos inimigos dela de todo minguada e muito quebrantada.²⁴⁹

Se, portanto, na *Crónica de D. Afonso V*, que se acredita ter sido iniciada por Zurara e continuada por Pina, as imagens de D. João II e D. Manuel, relacionadas com a tentativa e descobrimento das Índias, aparecem pelo véu do religioso, em Duarte Pacheco Pereira há uma passagem bastante peculiar que vincula as descobertas ao comércio. Para Pereira, no tempo do

²⁴⁶ PINA, Rui de. *Chronica do sernhor rey D. Afonso V*. In: _____: *Crônicas*, 1977, p. 793.

²⁴⁷ PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 125.

²⁴⁸ PINA, Rui de. Op. cit., p. 792

²⁴⁹ Ibid., p. 793.

Príncipe Perfeito havia “[...] muito desejo de acrescentar o comércio e riqueza destes Reinos”.²⁵⁰ Ou seja, em Duarte Pacheco Pereira, o comércio passou a ser mais valorativo do que em Pina, que prefere vincular a figura régia aos pressupostos da cavalaria e da fé. Além disso, grande parte da historiografia tendeu a pensar D. Afonso V como o último rei cavaleiro e D. João II como um rei incentivador das descobertas marítimas.

Os cronistas Gomes Eanes de Zurara, Rui de Pina e Garcia de Resende, por sua vez, estabelecem uma forte associação das armadas afonsinas com a conquista de Ceuta, modelo que se tornou o ideal depois da fracassada tentativa de tomar a praça de Tânger, em 1437. Zurara, na *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, publicada em 1468 – para a sua elaboração, o cronista sentiu a necessidade de ir colher a documentação *in loco*, passando algum tempo no Norte da África, de 1458 a 1464 –, conta que o rei D. Afonso V, depois da conquista de Alcácer Ceguer, esteve na cidade de Ceuta e

[...] quando se levantou pela manhã e viu a cidade de Ceuta onde chegara de noite começou de a olhar de todas as partes e, quando viu sua grandeza, entristeceu sua cara como homem que se não contentava tanto da vitória que recebera como da primeira, posto que assaz grande fosse, porque vendo-se rei como seu avô e de mais alta linhagem que ele não se contentar porque o não sobreporia²⁵¹

Segundo o cronista, a única coisa que confortou o rei, ao se deparar com a grandeza de Ceuta e constatar que Alcácer Ceguer era um porto bastante pequeno diante daquela cidade, foi a “[...] esperança que tinha de tomar outros muitos e maiores lugares naquela comarca”.²⁵² Rui de Pina também fala do desapontamento de Afonso V diante de Ceuta e da vontade de realizar algum feito que equiparasse ou superasse a conquista de D. João I, numa passagem bastante semelhante à de Zurara, que mais tarde também foi repetida por Damião de Góis (1502-1574)²⁵³:

[...] e certamente quando o rei viu, e contemplou na realza de Ceuta, e em sua grandeza, maravilhoso e forte assento, que seu avô com outra semelhante passagem ganhara, e se lembrou d'Alcácer, e de seu sobrenome Ceguer, ficou triste e penoso, por que parecer dos que as viram, tão pequena coisa não

²⁵⁰ PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 92.

²⁵¹ *Ibid.*, p. 92.

²⁵² *Ibid.*, p. 92.

²⁵³ Damião de Góis, cronista posterior, também escreveu que D. Afonso V se apercebeu da diferença de grandeza entre Ceuta e Alcacer-Ceguer: "quanto nisso mais cuidava mais tanto seu grande e invencível animo o atrometnava mais com lhe por no pensamento que, em comparação de tamanha vitória, tinha feito pouco em ter tomada um tão pequena vila como era Alcacer, resolvendo em seu coração que por sua honra não devia tornar ao reino sem primeiro tomar Tânger". GÓIS, Damião. *Chronica do Sereníssimo Príncipe D. João*. RODRIGUES, Graça Almeida (ed.). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977, p. 43-44.

encheu a grandeza e bondade de seu coração e suspirava por outra maior.²⁵⁴

Na compilação de Valentim Fernandes também há uma passagem que remete à pequenez de Alcácer Ceguer: “[...] esta vila se chama Alcácer Ceguer, que quer dizer castelo pequeno, porque Alcácer quer dizer castelo e Ceguer quer dizer pequeno em arábico”.²⁵⁵

Rui de Pina valoriza, do mesmo modo, a conquista cristã de Arzila por D. Afonso V, associando este monarca com o fundador da dinastia de Avis. O cronista chama a atenção para a transformação da mesquita de Arzila na Igreja de Santa Maria da Assunção, pois o dia da Santa coincidiria com as datas da Batalha Real, nome dado por Fernão Lopes para a Batalha de Aljubarrota,²⁵⁶ e da partida portuguesa para atacar a cidade de Ceuta, nas quais triunfou D. João I: “[...] porque naquele dia partiu de Lisboa para tomar a Vila, e em tal dia partiu o rei D. João seu avô, quando tomou a cidade de Ceuta, e em tal dia venceu a Batalha Real”.²⁵⁷ O cosmógrafo Duarte Pacheco Pereira também associa, contemporaneamente a Rui de Pina, as conquistas afonsinas às glórias de D. João I:

[...] e todos esses lugares Ceuta, Alcácer, Tânger e Arzila, são destes reinos de Portugal e de sua Coroa Real, porque vai ora em noventa anos que Ceuta foi tomada por força de armas ao Mouros por el-rei D. João, o primeiro deste nome, da gloriosa memória [...]; e os outros três por el-rei D. Afonso V, [...] de quarenta e sete anos para cá pelo mesmo modo, também por força das armas, aos mouros tomou.²⁵⁸

Outro ponto de aproximação das conquistas afonsinas com a de Ceuta é a escolha do conde D. Duarte de Meneses para capitanear a cidade de Alcácer Ceguer, pois ele era filho do conde D. Pedro de Meneses, capitão de Ceuta. Além disso, não se deve esquecer que foi o rei D. Afonso V quem encomendou as crônicas de Zurara e de Pisano sobre a tomada de Ceuta.

A aproximação entre os ataques portugueses no Norte de África é a escolha do período do ano para a preparação e para o ataque das praças. Com exceção da tomada de Alcácer

²⁵⁴ PINA, Rui de. *Chronica do sernhor rey D. Afonso V*. In: _____: *Crônicas*, p. 776-778.

²⁵⁵ FERNANDES, Valentim. *O manuscrito de "Valentim Fernandes"*, p. 34.

²⁵⁶ O empenho da crise dinástica portuguesa, entre os anos de 1383-1385, “se resolveu na batalha entre portugueses e castelhanos em de Aljubarrota, localizada entre Leiria e Alcobaça, em 14 de agosto de 1385, tendo o exército de D. João I contado com o apoio de tropas inglesas. A escolha do local do embate, uma metódica preparação do terreno (com fossos e covas de lobo onde a pesada cavalaria castelhana literalmente se afundou) e a destreza de peões armados de arco ou besta, aliadas a um eficaz comando militar encabeçado pelo condestável Nuno Álvares Pereira, permitiram rever a desvantagem numérica da hoste luso-britânica”. Cf. RAMOS, Rui. *História de Portugal*, p. 139-140.

O dia de Nossa Senhora da Assunção é comemorado em 15 de agosto. Deve-se considerar, contudo, a imprecisão de datas daquele tempo.

²⁵⁷ PINA, Rui de. Op. cit., p. 824-825.

²⁵⁸ PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 56.

Ceguer, iniciada em outubro – “na quinta-feira XVII dias de outubro o rei partiu de Lagos com toda sua frota”²⁵⁹ –, as conquistas de Ceuta – “vinte e um dias eram do mês de Agosto [...] quando a cidade foi de todo livre dos mouros”²⁶⁰ –, Tânger – “a sexta feira treze dias de setembro, [de 1437], abalou dai o infante para Tânger” – e Arzila – “cercada e combatida até os vinte e quatro dias do dito mês de²⁶¹ agosto, dia de S. Bartolomeu pela manhã se tomou”²⁶² –, ocorreram entre agosto e setembro, ou seja, no verão. Nesse período, os rios estavam mais baixos e era comum os nobres portugueses irem até aldeias mouras saqueá-las. Zurara, por exemplo, relatou os perigos a que estavam sujeitas as armadas que se estendiam pelo inverno nas terras de além-mar: “a principal causa do seu estorvo foi a destemperança do inverno, em cujo começo então estavam, pois o mar comumente por todas as suas partes, em aqueles tempos, seja perigoso, ali o é muito mais, por causa das grandes correntes que ali há”.²⁶³

É possível perceber um padrão acerca dos valores relevantes para os homens de meados do século XV até o início do XVI, ao menos no que diz respeito ao que era digno de memória para a posteridade. Dito de outro modo, a oportunidade de iniciação militar na cavalaria fazia parte de um conjunto de valores que era ambicionado pelos cortesãos, pois eles viam na guerra ao infiel a oportunidade de servir a Deus e ao mesmo tempo obter proveitos materiais de forma justificada e honrada.²⁶⁴ Assim, os rituais cerimoniais da cavalaria, pelos quais passaram os infantes na tomada de Ceuta, tornaram-se um exemplo requerido tanto na tentativa de conquistar Tânger como nas armadas de Alcácer Ceguer e Arzila. Entretanto, considerar que há um padrão discursivo e uma permanente recuperação dos valores cavaleirescos, em que Ceuta é retomada como o exemplo a ser seguido, não significa pensar que havia um projeto estabelecido para a conquista das praças marroquinas, pois os ataques eram decididos a custo de muitas divergências e ao sabor dos acontecimentos. Contudo, se é possível falar em uma pretensa continuidade de valores na guerra realizada no norte da África nos escritos dos cronistas oficiais que registraram os eventos conhecendo já desdobramentos posteriores, cabe ainda questionar até que ponto esses valores são os mesmos dos relatos acerca das explorações portuguesas ao longo da costa atlântica da África, quando outros sentidos da expansão foram sendo incorporados.

²⁵⁹PINA, Rui de. *Chronica do serñhor rey D. Afonso V.* In: _____: *Crônicas*, p. 776.

²⁶⁰ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*, p. 234.

²⁶¹PINA, Rui de. *Chronica do serñhor rey D. Duarte.* In: _____: *Crônicas*, p. 542.

²⁶²RESENDE, Garcia de. *Crónica de D. João II e miscelânea*, p. 5.

²⁶³ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 28.

²⁶⁴ Cf. GOMES, Saul António. *D. Afonso V. O Africano*, p. 193.

2.4 Os destinados a evangelizar e a comerciar em costas longínquas

Num dos primeiros relatos que retratou a navegação portuguesa para a Guiné,²⁶⁵ o *De prima inuentione Guinee*, ditado a Martim Behaim (1459-1507)²⁶⁶ pelo almoxarife e navegador, Diogo Gomes de Sintra (1425?-1502?),²⁶⁷ no final do século XV, surge uma referência acerca do tratamento papal às navegações empreendidas pelo infante D. Henrique. Nessas memórias de suas várias viagens à costa africana, realizadas entre 1444 e 1460,²⁶⁸ Sintra descreve que “[...] recebeu o infante Dom Henrique graça, privilégio e cartas do Sumo Pontífice, que então era Eugênio IV, de que nenhum príncipe, rei ou senhor algum ousaria ir

²⁶⁵Cf. MOLLAT, Michel. *Los exploradores del siglo XIII al XVI*. Primeras miradas sobre nuevos mundos. México: Fondo de Cultura Económica, 1990, p. 47.

Aires Nascimento, em sua edição crítica do texto, defende que o relato de Diogo Gomes de Sintra é mais tardio do que a *Crónica da Guiné* de Zurara e certamente sem a mesma dimensão dela, mas constitui-se em um relato impar, pois nele a experiência aparece mais destacada do que a retórica de gabinete. Podendo até mesmo o relato ser anterior ao do viajante veneziano Luís de Cadamosto, impresso em Veneza em 1507. Isso porque o alemão Martim Behaim ou Martinho da Boémia, como ficou conhecido em Portugal, e para quem Diogo Gomes de Sintra teria narrado suas memórias, esteve, pela primeira vez em Portugal, no ano de 1484. Ver: SINTRA, Diogo Gomes de. *Descobrimento Primeiro da Guiné*. Edição crítica de Aires do Nascimento. Lisboa: Edições Colibri, 2002, p. 13, 14, 18.

²⁶⁶A autoria do *Relato de Diogo Gomes de Sintra*, como ficou conhecido o texto, tem sido muito discutida, pois um segundo personagem aparece relacionado com o texto: o alemão Martin Behaim. Terá Diogo Gomes relatado oralmente o texto ao alemão? Quem escreveu a versão latina do texto? A nova e última edição do texto, feita pelo latinista Aires do Nascimento devolve a Diogo Gomes a autoria do manuscrito já em latim. Nascimento embasa sua tese em 5 argumentos: expressão em primeira pessoa; lusismos que são assumidos sob forma latina; maneira com o autor se refere ao evento em que participou; ligações que o autor testemunha com individualidades como o Infante D. Henrique e mareantes que intervêm nos acontecimentos e a interpretação que faz das razões que levam o Infante aos descobrimentos: mais realista que qualquer outros. Cf. SINTRA, Diogo Gomes de. *Descobrimento Primeiro da Guiné*, p. 21.

Além disso, só foi possível ter acesso ao relato através do texto escrito em latim, com o título de *De prima inuentione Guinee*, inserto no “Manuscrito Valentim Fernandes”, nome do códice compilado 1507 e encontrado por J. A. Schmeller em 1847, na Biblioteca Nacional de Munique. O tipógrafo alemão Valentim Fernandes, por sua vez, viveu em Portugal em 1495 até sua morte em 1518 ou 1519. O historiador Michel Mollat acredita a despeito da autoria do relato que: Diogo Gomes talvez começou a redação de seu *Primer descubrimiento de Guinea* seis anos depois de sua terceira viagem [1460]; mas a maior parte foi transmitida por terceiros, competentes por certo. Entre 1482-1490 Martim Behaim havia recompilado oralmente, e talvez complementado as recordações do octogenário; Valentim Fernandes, a princípios do século XVI, os havia traduzido para o latim e incluído em um célebre manuscrito relativo aos descobrimentos. MOLLAT, Michel. *Los exploradores del siglo XIII al XVI*, p. 47

²⁶⁷Diogo Gomes de Sintra navegou tanto a serviço do infante D. Henrique como também do rei D. Afonso V.

²⁶⁸Diogo Gomes de Sintra teria iniciado sua atividade como navegador em 1444, dez anos após Gil Eanes passar o Cabo do Bojador, teria acompanhado Lançarote e Gil Eanes em suas viagens, bem como recebeu o comando de uma expedição à Guiné, à frente de três caravelas, na qual chegou à região do Rio Grande e penetrou pela Gâmbia numa distância de 400 km e estabeleceu contatos com a população da região. Em 1459, recebeu a missão de evitar intrusos nessa zona e fez o reconhecimento de ilhas atlânticas. No ano da morte de D. Henrique, em 1460, fez sua última viagem, e recebeu também a incumbência de identificar o corpo do infante, no Algarve, e levá-lo até o mosteiro da Batalha. Nessa data já era almoxarife de Sintra, mas antes já servira como escrivão da carruagem real, em 1451, como escudeiro do rei. A sua morte deve ter ocorrido antes de 1502, pois nessa data, a sua mulher provê sufrágios por sua alma. Normalmente consideram-se os anos de 1445, 1459 e 1460 como as viagens mais relevantes de Diogo Gomes de Sintra. Cf. MARQUES, J. Martins da Silva. *Sintra e Sintrensens no Ultramar português*. Lisboa: 1959, p. 9-13.

às partes da Guiné sem licença sua e do rei de Portugal, sob pena de sua excomunhão”.²⁶⁹ As bulas dos sucessores de Eugênio IV – papa entre 1431 e 1437 –, entre as quais sobressai a famosa *Romanus Pontifex*, de 4 de janeiro de 1454, assinada por Nicolau V, confirmaram e ampliaram privilégios anteriores.²⁷⁰ Nicolau V, por exemplo, argumenta que o rei D. Afonso V recebeu cartas anteriores que, entre outras coisas, lhe concedia o direito de “[...] conquistar, combater, vencer e submeter a quaisquer sarracenos e inimigos de Cristo, em qualquer parte que estivessem”.²⁷¹ Por conta desse direito, segundo o Pontífice, D. Afonso V ou o infante D. Henrique “[...] adquiriu, possuiu e possui dessa forma, justa e legitimamente, as ilhas, terras, portos e mares, os quais correspondem e pertencem por direito ao rei Afonso e aos seus sucessores, e nenhum outro, nem mesmo cristão, sem licença especial deste rei Afonso e de seus sucessores, até agora não pôde nem intrometer-se licitamente nisso”.²⁷²

Se, fora do reino português, os Sumos Pontífices reconheceram sucessivamente os direitos do rei de Portugal e do infante D. Henrique sobre as terras africanas e ilhas atlânticas, tanto as terras dos “sarracenos” quanto as dos “pagãos”, o regente do reino D. Pedro internamente concedeu, numa carta de 1443, o direito de exploração da costa africana exclusivamente ao infante D. Henrique. Em sua carta, D. Pedro aponta que D. Henrique solicitou ao regente que ninguém “fosse para aquelas terras sem seu mando e licença, assim pela guerra como pela mercancia, e que daqueles a que ele assim mandasse ou desse licença lhes déssemos o direito do quinto ou da dízima do que dela trouxessem”.²⁷³ Após analisar o pedido de D. Henrique, D. Pedro determinou que: “[...] ninguém passasse além do dito Cabo do Bojador sem seu [de D. Henrique] mandado ou licença” e os que lá fossem sem

²⁶⁹ Et isto tempore dominus Infans Henricus accepit graciám, priuilegium et litteras a Summo Pontifice, qui tunc erat Eugenius [IV] quod nullus princeps, rex nec dominus aliquis aueret ire ad partes Guinee since licencia eius et regis Portugalie, sub pena excommunicationis. [tradução de Aires do Nascimento]. Cf. SINTRA, Diogo Gomes de. *Descobrimto Primeiro da Guiné*, p. 65.

²⁷⁰ A essa bula tem sido atribuída concessão do exclusivismo português acerca da exploração da costa africana, sob a pena de excomunhão para quem navegasse por essa região sem autorização do rei de Portugal ou do infante D. Henrique e não há Eugênio IV como propôs Diogo Gomes. Aires Nascimento, por exemplo, considera que o direito de privilégio de D. Henrique de D. Afonso V sobre a Guiné e a excomunhão que quem fosse a essas terras sem autorização foram concedidos, na realidade, pelo papa Nicolau V, sucessor de Eugênio IV, na bula *Romanus Pontifex*. Contudo, o próprio Nicolau V, na bula citada, menciona os privilégios concedidos pelo seu antecessor, Eugênio V, aos portugueses a respeito dos seus direitos de compra e venda com sarracenos e infiéis. Deve-se levar em conta, portanto, um possível engano de Diogo Gomes de Sintra, mas também que Eugênio IV concedeu vários privilégios aos portugueses para a conquista da África, principalmente, no caso do Marrocos. O que interessa para a pesquisa é que Diogo Gomes de Sintra chama a atenção para as concessões papais em favor dos portugueses e não propriamente qual papa concedeu determinado direito. Cf. SINTRA, Diogo Gomes de. *Descobrimto Primeiro da Guiné*, notas: 85, 213, 222.

²⁷¹ *ROMANUS PONTIFEX*, de Nicolau V (1447-1455). In: SUEES, Paulo. (coord.) *A conquista espiritual da América Espanhola*. Petrópolis, Vozes, 1992, p. 225-230.

²⁷² *Ibid.*, p. 227.

²⁷³ *Monumenta Henricina*, vol. VIII (1443-1445). Coimbra: Comissão Executiva das comemorações do V Centenário do Infante D. Henrique, 1967, p. 107.

autorização, “[...] que perdessem [...] o navio ou navios em que assim lá foram e todo o que dela trouxeram”.²⁷⁴

A despeito do panorama em que essas autorizações e direitos foram atribuídos ao rei português e a D. Henrique, pelos pontífices e pelo regente D. Pedro, interessa interrogar aqui: qual era a forma moralmente aceita para se estabelecer relações nas novas terras identificadas? Ou seja, até que ponto a mercancia passa a ter relevo nas ações da primeira geração de exploradores portugueses da costa africana, a saber, aquela sob a égide do infante D. Henrique e seus sucessores imediatos?²⁷⁵ É preciso lembrar que, na bula *Preclaris Tuis*, de 25 de maio de 1437, Eugênio IV teria autorizado ao então rei de Portugal, D. Duarte e seus vassallos, a realização de tratos com os mouros e pagãos, exceto em armamento.²⁷⁶ Alguns anos antes de Eugênio IV escrever a bula *Preclaris Tuis*, D. Duarte, nas cortes de Leiria-Santarém (1433), respondeu às reivindicações de seus súditos acerca das atividades de mercancia, considerando que os fidalgos podiam realizar comércio, no país ou fora dele, relativamente aos produtos das suas terras, designadamente novidades e coutos; não podiam, no entanto, comprar para vender, impedir os negócios dos mercadores e exigir preferência nos tratos tanto a tanto.²⁷⁷ Ou seja, as cortes procuraram regular a participação de fidalgos, no século XV, em atividades comerciais, o que, de certa forma, denuncia uma mudança nas atividades da nobreza voltadas, a princípio, fundamentalmente para a guerra. Nota-se, assim, o início de mudança no modo de vida do guerreiro, que aos poucos vai se transformando no mercador e tomando conta da sociedade portuguesa. A despeito dessa mudança, resta, ainda, entender como essas atividades (guerra e mercancia) foram pensadas pelos letrados daquele tempo e o que acerca disso foi digno de registro cronístico.

A bula de Inocêncio V dá algumas pistas nesse sentido. Após retificar a permissão para os portugueses fazerem tratos com os mouros, o pontífice chama atenção para a necessidade de D. Afonso V, de seus sucessores e do infante D. Henrique fundarem e construírem nas

²⁷⁴ Monumenta Henricina, vol. VIII (1443-1445). Coimbra: Comissão Executiva das comemorações do V Centenário do Infante D. Henrique, 1967, p. 108.

²⁷⁵ Para o historiador Michel Mollat, os exploradores dos mares africanos no século XV podem ser divididos em três gerações: primeiro, a dos precursores, das Canárias até Cabo Verde, nesse caso, parece continuar, particularmente em torno de Henrique, o Navegador, a tradição medieval heróica dos campeões da fé, flagelo dos sarracenos, anisosos de ajudar o Preste João. Uma segunda geração, que foi atraída pela perspectivas abertas pelos primeiros, reúne mercadores e sábios, inclusive dos países localizados longe do Atlântico, como Itália e Alemanha. Por sua vez, estes abrem o caminho para o Cabo da Boa Esperança e para os grandes realizadores da exploração, os navegantes principalmente, do final do século XV. Cf. MOLLAT, Michel. *Los exploradores del siglo XIII al XVI*, p. 41.

²⁷⁶ As autorizações pontificais de trato com os infiéis, segundo Vitorino de Magalhães Godinho, são bem anteriores. Por exemplo, Gregório IX, em 11 de dezembro de 1239, teria autorizado D. Fernando, infante de Serpa, a vender aos mouros, bens seus ou tomados, exceto ferro, cavalo, armas e madeiras para galés. Cf. GODINHO, Vitorino de Magalhães. *A expansão quarentista portuguesa*, p. 147.

²⁷⁷ Cf. MATTOSO, José (dir). *História de Portugal*, p. 387.

províncias, ilhas e lugares já adquiridos ou a serem adquiridos:

[...] igrejas, mosteiros e outros lugares piedosos, e também possam enviar a elas qualquer pessoa eclesiástica, secular ou regular de qualquer ordem, inclusive mendicantes, que queiram ir e tenham licença do seu superior; e estas pessoas que viverem ali possam ouvir em confissão a quem quer que esteja ou chegue àquelas partes e, ouvida a confissão, possam dar necessária absolvição e impor a penitência saudável em todos os casos, exceto os reservados à citada Sé, e administrar os sacramentos da Igreja, e decretamos que possam fazer isso livre e licitamente.²⁷⁸

A permissão de D. Afonso V em relação ao comércio estava profundamente vinculada, portanto, com o trabalho de evangelização e de construção das estruturas – igrejas, mosteiros, etc. – necessárias para a propagação da fé.²⁷⁹ A conversão dos habitantes dos territórios adquiridos, desse modo, justificava e legitimava as ações, por exemplo, de captura de gentes e tratos com mouros e gentios: “[...] muitos guinenses e outros negros capturados pela força e também alguns por troca [...] ou por contrato de compra legítima foram trazidos para estes ditos reinos, e ali grande número deles se converteu à fé católica”.²⁸⁰

Quando se leem os textos de um cronista prioritariamente de gabinete como Gomes Eanes de Zurara,²⁸¹ é possível perceber um claro compartilhamento dos valores e das orientações papais para as navegações na costa africana e uma notória valorização da ética de cavalaria. Dito mais detalhadamente, Zurara, em vários momentos da *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné*, chama atenção para as ações de conversão e combate ao infiel. Por exemplo, após descrever o pesar e o sofrimento da primeira grande quantidade de cativos – 235 segundo ele – que foram trazidos da costa africana para Portugal, Zurara narra que o infante D. Henrique separou os cativos que lhe eram de direito, quarenta e seis almas, com único interesse de “[...] salvação daquelas almas que antes eram perdidas”.²⁸² No final da crônica, Zurara declara o número de cativos que foram trazidos da costa africana para Portugal, ressaltando o sucesso das conversões: “[...] pondo certo número às almas dos infiéis que daquelas terras vieram a esta, por virtude e engenho do nosso glorioso príncipe; as quais por conto achei que foram novecentas e vinte e sete, das quais como primeiro disse, a maior

²⁷⁸ *ROMANUS PONTIFEX*, de Nicolau V (1447-1455). In: SUEES, Paulo. (coord.) A conquista espiritual da América Espanhola, p. 229.

²⁷⁹ Cf. BLACKMORE, Josiah. *Moorings: Portuguese expansion and the writing of Africa*, p. 74

²⁸⁰ *ROMANUS PONTIFEX*, de Nicolau V (1447-1455). Op. cit., p. 227.

²⁸¹ Com exceção das viagens para recolher informação e documentos como a de Alcácer Ceguer cujo objetivo foi buscar dados para compor a *Crónica de D. Duarte de Meneses*.

²⁸² ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 135.

parte foram tornadas ao verdadeiro caminho da salvação”.²⁸³

Na narrativa de Zurara, pelo que se pode notar, as peijas e os feitos de armas preponderam claramente ao trato e à mercancia. O cronista conta vários episódios de lutas travadas entre os cristãos e os homens daquela terra. Segundo ele, depois que os primeiros cativos foram levados para Portugal, o infante D. Henrique considerou que “[...] era necessário mandar muitas vezes seus navios armados com suas gentes, onde de necessidade convinha pelejar com aqueles infiéis”.²⁸⁴ Zurara também chama atenção para os fidalgos cristãos que morreram em terras africanas, como Gonçalo de Sintra, escudeiro da casa do infante D. Henrique, morto em “[...] uma peleja com desigual comparação, pois os inimigos [nesse caso chamados de mouros] eram duzentos, e os nossos doze sem esperança de socorro foram ligeiramente desbaratados”.²⁸⁵ Nesta narrativa da morte do cavaleiro, como em outras igualmente sobre mortes, há um forte destaque para a bravura e a coragem dos cristãos, que guerrearam o quanto puderam com um inimigo numericamente superior; traços bastante semelhantes àqueles apresentados aqui acerca da guerra em Marrocos. Nesse sentido, na crônica de Zurara, as peijas se impõem aos tratos comerciais e, por isso, é comum o cronista descrever casos em que os capitães das armadas recebiam títulos e honras de cavaleiro quando regressavam a Portugal, como Gil Eanes e Lançarote, criados do infante e feitos cavaleiros com “[...] grandes mercês, segundo seus merecimentos e bondade requerida”.²⁸⁶

Já nos textos de viajantes, mesmo os que estavam a serviço do infante D. Henrique, por outro lado, há uma valorização cada vez mais intensa da mercancia e da paz em detrimento da guerra e dos atos cavalheirescos.²⁸⁷ O já citado Diogo Gomes de Sintra ressalta, em vários momentos de seu texto, que as ordens henriquinas não eram para fazer guerra, num

²⁸³ ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, Ibid., cap. XCVI.

²⁸⁴ Cf. Ibid., p. 89.

²⁸⁵ Ibid., p. 136.

²⁸⁶ Ibid., p. 136.

²⁸⁷ O historiador Luís Filipe Thomaz define várias etapas da expansão comandada por D. Henrique, apesar de D. Pedro também ter incentivado feitos expansionistas, para o autor, não foram tantos comparados aos de D. Henrique e considera ser um delírio da historiografia considerar que a memória de D. Pedro em relação aos descobrimentos foi apagada por conta da batalha de Alfarrobeira. Assim, o autor define que de 1415 a 1422 D. Henrique se interessa pelo mar e tem, tal como D. Pedro, ao seu serviço uma armada, provavelmente de galés. Por 1422 começa-se a tentar passar o Cabo do Bojador, tentativas que falharam por 12 anos. As expedições de 1434, 1435 e 1436 em que se passa efetivamente o Bojador e se atinge a Pedra da Galé, para o autor, não são de curso nem de comércio, mas de mero reconhecimento geográfico. Segue-se um hiato correspondente ao regresso do infante a Marrocos para a conquista de Tânger. De 1441 e 1448 estende-se a fase crucial da expansão, com o avanço rápido para o sul, além da costa saariana. Em 1443, surge uma novidade: um particular requer pela primeira vez autorização ao infante para armar um navio para a costa africana. A partir de 1444 – que significativamente é aquele que Nuno Tristão atinge a Guiné, terra dos negros – alarga-se o círculo geográfico de interesse. Em 1448, ocorre, para o autor, um marco: o triunfo definitivo do comércio sobre o curso e só nessa data é que se pode dizer que a expansão guineense se separa da marroquina. Cf. THOMAZ, Luis Filipe. Expansão portuguesa e expansão europeia – reflexões em torno da gênese dos descobrimentos. In: _____. *De Ceuta a Timor*, p. 30-34.

espírito de conquista, mas para se realizar tratos de paz com os habitantes contatados, mouros ou gentios.²⁸⁸

A guerra, nessas descrições, era utilizada mais como defesa do que tendo em vista a conquista. Diogo Gomes de Sintra, nas recapitulações das navegações portuguesas pela costa africana anteriores às suas viagens, conta que as primeiras caravelas, que passaram além de Cabo Verde, quando se aproximaram da costa foram recebidas belicamente e muitos cristãos morreram. Então, o infante D. Henrique, depois de obter “[...] notícias tão horrendas, mandou uma caravela armada de paz e de guerra”.²⁸⁹ O veneziano Luís de Cadamosto (1432-1488), no relato das viagens que realizou, em 1455 e 1456, publicado pela primeira vez em 1507, conta que chegou a Gâmbia “[...] com intenção de tratar com o país boa paz e concórdia, ou deles [habitantes locais] alcançar amizade, a qual convinha adquirir com habilidade e não por armas nem por força”.²⁹⁰ Entretanto, ele e demais viajantes foram informados de que naquele lugar “[...] todos eram arqueiros que atiravam flechas envenenadas”, por disso armaram-se e guerrearam com os negros daquele local.²⁹¹

A mudança de perspectiva em relação à intenção de guerra e de paz é demarcada, nesses relatos, a partir dos tratos feitos no entreposto de Arguim, na Mauritânia, em meados do século XV. Cadamosto, por exemplo, relata que:

[...] este tráfico de Arguim foi ordenado há pouco tempo para cá, porque, antes, as caravelas de Portugal costumavam vir a este Golfo de Arguim armadas, quatro e outras vezes mais; saltavam em terra de noite, e assim faziam correrias pelo interior; de modo que prendiam destes árabes, tanto machos como fêmeas, e traziam-nos a Portugal para vender.²⁹²

No entanto, segundo Cadamosto, depois que o infante D. Henrique fez da ilha de Arguim um arrendamento, ninguém pôde “[...] entrar no golfo para traficar com os sobreditos árabes” sem autorização. Assim, os cristãos começaram a trocar com os árabes, que iam àquele lugar, mercadorias diversas: “[...] panos e tecidos de linho e pratas, alquicéis, tapetes, saiotes, e outras coisas, sobretudo trigo, porque estão sempre esfomeados e dão em troca escravos negros”,²⁹³ que são trazidos por esses árabes “[...] das terras dos negros”. Mais tarde, o infante D. Henrique fez “[...] construir um castelo nessa ilha, para conservar e multiplicar o

²⁸⁸REMA, Henrique Pinto. Introdução histórica. In: SINTRA, Diogo Gomes de. *Descobrimento Primeiro da Guiné*, p. 47

²⁸⁹SINTRA, Diogo Gomes de. *Descobrimento Primeiro da Guiné*, p. 67.

²⁹⁰CADAMOSTO, Luís de. *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, p. 150.

²⁹¹Ibid., p. 152, 153, 154.

²⁹²Ibid., p. 105.

²⁹³Ibid., p. 105.

tráfico perpetuamente. Por essa causa vão e vêm todo o ano caravelas de Portugal à dita ilha de Arguim”.²⁹⁴ Diogo Gomes de Sintra também atribuiu ao infante D. Henrique a construção da fortaleza da ilha, em 1445,²⁹⁵ e explica a mudança na ação portuguesa – paz ao invés de guerra – pela intenção da propagação da fé cristã: “[...] seguidamente, o senhor infante, no seu conselho, dizia que daí em diante não travassem luta com a gente daquelas partes, mas fizessem aliança e trocassem mercadorias, e assentassem paz com eles, pois a sua intenção era fazê-los cristãos. E mandou que as caravelas fossem de paz e não de guerra”.²⁹⁶ Já o cosmógrafo português Duarte Pacheco Pereira, no *Esmeraldo de Situ Orbis*, iniciado em 1505, defende que a construção do castelo de Arguim era iniciativa do rei D. Afonso V, após a morte de D. Henrique. A despeito dos tratos realizados nesse local, o cosmógrafo descreve um comércio mais intensificado do que descrevem Cadamosto e Diogo Gomes de Sintra: “[...] os alarves e azenegues (povos islamizados) trazem a Arguim ouro que ali vem resgatar, e escravos negros de Jalofo e Mandiga, e couros de anta pera adargas, e goma-arábica e outras coisas”, e de Arguim “[...] levam panos vermelhos, e azuis, de baixo preço, e lenços grossos e bordados, e mantas de pouca valia que se fazem no Alentejo, e outras coisas dessa qualidade”.²⁹⁷ A importância estratégica de Arguim viria a ser suplantada pela fortaleza de São Jorge da Mina, em 1482, ano em que também D. João II chamou para si a exploração do trato de escravos e de ouro, porém, esta fortaleza seguia o mesmo modelo de trocas instalado na primeira, ou seja, pontos fortes e defensáveis instalados em ilhas ou penínsulas estrategicamente situadas.²⁹⁸ Duarte Pacheco Pereira, que esteve na Mina, provavelmente em 1482,²⁹⁹ quando o castelo de São Jorge da Mina estava sendo edificado, relatou as trocas feitas naquela região. Segundo ele, os negros mercadores de várias regiões levavam até a fortaleza grandes quantidades de ouro fino, que trocavam por mercadorias como: “lambéis, que é a principal delas [...] e pano vermelho e azul, e manilhas de latão, e lenços e corais, umas conchas vermelhas que entre eles são muito estimadas, assim como nós cá estimamos

²⁹⁴ CADAMOSTO, Luís de. *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, p. 105-106.

²⁹⁵ Há divergências quanto à data da construção, pois Duarte Pacheco Pereira remete-a para depois da morte do infante D. Henrique, no que concorda João de Barros, no ano de 1461.

²⁹⁶ SINTRA, Diogo Gomes de. *Descobrimento Primeiro da Guiné*, p. 63.

²⁹⁷ PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 89.

²⁹⁸ Manuel Nunes Dias defendeu que, em Arguim: Portugal iniciava o sistema de feitorias, indicador do seu sistema colonial, que se estruturaria, logo mais, com a conquista de lugares às margens do Atlântico Sul. Tratava-se, na verdade, de um empreendimento inteiramente diverso da política marroquina, de acentuado caráter senhorial e guerreiro. Cf. DIAS, Manuel Nunes. A penetração no continente e a tentativa da cristianização do Monomotapa. In: ALBUQUERQUE, Luís de. *Portugal no Mundo*, vol. II. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, p. 70.

²⁹⁹ CARVALHO, Joaquim Barradas de. *A la recherche de la spécificité de la renaissance portugaise*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian – Centre culturel portugais, 1983, p. 29.

pedras preciosas”.³⁰⁰ Trocas bastante parecidas, portanto, com as descritas na região de Arguim, contudo, é pouco provável que D. Henrique, quando estabeleceu a guarnição militar em Arguim, pensasse que ela se tornaria um modelo para a política expansionista portuguesa. Sem dúvida, para ele e para os homens de seu tempo tratava-se apenas de rentabilizar as oportunidades comerciais que a chegada dos portugueses à costa da Mauritània poderia oferecer.³⁰¹

Apesar de todas essas descrições de tratos comerciais, não quer dizer, entretanto, que não haja descrições de guerra após a criação do arrendamento de Arguim e/ou edificação de sua fortaleza, pois o saque às aldeias berberes e guineenses foi bastante praticado no decorrer do século XV, mas há uma preponderância da intenção de paz sobre a intenção de guerra. Mesmo o cronista Gomes Eanes Zurara, propagador dos valores cavaleirescos, nota essa alteração estratégica nas ordens henriquinas por volta do ano de 1447. Conta o cronista que os mouros do Rio do Ouro não queriam fazer trato com os cristãos em razão dos resgates de cativos feitos lá anteriormente. O infante D. Henrique então ordenou uma expedição para Meça – importante empório na província de Suz, aquém do Cabo Não, que servia de entreposto comercial de produtos trazidos da terra dos negros pelos mouros – comandada por seu escudeiro Diego Gil, com o objetivo de estabelecer relações de paz e fazer trato de mercadorias. Para Valentim Fernandes, em seu manuscrito do início do século XVI, foi na expedição a Gâmbia, em 1455, que os portugueses declararam “que não vinham para lhe fazer guerra senão para tratar com eles e haver paz com os de Senegal e que traziam presentes para seu rei”.³⁰²

Embora na obra de Diogo Gomes não seja colocada em primeiro plano a propagação da fé cristã, a evangelização também aparece em seu relato, concomitante à intenção de fazer contatos pacíficos e de realizar tratos comerciais. Como na descrição da conversão do rei Nomimans, chefe da região de Barra, a norte da embocadura da Gâmbia, na presença do bispo de Mali:

[...] estava aí um bispo da sua igreja, natural de Mali, que me interrogou sobre o Deus dos cristãos. Eu dei-lhe uma resposta conforme a inteligência que Deus me dera. E por último interroguei-o sobre Mafamede em quem eles acreditam. Essas minhas palavras agradaram ao rei de tal modo que ordenou ao bispo que em três dias saísse de seu reino. E, levantando-se, de pé, disse que sob pena de morte ninguém mais ousasse nomear a Mafamede, porque acreditava num Deus uno e único e que não acreditava em nenhum outro

³⁰⁰ PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 143.

³⁰¹ Cf. RUSSEL, Peter. *Henrique, O Navegador*, p. 147.

³⁰² FERNANDES, Valentim. *O manuscrito de "Valentim Fernandes"*, p. 74.

Deus senão aquele que o Infante Henrique seu irmão dizia acreditar.³⁰³

O mesmo é notável, em vários momentos, na descrição de Cadamosto. O viajante relata que, depois que o contato com os azenegues foi reduzido apenas à paz e à mercancia, o infante D. Henrique não consentiu mais que lhes fizessem danos, “[...] pois o dito senhor presume que, tratando estes como cristãos e convivendo com eles, [...] facilmente se poderão reduzir à fé católica”.³⁰⁴ Outro exemplo da vontade de evangelizar concomitante à realização de tratos comerciais é a missão evangelizadora de 1490-1492, enviada por D. João II ao Congo e chefiada inicialmente por Gonçalo de Sousa. Nesta frota, foram cerca de duzentas pessoas, dentre elas frades mendicantes, pedreiros e carpinteiros, lavradores e mulheres encarregadas de ensinar os trabalhos domésticos. No Congo, tal expedição batizou vários habitantes do lugar, inclusive o rei e a rainha, que receberam nomes cristãos, João e Leonor, respectivamente, e foi construída uma igreja.³⁰⁵ Ou seja, o trato por si só não era valorativo para o período, eram necessárias, pois, ações que legitimassem as relações de comerciais. As missões evangelizadoras e de ensinamento dos costumes cristãos são destacadas pelos cronistas, sobretudo pelos de gabinete, os quais fornecessem a justificativa necessária para a glorificação das relações de trato nas terras africanas.

Entretanto, o intuito claramente comercial também aparece nesses relatos. Cadamosto, por exemplo, conta que, ao questionar o infante D. Henrique acerca do que era necessário para receber sua licença para viajar no Atlântico sul, o infante respondeu, segundo o veneziano, que se poderia ir de duas maneiras: “[...] ou armar a caravela à sua custa e meter-lhe a mercadoria e no seu regresso seria obrigado a pagar por direito costume ao sobredito senhor o quarto de tudo quanto trouxesse dos ditos lugares e as três partes fossem suas”; a outra possibilidade era “[...] o dito senhor armar ele mesmo a caravela, a quem quisesse lá ir, inteiramente à sua custa, contanto que lá metesse a mercadoria, e que depois, à volta, dividissem a meio tudo o que trouxesse dos ditos lugares; e que, no caso de não trazer coisa nenhuma”, que a despesa fosse feita por sua conta. Cadamosto concluiu, assim, que dessas terras “[...] não se podia voltar senão com grande ganho”.³⁰⁶ O ganho material como objetivo primordial fica ainda mais evidente em textos de mercadores estrangeiros, como Eustache de La Fosse (1451?-1523?), mercador flamengo da cidade de Tournay, que viajou para a Guiné sem autorização do rei português em 1479-1480, e por isso foi capturado e levado a Portugal em uma expedição comandada por Diogo Cão. Conseguindo escapar do cativeiro, de onde

³⁰³ SINTRA, Diogo Gomes de. *Descobrimento Primeiro da Guiné*, p. 81.

³⁰⁴ Cf. CADAMOSTO, Luís de. *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, p. 105.

³⁰⁵ Cf. FONDECA, Luís Adão da. *D. João II*, p. 104.

³⁰⁶ CADAMOSTO, Luís de. Op. cit., p. 88-89.

seguiria para a forca, o “rico mercador”, como ele mesmo se definiu, escreveu suas memórias provavelmente quarenta anos depois da viagem, e chamou atenção para os ganhos obtidos na costa africana através do comércio do ouro e de escravos:

[...] e também eles traziam mulheres e crianças para venda, que nós comprávamos, e depois revendíamos nos mesmos sítios ou onde nos aprouvesse. Custavam-nos mãe e filho uma navalha de barbear, e ainda 3 ou 4 anéis de latão no ato da compra. Depois, quando estávamos já na Mina de Ouro, vendíamos mulheres e crianças por uns bons 12 ou 14 pesos de ouro, e cada peso valia 3 estrelinos de ouro. O ganho era muito grande.³⁰⁷

Conta o mercador que, quando chegaram a Mina, “[...] os Berrenbucs desceram das montanhas e vieram para comprar suas mercadorias”.³⁰⁸ Contudo, sua frota foi abordada por navios portugueses que pilharam as embarcações flamengas e “[...] retiraram os principais para os levar ao seu rei”. Eustache de La Fosse descreve que ajudou a vender as mercadorias que os portugueses tinham pilhado dos flamengos. Sob o domínio dos portugueses, o mercador passa então a narrar as atividades realizadas por eles, tanto de mercancia como de saque, no regresso a Portugal:

Na praça, que era a bem dizer o mercado dos Mouros, havia grandes quantidades de arroz – e com a ajuda forçada de pessoas todo esse arroz foi transportado para os navios. Depois os portugueses deram-se à pilhagem, indo à casa dos mouros, onde encontraram belos receptáculos cheios da dita manteiga e daquele excelente mel branco. Arroz, ostras, manteiga e mel – e assim correu de bom grado a nossa Quaresma. Idas e voltas fizemos depois pela costa da semente do Paraíso, que se estende por 30 léguas, e o nosso tempo foi gasto em colher pimenta e agarrar escravos. Pusemos também mão a várias mulheres e homens e crianças que transportávamos para Portugal.³⁰⁹

É preciso deixar claro que é pouco provável que os homens do século XV vissem qualquer contradição em escravizar e converter africanos ao mesmo tempo; escravizar era uma forma de facilitar a conversão e o batismo e a consequente salvação das almas.³¹⁰ Essa era a principal justificação moral da captura de homens na costa africana que é eleita pelos cronistas e homens da casa do infante D. Henrique. Para os homens desse tempo era mais importante a salvação da alma do que o constrangimento e coação física a que era sujeito o

³⁰⁷ LA FOSSE, Eustache. *Crónica de uma viagem à costa da mina no ano de 1480*, p. 62

³⁰⁸ *Ibid.*, p. 62.

³⁰⁹ *Ibid.*, p. 66.

³¹⁰ Para saber mais acerca da escravidão negra praticada pelo portugueses, ver: SAUNDERS, A. C. de C. M. *História Social dos escravos e libertos negros em Portugal (1441-1555)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994, passim.

corpo.³¹¹ Contudo, práticas de escravidão que não intencionavam a conversão também se faziam presentes. Após a morte de D. Henrique, por exemplo, D. Afonso V permitiu, em meados dos anos setenta do século XV, que escravos fossem comprados na costa da atual Nigéria e transportados para a costa da Mina, onde eram vendidos de imediato aos mercadores locais, em troca de ouro, sem que fosse feito o mínimo esforço para convertê-los. Esta prática poderia ser entendida como uma infração ao direito canônico. Todavia, a maioria dos relatos daquela época tende a explicar ações portuguesas pelo piedoso desejo de levar a salvação cristã aos gentios.³¹²

Embora o “desejo de conhecer” tenha sido associado, na narrativa bíblica,³¹³ pelos primeiros padres da Igreja e na tradição filosófica medieval, a eventos catastróficos, nos relatos do século XV acerca da saída portuguesa para além do Cabo do Bojador, entretanto, a vontade de saber em função de um bem comum – e não a vã curiosidade das previsões do futuro – aparece como uma virtude. Zurara, nesse sentido, conta que D. Henrique mandou armar navios em direção ao Cabo do Bojador, pois “[...] tinha vontade de saber a terra que aí além das Ilhas de Canárias, e de um Cabo, que se chama Bojador” e fez isso “[...] por serviço de Deus e do rei D. Duarte seu senhor e irmão, que naquele tempo reinava”.³¹⁴ Cadamosto também menciona que viajou “[...] movido pelo desejo de achar este ouro, e também por ver coisas diferentes”.³¹⁵ A vontade de saber nesses relatos aparece como própria dos grandes homens, uma vez que a gente miúda, segundo Zurara, tratou com escárnio a iniciativa das primeiras navegações henriquinas. Para o cronista,

[...] é a condição da plebe, como diz Tito Lívio, sempre dizerem mal de grandes feitos, principalmente nos começos; e isto me parece que seja pelo conhecimento que não têm dos fins; pois o pequeno coração, quando vê o fundamento das grandes coisas, sempre lhe parecem muito maiores do que elas são e porque seu ânimo não pode abastar para o cumprimento delas, traz consigo uma natural dúvida de se poderem acabar.³¹⁶

Tal posição do povo deve-se aos riscos que representava ultrapassar as fronteiras conhecidas.

³¹¹REBELO, Luís de Sousa. As crônicas portuguesas do século XVI. In: GIL, Fernando; MACEDO, Helder. *Viagens do Olhar. Retrospeção, visão e profecia no Renascimento português*. Porto: Campo das Letras, 1998, p. 180-181.

³¹² Cf. RUSSEL, Peter. *Henrique, O Navegador*, p. 228-229.

³¹³Peter Harrison considerou que a narrativa do Gênesis atribuiu a queda da raça humana pelo desejo de conhecimento e a desaprovação moral associada ao vício da curiosidade. E na tradição filosófica medieval a única curiosidade permitida era aquela que trazia conhecimento de Deus. Cf. HARRISON, Peter. *Curiosity, Forbidden Knowledge, and the Reformation of Natural Philosophy in Early-Modern England*. University of Sydney, 2001. Disponível em: http://epublications.bond.edu.au/hss_pubs/56. Acesso em: 29 mar. 2012.

³¹⁴ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 56.

³¹⁵CADAMOSTO, Luís de. *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, p. 145.

³¹⁶ZURARA, Gomes Eanes de. Op. cit., p. 56.

Mesmo que a guerra em Marrocos fosse também criticada pela gente miúda, devido aos gastos que proporcionava para o reino, era mais aceita pelo povo do que as primeiras navegações, pois estas somavam despesas e a incerteza do desconhecido.

Outra diferenciação que se deve fazer entre as guerras em praças marroquinas e a exploração portuguesa na costa africana é que, conquanto os primeiros exploradores do século XV dos mares africanos estejam relacionados com a figura do infante português D. Henrique, ou seja, com um membro da mais alta nobreza portuguesa, o protagonismo henriquino é de administrador e não de executor. Apesar de ter recebido o cognome navegador, D. Henrique nunca navegou para além do Marrocos, por conta de guerras contra os mouros,³¹⁷ o que leva a crer que para um homem da sua posição social não era digna de honra a execução das navegações, apenas o controle sobre estas. O protagonismo henriquino encontra-se, portanto, em mandar fazer, em suma, em ser o “principal obrador destas coisas. E vós deveis bem saber de notar que a magnanimidade deste Príncipe [...] o chamava sempre para começar e acabar grandes feitos”.³¹⁸ Participação, portanto, diferenciada da dos eventos guerreiros no Marrocos, nos quais, o rei em pessoa, normalmente se fazia presente, desde a preparação do ataque até sua execução.

Do mesmo modo, os executores das expedições não eram mais camponeses arrancados de sua terra natal e atraídos pela salvação das almas – caso morressem na guerra –, como as cartas enviadas a D. Duarte relatavam; mas sim corsários, mercadores e armadores, alcaides do mar, almoxarifes, escudeiros – quase todos criados dos infantes D. Henrique e D. Pedro –, que decidiram ou receberam ordens para assaltar pequenas aldeias beberes e guineenses ou tentaram fazer tratos comerciais. Interessava, sobretudo, a esses homens, o comércio do ouro e a captura ou compra – através da troca por produtos como tecido e cereais – de homens, mulheres e crianças, que seriam reduzidos à escravidão.³¹⁹ No entanto, como explicitado, a justificação para essas ações tanto em Zurara quanto na maioria dos relatos dos viajantes era geralmente a propagação da fé por meio do combate ao infiel e da conversão dos gentios. Zurara, por exemplo, descreve a maior facilidade de conversão dos gentios: “[...] pois mesmo que negros fossem, assim tinham almas como os outros, quanto mais que este não vinham da linhagem de mouros, mas de gentios, pelo qual seriam melhores de trazer no caminho da salvação”.³²⁰ Além do mais, os meios e os riscos das expedições para o sul do Cabo do Bojador eram considerados menores, uma vez que a guerra no norte da África exigia um

³¹⁷MOLLAT, Michel. *Los exploradores del siglo XIII al XVI*, p. 41.

³¹⁸ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, cap. 43.

³¹⁹Cf. SANTOS, João Marinho. *Estudos sobre os descobrimentos e a expansão portuguesa*, p. 24.

³²⁰ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*. p. 53.

contingente enorme de homens, armas e embarcações, bem como as compensações, tanto missionárias quanto de ganho, mostram-se também menos satisfatórias em terras de mouros. Nesses textos, igualmente, não aparece a figura do jovem nobre em busca de honra cavaleiresca como nas crônicas régias que narraram os feitos marroquinos.

A honra no século XV era um dos princípios orientadores da sociedade em geral e da elite guerreira em particular. Por essa razão, Rui de Pina, escritor do final do século XV e do início do XVI tem a clara preocupação em glorificar os feitos guerreiros nas praças marroquinas do rei D. Afonso V e dos principais do reino. O que se percebe, entretanto, é que, concomitantemente a isso, o proveito ou a recompensa material passam a estar cada vez mais ligados às riquezas móveis, oriundas da mercancia e não tanto ligadas aos títulos de nobreza e recompensas dadas pelo rei em decorrência da participação nas guerras, o que, todavia, não significa que proveito estivesse desassociado da honra. O proveito recomendado era aquele que estivesse ligado ao interesse coletivo ou ao bem comum. Diogo Gomes de Sintra, como bom homem da casa do infante D. Henrique, nesse sentido, justificou o comércio como forma de manutenção dos gastos da nobreza ao mencionar que o infante mandou “[...] ir àquelas terras por mar para estabelecer comércio com elas e para garantir casa aos seus nobres”.³²¹ Do mesmo modo, a evangelização e a busca do conhecimento de coisas novas, dadas a saber, aparecem como justificção moral para a mercancia.³²² Em razão disso, os viajantes que navegaram para o sul do Cabo do Bojador sem a licença do infante D. Henrique ou do rei de Portugal, após sua morte, como foi o caso de Eustache de La Fosse, sofriam duras penas, porque estavam movidos por interesses próprios, em busca unicamente de ganhos para si.

No início do século XV, vale concluir, a África era para os cristãos um território, não obstante estranho, relativamente familiar, ou seja, um lugar conhecido ao menos na extensão de mar que banhava a costa algarvia de um lado e a costa marroquina do outro, e que permitia contatos de certo modo frequentes. Era, contudo, uma extensão completamente desconhecida na região equatorial, da qual chegavam apenas notícias por meio de viajantes terrestres e árabes, como foi apresentado no capítulo anterior. A expansão portuguesa para o sul do Cabo do Bojador foi, nesse sentido, o primeiro passo para a compreensão, para além do saber livresco, de um mundo desconhecido, que podia ser conhecido agora através da experiência. Da mesma forma, a paz impôs-se à guerra nas relações com os povos da costa atlântica africana se as compararmos com as expedições portuguesas nas praças marroquinas. Mesmo que os valores cavaleirescos ainda se façam presentes e sejam valorizados principalmente nos

³²¹ ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 53.

³²² SANTOS, João Marinho. *Estudos sobre os descobrimentos e a expansão portuguesa*, p. 13

escritos até meados do século XVI – senão para além daí –, há uma notória mudança na política expansionista, que passa a priorizar o trato ao invés da guerra, ou melhor, são perceptíveis os indícios de uma construção valorativa em que o comércio passa a ser mais moralmente aceito do que a guerra. Pode-se dizer, portanto, que o contato com a Guiné trouxe uma nova percepção de mundo não só na sua dimensão espacial, mas na forma de se relacionar com esse novo mundo, as quais não tinham sido trazidas pelas tomadas de Ceuta, Alcácer Ceguer, Arzila, Tânger.³²³ A guerra realizada em Marrocos era ainda da mesma natureza daquela realizada contra aldeias mouras nos territórios peninsulares, ou seja, embora houvesse uma continuidade de certos valores, no século XV, entre as guerras marroquinas – motivadas pelo serviço de Deus, pela salvação da alma, pela honra e pelo acrescentamento –³²⁴ e as expedições exploratórias da costa atlântica africana, há uma clara diferenciação entre os tipos de contato, dado que, nesta outra etapa, a paz aos poucos supera a guerra.

Depois desse mapeamento dos sentidos atribuídos aos contatos com as terras africanas do norte e na costa a caminho do sul, cabe agora refletir sobre como a tomada da primeira cidade moura fora do território continental europeu foi fabricada, argumentada e lembrada ao longo do século XV e início do XVI, quando a saída portuguesa para o além-mar havia chegado a plagas longínquas.

³²³ Cf. BLACKMORE, Josiah. *Moorings: Portuguese expansion and the writing of Africa*, passim.

³²⁴ Cf. GODINHO, Vitorino Magalhães. *A expansão quatrocentista portuguesa*, p. 140.

CAPÍTULO 3 OS PASSOS DE UMA INVENÇÃO HISTÓRICA

El-Rei Dom João o primeiro começou a conquista de África, tomando Ceuta, Baluarte da Cristandade, e Chave de toda Espanha, Porta do comércio do poente para levante.

Frei Amador Arrais – Diálogos – 1589.

O cronista Gomes Eanes de Zurara, em meados do século XV, ao analisar a produção escrita sobre a tomada de Ceuta, avaliou que “muitos anos vieram, sem que ninguém nela ouvisse falar”. E acrescenta que o pouco que era dito o era “sob muito grande cautela e temor”.¹ Por ter-se empenhado em romper este silêncio, Zurara ficou conhecido como o primeiro sistematizador da história da tomada de Ceuta e, como era próprio do ofício de cronista medieval, buscou em escritos anteriores informações para compor sua *Crónica da Tomada de Ceuta*, não tendo, porém, encontrado muitos dados acerca do evento. Provavelmente em razão dessa precariedade de informações antes dele, Zurara passou a ser apontado e estudado como o grande cronista da tomada de Ceuta, e sua crônica, considerada a principal narrativa sobre ela, ou melhor, o ponto de partida da maioria dos escritos posteriores que abordaram o tema. Como, entretanto, os próprios pontos de partida são redefinidos pela história, alguns questionamentos, confrontando momentos diferentes da elaboração de uma história, conduzirão este capítulo: em que termos a tomada de Ceuta pelos portugueses é delineada na obra de Zurara? O que foi dito antes de Zurara sobre tal chegada dos portugueses a uma cidade africana? E depois de Zurara, como foi possível que o que antes tinha sido visto como uma tomada, uma conquista, viesse a configurar-se como algo muito maior e a estabelecer-se retrospectivamente como precedente ou marco inicial de algo que ainda estava por se formar? Em outras palavras, o objetivo aqui é descrever os marcos do percurso de construção da história da conquista de Ceuta, mostrando como um evento se tornou conhecido a partir de interpretações que lhe conferiram valor e o transformaram em fato memorável. Não se pretende, com isso, sugerir que o que foi narrado não corresponde ao que teria ocorrido, apenas evitar tal oposição, em favor de uma questão menos simplificadora, a saber, como um ideal ou um marco histórico se constrói paulatinamente. O cotejo que será aqui realizado, portanto, é entre a narrativa de Zurara, com as ênfases que foram possíveis e necessárias em meados do século XV sobre um

1 ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*. Coimbra: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. 76.

feito, e as leituras posteriores do cronista, conferindo novos sentidos aos seus escritos e aos próprios eventos narrados. Assim, interessa saber não só por que ele descreveu de determinada maneira, mas principalmente como ele foi lido e retomado ao longo do tempo. O ponto de partida, portanto, é uma narrativa que veio a ser aceita como incontornável para se contar uma história ou para se dar início a uma invenção composta por várias peças e atores de diferentes momentos.²

3.1 As primeiras pinceladas acerca da tomada de Ceuta

Desde o século XIII, pelo menos, há notícias do interesse dos reinos da Península Ibérica pelos territórios africanos, tanto no que diz respeito ao mero comércio, saque e corso quanto no que se refere a pretensões expansionistas e de conquista, baseadas na ideia, cada vez mais difundida, de continuidade da reconquista de territórios mouros em terras africanas.³ D. Afonso X, de Castela, entre outros, expressa essas intenções até mesmo nas suas cantigas religiosas, reunidas no cancionero religioso intitulado *Cantigas de Santa Maria*:

E porend' a igreja sua quita e iá,
que nunca Mafamede poder haverá,
ca a conquistou ela e demais conquistará
Espanha e Marrocos, Ceuta e Arzila.⁴

A vontade de alcançar as praças marroquinas não era, portanto, uma exclusividade do reino português, antes se apresentava como uma hipótese plausível, dada a proximidade geográfica, para os demais reinos ibéricos. A possibilidade de intervenção ibérica no Norte da África – encarada como um prolongamento da reconquista e justificada pela noção de que parte de Marrocos havia pertencido aos visigodos, de quem os reis peninsulares se consideravam sucessores – compunha o

² Preocupação semelhante à do historiador Edmundo O'Gorman, no livro *A invenção da América*. Cf. O'GORMAN, Edmundo. *A invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, passim.

³ Entende-se aqui Reconquista, em um sentido estrito, como proposto por Ricardo da Costa, que considerou a Reconquista um processo de expansão territorial ibero-cristã de clara motivação religiosa – propulsor ideológico do alargamento das fronteiras da cristandade ocidental, ao contrário, por exemplo, da definição de Pierre Bonnassie, para o qual, a designação de Reconquista pode aplicar-se a qualquer campanha de recuperação pela cristandade de territórios perdidos durante a Alta Idade Média. Cf. COSTA, Ricardo da. *A Guerra na Idade Média - um estudo da mentalidade de cruzada na Península Ibérica*. Rio de Janeiro. Editora: Edições Paratodos. Ano de publicação, 1998, p. 79.

⁴ AFONSO X, o Sábio. *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann. Coimbra, 1959, cantiga 169.

discurso veiculado em escritos produzidos em diversas cortes ibéricas. Não é conveniente afirmar, contudo, que o interesse pelo Norte da África se restringiu apenas aos aspectos bélico e comercial e aos reinos peninsulares, o que pode ser ilustrado, dentre outros exemplos, pela criação do bispado de Marrocos, em 1225, cujo centro estava em Marrakesh. O objetivo da criação do dito bispado foi, fundamentalmente, segundo a versão religiosa, ajudar os numerosos habitantes cristãos do norte da África a manterem sua espiritualidade e também a ativarem as iniciativas missionárias na região.⁵

Não há dúvida, porém, de que o interesse bélico se apresentava como predominante, pois, além de trazer honra e fama, a guerra era a principal fonte de proveito para a nobreza, como foi visto no capítulo anterior. Durante o século XIV, sucessivas bulas de cruzadas foram pedidas por D. Afonso IV, de Portugal, e D. Fernando, de Castela, para a realização da guerra em África, em 1341, 1345, 1355, 1375 e 1377.⁶ Nesse período, no entanto, não se concretizaram ataques castelhanos ou portugueses ao mundo árabe com objetivo de ocupação efetiva do território ou de torná-lo vassalo, como era a prática recorrente de Castela em relação aos reinos Taifas na Península Ibérica.⁷ Em contrapartida, o saque e o corso eram atividades corriqueiras: Ceuta, em 1234, Salé, em 1260, Larache, em 1270, e Tetuão, em 1400, para lembrar alguns nomes, haviam sido meramente saqueadas por reinos ibéricos cristãos.⁸ Pode-se dizer que esse tipo de atividade era de uma importância econômica vital para a sobrevivência das populações ibéricas. Desde que os muçulmanos consolidaram sua presença na Península Ibérica, no século VIII, grupos armados cristãos, normalmente no verão e na primavera, empreendiam incursões aos territórios mouros com o objetivo de obter tecidos, moedas, talvez escravos e, principalmente, gado.⁹ Com a reconquista cristã e a escassez de cidades muçulmanas para serem saqueadas no continente,¹⁰ os territórios além-mar na África passaram a ser contemplados nessa lógica de saque e de corso. Desse modo, é notória a construção de uma legitimidade para essas ações através

5 COHÉN, Rica Amrán. Precedentes a la conquista portuguesa de Ceuta en 1415 (siglos XII-XIV). *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época. Actas*. Vol III. Economia e comércio marítimo. Porto: Universidade do Porto, 1989, p. 117-123.

6 Os textos das bulas podem ser vistos na *Monumenta Henricina*, vol. I, na sua ordem cronológica. Cf. *Monumenta Henricina*. Org. José Manuel Garcia. 15 vols. Vol. I Lisboa: Presença, 1983.

7 THOMAZ, Luis Filipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1998, p. 23.

8 *Ibid.*, p. 23.

9 COSTA, Ricardo da. *A Guerra na Idade Média - um estudo da mentalidade de cruzada na Península Ibérica*, p. 81.

10 Principalmente nos territórios que cabiam aos portugueses, pois o direito de Reconquista (de Norte para Sul) do reino de Granada era requerido pelos castelhanos.

da noção de pertencimento dos territórios do Norte da África aos cristãos, como foi já abordado nos capítulos anteriores.

O que, entretanto, tornou peculiar a tomada da cidade de Ceuta, em 1415, em relação a esses ataques foi, desse modo, a manutenção da praça sob o domínio português após o cerco. Ainda assim não se pode afirmar que a ocupação de uma cidade islamizada do norte da África por cristãos tenha sido propriamente uma novidade: Jerba, de 1284 até 1335, por exemplo, ficou sob poder dos normandos da Sicília. Acredita-se, entretanto, que a manutenção de Ceuta sob o domínio português por si só não é suficiente para explicar a importância que essa cidade ganhou ao longo do tempo para os portugueses, mas que foram os eventos *a priori* e *a posteriori* que mudaram os sentidos atribuídos à tomada de Ceuta. Ou seja, a cidade em si não teria tido relevância se não fosse combinada com uma série de outros episódios, que lhe forjaram sentidos e destaques.

É possível perceber a construção de um discurso que fez da cidade de Ceuta um dos lugares mais emblemáticos da lógica da reconquista de territórios que haviam pertencido aos cristãos no norte da África. Devido a sua proximidade com o continente europeu, Ceuta foi considerada a ponte de acesso dos muçulmanos aos reinos peninsulares na época da ocupação islâmica da Península Ibérica, provocando a queda da monarquia visigótica, no início do século VIII. A queda do poder visigótico foi tão rápida que deu lugar a múltiplas tentativas de interpretação, porém, em meados do período medieval, a explicação cronística tendeu a ressaltar que uma “crise moral” rondava o reino visigodo e, por conta dos pecados dos seus governantes, o reino teria sido castigado.¹¹ A escassez de crônicas coevas à ocupação visigótica possibilitou que os cronistas posteriores, que escreveram em Oviedo e em Leão, nos séculos IX e X, e em Córdoba, também no século X, vinculassem a queda do reino visigodo a um castigo divino que teria se abatido sobre soberanos indignos. Tais cronistas estavam embasados em uma lenda que aparecia anteriormente apenas na *Crónica Moçarabe*, de 754, escrita por cristãos da região de Múrcia, ou seja, na região de facções contrárias ao rei visigodo, Rodrigo.¹² Nessa interpretação, a cidade de Ceuta possuía um papel especial,

11 RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 60.

12 Em alguns relatos, Rodrigo não é considerado rei, mas apenas governador de Córdoba. Isso porque o sistema de monarquia eletiva, herdado do império romano, encorajava as facções nobiliárquicas, apoiadas por clientelas militares e em luta contínua. Os reis visigodos que ocuparam o trono durante o século VII optaram alternativamente por uma política de eliminação das facções rivais – o que Chisdasvinto fez ao eliminar uma parte da aristocracia, e igualmente Vamba e Egica – ou por uma política de coexistência e de aliança – atitude que preferiram Recesvinto, Ervígio e Vitiza. Vitiza (702-710), associado ao trono por

decorrente da difusão da lenda do conde Julião, de origem bizantina ou visigótica e suposto governador Ceuta no século VIII. Em linhas gerais, as crônicas narram que, como era costume, o conde Julião enviou sua filha – ou mulher, em algumas versões – à corte do rei Rodrigo, em Toledo, para ser educada, mas ela acabou violentada e desonrada pelo rei. Assim, o conde Julião teria facilitado a passagem dos muçulmanos para a Península Ibérica ou até mesmo lutado ao lado deles, motivado pelo desejo de vingança em relação ao governante ibérico.¹³ Assim, essas primeiras crônicas tenderam a defender uma intervenção sobrenatural não propriamente a favor dos muçulmanos mas contra os próprios cristãos, tendo em vista o comportamento reprovável do soberano visigodo, que rompeu com os laços senhoriais e violentou a filha do conde de Ceuta.

Em solo português, a *Crónica Geral de Espanha de 1344*,¹⁴ escrita pelo conde D. Pedro de Barcelos, é um exemplo da retomada e da perpetuação dessa lenda. Essa crônica – inspirada na *Crónica Geral de Espanha*, de Afonso X, o *Sábio* – é um dos primeiros exemplos da cronística medieval portuguesa e, reconhecidamente, serviu de fonte para vários cronistas posteriores. A verdade que ali é apresentada como alvo a ser buscado passava pelo crivo do que havia sido escrito anteriormente, mas nem por isso essa verdade deixa de ser atualizada. Logo no prólogo,¹⁵ o cronista afirma que: “pelo desacordo que houveram alguns dos Godos com seu senhor, o rei Rodrigo, e por traição do conde Julião e do arcebispo Epa, [os mouros] passaram os Africanos e ganharam toda a Espanha”.¹⁶ Nessa citação, fica claro que o foco sai do comportamento desvirtuoso do rei visigodo e recai sobre os partidos contrários ao rei e sobre a vingança

seu pai Egica (687-702), desde 698, não seguiu a política deste, tentando pelo contrário indenizar aqueles que haviam sofrido exílio ou confiscação de seus bens no reinado anterior e restaurando assim no poder as clientelas nobiliárquicas. Quando morreu, enquanto o *senatus* aclamava rei, no meio de agitação aquele que era sem dúvida *dux* de Bética, Rodrigo, os irmãos do antigo rei faziam reconhecer, no Nordeste da península, seu sobrinho Ágila como soberano. Cf. *Ibid.*, p. 61-62.

¹³ Cf. COHÉN, Rica Amrán. Precedentes a la conquista portuguesa de Ceuta en 1415 (siglos XII-XIV). *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época. Actas*, p. 118.

¹⁴ A *Crónica Geral de Espanha de 1344*, como consideram vários pesquisadores, foi a primeira grande composição cronística de origem portuguesa. Trata-se de uma versão, como propõe Lindley Cintra, em português, da *Crónica Geral de Espanha*, que o rei Afonso X mandara executar na segunda metade do século anterior, porém com várias alterações e ampliações em relação ao texto primitivo. A compilação é atribuída a Pedro Afonso, conde de Barcelos. A edição de Lindley Cintra, no entanto, foi elaborada a partir da refundição de 1400, de autoria anônima, pois não teria sido conservado nenhum manuscrito da primeira versão. Cf. CINTRA, L. F. L. Introdução. In: *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Vol I: 1951, vol II: 1954, vol III: 1964, vol. IV: 1990. 1951, p. CDXII-CDXIV.

¹⁵ D. Pedro de Barcelos dedica ainda capítulos inteiros para narrar o episódio envolvendo o conde Julião e o rei Rodrigo e o seu desenrolar.

¹⁶ *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Op. cit, vol II: 1954, p. 7.

do conde Julião, vista como uma traição, o que passa a ser uma característica dos escritos posteriores a Afonso X. Vale adiantar que essa ideia foi recuperada por Zurara trinta e quatro anos depois da tomada de Ceuta para relembrar o passado da cidade e justificar a ação portuguesa: “porque ela foi primeiro de gentios como dito é; e depois foi convertida à Fé do nosso Senhor Jesus Cristo, na qual durou até o tempo que o conde Julião a entregou aos mouros, quando por vingança de El-Rei Dom Rodrigo primeiramente os mouros passaram em Espanha”.¹⁷ Tais discursos se inserem na perspectiva da reconquista e também constroem e reforçam os argumentos que buscaram legitimar e justificar as guerras em territórios mouros no norte da África, ao mesmo tempo que recriam uma memória positiva do rei visigodo Rodrigo, requerido ancestral dos ibéricos. Desse modo, a associação da tomada de Ceuta em 1415 com a história do conde Julião, no caso de Zurara, fundamenta o direito de reconquista da cidade de Ceuta, que seria cristã na época do conde Julião. Além disso, ao recuperar a lenda do conde, a prosa portuguesa apresenta a cidade de Ceuta como o lugar por onde a reconquista da África deveria começar, já que teria sido a partir dela que os muçulmanos adentraram a Península Ibérica.

Apesar de os elementos relacionados com a conquista da África serem lembrados na prosa portuguesa, pelo menos desde 1344, o ataque a Ceuta, em 1415, não foi uma decisão bem acolhida por todos. Por volta de 1437, D. Duarte, a pedido de sua mulher, a rainha D. Leonor de Aragão, empreendeu a compilação de seus apontamentos de leitura e reflexão, que estavam dispersos em folhas soltas, e deu-lhe a forma de um volume organizado, denominado *Leal Conselheiro*. Nesse compêndio, o rei D. Duarte recorda que D. João I, reunido com seu conselho entre Gibraltar e Algeciras, ouvira várias razões para desistir do ataque a Ceuta. Os conselheiros, sempre atentos à mensagem divina traduzida em acontecimentos do mundo, argumentavam, segundo D. Duarte, que havia muitos sinais negativos indicando que o cerco não seria bem sucedido: a morte da rainha D. Filipa de Lencastre, o tempo contrário e a grande pestilência que se abatia sobre a tropa.¹⁸

Do mesmo modo que D. Duarte, Zurara, vale mais uma vez adiantar a guisa de exemplo, deu ênfase aos obstáculos enfrentados para que a conquista viesse a ser possível. Narra que os nobres, ao saberem do verdadeiro destino da armada – pois a frota que D. João estava organizando, segundo Zurara, cogitou vários destinos

¹⁷ ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*, p. 10.

¹⁸ DOM DUARTE. *Leal Conselheiro*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s.d., p. 56.

mencionados, como a Holanda, Sevilha e as repúblicas italianas –, discutiram acerca da validade da expedição, exigindo assim que o rei D. João I fizesse uso do seu carisma e poder de convencimento. O foco da narrativa desse episódio por Zurara é a capacidade de comando do monarca exemplar. Seus méritos pessoais ganham relevo na afirmação da grandiosidade do feito e é minimizado o fato de que muitos nobres não estavam de acordo com o destino da armada ou dispostos a guerrear por essa causa, já que os outros destinos pareciam mais interessantes. Zurara usa desse jogo argumentativo, pois pretende contar as glórias da tomada de Ceuta pela perspectiva da grandeza de seus protagonistas, para justificar a continuidade da guerra na África, sob o comando de D. Afonso V – descendente desses protagonistas e quem encomendou a crônica. Já no caso de D. Duarte, deve-se levar em conta que suas ponderações são as de um rei que conhece o desenrolar do cerco de Ceuta e a dificuldade de manter a cidade sob o domínio português, devido aos custos dessa manutenção e aos frequentes ataques muçulmanos que visavam recuperar a cidade. Tudo isso pode tê-lo feito refletir acerca dos maus agouros para a tomada de Ceuta, sugerindo mesmo certa convicção de que o feito, por suas consequências, já não merecia ser louvado.

Esta tese se restringirá, por ora, ao que foi escrito e pensado sobre Ceuta antes das crônicas de Zurara. As referências acerca da tomada da cidade e da sua consequente manutenção sob o domínio português encontram-se em documentos dispersos, que não tinham a intenção principal de contar sobre o feito, mas que o mencionam em meio a outros assuntos, ou seja, não há regularidade nem detalhamento do que ocorreu em Ceuta anteriormente à tentativa de sistematização por Zurara. Tratam-se de cartas, conselhos, crônicas e relatos de viajantes portugueses e estrangeiros que noticiaram o evento e a condução do domínio português sobre a cidade. Pode-se dizer que tais documentos dispersos oscilam entre duas vertentes principais de abordagem, a saber, uma que valoriza a conquista de Ceuta e as honras decorrentes dela e outra que critica a manutenção da cidade e os altos custos financeiros e militares para o reino português manter a cidade sob domínio, o que seria mais forte que as honras da conquista.

Os primeiros ecos da tomada de Ceuta podem ser encontrados na cronística portuguesa logo nos anos seguintes ao ataque. Na chamada *Crônica de 1419*, que alguns historiadores atribuem a Fernão Lopes,¹⁹ aparece a figura do cavaleiro D. Fuas

¹⁹ Tanto Arthur de Magalhães Basto quanto Carlos da Silva Tarouca, dentre outros, atribuíram a autoria da crônica a Fernão Lopes, mas Adelino de Almeida Calado, Hernâni Cidade, Costa Pimpão, Antônio Brasio, A. H. de Oliveira Marques, para mencionar apenas alguns nomes, preferem não arriscar um nome para a

Roupinho, pretense almirante do primeiro rei português, D. Afonso Henriques (1109-1185), considerado o grande fundador do reino português. D. Fuas Roupinho fora encarregado pelo referido rei para defender a costa portuguesa dos ataques de navios muçulmanos e também teria realizado ações ofensivas. Dentre elas, um alegado ataque e consequente pilhagem de Ceuta, por volta de 1180. Conta a crônica que, após pilhar o porto de Ceuta e os navios que estavam ao seu redor, D. Fuas Roupinho e seus acompanhantes tornaram a Lisboa “com grande honra e graça”.²⁰ Independe de não mencionar o ataque de Ceuta de 1415, o que se deve levar em conta nessa crônica é a oportuna referência a um ataque, ou suposto ataque, a Ceuta no reinado do rei fundador, justamente em uma crônica que começou a ser redigida em 1419, ou seja, quatro anos depois da conquista dessa praça marroquina pelos portugueses. Se, como é sabido, a figura de D. Afonso Henriques foi retomada em vários momentos da história portuguesa para legitimar e justificar ações expansionistas através da apologia ao rei fundador, não é de se estranhar a notícia, apresentada pela primeira vez nessa crônica, de um ataque a Ceuta justamente no reinado de D. Afonso Henriques. Inventada ou não, importa pouco dizer – já que não há qualquer outro documento anterior que refira a existência dessa passagem e, especialmente, mais vale aqui perceber os componentes de uma história que se fez legítima –, o que se deve notar é a menção ao ataque a Ceuta em uma crônica régia apenas posteriormente à ocorrência do evento da tomada de 1415. Crônica essa, vale lembrar, que teria sido elaborada com o objetivo maior de fazer parte de uma suposta crônica geral do reino. Em outras palavras, a *Crônica de 1419* procura estabelecer uma continuidade para as ações portuguesas no Marrocos e anunciar uma pertinácia dos portugueses sobre aquela região, que começa, pois, a destacar-se como exemplo histórico. A despeito disso, porém, o papel das crônicas, produzidas sob a égide da dinastia de Avis, foi, fundamentalmente, de lançar as bases para a construção de uma imagem dinástica a ser fixada e transmitida para a posteridade, a partir, em

composição da crônica e deixá-la no anonimato. Todos esses estudiosos são unânimes quanto à importância dessa fonte para a historiografia portuguesa do século XV e Adelino de Almeida Calado, em sua edição crítica, chama a atenção para a irrelevância da questão da autoria da crônica, dizendo que a crônica não ganharia mais significado do que já lhe é atribuído, sendo o autor Fernão Lopes ou não. Cf. CALADO, A. de A. *Crônica de Portugal de 1419*. Edição Crítica com Introdução e Notas. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998. p. XXXVIII; CIDADE, H. *Recensão crítica a Fernão Lopes de M. Basto*, na “Revista da Faculdade de Lisboa”, Lisboa, 2ª série, t. 10, nº 3, 1944, p. 319-321; COSTA, P. *História da Literatura portuguesa: Idade Média*, Coimbra, Atlântida, 1959, p. 224. e COSTA, P. *Terão aparecido as crônicas perdidas de Fernão Lopes?* Biblos, 27, 1951, p. 39-40, BRÁSIO, A. *Algumas observações sobre autoria das chamadas “Crônica de cinco” e “dos sete reis” tiradas da crítica interna*. “Anais” da Academia Portuguesa da História. II série, vol 9, 1959, p. 66; MARQUES, A. H. O. Artº Fernão Lopes no *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, Porto, Fogueirinhas, 1989.

²⁰ *Crônica de Portugal de 1419*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998, p. 79.

grande parte, da exaltação política de tal dinastia, em que as figuras passadas serviam de alicerce para sustentar as ações presentes, além de criarem a ideia de continuidade política, mesmo com a mudança dinástica.²¹

Embora de forma diluída, o anônimo *Livro de Arautos*, escrito no ano de 1416, é um dos primeiros relatos que menciona explicitamente o ataque a Ceuta em 1415. A temática central do texto, que por vezes se assemelha a um relato de viagem, abarca os direitos e os deveres inerentes ao ofício dos arautos de armas – a quem o livro é dedicado –, bem como contempla o reconhecimento dos combatentes e o juízo sobre o mérito militar e estratégico de sua intervenção. Abarca ainda o acompanhamento de nobres em viagens e a transmissão de mensagens, além do reconhecimento de armas e insígnias senhoriais. Assim, o texto, escrito provavelmente em solo português no ano seguinte à tomada de Ceuta, pretende contribuir para tal ofício mediante uma descrição das várias partes da Europa, que os arautos poderiam precisar percorrer, incluindo tanto as distâncias e extensões territoriais quanto a importância hierárquica e as riquezas de cada parte. Descrição esta que, devido aos detalhes, não possui paralelo em outra obra do período. Há uma parte bastante significativa do relato que se refere ao reino de Portugal e do Algarve e aos reinos circunvizinhos e suas atividades expansionistas.²² A tomada de Ceuta aparece no relato como uma ação de perspicácia estratégica do monarca português para colocar fim às destruições e aos danos provocados por saques muçulmanos na Península Ibérica, aliada ao desejo de controlar o Estreito de Gibraltar e, desse modo, prevenir uma possível ocupação muçulmana, como as que aconteceram anteriormente.²³ Para enaltecer o ataque português, o escritor anônimo descreve primeiramente a grandiosidade da cidade de Ceuta, o que a destacaria em relação a todas as outras cidades marroquinas. Conta ele que o rei D. João I, “um dos mais virtuosos dos cristãos”, percebeu que do “Estreito de Gibraltar e reino dos sarracenos, chamado Belamarim, até Jerusalém, a cidade mais nobre e forte era a de Ceuta”, pois ela era a “grande defesa e entrada das regiões africanas”.²⁴ Por esses motivos, o rei armou uma destemida e poderosíssima frota, composta também por estrangeiros, para derrotar os sarracenos e, gloriosamente, como sugere o relato, conquistar a cidade para

²¹ RAMOS, Rui (Org.). *História de Portugal*, Lisboa: Esfera dos Livros, 2009. p. 173.

²² Cf. BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond; BRAGA, Paulo Drumond. *Ceuta Portuguesa (1415-1656)*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 1998, p. 27.

²³ Cf. *LIVRO DE ARAUTOS*. Lisboa: Academia portuguesa de História, 1977, p. 262.

²⁴ *Ibid.*, p. 264.

si.²⁵ Tais afirmações levam a crer que o escritor anônimo fazia parte do círculo cortesão próximo ao rei, pois cria uma imagem bastante positiva da tomada de Ceuta, que faz lembrar outros escritos cronísticos produzidos na corte de Avis.

Um pouco mais tardia, mas do mesmo modo exemplar para elucidar a construção gloriosa da conquista de Ceuta em crônicas e relatos, a crônica em homenagem ao Condestável Nuno Álvares Pereira, escrita em 1440, aborda o evento em meio ao enaltecimento de uma figura de prestígio da nobreza, o Condestável, considerado o vulto militar da ascensão ao poder da dinastia de Avis. Na *Crônica do Condestável*, o enfoque para compor a memória do ataque a Ceuta recai sobre a qualidade da frota organizada por D. João I, que era tão grande como nunca se havia visto na Espanha. A partir daí, apresentam-se as dificuldades para conquistar a cidade, tormentas e perigos e, em contraponto, é celebrada a grandiosidade do feito: “e tomou a cidade tostemente com a ajuda de Deus”.²⁶ A tomada de Ceuta aparece como prêmio diante da trajetória exemplar do monarca D. João I, fundador da dinastia de Avis, que mesmo no fim da vida estava disposto a correr perigos para realizar feitos notáveis e, por isso, contava com o apoio divino.

Se em solo português se percebe a busca pela construção da grandiosidade da conquista de Ceuta logo nos anos seguintes ao ataque através de crônicas e relatos, nos reinos estrangeiros, o evento também repercutiu de alguma forma. O judeu converso Alvar Garcia de Santa Maria, cronista de D. João II de Castela, por exemplo, aborda o mistério acerca do destino da armada organizada por D. João I de Portugal e relata brevemente o ataque: “e os mouros começaram a escaramuçar com os hispanos, em maneira que travaram peleja com eles por tal guisa que houveram de entrar na vila de Ceuta, à volta com os mouros, pelejando com eles na vila. E assim se diz que tomou o rei de Portugal Ceuta”.²⁷ Em um primeiro momento, a crônica apresenta uma narrativa apenas descritiva, sem qualquer tom de enaltecimento ou de desaprovação. Entretanto, quando se trata de mencionar o desfecho do ataque e a manutenção da praça sob o domínio português, a situação muda e o cronista emite sua opinião, criticando tal atitude, uma vez que

²⁵ Cf. *LIVRO DE ARAUTOS*. Lisboa: Academia portuguesa de História, 1977, p. 264.

²⁶ *D. Nuno Álvares Pereira. Crônica do Condestável de Portugal*. Prefácio de Manuela Mendonça. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2001, p. 202.

²⁷ CARRIAZO, Juan de Mata. *La conquista de Ceuta em la "Crónica de Juan II de Castilla"* de Alvar Garcia de Santa Maria, Separata dos "Anais", série II, vol. 27, Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1982, p. 287.

esta tomada de Ceuta que tomaram os portugueses, foi muito grande armada, e o reino é pequeno, e com as maneiras que o rei o fez foi muito danoso aos moradores do reino de Portugal. Porque por ocasião desta armada, e de manter Ceuta, eram muitos despachados de seu reino para isso. Tanto que o haviam por muito sentimento, e muitos deles deixaram a terra e foram povoar outros reinos.²⁸

O cronista apesar de destacar que o rei português compôs uma grande armada, não deixa de ressaltar os danos causados ao reino provenientes dessa ação do monarca, devido aos custos –com armas e homens – necessários para a manutenção da praça. A repercussão do cerco de Ceuta foi abordada, portanto, pelo judeu converso sob um viés negativo e de desaprovação. Deve-se levar em conta, contudo, que não seria recomendado a um cronista régio castelhano – cujo reino constantemente entrava em guerra com Portugal – contar e fixar para a posteridade as glórias do reino vizinho e que se apresentava, muitas vezes, rival. Ao mesmo tempo, é preciso considerar que o fato de o cronista não deixar de mencionar o evento em seu texto sugere que a tomada de Ceuta teria sido de tal modo importante e notória na visão dos castelhanos coevos que, mesmo com pinceladas depreciativas, não podia deixar de estar presente nas crônicas régias.

Diferentemente da crônica de Alvar Garcia de Santa Maria, no relato do veneziano Antônio Morosini – cuja primeira parte, que trata dos eventos sucedidos entre 1202 e 1403, é elaborada em forma de crônica e a segunda, de 1404 até 1433, em forma de diário –,²⁹ pode-se encontrar um tom de enaltecimento do ataque português a Ceuta. Tal relato não se trata, como os anteriores, de uma narrativa direta. Morosini limita-se a fazer menção dos informes que chegavam a Veneza, entre junho e outubro de 1415, a respeito das atitudes do monarca português. Dessa maneira, o texto não traz propriamente a narração do feito de Ceuta, mas apresenta os rumores que circulavam em Veneza acerca do objetivo da frota que D. João I estava preparando e o sentimento de alívio da Senhoria local ao confirmar-se que os portugueses haviam atacado uma praça na Mauritânia e não território venezianos, como se chegara a cogitar.³⁰ As informações sobre a frota que D. João I preparava aparecem de forma bastante descritiva e com tom especulativo. Por exemplo, com a data de 18 de julho de 1415, há a menção de que “as naus do rei de Portugal são em número de 200 e todas aparelhadas

²⁸ CARRIAZO, Juan de Mata. *La conquista de Ceuta em la "Crónica de Juan II de Castilla"* de Alvar Garcia de Santa Maria, Separata dos "Anais", p. 287.

²⁹ O relato do Antônio Morosini compreende uma *Crônica*, que narra os acontecimentos sucedidos entre 1202 e 1403, e um *Diário*, que aborda os anos de 1404 a 1433.

³⁰ Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A conquista de Ceuta no Diário do Veneziano Antônio Morosini*. Lisboa: Congresso Internacional de História dos Descobrimientos, 1961, p. 3.

à custa do rei de Inglaterra”.³¹ Já em 18 de agosto, Morosini viria a afirmar, a partir de cartas enviadas de Valência, que “a frota do rei de Portugal saíra de Sevilha, com destino a Ceuta; que era formada por 200 navios e 25 galés e por 45.000 combatentes”. Quando o destino da armada se confirma e a suposta ameaça a Veneza e a seus aliados se desfaz, a narração de Morosini deixa de ser descritiva, incluindo a impressão e o apoio dos venezianos: “trata-se de uma boa notícia, a esquadra dirigir-se contra os Mouros. Que Deus lhe conceda a vitória”.³² Ao se referir ao desfecho do cerco, em 2 de novembro do mesmo ano, Morosini enaltece a empreitada portuguesa:

sabe-se que a frota do rei de Portugal esteve em Ceuta e que esta cidade foi tomada após renhido combate; que neste morreram para cima de 20.000 mouros e que nele se comportou valentemente o filho bastardo do dito rei de Portugal, chamado Senhor Afonso, que outrora fora recebido festivamente em Veneza, quando da sua peregrinação ao Santo Sepulcro; que a praça fora pilhada; e que, por fim, a armada portuguesa levantou âncora para continuar as suas conquistas na Mauritânia.³³

Importa salientar aqui, além da notória vinculação de Veneza ao feito através da figura de D. Afonso, conde de Barcelos e filho bastardo de D. João I, a regularidade com que várias notícias foram transmitidas de cidade para cidade nos meses que envolveram o ataque português e como isso é noticiado por Morosini. Segundo indica o relato do veneziano, os informantes saíam do burgo castelhano de Valência com destino à Itália e passavam por cidades como Montpellier, Gênova e Florença, poucos partindo diretamente para Veneza. O que talvez explique a demora para a chegada da notícia da vitória portuguesa sobre os mouros, ocorrida em 21 ou 22 de agosto, mas anunciada por Morosini apenas em 2 de novembro. Apesar disso, através do constante interesse por informações por parte dos venezianos, é possível considerar que o ataque a Ceuta não passou despercebido pelos demais reinos europeus e que a vitória portuguesa sobre os mouros foi digna de mérito entre os contemporâneos estrangeiros do evento, embora nem sempre reconhecida como feito glorioso.

A alternância entre o enaltecimento da conquista e a crítica à manutenção da praça de Ceuta fica mais evidente quando se analisa a correspondência elaborada pela nobreza portuguesa na primeira metade do século XV. Na famosa carta escrita em

³¹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A conquista de Ceuta no Diário do Veneziano António Morosini*, p. 6.

³² *Ibid.*, p. 6.

³³ *Ibid.*, p. 7.

Bruges, em 1426, o infante D. Pedro tece uma série de conselhos para o seu irmão e futuro rei, D. Duarte, acerca de diversos assuntos, tais como a preparação dos clérigos, a instituição de colégios universitários, a posição de religiosos, frades e vassalos, a guarnição das vilas e castelos e as virtudes cardeais, contudo, é a respeito dos feitos de Ceuta que o posicionamento de D. Pedro é bastante incisivo e crítico. Frisando que já havia falado pessoalmente com D. Duarte sobre o tema e, por isso, sua opinião era conhecida de seu interlocutor, D. Pedro conclui que, “enquanto essa [Ceuta] estiver ordenada como agora está, que é muito bom sumidouro de gentes de nossa terra e de armas e de dinheiro”.³⁴ Além disso, o infante ressalta que os prejuízos com a manutenção da cidade acabaram se sobrepondo às glórias da conquista, pelo quê a fama do feito não era mais notada no estrangeiro, segundo ele tinha notado, “alguns bons homens da Inglaterra de autoridade e daqui [Bruges] deixam já de falar na honra e boa fama que há em a [Ceuta] terem e falam na grande indiscrição que há em a manterem, com grande perda e destruição da sua terra [Portugal]”.³⁵ D. Pedro aborda, portanto, dois pontos importantes em relação à manutenção de Ceuta – elevada à condição de cidade a partir de 1420 –, a saber: o impacto no estrangeiro das notícias acerca de Ceuta, tanto de sua conquista quanto de sua manutenção e a crítica à estrutura governativa da cidade, cuja chefia militar foi entregue a D. Pedro de Meneses,³⁶ mas que ficou sob a tutela, a partir de 1416, do infante D. Henrique – encarregado da defesa da praça e inclusive de dispensar rendimentos para tal. A dificuldade da manutenção de Ceuta devia-se, entre outros motivos, ao abandono da cidade pela quase maioria da população muçulmana, de forma que a cidade perdeu consideravelmente o comércio que a alimentava, o que teria provocado problemas para abastecer a guarnição portuguesa de mais ou menos três mil soldados que a defendiam – já que o abastecimento passou a depender quase de exclusivamente do reino português – e, para agravar ainda mais, Ceuta foi alvo de ataques muçulmanos que objetivavam sua recuperação, em 1418 e 1419, demandando um aumento considerável dos gastos militares. Diante de tais contratempos, a posição do infante D. Pedro veio a ser pela não manutenção da praça marroquina ou por uma mudança substantiva na “ordenação da cidade”, pois, do jeito que as coisas estavam, Ceuta trazia mais ônus do que proveitos e glórias.

³⁴ *Monumenta Henricina*. Org. José Manuel Carcia. 15 vols. Vol. III. Lisboa: Presença, 1961. p. 148.

³⁵ *Ibid.*, p. 48

³⁶ Em sua ida a Portugal, em 1424, D. Pedro de Meneses foi distinguido, com grande solenidade, com o título de conde de Vila Real. Cf. DUARTE, Luís Miguel. *D. Duarte: Riquem por um rei triste*. Lisboa: Temas e Debates, 2007, p. 249.

A despeito, porém, de tais críticas, não se pode esquecer que o infante D. Henrique veio a admitir o problema e se manifestar com relação às críticas anos mais tarde, já na regência de D. Pedro. Em seu projeto de Regimento do Reino, de 1438, propôs que Ceuta fosse “governada pelo conselho com autoridade da rainha e acordo do infante D. Pedro”. E, segundo ele, pelas cortes deveria ser “acordada alguma maneira para que se possa reger melhor [a praça de Ceuta] do que até aqui regeu”, objetivando, dessa forma, mais proveito para o reino.³⁷ Ou seja, a manutenção da cidade era, sem dúvida, um problema que preocupava os principais nobres do rei, não negligenciada nem mesmo por D. Henrique, considerado pela posteridade como o grande defensor das guerras de conquista em Marrocos. Este, porém, apenas reconhecia que as mudanças eram necessárias, mas parecia convicto de que a necessidade da manutenção era evidente.

As dificuldades pelas quais passava a cidade, bem como a memorização dos feitos grandiosos da conquista são ainda mais evidentes quando se analisam os pareceres escritos, a pedido de D. Duarte, a respeito de um segundo ataque português a Marrocos. Nos pareceres emitidos pelos principais conselheiros do reino na década de 1430, a tomada de Ceuta e a sua consequente posse aparecem como os principais embasamentos da opinião dos nobres. Assim, os que se posicionavam a favor da continuidade da guerra valorizavam o feito de Ceuta e os que eram contrários, o desmereciam. Um destes pareceres foi composto pelo infante D. João (1400-1442) – quarto filho homem legítimo de João I e administrador da Ordem Militar de Santiago –, o qual, baseado em disputa escolástica, com tese, antítese e síntese,³⁸ examinou os prós e os contras de uma expedição real a Marrocos, partindo da incompatibilidade entre siso e cavalaria, pois uma regra do bom senso “[...] diz que não se deve deixar o certo pelo incerto”,³⁹ e a cavalaria era contrária a isso. Já uma das regras da cavalaria era que, “[...] quem grandes feitos não começa, grandes feitos não pode acabar”.⁴⁰ A referência a Ceuta aparece para fundamentar os argumentos relacionados ao siso. Para ele, mesmo que um segundo ataque a Marrocos fosse vitorioso, as despesas decorrentes dele trariam infinitas perdas ao rei, aos cavaleiros e ao povo, como ocorreu com a praça de Ceuta,

³⁷ MOREIRA DE SÁ. As Actas das Cortes de 1438. Sep. de: *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, t. 22. 2a s., no 2, 1956, passim.

³⁸ THOMAZ, Luís Filipe. *De Ceuta a Timor*, p. 87.

³⁹ *LIVRO DOS CONSELHOS DE EL-REI D. DUARTE* (Livro da Cartuxa). Lisboa: Estampa, 1982. p. 43; Voto e Conselho do infante D. João sobre se el-rei deve ou não fazer guerra aos mouros de Benamarim. In: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger* (1433-1438). Lisboa: 1960. doc. 4, p. 80.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 49, *ibid.*, p. 81.

considerada por ele um ganho duvidoso, dadas as perdas que se seguiram à conquista. Logo, o decorrer da conquista de Ceuta foi considerado, por D. João, negativo para o reino, pois trouxe gastos e perdas. Além do mais, atacar alguma outra praça marroquina deixaria o reino desprotegido e fácil de ser conquistado, de forma que seria o mesmo que trocar Portugal por Arzila e “deixar o filho de Deus pelo de Zebedeu”.⁴¹

Opinião semelhante é encontrada no parecer de D. Afonso, conde de Barcelos e filho bastardo de D. João I. Tal parecer é bastante significativo, pois é um exemplo da opinião de um membro da alta nobreza, que gozava de prestígio no reino por ser filho natural do velho rei e que possuía grandes riquezas patrimoniais. D. Afonso defendia que, mesmo que um novo ataque a Marrocos fosse vitorioso, o reino não suportaria as despesas para a manutenção de mais uma praça no Norte da África. Para evidenciar tal posição, D. Afonso se lembrou dos gastos com a praça de Ceuta, que define como “o dano de Ceuta”. Para D. Afonso, fundamentado na experiência anterior de Ceuta e na situação em que se encontrava o reino, um novo ataque a Marrocos, com a possibilidade de aumentar os danos para Portugal, não poderia ser proveitoso, prazeroso, nem bom. Nota-se, dessa forma, que a manutenção de Ceuta foi entendida por D. Afonso e D. João como um exemplo a não ser seguido, devido aos problemas que acarretou para o reino.

Destoando das posições desses pareceres, D. Henrique escreveu, por volta de 1436 – conquanto mais tarde viesse a reconhecer os problemas com a manutenção de Ceuta, como visto acima –, uma carta endereçada a D. Duarte, transcrita no caderno de notas do rei,⁴² extremamente favorável à execução de uma guerra em África. O texto de D. Henrique, repleto de citações bíblicas, apoiava-se no modelo de um sermão ou de um *excitatorium* à guerra.⁴³ Tentando convencer D. Duarte a realizar um novo ataque em Marrocos, D. Henrique ressaltou a conquista de Ceuta pelo argumento do prazer da guerra. Em um jogo retórico, D. Henrique lembrou a postura de D. Duarte durante a tomada da cidade de Ceuta: “[...] e vós, meu bom senhor, testemunhai se tendes prazer dos que passaram, em que vos mais alegrai que no daquele dia em que fostes na tomada de Ceuta”.⁴⁴ Acrescentou ainda que o rei D. João I, antes da partida para Ceuta, ordenou que os infantes estivessem alegres, mesmo com a morte recente da rainha, D. Filipa de Lencastre: “[...] mandou o muito honrado sempre vencedor el rei nosso e meu senhor e

41 Voto e Conselho do infante D. João sobre se el-rei deve ou não fazer guerra aos mouros de Benamarim. In: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger* (1433-1438), p. 81.

42 *LIVRO DOS CONSELHOS DE EL-REI D. DUARTE* (Livro da Cartuxa), p. 116- 120.

43 Cf. THOMAZ, Luis Filipe. *De Ceuta a Timor*, p. 98.

44 *LIVRO DOS CONSELHOS DE EL-REI D. DUARTE* (Livro da Cartuxa). Op. cit., p. 118.

pai que tirássemos o luto, que trazíamos, pela muito excelente rainha nossa mãe, quando fomos a Ceuta, dizendo que a guerra não se queria triste mas alegre de prazer”.⁴⁵ Em um parecer positivo acerca da guerra, a tomada de Ceuta é descrita, portanto, como uma lembrança positiva, relacionada com o prazer e com a alegria da guerra. Ou seja, quando se queria argumentar a favor da guerra, é a conquista de Ceuta que é ressaltada e a manutenção da praça não é mencionada.

Após o ataque desastroso de Tânger e o decorrente cativo do infante D. Fernando sob poder dos mouros, no entanto, a cidade de Ceuta mais uma vez se tornou objeto de discussões entre os nobres, pois o resgate requerido era justamente a devolução da cidade aos mouros. Nas cortes de Leiria, de 1438, os principais do reino opinaram acerca da possibilidade de entregar Ceuta aos mouros e salvar o infante D. Fernando. Na avaliação acerca da manutenção de Ceuta, vinte três anos após o ataque, quatro foram as perspectivas principais, incluindo as considerações sobre a importância da manutenção de Ceuta para Portugal. A primeira perspectiva defendida era a da entrega imediata de Ceuta e a libertação de D. Fernando, sob o argumento de que um pacto havia sido assinado pelo infante D. Henrique e pelos seus capitães propondo a devolução de Ceuta e alegando que, se isso não ocorresse, o resultado seria a infâmia para o rei e para o reino. Esta posição era defendida pelo infante D. Pedro, pelo infante D. João, por alguns nobres e pela maioria dos Conselhos, com exceção do Porto, de Lisboa e das terras do Algarve. A segunda perspectiva era a daqueles que entendiam que D. Duarte não poderia simplesmente devolver Ceuta aos muçulmanos, porque a praça era patrimônio da cristandade, tinha já igrejas consagradas e muitos altares onde foram rezadas centenas de missas.⁴⁶ Desse modo, nada poderia ser decidido sem a autorização do Papa, já que o interesse religioso se destacara em detrimento dos interesses do reino. O principal defensor dessa opinião era o arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra. Uma terceira posição procurava evitar as soluções extremas. O rei devia, antes de mais, tentar por todos os meios resgatar o irmão: por dinheiro, por troca de cativos ou mobilizando um poderoso ataque contra o Marrocos. Se nada disso resultasse, então seria possível devolver Ceuta – não sem antes ter a garantia de grandes teólogos e

45 *LIVRO DOS CONSELHOS DE EL-REI D. DUARTE* (Livro da Cartuxa), p. 118.

⁴⁶ Em 1420, Ceuta foi elevada a cidade e a sua igreja, outrora mesquita, em catedral. Assim, essa catedral tornou-se a cabeça de uma nova diocese que abrangia todo o reino de Fez e os territórios do reino de Granada mais próximos do mar. Na cidade fundou-se, também em uma antiga mesquita, o mosteiro dominicano de São Jorge, e, a pedido do infante D. Pedro, edificou-se, no Eremitério de Santiago, um mosteiro de franciscanos, que o sumo pontífice privilegiou, do mesmo modo que concedeu aos mouros residentes em Ceuta prerrogativa de escolherem um confessor, que lhes pudesse remir os pecados. Cf. DUARTE, Luís Miguel. *D. Duarte: Riquem por um rei triste*, p. 249.

canonistas de que tal ato não ofenderia a Deus –, pois a vida do infante devia ser garantida. Por fim, uma quarta perspectiva, encabeçada pelo sobrinho de D. Duarte, D. Fernando, conde de Arraiolos, era a dos que defendiam que a entrega de Ceuta estava fora de cogitação, fosse por causa do infante D. Fernando, fosse por um herdeiro e sucessor da coroa. O conde apoiou-se em várias citações e histórias retiradas das sagradas escrituras, mas a sua principal argumentação amparava-se na ideia de que o infante D. Henrique não podia legitimamente ter realizado aquele acordo com os mouros, porque não estava em suas mãos promover a entrega da cidade; dessa forma, anulava-se a ameaça de recair sobre o rei o estigma da infâmia, ou melhor, a imagem de um homem que não cumpre a sua palavra.⁴⁷

Diante dessa oscilação em apresentar Ceuta como conquista gloriosa ou destacar os percalços para mantê-la, pode-se afirmar que até meados do século XV não havia uma ideia absolutamente positiva do ataque a Ceuta, nem os homens do reino português estavam certos da validade e benefícios da posse do território marroquino. Cabe, pois, questionar que fatores, circunstâncias e ponderações escritas ou orais contribuíram para que a imagem positiva de Ceuta se sobrepusesse à ideia da dificuldade da manutenção da cidade. À partida, mesmo que não se sobrevalorize só o desempenho dos homens nos processos, ou seja, a ação dos indivíduos, como gostava a história política oitocentista, não se poderá aqui deixar de dar algum destaque a duas figuras que, por vias diferentes, uma pela ação política, e outra pela memória escrita legada, foram fundamentais no processo de atribuição de novos sentidos ao que tinha sido lido antes como simples tomada: o rei D. Afonso V e seu cronista Gomes Eanes de Zurara.

3.2 Os cavaleiros em busca de honra em terras africanas

No início da *Crónica de D. Duarte de Meneses*, Zurara transcreve uma carta que recebeu do rei D. Afonso V, cujo conteúdo denuncia a preocupação do monarca com seu cronista, que viajara para Alcácer Ceguer em busca de “ordenar e ajuntar” documentos para a produção da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, e demorava a dar notícias. A preocupação, no entanto, não era propriamente com a pessoa e sim com o cronista, ou melhor, com o risco que a perpetuação dos feitos heroicos do reino corria. D. Afonso, a propósito da sua expectativa sobre os escritos de Zurara, chega mesmo a considerar que,

⁴⁷ Cf. DUARTE, Luís Miguel. *D. Duarte: Riquem por um rei triste*, p. 341-342.

por sua função, estaria para a propagação das glórias do reino de Portugal, na mesma posição em que, por exemplo, esteve Tito Lívio para Roma e outros grandes historiadores para seus respectivos historiados:

eu lhe agradeço muito, e vos assim lho direi de minha parte, não sem razão, que os homens que tem vosso cargo sejam de prezar e honrar e, que depois daqueles príncipes ou capitães que fazem feitos dignos de memória: aqueles que depois de seus dias os escreverão muito louvor merecem. Bem aventurado (dizia Alexandre) que era Aquiles porque tivera Homero por seu escritor. O que seria dos feitos de Roma se Tito Lívio não os escrevera! Quinto Cúrcio os feitos de Alexandre! Homero de Tróia! Lucano os de César! E assim outros. Muitas coisas estes fizeram: as quais não são tão dignas de memória quanto são doces de ouvir e ler pelo bom estilo que foram escritas.⁴⁸

Respaldado na função memorialista da escrita, ou seja, em evitar que os feitos de seus antepassados caíssem no esquecimento – tópica comum nos finais do medievo –, D. Afonso V encomendou a Zurara a história dos feitos de Ceuta ou a terceira parte da crônica de D. João I, avô de D. Afonso V, iniciada por Fernão Lopes, e que poderia ser a continuação de uma suposta *Crónica Geral do Reino*.⁴⁹ Conforme declara Zurara:

E por quanto o muito alto e muito excelente Príncipe e Senhor El-Rei D. Afonso, o quinto, ao tempo que primeiramente começou a governar seus reinos soube como os feitos de seu avô ficavam por acabar,

⁴⁸ ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*. Edição Larry King. Lisboa: Universidade Nova, 1978, p. 3.

⁴⁹ Para Joaquim de Carvalho, o conceito e sentido zurariano sobre a “Crônica Geral do Regno distingue a biografia ou a narração de feitos particulares da “geral crônica dos reis” que reinavam nos Estados em que se produziram os feitos memoráveis de súbditos dignos de serem historiadores separadamente. Quer dizer: a Crônica Geral do Reino registava ou relatava acontecimentos da história pátria e também os da história espanhola que se relacionassem diretamente com a portuguesa. A justificação de coisa tão óbvia e supérflua mostra que Zurara considerava a função da “crônica geral” como diversa da das crônicas de feitos ou de indivíduos que nos legou: a “crônica geral” devia ser uma espécie de registo ou arquivo de acontecimentos ligados diretamente à ação real ou nacional, o qual se lançava ao papel sem a vibração da sensibilidade literária e sem a apreciação crítica do juízo. Em uma palavra: a “crônica geral” seria obra de arquivistas, cujas laudas se transmitiam como registo oficial que devia ser continuado; a biografia, obra de cronista, isto é, de historiador”. CARVALHO, Joaquim de. Sobre a erudição de Gomes Eanes de Zurara. *Biblos*, no 25. Coimbra: Coimbra Editora, 1948, pp. 1-127.

Já Dias Dinis defendeu que a menção “recorrente de Zurara à sua colaboração à Crônica Geral do Reino de Portugal é não apenas genérica, mas que ele teria escrito a Crônica de el-rei D. João I (Terceira Parte) e colaborado com as *Crónica de el-rei D. Duarte e Crónica del-rei D. Afonso V*. Considera, ainda este autor, que terceira parte da Crônica de el-rei D. João I e a Crônica da Tomada de Ceuta, a qual faz parte integrante e conclusiva da Crônica de el-rei D. João I, pelo que também ela pertence à Crônica Geral do Reino, como remate da crônica joanina. Somam-se a essas a Crônica de 1419, supostamente de Fernão Lopes, que narra a história dos sete primeiros reis afonsinos, a Crônica de D. Pedro, a Crônica de D. Fernando e a Crônica de D. João I, Primeira e Segunda Parte, todas assumidamente compostas por Fernão Lopes, como integrantes de um projeto maior que seria a composição da história de todos os reis que reinam em Portugal, ou a Crônica Geral do Reino”. DINIS, António Joaquim Dias. Capítulo inédito da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*. *Biblos*, Coimbra: Coimbra Editora, vol. XXIV, 1949. pp. 421-461.

considerando como o tempo escorregava cada vez mais, e que, tardando de serem escritos, poderiam as pessoas que ali foram falecer, por cuja razão se perderia a memória de tão notáveis coisas, por isso mandou a mim, Gomes Eanes de Zurara, seu criado, que trabalhasse de as ajuntar e escrever por tal guisa, que, ao tempo que se houvessem de ordenar em crônica, fossem achadas sem falecimento.⁵⁰

D. Afonso V, para divulgar as memórias dos seus antepassados, encomendou também a tradução da crônica produzida por Zurara para o latim – língua ainda universal. Tarefa para a qual foi encarregado o latinista Mateus de Pisano,⁵¹ como é frisado por Zurara na *Crônica de D. Pedro de Meneses*. Segundo o cronista, D. Afonso V: “não se contentou de os fazer [os feitos de Ceuta] escrever em nosso próprio vulgar português, mas ainda os fez traduzir [...] pelo mestre Mateus de Pisano, que foi mestre deste rei D. Afonso”.⁵² Dada a importância do latim para a transmissão dos saberes no período medieval, pode-se supor que o objetivo de D. Afonso V era muito maior do que fixar para a posteridade as memórias do reino, sua intenção era também propagá-las para todos os nobres da Cristandade. Tal pretensão é mencionada também por Zurara, ao explicar o que motivou D. Afonso V a encomendar a tradução dos eventos de Ceuta para o latim: “para que não somente os seus naturais houvessem conhecimento e saber das grandes cavalarias daquele conde e dos outros que com ele concorreram, mas ainda fossem manifestos a todo conhecimento de toda a nobreza da Cristandade”.⁵³ Além disso, para o cronista Rui de Pina, o apreço do rei D. Afonso V pelas letras e pela perpetuação dos saberes não se restringiu à produção e à tradução de crônicas. O monarca, nas palavras de Pina, “foi o primeiro rei destes reinos que ajuntou bons livros e fez livraria em seus paços”.⁵⁴

Outra característica geralmente associada ao monarca D. Afonso V foi a sua ambição pela conquista de outras praças marroquinas. Contudo, a subida ao trono, deste que viria a receber a alcunha de *Africano*, em razão das campanhas no norte da África, aconteceu, no que diz respeito à expansão além-mar, no rescaldo da infeliz campanha de Tânger de 1437 e no momento em que vários questionamentos acerca dos benefícios da

⁵⁰ Cf. ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica da Tomada de Ceuta*, p. 13.

⁵¹ Mateus de Pisano foi contemporâneo de Zurara e teria sido chamado da Itália, durante a regência (1439-1448) do infante D. Pedro, para educar o D. Afonso V e também para traduzir as crônicas dos reis de Portugal para o latim. Em 1460, sob a encomenda de D. Afonso V, elaborou a crônica intitulada *De Bello Senptensi*, que é considerada uma tradução resumida da *Crônica da Tomada de Ceuta*, de Zurara.

⁵² ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica do Conde D. Pedro de Meneses*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 175-176.

⁵³ *Ibid.*, p. 175-176.

⁵⁴ PINA, Rui de. *Chronica do sernhor rey D. Afonso V*. In: _____: *Crônicas*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 880.

manutenção da praça de Ceuta eram feitos, devido aos seus altos custos.⁵⁵ Assim, para convencer os nobres do reino a participarem e apoiarem com homens, armas e dinheiro outras incursões a Marrocos, foi preciso justificar e convencê-los acerca dos proveitos e honras dessas campanhas. Acredita-se que as crônicas de Zurara tiveram um papel fundamental nesse processo, uma vez que buscaram enaltecer a conquista de Ceuta. Na *Crónica da Tomada de Ceuta*, por exemplo, foram negligenciados os danos da sua manutenção; já na *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* é ressaltada a bravura dos portugueses para conservar a praça de Ceuta sob domínio português e é anunciada a continuação da conquista marroquina: “se Deus quiser, cá nós não somente lhe defenderemos a cidade, mas ainda lhe tomaremos toda a outra terra que injustamente possuem, em que cristãos tiveram senhorios”.⁵⁶ Já acerca de Tânger, como abordado no capítulo anterior, D. Afonso encomendou a frei João Álvares, companheiro do infante D. Fernando no cativo, que escrevesse um tratado acerca do martírio do infante, supostamente santo:

e este [Deus] sabe que minto e que todo o conteúdo no seguinte tratado eu vi e ouvi e assim o afirmo [...], havendo isso mesmo respeito as muitas grandes virtudes do cristianíssimo D. Afonso, Rei e Senhor, nosso, sob reverência do qual e por cujo serviço recebo favor e tanta ousadia para ir adiante com minha obra.⁵⁷

Em suma, interessava, nesse momento, rememorar as glórias da conquista de Ceuta, ressaltando aspectos positivos e minimizando os aspectos negativos da iniciativa e da estada portuguesa em Marrocos, de forma a atribuir-lhes novos valores, incentivar outras ações no território e estimular o desejo de avançar por outras plagas.

Zurara, cronista escolhido para abrir essas portas, menciona a abrangência das crônicas entre a nobreza, ao relatar que os nobres reivindicavam o registro dos seus feitos cavaleirescos, com riqueza de detalhes, e reclamavam quando seus nomes não eram suficientemente lembrados:

[...] pois o que devo eu fazer muito alto Príncipe que além de minha grande ignorância por mim assaz conhecida tenho tantos espreitadores que ainda eu nem bem tomo a pena na mão para escrever, já começam

⁵⁵Cf. THOMAZ, Luís Filipe; ALVES, Jorge Santos. Da Cruzada ao Quinto Império. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada. *A memória da nação*. Lisboa: Sá da Costa, 1991, p. 85.

⁵⁶ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, p. 218.

⁵⁷ Cf. ÁLVARES, Frei João. *Trautado da vida e feitos do muito virtuoso senhor infante D. Fernando*. In: _____. *Obras*. Vol. I. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1960, p. 2.

a condenar minha obra, uns por cuidarem que se diga menos deles do que lhes sua enganosa afeição faz cuidar que merecem, outros pensando que eles quanto mais agradarem de meu escrever tanto o povo haverá razão de cuidar que são dignos de maiores merecimentos e que, se não escrevem deles grandes coisas, foi mais por fraqueza do meu escrever que por falecimento de seu trabalho.⁵⁸

As crônicas produzidas sob a égide régia, nesse sentido, eram um espaço para o reconhecimento monárquico dos nobres por conservarem a memória dos grandes do reino e, ao mesmo tempo, possuíam respaldo entre a nobreza, a ponto dos nobres reivindicarem seu espaço na narrativa, bem como a maneira como queriam ser descritos. Assim, D. Afonso V utiliza-se das obras cronísticas como elemento legitimador de sua política de conquista, o que, vale lembrar, não era propriamente novidade, pois os séculos XIV e XV tinham sido marcados, na Europa Ocidental, pela crescente importância da cultura histórica, em razão de sua instrumentalização na defesa da autoridade régia.⁵⁹ De maneira geral, os cronistas desse período faziam parte de um grupo laico e urbano e que também realizava atividades ligadas à administração do reino, o que proporcionava conhecimento da produção de documentos oficiais e empenho na sua manutenção e análise.⁶⁰

Levando em conta que Zurara estava incumbido da missão de lembrar os feitos de Ceuta e legitimar a política guerreira afonsina, cabe agora pensar como o cronista construiu a memória da conquista de Ceuta, quais foram seus parâmetros discursivos, seus modelos e as problemáticas abordadas por ele. Afinal, fazia parte da função do cronista selecionar, reagrupar e transformar a memória dos fatos – documentos escritos e testemunhos orais – em uma narrativa com sentido. Contudo, apesar de Zurara abordar uma temática nova – a saída portuguesa para territórios africanos –, ele o faz a partir do mesmo padrão de abordagem de cronistas como Fernão Lopes e o conde D. Pedro de Barcelos. Ou seja, Zurara elaborou suas crônicas retomando as mesmas tópicas utilizadas por seus antecessores. Dentre os lugares comuns abordados pelos cronistas peninsulares, vale destacar: a história como *mestra da vida*, a referência e/ou a analogia às personagens antigas e bíblicas, a defesa do combate aos cismáticos e sarracenos, as menções às profecias, a constante referência à intervenção da providência divina, a ênfase sobre a lamentação dos mouros após as vitórias cristãs e a narrativa centrada nos

⁵⁸ Cf. ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, p. 45-46.

⁵⁹ Cf. GUENÉE, Bernard. *Histoire et Culture dans l'Occident Médiéval*. Paris: Albiér Montaigne, 1980. p. 35.

⁶⁰ Cf. SALES, Mariana Osue Ide. *O Império do Quinto Afonso de Portugal (1448-1481)*. Tese de Doutorado defendida na UNICAMP. Campinas: 2009, p. 148 [texto fotocopiado].

monarcas. Essas recorrências podem ser notadas, por exemplo, em todas as crônicas régias escritas anteriormente a Zurara: a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, do conde D. Pedro de Barcelos; a *Crónica de Portugal de 1419*, atribuída por alguns pesquisadores a Fernão Lopes e as crônicas de Fernando, D. Pedro, D. João I, reconhecidas como de Fernão Lopes. Retomar tais tópicos, nesta tese, faz-se no sentido de tentar perceber até que ponto Zurara apenas reproduziu uma forma de escrita já recorrente ou atualizou tais tópicos a partir da temática nova da expansão para territórios de além-mar.

A pretensão de dizer a verdade em suas histórias através da recuperação e reconstituição do passado é, a propósito, um *topos* do discurso dos cronistas medievais.⁶¹ O cronista Fernão Lopes, por exemplo, aborda o apreço pela verdade em vários momentos de suas crônicas, sendo o famoso prólogo da *Primeira Parte da Crónica de D. João I*, nesse aspecto, bastante significativo: “e sendo achado em alguns livros o contrário do que [esta obra] fala, cuidado que não sabedoramente, mas errando muito, disseram tais coisas”.⁶² Tal cuidado com a verdade em relação a outros textos também aparece declarado e reafirmado nos escritos de Zurara, como quando, na *Crónica da Tomada de Ceuta*, faz questão de dar a conhecer o cuidado com os documentos utilizados por ele: “trabalhei em inquirir e saber das ditas coisas e as escrevi nestes cadernos pela guisa que ao diante é contido, com intenção de as acrescentar ou minguar em quaisquer lugares em que for achado por verdadeiro juízo que o merecem”.⁶³ Segundo Zurara, a preocupação com a verdade que na narrativa dos feitos deveria ser veiculada não era só do cronista, pois o próprio D. Afonso V teria mostrado sua preocupação de que assim fosse:

E porque os ditos feitos se tratavam por muitas e desvairadas pessoas, desvairadamente são escritos em muitas partes. E considerando El-Rei nosso senhor que não convinha ao processo de uma só conquista ser contado por muitas maneiras, posto que todas concorram em um efeito, por isso mandou sua Senhoria que me trabalhasse de as ajuntar e ordenar em este volume, porque os ledores mais perfeitamente possam haver delas conhecimento.⁶⁴

⁶¹ Cf. Para saber mais acerca da concepção de verdade dos cronistas medievais, ver: AMADO, Teresa. O pensamento do cronista Fernão Lopes. *eHumanista*, vol. 8, 2007, p. 133.

⁶² Cf. LOPES, Fernão. *Chronica de El-Rei D. João I*. Vol I. Lisboa: bibliotheca de Clássicos Porugueses, 1897, p. 16-17.

⁶³ ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*, p. 13.

⁶⁴ Cf. Id., *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 5.

É importante lembrar que a concepção de verdade dos cronistas do final do medievo estava associada à utilização de diversas autoridades – fontes –,⁶⁵ ou seja, passava pelo crivo do que havia sido dito antes, sem necessariamente mencionar o nome do autor ou o documento compilado. Contudo, era atribuído àquilo que estava sendo escrito um grau superior.⁶⁶ Nessa perspectiva, Zurara, como acima mencionado, fez uso de vários documentos produzidos por contemporâneos seus, bem como de crônicas mais remotas, autores antigos e do cristianismo,⁶⁷ não sendo possível afirmar se foi de primeira ou de segunda mão.⁶⁸

O *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, obra filosófica e moral composta pelo infante D. Pedro, tem sido apontado como um dos principais referentes de Zurara em todas as suas crônicas.⁶⁹ O livro foi concluído no ano de 1433 e fazia parte das livrarias de D. Duarte e D. Afonso V. No caso da *Crónica da Tomada de Ceuta*, alguns capítulos da *Virtuosa Benfeitoria* foram adaptados por Zurara,⁷⁰ quando não transcritos quase

⁶⁵ Segundo o historiador Bernard Guennée, no trabalho do cronista cabia: “escolher uma fonte principal e acrescentar-lhe breves passagens de outras fontes, ou, ao contrário, combinar em partes iguais vários relatos anteriores, optar aqui por uma fonte, ali por outra; decidir aqui por abreviar, ali por seguir o texto ao pé da letra”. GUENÉE, Bernard. História. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (org.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Vol I, Bauru: Edusp, 2002, p. 537.

⁶⁶ Cf.: AMADO, Teresa. O pensamento do cronista Fernão Lopes. *eHumanista*, p. 133.

⁶⁷ Segundo o levantamento de Adriano Fernandes, dentre os autores gregos, Zurara citou Homero, Hesíodo, Josepho, Platão, este último uma única vez, e provavelmente através de Cícero no *De Officiis*, e Aristóteles, que muitas vezes designou somente pelo título de filósofo. Quanto a autores latinos, Zurara teve um elenco menor: apesar de se vangloriar do conhecimento dos “liuros estoreaes”, recolheu de Tito Lívio a maioria das reflexões moralistas com que emoldurou as suas narrativas. De Ovídio e Lucano interessou-lhe o sentido moral de seus versos, como de Sêneca transcreveu os conceitos morais do *De Beneficiis*. De Cícero, que a cada passo invocava, só contemplou textualmente uma única obra, o *De Senectute*. De Plínio Sênior, só teria conhecido o nome através da obra espanhola. Citou ainda César, Salústio, Valério Máximo, Plínio e Vegécio. Dos antigos Doutores da Igreja, citou S. João Crisóstomo, S. Gregório, S. Jerónimo e Sto Agostinho. Dos Padres da Idade Média citou S. Bernardo, S. Tomás de Aquino e Alberto Magno. Da Bíblia utilizou o Pentateuco, Paralipomenos, Esdras e Macabeus; os livros de Salomão e dos profetas; os Evangelhos; as Epístolas canônicas; e o livro apócrifo de Hermas. Dos escritores da Idade Média, referiu os nomes de Paulo Orósio, Isidoro de Sevilha, Lucas de Tuy, Rodrigo de Toledo, Pedro d’Ailly (Petrus de Alliaco ou Petrus Lombardus), Egídio, Frei Gil de Roma e João Duns Scoto. Dos escritores italianos, citou Dante, Boccaccio e Marco Pólo, e dos árabes nomeou o astrónomo Alfragan e Avicena, e muitas vezes revelou noções bastante extensas de cosmografia e cultivou a astrologia. Utilizou-se de páginas inteiras do Livro da *Virtuosa Benfeitoria*, do infante D. Pedro, e da *General Estoria*, de Afonso X, o Sábio. O cronista citou, ainda, escritores israelitas, outros teólogos e filósofos escolásticos, historiadores medievais que escreveram em latim, escritores e livros espanhóis e franceses, escritores e livros portugueses, fontes documentais, monumentais e fontes diplomáticas. Cf. FERNANDES, Adriano. *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses de Gomes Eanes de Zurara Estudo histórico-cultural e edição semidiplomática*. Tese do doutorado. Universidade de Trás-os-montes e alto Douro, 2007. p. 152. [texto fotocopiado].

⁶⁸ Ver: CARVALHO, Joaquim Barradas de. *Estudos sobre Cultura Portuguesa no século XV*, p. 8-55.

⁶⁹ BARRETO, Luís Felipe. *Gomes Eanes de Zurara e o problema da Crónica da Guiné*. Stvdia, Lisboa, nº 1989, p. 319.

⁷⁰ A *Virtuosa benfeitoria* é dividida em seis livros, e cada um deles em diversos capítulos. No livro terceiro, trata-se do modo como se deve pedir; o capítulo V tem por título: *em que se mostra que a Deus devemos oferecer nossas petições*; e o VI: *em que se mostra que havemos de rogar aos santos por nossas petições*. Estes, dois capítulos foram adaptados por Gomes Eannes de Zurara em sua *Crónica*

completamente. Como é o caso dos capítulos V e VI do Livro III do texto do infante, que estão presentes no prólogo da crônica sobre Ceuta. Outra obra também moralizante presente no texto de Zurara, a guisa de exemplo, é o *Leal Conselheiro*, escrito pelo rei D. Duarte. Tal obra é explicitamente citada por Zurara como o consolo para o rei D. Duarte, abatido pelo mal do “humor melancólico”: “do maravilhoso remédio que ele achou para sua cura seria proveitoso a qualquer que se sente algum padecimento desta enfermidade, que lesse por aquele livro que ele compôs, que se chama o leal conselheiro”.⁷¹ Tal passagem teria sido adaptada do capítulo XIX do *Leal Conselheiro*: “por quanto sei que muitos foram, são, e ao diante serão tocados deste **pecado** da tristeza que procede da vontade desconcertada, que ao presente chamam, em o mais casos, de humor melancólico.”⁷² Essas passagens são um bom exemplo da intervenção do cronista, pois, como o próprio Zurara mencionou, cabia ao seu ofício suprimir, aumentar e julgar quando uma ou outra ação era mais coerente. Desse modo, o cronista, em busca de enaltecimento da dinastia de Avis, troca a palavra “pecado” do texto base para a palavra “doença”. Dito de outro modo, a intervenção no texto era o traço típico da erudição dos cronistas, que precisavam saber qual a melhor maneira de retomarem os textos e, através das compilações, criarem uma narrativa com coesão, ao mesmo tempo em que atualizavam o passado a partir dos interesses e valores do tempo presente; e, no caso supracitado, não seria digno da escrita em pró do enaltecimento do reino falar de um antigo rei que fosse pecaminoso.⁷³

Não somente os documentos eram reutilizados pelos cronistas, mas especialmente os exemplos dos feitos do passado e dos homens considerados grandiosos deviam ser comumente retomados na escrita cronística. A ideia de que a história poderia conduzir ao relativo aperfeiçoamento moral e/ou intelectual dos seus coetâneos e de seus pósteros, pois guardava os sucessos dos passados para servirem de exemplo e os erros dos antigos para serem evitados, foi um *topos* bastante presente na produção cronística. A expressão *historia magistra vitae*, cunhada por Cícero, fez parte do saber histórico ou inspirou os historiadores até pelo menos o século XVIII. Tal expressão

da tomada de Ceuta, transcrevendo-os verbalmente, e quase completamente, no capítulo primeiro que serve de prólogo a mesma crônica. Cf. ESTEVES, Francisco Maria. Introdução. In: ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*, p. XXIII.

⁷¹ ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*, p. 89.

⁷² DOM DUARTE. *Leal Conselheiro*, p. 73.

⁷³ De igual modo, a notícia contida no capítulo XIII, do *Leal Conselheiro*, relativa ao conselho feito por D. João I, quando estava na Ponta do Carneiro, entre Gibraltar e a Aljazira, e à deliberação do mesmo rei, serviu claramente ao cronista para escrever sobre o mesmo assunto nos capítulos LXII e LXIII da *Crónica da Tomada de Ceuta*.

referia-se à concepção de que a história teria um fim prático, o fim de funcionar como uma coleção de exemplos para que fosse possível instruir-se por meio dela.⁷⁴ O que já se observa no início da *Crónica Geral de Espanha de 1344* – uma tradução adaptada da *General História*, de D. Afonso X,⁷⁵ e fonte reconhecidamente consultada pelos cronistas da casa de Avis –, em que é anunciado que “os muito nobres barões e de grande entendimento, que escreveram as histórias antigas das cavalarias e dos outros nobres feitos”, que o fizeram “para que os homens possam aprender os bons costumes e saber os famosos feitos”.⁷⁶ Fernão Lopes, do mesmo modo, considerava o condestável Nuno Álvares Pereira uma das figuras mais exemplares do reino: “ora vede quanto é de louvar Nuno Álvares em grandeza de engenho e avisamento de sua nova guerra. Certamente ele deve ser dado como exemplo, aos grandes e virtuosos homens, nem nós não podemos contar louvor de algum notável barão em que ele notavelmente não haja parte”.⁷⁷

Zurara não foge à regra na afirmação desse potencial da história, ao defender que, em suas crônicas, entrelaçavam-se três tempos: o do passado a ser retomado como inspiração dos grandes feitos ou como ensinamento de condutas apropriadas e inapropriadas para os nobres; o do presente que retoma o passado, mas também é construído e fixado na escrita para educar o tempo futuro, da posteridade, do vindouro, ou seja, o terceiro tempo. Dito de outro modo, o conhecimento dos sucessos passados facilitava, portanto, a compreensão do presente, do mesmo modo que capacitava os homens para ajuizarem o futuro. Nesse sentido, a história escrita por Zurara, como a própria cultura portuguesa quatrocentista, teve uma tendência moralizante e didática: a história constituía um manancial de bons exemplos, dignos de serem imitados.

As crônicas produzidas sob a encomenda da dinastia de Avis, dessa forma, desempenharam uma dupla função: formativa e informativa. Formativa no sentido de propiciar aos descendentes dos nobres destacados o desejo de prosseguirem da mesma forma; informativa porque fornecia exemplos para a obtenção do bom sucesso, ensinando a evitar equívocos antigos e repetir os acertos.⁷⁸ Para Zurara, a história tinha um sentido pedagógico e como finalidade última registrar, para que não caíssem no

⁷⁴ Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*: Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 43.

⁷⁵ AMADO, Teresa. *Fernão Lopes: Contador de História*. Sobre a Crónica de D. João I. Lisboa: Estampa, 1997, p. 49

⁷⁶ Cf. *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol II: 1954, p. 3.

⁷⁷ LOPES, Fernão. *Chronica de El-Rei D. João I*. Vol I, p. 55.

⁷⁸ Cf. FERNANDES, Adriano. *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses de Gomes Eanes de Zurara Estudo histórico-cultural e edição semidiplomática*, p. 84.

esquecimento as qualidades, os feitos e as virtudes dos grandes do reino. Estabelecia-se, dessa maneira, a aliança entre a escrita e as virtudes heroicas, “porque todo o principal fim dos autores históricos está no recontamento das virtuosas pessoas, para que a sua clara memória por nenhum prolongamento de idade possa ser afastada ante os presentes”.⁷⁹ Nesse sentido, as narrativas podem ser consideradas guias e atuarem como “conselheiros” para os jovens, especialmente para o jovem nobre, que por sua vez deveria ser exemplo para o restante da sociedade, “para que aqueles seus descendentes se esforçassem muito mais na virtude para fazerem coisas dignas de honra e de louvor, de forma que a memória dos passados seja exemplo assim para os presentes como daqueles que não de vir”.⁸⁰ Principalmente os feitos de guerra deveriam servir de exemplo: “trabalharam de fazer tão excelentes feitos de armas, cuja grandeza viesse a ser motivo de sua memória ser exemplo aos que depois viessem”.⁸¹ O destaque dado pelo cronista à função guerreira está relacionado com o papel social das crônicas, pois não se deve esquecer que a crônica de Zurara foi encomendada para legitimar ações cavaleirescas e fundamentar a conquista portuguesa do norte da África, através da ideia de pertencimento, como abordado no capítulo anterior.

Outra tópica dos escritos cronísticos peninsulares, e que de certa maneira está vinculada à concepção da história como mestra da vida, é a retomada de personagens e de eventos antigos,⁸² bíblicos e históricos. Na *Crônica Geral de Espanha de 1344*, do conde D. Pedro de Barcelos, bastardo do rei D. Dinis, constam vários exemplos de remissão aos antigos, tanto dos autores quanto dos heróis. A crônica, por exemplo, conta que a Espanha foi povoada por Hércules: “Hércules que foi o homem que mais feitos assinados fez em Espanha [...] por conquistar as terras e povoá-las”.⁸³ Já acerca da expansão romana sobre a Península Ibérica,⁸⁴ narra que, “no tempo em que regiam os

⁷⁹ Cf. ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica da Tomada de Ceuta*, cap. 117.

⁸⁰ ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica do Conde D. Duarte de Meneses*, p. 3.

⁸¹ ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. cit.*, p. 118.

⁸² Como destaca Diogo Ramada Curto, o recurso à história da Antiguidade constitui apenas uma das modalidades possíveis do fazer histórico desse período. Cf. CURTO, Diogo Ramada. Ritos e cerimônias da monarquia em Portugal. In: *Memória da Nação*, p. 89.

⁸³ *Crônica Geral de Espanha de 1344*, vol II: 1954. p. 15.

⁸⁴ Públio Cornélio Cipião, conhecido como o Velho ou o Africano, durante a II Guerra Púnica (218-201 a. C.) derrotou Aníbal em Cartago, expandindo o poderio de Roma. Com essa vitória conseguiu o poderio romano sobre a Hispânia, que correspondia a toda a Península Ibérica. Embora a *Crônica Geral de Espanha de 1344* considere que a passagem dos romanos na Península Ibérica a tenha devastado e que os Godos foram os responsáveis pela paz e a prosperidade da Espanha, os feitos expansionistas romanos não deixam de ser admirados, pelo ponto de vista da vastidão que o Império Romano tomou. Assim, considera-se a Era Hispânica, ou de César, a partir do século V e até ao fim da Idade Média (contada a partir de acontecimento desconhecido [mas geralmente considerado como consagrando a conquista de toda a Espanha por Augusto no ano precedente (39 a. C.) e que foi substituída pela Era Cristã, em

cônsules, antes que Júlio César reinasse [...], houve aí um cônsul chamado Cipião e este foi o que destruiu África e Espanha por que se levantaram contra Roma”.⁸⁵ A estrutura das crônicas gerais, que seguem o modelo de História Universal, inicia-se com o Gênese e a história de Adão, pai universalista dos homens, e abrange panoramicamente os povos que passaram no território abordado até chegar ao reinado vigente. Nesse sentido, é esperado que tais crônicas, como é o caso da *Crônica Geral de Espanha de 1344*, abordem a história dos antigos e ancestrais remotos, não propriamente diferenciando a história pagã da cristã, mas buscando personagens renomadas para uma ancestralidade gloriosa, como é o caso de Hércules. Zurara faz o mesmo na *Crônica da Tomada de Ceuta*, ao mencionar que “nem o cerco de Tróia, nem a passada de Cipião em África não foram de tanta excelência”⁸⁶ como o ataque português à cidade marroquina. No decorrer da crônica, Zurara compara, ainda, Cipião ao rei D. João I e ao infante D. Henrique, em ambos os casos abordando a questão da idade, aquele por ser ancião e ter a experiência e a prudência e este por ser tão jovem e já ter realizado feitos memoráveis:

[...] entendas que o Rei assim desejava a paz pela força a paz pela força de cansaço que houvesse em suster os trabalhos de guerra, o que os quais são por si tão grandes, que sobre eles não há outros maiores. Cá não há príncipe que os continuamente suporte que se lhe a velhice não antecipe antes muitos anos do que a sua natureza requer, como o podereis ver na segunda Década de Tito Lívio no décimo livro, onde fala das razões que houve Aníbal com Cipião chamando-se velho, sendo ele em idade de 36 anos, somente pelo trabalho da guerra sustivera em Espanha e Itália por espaço de 16 anos. Cá se o El Rei D. João este cansaço e enfadamento sentira, não movera logo, tanto que a paz teve cobrada tão grandes coisas como achareis ao diante que moveu.⁸⁷

[...] e se Tito Lívio, diz o autor, louva tanto no livro da segunda guerra a prudência de Cipião, porque, estando em Cezília ordenou tão bem sua frota para passar em África, sendo ele em idade acerca de trinta e cinco anos, e havendo já cometidas muitas pelejas por mar e por terra, como não louvaremos este príncipe sendo em idade de vinte anos, sem haver conhecimento de semelhantes feitos por certa prática, somente quanto era uma natural inclinação, que ele havia para o cometimento de grandes feitos.⁸⁸

A partir de tais passagens, pode-se considerar que a recuperação dos antigos, por parte

Portugal, no reinado de D. João I, pela lei de 22 de Agosto de 1422)), em 1-1-38 a. C.

⁸⁵ *Crônica Geral de Espanha de 1344*, vol II: 1954, p. 16.

⁸⁶ ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica da Tomada de Ceuta*. cap. II.

⁸⁷ Cf. *Ibid.*, p. 15.

⁸⁸ Cf. *Ibid.*, p. 110.

de Zurara, ocorre não somente para criar uma legitimidade da descendência ibérica, como no caso da *Crónica de Geral de Espanha de 1344*, mas também para compor a grandeza da conquista de Ceuta através da superação de eventos e personagens tidos como notáveis e que de alguma forma tiveram relação com territórios ibéricos ou do norte da África.

Tal como os heróis antigos, as crônicas medievais estão repletas de personagens bíblicas. Os *Macabeus*, que fazem parte da tradição judaica messiânica, por exemplo, foram retomados tanto por Fernão Lopes quanto por Zurara. Fernão Lopes, ao compor as discussões dos portugueses que antecederam a batalha campal de Aljubarrota⁸⁹ – entre portugueses e castelhanos e que consolidou a subida ao trono do mestre de Avis –,⁹⁰ narrou que D. João I buscou convencer o conselho a aceitar a estratégia do Condestável Nuno Álvares Pereira e surpreender os castelhanos, que avançavam por Portugal, antes de eles chegarem a Lisboa. Para isso, tomando como ponto de partida a disparidade numérica dos combatentes a favor de Castela, além de haver entre eles gente velha e, de maneira geral, mal armada,⁹¹ D. João apelou para a comparação entre a conjuntura de Portugal e a guerra dos Macabeus.⁹² Em seu discurso, D. João I, segundo Lopes, relembrou o que disse Judas Macabeu a sua gente, quando o príncipe das hostes da Síria ajuntou grão batalha contra ele, e os de Judas, porque eram poucos, receavam a multidão dos inimigos: “ligeira coisa é ao Senhor Deus dar aos muitos nas mãos dos poucos, porque a vitória da batalha não é na multidão da hoste, mas do céu vem o vencimento”.⁹³ Concluiu D. João que, com ajuda divina, Judas venceu o exército inimigo, mesmo com poucos combatentes consigo. Em outros momentos na *Crónica de*

⁸⁹ A Batalha de Aljubarrota, lugar situado entre Leiria e Alcobaça, em 14 de agosto de 1385, é entendida e celebrada como a batalha de consolidação do trono português, reivindicado pelos castelhanos, nas mãos de D. João I. Segundo Fernão Lopes, foi a escolha do lugar do embate, antes dos castelhanos chegarem a Lisboa, uma meticulosa preparação do terreno (com fossos e “covas de lobo” onde a pesada cavalaria castelhana literalmente se afundou) e a destreza de peões armados de arco ou com besta, aliadas a um eficaz comando militar encabeçado pelo condestável Nuno Álvares Pereira, permitiram reverter a desvantagem numérica da hoste luso-britânica (cerca de 10 mil homens) face às tropas castelhanas (entre 20 mil e 30 mil combatentes). A “Batalha Real”, como designou Fernão Lopes, traduziu-se em um enorme sucesso para o campo português e em uma pesada derrota para o rei de Castela, Juan I, que perdeu milhares de homens. No confronto direto entre os dois monarcas, D. João I de Portugal, aclamado cerca de três meses antes nas Cortes de Coimbra, levou a melhor sobre seu homólogo invasor e passar venceu a batalha, tratada como prova decisiva do merecimento ao trono do monarca português. Cf. RAMOS, Rui (Org.). *História de Portugal*, p. 139-140.

⁹⁰ Para mais detalhes acerca da Batalha de Aljubarrota, ver: MONTEIRO, João Gouveia (coord.). *Aljubarrota Revisitada*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2001, passim.

⁹¹ Sobre o assunto, ver: REBELO, Luís de Sousa. *A concepção de Poder em Fernão Lopes*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983, p. 76.

⁹² Judas Macabeu liderou a revolta dos Macabeus (judeus) contra o Império Selêucida (167-160 a. C.) – ramo do Império Helênico.

⁹³ LOPES, Fernão. *Chronica de El-Rei D. João I*. Vol II, p. 114.

D. João Primeiro Parte II, Fernão Lopes retoma a história dos macabeus para falar da possibilidade de um exército menor e desprovido de armas vencer um mais preparado, se essa for a vontade divina. Para além da disparidade das forças, em que são comparados os portugueses aos macabeus, aborda também a noção de combatentes fiéis – os macabeus ou judeus – contra os infiéis – os selêucidas ou helênicos –, cuja analogia, no caso de Aljubarrota, corresponde, de um lado, aos combatentes portugueses fiéis a Deus e ao papa de Roma,⁹⁴ lutando pela sua terra e por seus bens (guerra justa) e, de outro lado, um exército de ímpios, hereges, cismáticos e excomungados, movidos pela vingança e visando o saque, os castelhanos.⁹⁵ Vale notar, ainda, que o *topos* da vitória sobre um inimigo mais forte, tão usual na narração cristã de combates contra mouros surge nesse texto em relação a um adversário cristão.⁹⁶

Gomes Eanes de Zurara, ao citar os macabeus, também comparou D. João I a Judas Macabeu, ressaltando os feitos memoráveis de ambos realizados com o apoio divino:

Cuja história [de D. João], nos seguintes capítulos, escrever entendo porque não menos me parece que deve o seguinte feito e aos que detrás dele são escritos haver autorizado registro, do que houveram os feitos do grão Macabeu de outros muitos duques e príncipes que, com suas obras, a Deus muito prouveram.⁹⁷

Além dessa comparação de D. João I com Judas Macabeu, Zurara, do mesmo modo, abordou a morte da rainha D. Filipa de Lencastre, antes da partida para Ceuta, através da ótica dos sacrifícios necessários para as vitórias e compensados por elas. Zurara associou, ainda, a morte da rainha portuguesa com o sofrimento da matriarca dos macabeus, que viu seus filhos serem sacrificados para o triunfo do seu povo. Assim, a analogia sugere que, apesar das contrariedades, os portugueses venceriam os mouros na África do mesmo modo que os macabeus derrotaram seus inimigos para continuarem vivendo nas leis de seu Deus:

⁹⁴ Na época da Batalhada de Aljubarrota coexistiam dois papas: O Antipapa, Clemente VII (1378-1394), estabelecido em Avinhão e que tinha o reconhecimento castelhano, e Urbano VI (1378-1389), Papa em Roma e que tinha o apoio dos portugueses, que em troca receberam o reconhecimento do Papa de Roma de sua independência em relação aos castelhanos. Acerca dos pormenores de tais reconhecimentos, ver: ALMEIDA, Artur Roque de. *Para ler a história da Igreja em Portugal*. Porto: Perpétuo Socorro, 1996, pp. 75-113.

⁹⁵ VENTURA, Margarida Garcez. *O messias de Lisboa*, p. 82.

⁹⁶ FIGUEIREDO, Fernando. Da imagem do inimigo à construção do herói. In: AMADO, Teresa. (Org.). *A guerra até 1450*, p. 380.

⁹⁷ ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*, p. 7.

vos quero aqui pôr um breve exemplo do grande amor, que uma santa mulher teve acerca do serviço de Deus e da Sua Santa Fé. A qual foi aquela santa madre dos Macabeus. Cá como assim fosse, que ela visse sete filhos estar postos em duros e graves tormentos, por mandado daquele mau rei Antfoco porquanto não queriam fazer contra a Lei do seu verdadeiro Deus e comer carne de porco. Esta gloriosa mulher, com o amor da lei e da honra de Deus, esqueceu o natural divido que com os filhos havia. E espertou-os a sofrer dolorosa morte sobre sua carne mesma que se gerara em seu ventre, admoestando os filhos com voz, não de mulher, mais de forte e santo barão que morressem pela lei de seu Deus.⁹⁸

As referências de Zurara aos macabeus podem sugerir a ambição de continuar a história do cronista Fernão Lopes, já que sua crônica deveria configurar-se como a terceira parte da crônica de D. João I. Podem também sugerir que Zurara trabalhou em cima de escritos deixados por Lopes, “aquele que escreveu essa história”,⁹⁹ como ele próprio mencionou. A história dos Macabeus, que lutaram contra inimigos da fé, é, sem dúvida, uma analogia bastante oportuna na crônica de Zurara, que narra a história do combate português contra os mouros. Porém, não se pode perder de vista que a menção de figuras bíblicas era uma tópica dos escritos medievais. Do mesmo modo que os Macabeus, outras personagens bíblicas, como Abraão, Moisés, o rei Davi, o próprio Cristo, a Virgem Maria, dentre outros, são recorrentes nas narrativas de Zurara e dos demais cronistas medievais. Tais menções, além de associarem a história bíblica com a história do reino, servem para legitimar teologicamente os acontecimentos narrados, através dos exemplos, deixados por Deus nas Sagradas Escrituras, que todo o bom cristão deveria seguir.

Além dos antigos e das personagens bíblicas, as figuras históricas são muitas vezes lembradas, entre as quais, no caso de Zurara, sobressaem aquelas relacionadas com a história da presença islâmica na Península Ibérica e a sua conseqüente reconquista, como é o caso o rei visigodo Rodrigo, mencionado no subcapítulo anterior. Assim, baseado na *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Zurara conta que o rei Ramiro I (80?-850), vencedor da mítica Batalha de Clavijo (844) – tida como um dos marcos da Reconquista ibérica e da aliança dos castelhanos com o apóstolo Santiago –, recebeu um milagre divino na batalha, pois “prometeu os votos ao apóstolo Santiago”, que

⁹⁸ ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*, p. 158.

⁹⁹ *Ibid.*, p. 42.

“visivelmente apareceu em sua batalha”.¹⁰⁰ O que é reafirmado na *Crónica dos Feitos da Guiné*, ao ser referido que “El-Rei D. Ramiro, desejando de não escorregar da memória dos Espanhóis a grande ajuda que lhe fez o bem-aventurado apóstolo Santiago, quando os livrou do poderio dos mouros, e prometeu ser nosso ajudador em todas as batalhas que com eles houvéssemos”.¹⁰¹ A invocação do apóstolo Santiago, conhecido como “mata mouros”, tem, nas guerras contra muçulmanos, uma longa tradição na Península Ibérica e remete à ideia de proteção dos céus na guerra contra os infiéis.¹⁰²

Contudo, importa notar que Zurara, ao mesmo tempo em que rememora a história do rei D. Ramiro I e constrói a ideia dos portugueses como os continuadores da Reconquista castelhana, reivindica a proteção de Santiago também para as ações portuguesas contra os mouros. Vale lembrar que, desde a mudança dinástica de 1383-1385, os portugueses passaram a se auto-afirmarem como os escolhidos por Deus para a condução da Reconquista, já que Castela era considerada herege por eles, uma vez que apoiava o Papa de Avinhão.¹⁰³ Zurara ressalta a fidelidade portuguesa ao papa de Roma:

Disseram ainda alguns outros que, por quanto em Avinhão aquele tempo estava o antipapa que se chamava Clemente sétimo, ao qual obedecia toda a Espanha, afora este reino de Portugal, que El-Rei como fiel e católico cristão, que sempre tivera com papa de Roma, tendo verdadeiramente que aquele era o direito vigário de nosso Senhor Deus em lugar do apóstolo São Pedro, e verdadeiro pasto da Santa Igreja.¹⁰⁴

O que é seguido e reforçado por Mateus de Pisano, ao narrar que D. João I enviou João Escudeiro à corte de D. Fernando de Aragão para dar notícias da vitória sob os mouros de Ceuta e informar que o rei de Aragão estava na companhia do antipapa. Pisano conta que:

¹⁰⁰ Cf. ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*, p. 35.

¹⁰¹ Id., *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 6-7.

¹⁰² VENTURA, Margarida Garcez. *O messias de Lisboa*, p. 99.

¹⁰³ Isso é notório em outras passagens de Zurara, Por exemplo, na *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, Zurara coloca na boca do conde D. Pedro palavras que teria pronunciado aos homens que ficaram com ele em Ceuta para manter a cidade, argumentando acerca das heranças recebidas por esses homens no combate com os mouros: “sois ainda filhos daqueles que, sendo toda a Espanha perdida e os mouros apoderados dela, se ajuntaram com aquele católico príncipe D. Ramiro, e pela força do seu sangue expulsaram os inimigos, até que os fizeram retrair aquele pequeno recanto que é o reino de Granada e posto que se diga não tão somente os de Portugal, mas todos os de Espanha se ajuntaram em este feito, eu digo que do nosso reino foi a maior parte, como se pode conhecer por aqueles que ao presente pagam votos que ficaram em lembrança daquela vitória”. Cf. ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, p. 217.

¹⁰⁴ Id., *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 92.

tendo ali chegado, foi João Escudeiro introduzido na câmara onde D. Fernando estava em companhia do antipapa que se intitulava Clemente VII, e logo que ali entrou fez a devida reverência ao Rei e ia para beijar-lhe a mão, sem nenhum caso fazer do antipapa; mas D. Fernando vendo isto disse-lhe: — “Beijai primeiro o pé ao Sumo Pontífice, depois me beijareis a mão a mim”. — “Não, Senhor Rei, não beijo”, responde ativamente João Escudeiro. — “De bom grado beijaria o pé ao Sumo Pontífice, mas ao de Roma, se aqui estivesse, que é ele a quem obedece o meu Rei e meu Senhor”. — Admirou-lhe D. Fernando a hombridade da resposta e elogiou-lhe a firmeza de ânimo”.¹⁰⁵

Cabe aqui recordar que Clemente VII morreu em 1395 e foi sucedido por Bento XIII,¹⁰⁶ que viveu até 1424. Portanto, este último era papa de Avinhão em 1415. Apesar de Zurara e Pisano mencionarem Clemente VII e não Bento XIII como antipapa da época dos eventos narrados – provavelmente porque estavam baseados em escritos anteriores, como os de Fernão Lopes, que citavam Clemente VII –, o que importa neste trabalho é o esforço dos cronistas para demarcarem e realçarem a posição portuguesa em favor Cúria Romana, pois o papa de Roma era considerado, por eles, o legítimo representante de Deus na terra e do apóstolo São Pedro.

Destacando, portanto, a fidelidade dos portugueses ao Papa de Roma e o papel de Portugal, em relação aos demais reinos ibéricos, na guerra aos mouros, Zurara relembra algumas batalhas que tiveram a colaboração de portugueses e castelhanos:

El-Rei D. Afonso [II de Portugal] que foi na batalha de Navas [de Tolosa], querendo ele passar uma serra para ir pelejar com o grande Mirabolim de Marcos [...]. Que foi, Senhor, de El-Rei D. Fernando [de Castela] que tomou Coimbra aos mouros e fez outras muitas batalhas com eles no reino de Castela e de El-Rei D. Afonso [de Castela], que tomou Toledo.¹⁰⁷

Porém, o cronista acrescenta e enfatiza o exemplo do primeiro rei português D. Afonso Henriques, considerado, por ele, exemplo da reconquista portuguesa pela vitória contra os cinco reis mouros no campo de Ourique,¹⁰⁸ cujos símbolos aparecem nas bandeiras

¹⁰⁵ PISANO, Mateus de. *Livro da Guerra de Ceuta*, p. 49-50.

¹⁰⁶ Roberto de Genebra, que, com o nome de Clemente VII, foi eleito papa em 1378 pelos cardeais de Avinhão, poucos meses depois que os de Roma elegeram Urbano VI, e que é considerado o primeiro antipapa, em Avinhão viveu como tal e ali veio a morrer em 1394, portanto, 21 anos antes da tomada de Ceuta. No caso da citação de Pisano, pode-se aventar que tal encontro pode ter ocorrido com o aragonês Pedro de Luna, que recebeu o nome de Bento XIII, e sucedeu a Clemente VII. Bento XIII foi perseguido pelos partidários de Bonifácio IX, Papa de Roma, fugiu de Avinhão para a Catalunha, indo por último refugiar-se no Castelo de Peníscola, onde esteve desde 1415 até ao ano 1424, quando faleceu. Cf. PISANO, Mateus de. Op. cit., p. 49-50.

¹⁰⁷ Cf. ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 7.

¹⁰⁸ Para saber mais acerca do processo de formação da monarquia portuguesa, ver: RIBEIRO, Maria

de Portugal: “mas para que lembro eu, muito excelente príncipe, outros nenhuns reis nem senhores apartados de vossa senhoria, pois temos ante nossos olhos a memória do muito notável e fiel e católico cristão, El-Rei D. Afonso Henriques, cujas relíquias trazemos em nossas mãos”.¹⁰⁹ E de maneira mais explícita menciona, na crônica posterior do conde D. Pedro de Meneses, que “aquele nobre e esforçado barão D. Afonso Henriques, primeiro rei deste reino e assim como eram não somente tiveram coração para eleger e manter novo rei, mas ainda tomaram aos mouros entre o Tejo e o Odiana e todo o reino do Algarve com a maior parte de Estremadura”.¹¹⁰

Conclui-se, dessa forma, que, apesar de Zurara fazer uso de personagens recorrentes das crônicas medievais, como as figuras antigas, bíblicas e históricas, ele busca enfatizar aquelas que tiveram relação com a expansão do cristianismo, com as guerras no norte da África ou com a reconquista ibérica, sendo que a tradição que fundamenta o espírito de reconquista se sobressai na narrativa de Zurara em relação à tradição clássica, por exemplo. Assim, a cidade de Ceuta é descrita por ele como primeiramente de gentios, mas depois tornada cristã até que o Conde Julião entregou-a aos Mouros. A ênfase na caracterização da cidade de Ceuta como cristã, nos textos de Zurara, serve, nesse sentido, para incluir o ataque à cidade em 1415 em uma série de atos vinculados com a reconquista, em que os milagres e os sucessos que deram vitória às armas cristãs indicam a necessidade de continuidade da guerra contra o Islã.¹¹¹ A tópica da providência em relação aos confrontos entre cristãos e mouros aparece nas crônicas, portanto, para legitimar as ações militares dos cristãos como “serviço de Deus”.¹¹² Está por trás disso a ideia de que todo o poder é transmitido por Deus ao monarca, considerado na terra como um delegado divino.¹¹³

Cabe agora analisar mais detalhadamente alguns lugares comuns relacionados com as profecias, os milagres, e a interferência divina nas vitórias cristãs. Desde a primeira crônica escrita em Portugal em língua vernácula, a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, até as crônicas de Zurara, o embate entre cristãos e mouros é bastante recorrente. Não se deve esquecer que as monarquias ibéricas se legitimaram e se

Eurydice de Barros. A origem mítica da monarquia portuguesa. In: _____. *A vida na Idade Média*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997, pp. 61-74.

¹⁰⁹ Cf. ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 7.

¹¹⁰ ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, p. 217-218.

¹¹¹ REBELO, Luís de Sousa. As crônicas portuguesas do século XVI. In: GIL, Fernando; MACEDO, Helder. *Viagens do Olhar. Retrospecção, visão e profecia no Renascimento português*, p. 178-179.

¹¹² Cf. FIGUEIREDO, Fernando. Da imagem do inimigo à construção do herói. In: AMADO, Teresa.(Org.). *A guerra até 1450*. Lisboa: Quimera, 1994, p. 387.

¹¹³ Cf. REBELO, Luís de Sousa. *A concepção de Poder em Fernão Lopes*, p. 31.

consolidaram perante a Cristandade e ao Papado pela via de combate ao infiel, com apoio divino, em que as crônicas cumprem um papel fundamental de construção, divulgação e fixação dessa imagem.¹¹⁴ Na composição dessa legitimação, o lugar das profecias, logicamente construídas retrospectivamente, é fundamental, e a *Crónica da Tomada de Ceuta* é mais um exemplo desse tipo de construção histórica. Dentre algumas profecias abordadas na crônica, a que mais chama atenção, pela similitude com as de outras crônicas, é a anunciação da subida ao trono do rei de Avis de origem bastarda, D. João I, e as consequentes vitórias guerreiras empreendidas por ele, o que incluía Ceuta.

Zurara narra, assim, que, após ser instigado pelos infantes e pelo vedor da fazenda João Afonso a executar um ataque à praça de Ceuta, como forma de armar os infantes cavaleiros, D. João I consultou os seus conselheiros e clérigos e estudou as condições para um ataque. Para tal, como pretexto, enviou uma embaixada à rainha da Sicília – formada, entre outros, pelo Prior do Hospital e pelo capitão Afonso Furtado –, com o objetivo de lhe oferecer a mão do infante D. Pedro, sabendo de antemão que ela não aceitaria, pois ele não era o herdeiro do trono. Essa estratégia, segundo o cronista, visava evitar quaisquer suspeitas por parte dos muçulmanos e anular a desconfiança que poderia trazer a presença de naus portuguesas no Mediterrâneo, enquanto a embaixada observava cuidadosamente o porto de Ceuta. Ao retornar ao reino, os embaixadores encontraram com D. João I em Sintra, onde o rei ponderava acerca do ataque. Afonso Furtado garantiu a D. João I que “a cidade, sem grande tardança, com a Graça de Deus será posta em vosso poder”, e não só ela como “outros muitos lugares, por seu azo, virão a vosso poder ou de vossa geração”.¹¹⁵ Zurara, desse modo, liga o feito de Ceuta com as conquistas que estariam predestinadas aos descendentes de D. João I que, por sua vez, também era um predestinado. O cronista conta, então, que a certeza de Afonso Furtado ao fazer essas afirmações devia-se a “um maravilhoso acontecimento”¹¹⁶ que lhe ocorreu quando ele era moço e reinava o rei D. Pedro, pai de D. João I. Tratava-se de uma profecia de um velho mouro, que era digna de fé, pois já havia sido parcialmente cumprida.¹¹⁷ Afonso Furtado contou ao rei que, viajando com seu pai, esteve em Ceuta e, próximo a uma fonte, encontrou “um homem de comprida idade” que o interrogou acerca de seu lugar de origem e de quem era seu rei. Furtado descreve

¹¹⁴ Tese defendida por RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*, passim.

¹¹⁵ Cf. ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*, p. 56.

¹¹⁶ Cf. *Ibid.*, p. 56.

¹¹⁷ VENTURA, Margarida Garcez. *O messias de Lisboa*, p. 96-97.

ao rei, então, segundo Zurara, que:

Eu lhe disse como tinha três o primeiro que havia o nome de D. Fernando e outro D. João e o terceiro D. Dinis. “E não tem mais?”, disse o mouro. “Certamente não”, disse eu. “de que eu sabia parte”. E ele começou de me rogar que considerasse bem se tinha outro filho. “E por vossa muito pequena idade, não me vinha à memória vosso nascimento nem estado”.¹¹⁸

Devido à insistência do mouro, Afonso Furtado lembra-se de D. João: “amigo, é muito grande verdade que el-Rei tem ainda um filho pequeno, que chamam D. João, mas eu nem lembrava dele, porque, entre nós os filhos bastardos não são havidos em tamanha conta como os legítimos”.¹¹⁹ O ancião então, aos prantos, fez duas profecias, a primeira, que já se cumprira, de que este filho bastardo se tornaria rei de Portugal, e a segunda de que ele seria o primeiro rei da Espanha a ter posses na África. A primeira profecia está amplamente baseada nas narrativas de Fernão Lopes. Zurara, em um jogo retrospectivo de quem escreve muitos anos após os acontecimentos que narra, conta que o ancião disse a Afonso Furtado:

sabe que esse Rei D. Pedro, que vós agora tendes por vosso Rei em esse Reino, não há de muito viver, por cuja morte reinará, em seu lugar, o Infante D. Fernando, seu primeiro filho, o qual será casado com uma mulher, por cujo azo, o reino, depois da morte de seu marido, ficará em grande revolta, e outros dois filhos, por engano de sua cunhada, serão lançados em Castela, onde farão fim de seus dias. E finalmente esse filho pequeno que tu vês menosprezado em comparação de seus irmãos, será ainda em esse reino como **uma pequena faísca, de que esse levanta muito grande fogueira**, cá dias virão, em que ele primeiramente vingará a desonra de seu irmão, e depois por escolha do povo será levantado rei.¹²⁰

O tempo da profecia que remonta ao reinado de D. Pedro, composto por Zurara, está profundamente em acordo com o discurso cronístico construído anteriormente e coloca em diálogo diretamente três tempos: o passado, o presente e o futuro.¹²¹ Aparece, por exemplo, a referência à bastardia do Mestre de Avis compensada por feitos notórios, a menção às atitudes de D. Leonor Teles, como motivadoras do descontentamento que agitou o país após a morte de D. Fernando e, por fim, o sonho premonitório de D.

¹¹⁸ Cf. ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*, p. 56.

¹¹⁹ *Ibid.*, p. 57.

¹²⁰ *Ibid.*, p. 57.

¹²¹ GUITTON, Jean. *Le temps et l'éternité chez Plotin et Saint Augustin*. Paris: Bibliothèque d'histoire de la philosophie, 2004, p. 262.

Pedro, composto por Fernão Lopes na crônica homônima, é anunciador da ascensão ao trono de D. João I:

porque eu sonhava uma noite o mais estranho sonho que vós vistes: a mim pareceu em dormindo, que via todo Portugal arder em fogo, de guisa que **todo o reino parecia uma fogueira**, e estando assim espantado vendo tal coisa, vinha meu filho João com um vara na mão, e com ela apagava todo aquele fogo.¹²²

O diálogo entre os textos, apresentando a profecia cumprida, sustenta a lógica iniciada por Fernão Lopes e continuada por Zurara, a saber, de D. João I como rei predestinado a grandes feitos, sendo corroborado com a profecia acrescentada por Zurara, em que o velho de Ceuta declara que “ele [D. João I] será o primeiro rei de Espanha que terá posse em África, e será o primeiro começo da destruição dos mouros. E ainda ele ou os de sua geração verão este chafariz dar de beber aos seus cavalos”.¹²³ Desse modo, Zurara interpola três tempos, o passado ou tempo do que é narrado – a ascensão ao trono de D. João I e a concretização da tomada de Ceuta, conhecida do escritor –, o tempo presente, de D. Afonso V, que pretendia realizar ataques a Marrocos, e o tempo futuro, com a promessa de vitórias da geração de Avis sobre os mouros da África.¹²⁴

Outra tópica encontrada nas narrativas de guerras entre cristãos e muçulmanos é a lamentação dos mouros após as derrotas. Zurara, em uma narrativa bastante semelhante à da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, quando narra a reação dos mouros após a tomada de Valência pelo Cid, conta que alguns mouros de Ceuta, expulsos da cidade, ficaram sobre uma serra observando a cidade ao longe e considerando que pouco antes estavam em suas casas, com suas riquezas e “que agora se viam povoadores dos montes ermos, fazendo vida pouco menos de bestas”.¹²⁵ Os mouros chorosos, segundo Zurara, ora culpavam Sala-ben-Sala, seu chefe, pela desventura, “dizendo que ele fora preguiçoso e covarde na defesa da cidade”, ora culpavam seus oficiais e “aqueles que primeiramente abriram as portas para irem pelejar”. Ou, ainda, culpavam sua má sorte “até que não achavam já outrem a quem pusessem mais culpa”.¹²⁶ Em um recurso discursivo bastante utilizado pelos cronistas, Zurara coloca a palavra na boca

¹²² LOPES, Fernão. *Crónica do Senhor Rei Dom Pedro*, Oitavo destes regnos. Porto: Civilização, 1986, p. 196.

¹²³ Cf. ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*, p. 57.

¹²⁴ Cf. REBELO, Luís de Sousa. As crônicas portuguesas do século XVI. In: GIL, Fernando; MACEDO, Helder. *Viagens do Olhar. Retrospecção, visão e profecia no Renascimento português*, p. 177-178.

¹²⁵ Cf. ZURARA, Gomes Eanes de. Op. cit., p. 247.

¹²⁶ Ibid., p. 247-248.

dos mouros, que pronunciavam “cantares de palavras muito triste, louvando as bondades de sua cidade”.¹²⁷ Diziam eles:

[...] a cidade de Ceuta, flor de todas as outras da terra de África! Onde acharão os teus moradores terra em que façam outra semelhante? Ou como poderão eles consentir que as suas vontades se não agastem com tamanha perda? Onde acharam daqui adiante os mouros estranhos que vinha da Etiópia e de Alexandria e de terra Síria e de Barbaria e de terra de Assíria, que é reino de Turcos? [...] E de outras muitas terras que são além do eixo que está ante os nossos olhos todos estes vinham a ti carregados de tantas e tão ricas mercadorias. [...] E nós, desventurados, que faremos de nossos filhos e filhas que tínhamos casados daquela parte, das quais nos partimos em um dia e naquele mesmo tornávamos para nossas casas? [...] Nós éramos conhecidos não somente entre os mouros, mas na maior parte da cristandade pois todos nos haviam mister. [...] E se te tu não contentavas, cidade de Ceuta, dos teus próprios moradores, porque não mandavas chamar outros por tua a terra de África, que te viessem povoar? [...] Porque, ao menos, [...] teríamos licença de entrar em nossas casas e nas nossas casas, e não seria tanto o nosso mal quando as virmos povoada da gente da nossa lei. Mas trouxeste aqui os nossos inimigos do cabo do mundo, para que tingissem as mãos do sangue dos teus cidadãos.¹²⁸

Zurara, ao mesmo tempo em que compila textos antigos, realiza as suas adaptações, assim, a lamentação dos mouros é um elemento a mais para o enaltecimento da cidade de Ceuta e, por consequência, da grandeza do feito realizado pelo rei D. João I e pelos infantes. Desse modo, sobressaem-se nos dizeres dos mouros as especificidades de Ceuta, considerada a flor da África e a rota do comércio africano de ricas mercadorias, como tanto explorou a historiografia do século XIX e início do XX.

Cabe ainda dizer, de maneira mais breve, pois o assunto já foi abordado no capítulo anterior e de maneira diluída neste capítulo, de um último *topos* nas crônicas medievais ibéricas, ou seja, as narrativas centradas nos reis e no tempo dos reinados referidos. Desse modo, pode-se considerar que, na *Crónica da Tomada de Ceuta*, Zurara constrói a glorificação da geração de Avis, segundo ele: “aqueles a quem Deus quis dar nobreza de geração”¹²⁹, a partir do destaque de D. João I na narrativa. Nesse sentido, a exemplo das crônicas régias anteriores, é o rei quem decide, articula e executa os feitos importantes. Nessa crônica, apesar de a figura de D. Henrique já estar ressaltada, os infantes D. Duarte e D. Pedro também ocupam uma posição destacada. Entretanto, o mesmo não ocorre com a *Crônica dos Feitos da Guiné*, em que a figura de D. Henrique

¹²⁷ ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*, p. 248.

¹²⁸ *Ibid.*, p. 248.

¹²⁹ *Ibid.*, p. 61.

impõe-se enquanto os outros infantes são apagados.¹³⁰

A imagem construída por Zurara do infante D. Henrique encontra-se muito mais próxima da de um cruzado ideal e exemplar do que de um descobridor e homem de negócios. Como Zurara coloca nas palavras de D. Henrique: “que me prestou a mim ser o primeiro capitão que El-rey, meu senhor e padre, mandou que filhasse terra, pois, com tão pouco trabalho, havia de ver a minha vitória ou que glória poderei ter no dia da minha cavalaria, se a minha espada for molhada no sangue dos infiéis”.¹³¹ É em Zurara, portanto, que se dá início a supervalorização de D. Henrique, apresentado como um cavaleiro e cruzado, exemplar no querer e na vontade. Esta representação está de acordo com as pretensões do encomendador das crônicas de Zurara, D. Afonso V, que ordenou ao cronista que compusesse “todos os feitos notáveis que se passaram na conquista da Guiné, por mandado e muito alto e muito honrado príncipe muito virtuoso senhor, o infante D. Henrique”.¹³² Na *Crônica da Guiné*, nesse sentido, D. Henrique é descrito como o mais devoto a Deus e à fé, prudente, avisado, temperado, franco e humano, entre outras virtudes menores. Assim, além do modelo comportamental e valorativo da época, a saber, o serviço de Deus, do rei e da Cristandade, aparece na crônica de Zurara a vassalagem ao infante D. Henrique. A *Crônica da Guiné*, portanto, apresenta as viagens, escaramuças e razias sob o ponto de vista de feitos valorosos praticados por criados ou enviados da casa do infante, cujo sentimento que os move é o “do serviço de Deus e do Infante Nosso Senhor”.¹³³ Em outras palavras, as crônicas de Zurara enfatizam os feitos pela perspectiva dos atos comandados pelos membros da dinastia de Avis, em especial D. João I e D. Henrique, e não presta, portanto, quase atenção – talvez porque não se tinha consciência delas – às terras e às gentes contatadas.¹³⁴

Depois de abordar algumas tópicos das crônicas medievais e que se repetem nos escritos de Zurara, é possível concluir que ao mesmo tempo em que o cronista segue os modelos cronísticos de sua época, amplamente baseado no modelo iniciado por Afonso X, de Castela, ele insere perspectivas e temáticas novas. Porém, as suas crônicas não propriamente constroem a história do início da expansão portuguesa, mas das conquistas territoriais na África a partir de uma perspectiva cavaleiresca. A tomada de

¹³⁰ THOMAZ, Luís Filipe; ALVES, Jorge Santos. Da Cruzada ao Quinto Império. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada. *A memória da nação*, p. 87.

¹³¹ ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica da Tomada de Ceuta*, p. 18.

¹³² Id., *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 44.

¹³³ Ibid., passim.

¹³⁴ THOMAZ, Luís Filipe; ALVES, Jorge Santos. Da Cruzada ao Quinto Império. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada. *A memória da nação*, p. 89.

Ceuta torna-se em Zurara, comparado com os escritos anteriores a ele que abordaram o tema, um episódio de glorificação dos portugueses e passa a ser pensada como um grande acontecimento, no qual o desfecho do ataque com seus onerosos gastos, que tanto atormentavam os homens da década de 1430, é minimizado. Em outras palavras, pode-se afirmar que, na *Crónica da Tomada de Ceuta*, principal e mais célebre narrativa sobre o evento, e nos trechos sobre Ceuta da *Crónica da Guiné*, não há a perspectivização de conjunto nem a visão global da expansão portuguesa perceptível nos cronistas quinhentistas e na epopeia camonianiana.¹³⁵ Dessa forma, deve-se considerar que a tomada de Ceuta, na obra de Zurara, é muito mais um episódio notável da história do reinado de D. João I e dos infantes do que um evento a ser tomado como marco inaugural para o que paulatinamente passou a ser entendido como expansão portuguesa fora do continente europeu.¹³⁶ Nota-se, assim, nas crônicas de Zurara, que a viagem em si praticamente não é referida, já que o interesse predominante do cronista – que não é um viajante, mas sim um cronista no sentido clássico da palavra – é o registro da problemática levantada no reino para a realização das empresas, ou seja, a formação de um panegírico dos promotores dos empreendimentos, D. João I, no caso de Ceuta, e D. Henrique, no caso da Guiné.¹³⁷ O curso dos descobrimentos, todavia, é que teria mudado o sentido atribuído à Tomada de Ceuta,¹³⁸ quando o discurso historiográfico¹³⁹ da expansão passou a eleger, definitivamente, como termo *a quo* da narrativa, a tomada de Ceuta no norte de África em 1415.¹⁴⁰

¹³⁵ O historiador Luís Filipe Barreto considera que as crônicas de Gomes Eanes de Zurara devem ser tomadas como um discurso histórico de transição, ainda não devem ser consideradas como crônicas da expansão, pois a obra dele é composto por uma narrativa predominantemente medieval (com valores cavaleirescos conduzindo trama), embora já tenha a presença de enunciados de cultura renascentista. Ver: BARRETO, Luís Felipe. *Descobrimientos e Renascimento*. Formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1983, p. 63.

¹³⁶ Zurara ainda prioriza como condutor da sua narrativa o governo régio como o cronista Fernão Lopes. Ver: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A Historiografia Portuguesa*. Lisboa: Editorial Verbo, 1972.

¹³⁷ RADULET, Carmen M. *Os descobrimentos portugueses e a Itália*. Lisboa: Veja, 1991, p. 30.

¹³⁸ As crônicas portuguesas do século XVI. In: GIL, Fernando; MACEDO, Helder. *Viagens do olhar*, p. 178.

¹³⁹ Entendo aqui os escritos dos cronistas como obras historiográficas, pois sua escrita possui uma unidade de sentido, têm a pretensão de afirmar uma verdade e trazem reflexões sobre seu próprio fazer, na medida em que descrevem, em muitos casos, a elaboração da crônica, a seleção das fontes e os objetivos da escrita. Analisando essa questão, Georges Martin aponta que o modelo historiográfico afonsino, que é seguido pelos cronistas medievais portugueses, tem uma concepção de acumulação da verdade; tem preocupação histórica: cuidado com as fontes; enfoca o passado de um ponto de vista político e ilustra a autoridades do rei. O que faz com que as crônicas afonsinas possam ser pensadas como obras historiográficas. Ver: GEORGES, Martin. *La historia afonsí: El modelo y sus destinos (siglos XIII – XV)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2000, p. 17; MONOD, G. *Études Critiques sur les sources de l'histoire mérovingienne*. Paris: Elibron Classics, 2006, passim.

¹⁴⁰ REBELO, Luís de Sousa. Op. cit., p.175.

3.3 Ceuta: de terra de mouros a base de um império

O cronista e gramático de meados do século XVI, João de Barros (1496-1570), também conhecido como o Tito Lívio português, considerou que só era possível saber acerca da história de Portugal no tempo do infante D. Henrique devido às crônicas de Zurara, cronista tido em alta conta por Barros:

De escrever os quais feitos teve cuidado Gomes Eanes de Zurara cronista destes reinos: homem neste mister da história assaz diligente, e que bem mereceu o nome do ofício que teve. **Porque se alguma coisa há bem escrita das crônicas deste reino é da sua mão:** assim, dos tempos em que ele concorreu como de alguns anos atrás, de coisas que não havia escritura.¹⁴¹

Barros, a partir dos escritos de Zurara, descreve que o principal intento do infante D. Henrique, com a saída portuguesa para a África, era “atrair as bárbaras nações ao jugo de Cristo”.¹⁴² O cronista defende, ainda, a partir dos exemplos retirados das ações henriquinas, que os bens temporais que estivessem sob o poder de injustos possuidores poderiam, caso conquistados, ser repartidos entre os fiéis. Ou seja, ao mesmo tempo que se refere ao passado, o Tito Lívio português apresenta e justifica as pretensões cruzadísticas de seus contemporâneos, principalmente contra os turcos otomanos.¹⁴³ Para embasar seu argumento, Barros exemplifica que o mesmo havia ocorrido nas conquistas portuguesas de territórios ocupados pelos mouros na Europa e nas entradas lusitanas na África, iniciadas com “a tomada de Ceuta, e depois no descobrimento e conquista da Etiópia”.¹⁴⁴ João de Barros, nesse sentido, procura defender o direito de posse sobre os bens dos infiéis, através da recordação dos feitos portugueses anteriores,

¹⁴¹ BARROS, João de. *Ásia: dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente. Primeira Década. Livro II.* Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1988, p. 63.

¹⁴² *Ibid.*, p. 63.

¹⁴³ O historiador Luís Filipe Thomaz discorda que a pressão turca otomana tenha sido uma das causas dos descobrimentos henriquinos. Para o historiador, tem-se apontado que um dos objetivos da expansão portuguesa era contrabalancear a crescente pressão turca otomana sobre os Balcãs, desde o final do século XIV, atacando no Índico o mundo muçulmano. Embora não seja de excluir que o avanço otomano na Europa tenha excitado a alergia ao Islã e agudizado a consciência do perigo muçulmano, Thomaz considera que um plano estratégico da envergadura do que por exemplo Joaquim Bensaúde atribui a D. Henrique nem parece compatível com a visão geopolítica que este poderia ter, nem mesmo realista – já que a pressão dos Turcos se exercia de momento sobretudo sobre os Balcãs, enquanto as portas de saída para o Índico, o Mar Roxo e o Golfo Pérsico só lhes vieram às mãos respectivamente sob Selim I (1512-1520) e Solimão, o Magnífico (1520-1566), quando a política otomana se orientou decididamente para sul, numa época em que os Portugueses andavam já no Índico havia uma vintena de anos. Cf. THOMAZ, Luís Filipe. *De Ceuta a Timor*, p. 8-9.

¹⁴⁴ BARROS, João de. *Op. cit.*, Livro I, p. 29.

em uma tentativa, pois, de legitimar os planos dos reis D. Manuel I e D. João III de organizar ações bélicas contra os muçulmanos na África e na Ásia, vislumbrando inclusive ajudar a colocar Jerusalém sob o domínio cristão.¹⁴⁵ Dois pontos desse discurso de João de Barros merecem, neste estudo, ser destacados. Primeiramente, o fato de Barros, ao recuperar a história da expansão portuguesa do século XV, recorrer, quase exclusivamente, a Zurara, reconhecendo-o como o principal cronista deste fenômeno que, para ele, deveria ser o centro da história portuguesa a ser registrada para a posteridade. Em segundo lugar, a clara associação da tomada de Ceuta aos descobrimentos dos territórios africanos além do Cabo do Bojador, fundamentando o direito de conquista e apropriação dos bens dos infiéis e dos gentios pelos cristãos. Grosso modo, a política de descobrimentos na costa africana narrada por Barros matiza as diferenças entre conquista de territórios mouros e exploração da África negra, sendo esse autor um dos exemplos claros de como a expansão portuguesa era pensada em meados do século XVI, quando o distanciamento temporal permitia fazer dela um processo linear. A partir desse ponto de chegada, é preciso tentar entender agora mais detidamente como a tomada de Ceuta foi sendo articulada ao longo dos anos.

Após a *Crónica da tomada de Ceuta*, de Zurara, as alusões ao feito encontram-se em escritos dispersos. Contudo, diferentemente das referências a Ceuta antes de Zurara, que oscilavam entre uma imagem positiva da conquista e uma imagem negativa da manutenção da cidade, o que se escreveu sobre o ataque de Ceuta, depois de Zurara, quase sempre remete ao cronista e veicula uma imagem bastante positiva do evento. Além disso, esses escritos atribuem à tomada de Ceuta um novo papel: o de exemplo a ser seguido. O escritor francês, Antoine de Salle, em suas *Consolações dirigidas a Catharina de Neufville*, Senhora de Fresne, escritas entre 1457 e 1459 – ou seja, apenas

¹⁴⁵ Alguns historiadores, como Luis Filipe Thomaz e Ana Isabel Buescu, têm considerado que se fecha em D. Manuel o ciclo da política imperial de caráter messiânico, no qual as profecias e o messianismo possuem abrangência e funcionam como armas justificadoras de guerras. O ponto fundamental da ruptura – que ocorreu na política expansionista no final do ano de 1521, com a morte de D. Manuel e a subida ao trono do rei D. João III, o *Piedoso* – diz respeito ao ideal cristão de Cruzada. Com o *Piedoso*, a saída portuguesa para o Oriente deixou de ser concebida como um meio que possibilitava a chegada ao Extremo Oriente e a Jerusalém, com isso, as Índias Orientais passaram a ser vistas e valorizadas por elas mesmas. Com a subida ao trono de D. João III, muitas ideias vigentes no reinado anterior foram postas de lado e até mesmo combatidas. Um episódio exemplar foi o caso da *Carta das Novas* [que do Preste João lhe chegavam] que D. Manuel mandou imprimir em Junho de 1521. Tratava-se a *Carta* de um documento sobre a expansão portuguesa que anunciava a queda de Meca e de Jerusalém. Poucos meses depois, com a morte de D. Manuel, os exemplares da *Carta* foram destruídos, restando hoje apenas uma cópia em Londres. Do mesmo modo, membros importantes do governo ultramarino manuelino acabaram presos, como D. Duarte de Meneses, filho do 1º conde de Tarouca, governador da Índia entre 1521 e 1524 e o cosmógrafo Duarte Pacheco Pereira. Cf. BUESCU, Ana Isabel. *D. João III*. Lisboa: Temas e Debates, 2008, p. 269; THOMAZ, Luis Filipe. L'idee Imperiale Manueline. In. AUBIN, Jean. *La Decouverte, le Portugal et l'Europe*. Actes du Colloque. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1990, p. 35-103.

alguns anos após *Crónica da tomada de Ceuta*, de Zurara –, por exemplo, considera a tomada de Ceuta como “santa e nobre conquista”, e enfatiza os feitos cavaleirescos da empreitada. Nesta, o escritor, único dos que registraram o evento que gozou da condição de testemunha ocular, ocupou um lugar de “homem bom e valente”.¹⁴⁶ La Salle tem a mesma visão dos fatos que o cronista português: a tomada de Ceuta foi, em síntese, um ato cavaleiresco, no qual os infantes puderam ser armados cavaleiros da forma mais honrada possível para o período, a saber, na guerra vitoriosa contra o infiel.

A imagem da tomada de Ceuta como um combate e uma vitória do cristianismo sobre o islã também é veiculada pela única composição em verso do século XV – pelo que se tem notícia – que menciona o feito. Tal referência encontra-se na *Tragedia de la insigne reyna Dona Ysabel*, composta por D. Pedro (1429-1466), condestável de Portugal e depois rei de Aragão: “aquele glorioso rei que a sua espada tão duramente fez sentir aos castelhanos, e os seus grandes exércitos passou nas partes da África, ganhando aos islamitas a nobre cidade de Ceuta”.¹⁴⁷ Não deixa, entretanto, de ser notória a escassez de textos poéticos que mencionam Ceuta após Zurara, provavelmente porque a guerra contra os mouros não era propriamente uma novidade, ao contrário, o reino português, desde sua consolidada fundação, em 1139, esteve marcado pelos símbolos da guerra contra os muçulmanos que ocupavam a Península Ibérica; tal guerra, portanto, foi a própria responsável pela ampliação e formação continental do território português. Os eventos expansionistas pela costa oeste da África eram, desse modo, vistos como mais notáveis, pois apresentavam aos europeus reinos e povos muitas vezes diferentes, ampliando seus conhecimentos geográficos e possibilitando ganhos com tratos de ouro, escravos e especiarias.

Além de evento cavaleiresco bem sucedido e, portanto, exemplar, a cidade de Ceuta aparece nas crônicas régias oficiais, nomeadamente, nas de Zurara¹⁴⁸ e Rui de Pina, como um entreposto importante na guerra contra os mouros. Para ali os portugueses se dirigiam antes e depois dos ataques e, em caso de necessidade, nas fugas.¹⁴⁹ Rui de Pina, por exemplo, na *Crónica de D. Duarte*, conta que antes do combate em Tânger, em 1437, o infante D. Henrique foi a Ceuta, que ainda era capitaneada por D. Pedro de Meneses, onde “achou já o conde de Arraiolos e outros

¹⁴⁶ LA SALLE, Antoine de. *Consolações dirigidas a Catharina de Neufville, Senhora de Fresne*, p. 23.

¹⁴⁷ Cf. Apud. ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*, p. XXII.

¹⁴⁸ Zurara na *Crónica de D. Duarte de Meneses* narra vários feitos de saques realizados contra campos e cidades muçulmanas no norte da África a partir do entreposto de Ceuta.

¹⁴⁹ Cf. FONSECA, Luís Adão da. *Navegación y corso en el Mediterraneo Occidental*. Los Portugueses a Mediados del Siglo XV. Pamplona. 1978, pp. 24-25.

fidalgos”,¹⁵⁰ e depois do ataque frustrado a Tânger, o infante também se refugiou na cidade.¹⁵¹ O mesmo ocorreu com o rei D. Afonso V, que após o ataque bem sucedido a Alcácer Ceguer, seguiu para Ceuta.¹⁵² Todavia, a referência mais significativa do cronista Rui de Pina em relação ao papel da cidade de Ceuta na segunda metade do século XV é colocada na boca dos mouros. Esse recurso narrativo é amplamente utilizado pelos cronistas tanto para enaltecer os feitos quanto, em contraponto, para encenarem isenção sobre o que estava sendo dito. Conta o cronista, em forma de diálogo, que os mouros, quando pediram a cidade de Ceuta como preço pelo resgate do infante D. Fernando, após o ataque de Tânger, o fizeram porque, se eles matassem os cristãos que estavam cercados, despertariam a ira da Cristandade e motivariam ainda mais a conquista da África. Assim, os mouros preferiram deixar os cristãos vivos e exigir a devolução de Ceuta, porque, segundo Pina, os mouros consideravam que ter a cidade sob o domínio cristão era ter “as portas abertas” para se fazer muitos danos na África.¹⁵³ Ou seja, o cronista apresenta, assim, a posse da cidade, diferentemente dos relatos anteriores a Zurara, como um ponto estratégico fundamental para os ataques cristãos a Marrocos, território considerado a porta de entrada para o mundo muçulmano e para outros mundos mais distantes.

Nos relatos de viagem que descrevem os descobrimentos atlânticos, ao contrário, a ênfase sobre a faceta cavaleiresca e religiosa da tomada de Ceuta abre espaço para outros vieses. Na documentação da segunda metade do século XV, surgem as primeiras pinceladas associando a tomada de Ceuta e os eventos expansionistas, em especial, as incursões para o sul do Cabo do Bojador; uma construção que se sustenta em torno da figura do infante D. Henrique, retratado como um misto de cavaleiro e de mercador: mercador por fora, pelo modo de vida, mas cavaleiro por dentro, na formação e na mentalidade.¹⁵⁴ Pode-se considerar que a associação de Ceuta com a figura do infante D. Henrique é decorrente da narrativa de Zurara, a qual enfatiza, como visto no subcapítulo anterior, o infante como um dos incentivadores e executores do ataque a Ceuta, onde depois foi armado cavaleiro. Contudo, o enfoque – importa destacar mais uma vez – da figura de D. Henrique e da expansão portuguesa por Zurara é prioritariamente cavaleiresco, pois o cronista não tinha consciência do que se tornaria a

¹⁵⁰ PINA, Rui de. *Chronica do sernhor rey D. Duarte*. In: _____: *Crônicas*, p. 538.

¹⁵¹ *Ibid.* p. 564.

¹⁵² Cf. *Id.*, *Chronica do sernhor rey D. Afonso V*. In: _____: *Crônicas*, p. 778.

¹⁵³ Cf. *Id.*, *Chronica do sernhor rey D. Duarte*. In: _____: *Crônicas*, p. 554.

¹⁵⁴ Cf. GODINHO, Vitorino Magalhães. *A Economia dos Descobrimientos Henriquinos*. Lisboa: Sá da Costa, 1962, p. 211.

aventura além-mar. O que se percebe é que a narrativa de Zurara ganha sentidos novos com o decorrer da política expansionista portuguesa, concomitantemente à construção da própria imagem do infante D. Henrique como explorador. Desse modo, é preciso não perder de vista que somente o curso dos descobrimentos levou retrospectivamente a que o infante D. Henrique fosse feito o pioneiro do descobrimento do caminho marítimo para a Índia, realizado quase quarenta anos após a sua morte. Com esses desdobramentos da expansão, o que passou a ser registrado tendeu a atribuir ao infante a elaboração de um grande plano expansionista e a condição de escolhido da Providência. Um plano de sucesso que se consumaria em 1497-99, com a viagem de Vasco da Gama de Lisboa à Índia através da costa africana.¹⁵⁵

O almoxarife e navegador a serviço de D. Henrique e de D. Afonso V, Diogo Gomes de Sintra, demarca, no início de seu texto, que no ano de 1415, “D. João de Castro [...], navegando pelo mar Atlântico, tomou pela força uma parte de uma ilha dita Grã-Canária”.¹⁵⁶ Em seu retorno, D. João de Castro “deparou com fortíssimas ondulações marítimas a que os portugueses chamam correntes, entre duas das ilhas que ficam além do Cabo Não”, onde Hércules colocou as colunas em que havia uma inscrição em língua portuguesa que quer dizer “quem passar além do Cabo Não, tornará, sim ou não”.¹⁵⁷ Sintra explica que Hércules colocou nesse ponto o termo da navegação, pois as correntes eram tão fortes, que delas era quase impossível regressar. D. João de Castro é caracterizado por ele como um capitão da armada do infante D. Henrique que foi mandado para saber de regiões estranhas e, quando retornou a Portugal, relatou ao seu senhor a possibilidade da navegação para além do Cabo Não. A partir de então, o infante teria ordenado que, periodicamente, embarcações navegassem pela costa africana. A menção ao ano de 1415 faz com que se misture no texto de Diogo Gomes de Sintra, talvez propositalmente, dois tempos históricos. Por um lado, Diogo Gomes de Sintra pode estar se referindo a uma suposta, e não documentada, aproximação às Canárias realizada por navios que seguiram na empresa de Ceuta, com o objetivo de ocupar alguma ilha não dominada por Castela, e com isso fundamentar o direito português de posse das Canárias, partindo do pressuposto de que a ilha pertenceria ao príncipe cristão cujo território estava mais próximo, ou seja, o Cabo de São Vicente.¹⁵⁸

¹⁵⁵ Cf. REBELO, Luís de Sousa. As crônicas portuguesas do século XVI. In: GIL, Fernando; MACEDO, Helder. *Viagens do Olhar. Retrospecção, visão e profecia no Renascimento português*, p. 182.

¹⁵⁶ SINTRA, Diogo Gomes de. *Descobrimiento Primeiro da Guiné*, p. 51.

¹⁵⁷ *Ibid.*, p. 51.

¹⁵⁸ Tais argumentos foram expostos pela primeira vez no Concílio da Basileia, em 1435 ou 1436, na

Por outro lado, Diogo Gomes de Sintra pode ter cometido um anacronismo involuntário e confundido aquele com D. João de Castro, que aparece entre os nobres que tomaram Ceuta, na *Crónica da tomada de Ceuta*, de Zurara,¹⁵⁹ o qual teria sucumbido de peste, com seu irmão D. Fernando de Castro, comandante, sob a ordem de D. Henrique, de uma expedição de conquista e evangelização das Canárias, em 1425.¹⁶⁰ Essa última expedição aparece na súplica apresentada por D. Duarte a Eugênio IV, em agosto de 1436, para fundamentar o direito português sobre as Canárias, direito que, entretanto, foi depois anulado devido à intervenção de Alonso de Cartagena junto à cúria pontifícia, no Concílio da Basileia.¹⁶¹ O que importa destacar, contudo, é a relação, proposital ou não, entre o ano da conquista de Ceuta e a política henriquina de descobrimento das ilhas atlânticas e da costa africana, demarcando o início das explorações ordenadas pelo infante. Dito em outras palavras, mesmo que Sintra tenha cometido um erro, o que se percebe na documentação é que a associação entre a tomada de Ceuta ou feitos de conquista contra os mouros da África e os eventos expansionistas henriquinos começa a ganhar corpo nesse período, embora timidamente.

A relação ainda sutil entre os empreendimentos guerreiros portugueses contra os mouros do norte da África e as viagens de descobrimentos ordenadas por D. Henrique é perceptível, por exemplo, no relato do viajante veneziano Luís de Cadamosto. Conta o veneziano que, entre as coisas notáveis realizadas por D. Henrique, o infante “se deu inteiramente à milícia do nosso senhor Jesus Cristo, guerreando os Bárbaros e combatendo pela Fé”.¹⁶² Em sua juventude, segundo Cadamosto, D. Henrique realizou “muitas coisas digníssimas em batalha com os Mouros; e, não só por sua própria pessoa como por sua indústria e desígnio, fez coisas dignas e de grande memória”. Seguindo o conselho de D. João I, no leito de morte, D. Henrique executou, junto com D. Duarte,

alegações de Alonso de Cartagena, bispo de Burgos, que defendeu o direito castelhano sobre as Canárias, contra as argumentações portuguesas. As “alegações” apresentam e refutam o direito de Portugal às Canárias. Cartagena realizou uma exposição detalhada das circunstâncias históricas favoráveis a Castela, que tinha imposto sua soberania sobre as ilhas desabitadas e naquelas onde seus colonos tinham se estabelecido e reclamou o direito de posse sobre a antiga Tingitânia, identificada como Tânger e a área do norte da África, pois tais regiões teriam sido possessão dos reis godos, sendo os reis castelhanos considerados seus legítimos descendentes. Cf. ARAÚJO, Julieta. *Portugal e Castela na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, 2009, p. 33.

¹⁵⁹ ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*, p. 233.

¹⁶⁰ Cf. Id., *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, p. 374-375.

¹⁶¹ O Concílio da Basileia recebeu esse nome, pois foi iniciado na Basileia, no ano de 1431 e permaneceu durante bastante tempo nesta cidade, decorreu, seguidamente, em outras cidades, como Ferrara e Florença, em diferentes anos.

¹⁶² CADAMOSTO, Luís de. *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, p. 84.

“muita guerra em África aos do reino de Gessa”¹⁶³ e, procurando meios possíveis de subjugar o dito reino, o infante “propôs-se fazer com que as suas caravelas armadas corressem ao longo da costa de Safim e Messa que são também do reino de Fez” e a “muitos lugares do qual reino bebem o mar Oceano pela parte de fora do estreito de Gibraltar”.¹⁶⁴ Assim, as caravelas de D. Henrique foram além do Cabo Não e cada vez mais longe. Embora não mencionando explicitamente o ataque a Ceuta, em 1415, Cadamosto indica as guerras às praças marroquinas como causa para as explorações henriquinas para além do Cabo Não, ou seja, a política expansionista henriquina pelo Atlântico é justificada pelo viajante como forma de auxiliar a conquista portuguesa dos reinos mouros do norte da África. Pode-se afirmar, dessa forma, que Cadamosto, ao relatar essa associação, ainda que de forma embrionária, é exemplar da maneira como as viagens henriquinas eram pensadas na segunda metade do século XV. Eventos vistos como conquistas, pois tratavam-se de caravelas armadas, mas também de caráter exploratório e que se relacionavam com o histórico do infante, que foi armado cavaleiro no combate ao infiel. É notório, portanto, que os viajantes, Diogo Gomes de Sintra e Luís de Cadamosto, que viajaram pela costa africana a serviço do infante ou sob sua autorização, constroem uma memória bastante enaltecida de D. Henrique, como descobridor e homem moralmente exemplar na condução da vida e da fé. Os feitos em que ele teve participação são do mesmo modo ressaltados, de forma que, a partir do desenvolvimento dos descobrimentos africanos é que a memória do infante vai sendo construída e com ela a história dos feitos passados na guerra aos mouros. A tomada de Ceuta, contudo, não aparece nesses relatos propriamente destacada em relação aos outros feitos guerreiros no norte da África, como Tânger, Arzila e Alcácer Ceguer. Tais relatos tendem a falar, de maneira geral e homogênea, de uma política guerreira nos reinos mouros africanos.

Desse modo, pode-se dizer que, após um período de pouca exaltação da tomada de Ceuta ou até mesmo certo esquecimento, outro é singularmente importante na construção do evento como o início da expansão portuguesa além-mar: em que reinava D. Manuel I,¹⁶⁵ o início do século XVI. Além de os portugueses, nessa época, terem possessões nos quatro continentes e buscarem construir uma ideia de império manuelino, é esse também o momento de florescimento da imprensa de tipos móveis em

¹⁶³ CADAMOSTO, Luís de. *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, p. 84.

¹⁶⁴ *Ibid.*, p. 85.

¹⁶⁵ No reinado de D. Manuel I que se resolve também um problema que perpassou todo o século XV, os diretos portugueses sobre Ceuta perante o papado romano.

Portugal, o que foi de suma importância para divulgação da imagem de D. Manuel e seu reino dentro e fora do território lusitano. Apesar da ideia de império proposta para o período manuelino, deve-se levar em conta que, nas definições jurídicas portuguesas do século XV sobre territórios além-mar, é possível encontrar a palavra “império”, no entanto, essa palavra aparece como sinônimo de poder juntamente com as palavras “foro” e “padroado”, que possuem caráter ainda generalista.¹⁶⁶ Já no início do século XVI, as definições jurídicas sobre as possessões portuguesas no ultramar começam a apresentar claramente a palavra “império” como sinônimo de “poder sobre”. É relevante lembrar que a documentação disponível sobre a história da expansão portuguesa no reinado de D. Manuel I é consideravelmente maior do que dos reinados anteriores: além de crônicas e documentos de arquivo, há uma série de brochuras impressas que apresentam aspectos da propagação da imagem imperial manuelina.¹⁶⁷ Destacam-se, entre eles, os seguintes documentos: cartas de D. Manuel, o prólogo da *Crónica de El Rey D. Afonso Henriques*, escrito por Duarte Galvão, em 1505, os *Autos* e as *Farsas* de Gil Vicente, os poemas reunidos no *Cancioneiro Geral*, de Garcia de Resende, a introdução do *Livro de Marco Pólo*, impresso por Valentim Fernandes, em 1502, e o prólogo do *Esmeraldo de Situ Orbis*, de Duarte Pacheco Pereira, de 1506.

Três características têm sido apontadas como fundamentais para entender a concepção de império manuelino, a saber: o conceito de poder imperial, as ideias messiânicas em torno do rei e o sonho de Grande Cruzada¹⁶⁸ para conquista de

¹⁶⁶ Para saber sobre as possíveis concepções de império no século XV, ver a tese: SALES, Mariana Osue Ide. *O império do Quinto Afonso de Portugal (1448-1481)*, p. 46.

¹⁶⁷ THOMAZ, Luis Filipe. L'idee Imperiale Manueline. In. AUBIN, Jean. *La Decouverte, le Portugal et l'Europe*. Actes du Colloque, p. 37.

¹⁶⁸ Na sequência dos primeiros triunfos claros no Índico e da criação formal do Estado da Índia, D. Manuel I procurou tomar a iniciativa. Assim, em 1506, buscou organizar a Grande Cruzada com apoio direto de D. Fernando, o Católico, e de Henrique VII e o eventual apoio do imperador, do rei de França e do rei da Hungria. Duarte Galvão, seu secretário, foi enviado a Luís XII, a Maximiliano e a Júlio II, enquanto Frei Henrique de Coimbra visitou as cortes de Castela e da Inglaterra. Henrique VII aceitou o projeto de boa vontade, mas Fernando enfrentava graves dificuldades internas, devido à chegada em Castela da rainha Joana e de Filipe da Áustria. O papa Júlio II, por sua vez, não se interessou pelo projeto. Diga-se, a propósito, que este pontífice, demasiado embrenhado nas guerras da Itália, foi pouco favorável à causa manuelina. Relata-nos Zurita, o cronista aragonês, que em Janeiro de 1509 o papa propôs a concórdia e cruzada contra os Turcos “e que se o Sacro Colégio concordasse, se escrevesse aos reis de Portugal, Inglaterra e Escócia, que se apresentassem tal como haviam oferecido”; o cronista acrescenta que Fernando, nessa ocasião, manifestou interesse em também participar na empresa. Este texto mostra uma vez mais, que Portugal era considerado como uma das potências da cristandade, e que muitos príncipes europeus alimentavam a ideia de Grande Cruzada. No entanto, esses planos acabaram por gorar, pois as divisões no seio da cristandade, que estava prestes a cindir-se por via da reforma protestante, impediram a sua realização. Cf. COSTA, João Paulo Oliveria e. *D. Manuel I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010, p. 179.

Jerusalém.¹⁶⁹ Logo após o retorno de Vasco da Gama a Portugal, da sua primeira viagem à Índia, em 1499, D. Manuel adotou o título régio: *Senhor da conquista e da navegação e comércio de Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia*. O direito de conquista sustentou-se sobre a recordação da atitude política de Fernando Magno (1016-1065), rei de Leão e Castela, que, além de ocupar territórios pertencentes aos mouros, cobrava tributos, as *páreas*, dos territórios que estavam sob seu domínio. Do mesmo modo, D. Manuel recebeu juramentos de vassalagem de outros soberanos, como o rei de Quiloa ou de Ormuz, além de promover a coroação do rei de Cochim com a atribuição de uma *tença* anual. A projeção manuelina como “rei dos reis” também aparece perceptível na criação do Estado da Índia, em 1505, e na nomeação de D. Francisco de Almeida como o seu primeiro vice-rei. O direito de controlar a navegação relacionava-se ao sistema de *cartazes* ou salvo-condutos, ou seja, D. Manuel tinha o direito de cobrar taxas pela navegação oceânica e decidir quem poderia ou não navegar no Oceano Índico. Esses elementos, juntamente com a propagação da imagem dinástica, ajudam a pensar a construção da imagem do império manuelino. Por exemplo, o cosmógrafo Duarte Pacheco Pereira, homem experiente das viagens de exploração oceânica e das guerras asiáticas, trata D. Manuel, no prólogo do *Esmeraldo de Situ Orbis*, por “majestade”, ou seja, opta por uma designação que, na época, era uma prerrogativa imperial, e ainda o denomina “César Manuel”.¹⁷⁰ Apesar da construção de uma imagem imperial, D. Manuel não se candidatou ao título de imperador do Sacro Império Romano, quando este esteve vago em 1519. O Venturoso esperava ser o imperador universal, não mais do Império Romano, mas do Quinto Império, o império apocalíptico que inauguraria o reino de Deus sobre a terra.¹⁷¹ Desse modo, D. Manuel aparece nos escritos do período como o escolhido para a criação de um Quinto Império, devido principalmente à forma como ascendeu ao trono e aos resultados expansionistas do seu reinado.¹⁷² Além desse

169 COSTA, João Paulo Oliveria e. *D. Manuel I*, p. 175.

170 Cf. *Ibid.*, p. 175-176; THOMAZ, Luis Filipe. L'idee Imperiale Manueline. In. AUBIN, Jean. *La Decouverte, le Portugal et l'Europe*, p. 35-103.

171 THOMAZ, Luis Filipe. *Op. cit.*, p. 49.

¹⁷² Sucessivos golpes do destino proporcionaram a D. Manuel, filho de Dom Fernando, Duque de Viseu e de Dona Beatriz, um protagonismo que ninguém vaticinaria, na ocasião de seu nascimento, em Alcochete, a 31 de maio de 1469. Num reino onde a sucessão dinástica raramente saiu do modelo clássico de transmissão de poderes de pai para filho, o caso de D. Manuel torna-se mais expressivo. Na verdade, foi mesmo o único monarca português que não era filho de rei, além das exceções óbvias do Fundador, do Restaurador e de D. Sebastião, sendo que este último sucedeu naturalmente a seu avô. O único filho legítimo de D. João II, o príncipe D. Afonso, morreu em 1491. Como D. João II tinha apenas uma irmã, D. Joana, que professara a vida religiosa, com o acidente de D. Afonso extingue-se toda a descendência de D. Afonso V. Assim, a concretização da sucessão dinástica tinha de ser assegurada por uma outra linhagem da família real, que entroncava no rei D. Duarte e passava pelo seu filho segundo, o infante D.

caráter messiânico, os escritos dessa época anunciam o propósito manuelino de realizar uma grande cruzada para a libertação de Jerusalém.¹⁷³ Dito isso, observa-se que as menções acerca da tomada de Ceuta no período manuelino, que aparecem com mais frequência em relação ao período anterior, ora tenderam a ressaltar os feitos portugueses contra os muçulmanos e, com isso, legitimar o sonho de cruzada manuelino contra os turcos otomanos, ora buscaram construir o início do império que, na visão coeva, chegou ao auge no reino de D. Manuel. Assim, essas menções tiveram papel decisivo na composição de uma unidade histórica para os territórios portugueses dispersos nos quatro continentes.

Se nos relatos da segunda metade do século XV podem-se perceber, ainda timidamente, as primeiras pinceladas da associação entre os ataques portugueses no norte da África e as expedições exploratórias abaixo do Cabo do Bojador, essa associação ganha mais força, no início do século XVI, quando os documentos enfatizam dois pontos da construção da imagem do império manuelino: a guerra contra o islã e o messianismo manuelino. No primeiro caso, a guerra no norte da África é proposta como forma de manutenção do compromisso português de combater infiéis. Isso porque, no início do século XVI, os europeus começam a tomar consciência da novidade e da dimensão dos mundos descobertos. Contudo, a despeito do predomínio do comércio sobre a conquista territorial, pode-se afirmar que a ideia de guerra santa permanece nos textos portugueses acerca da expansão, muito provavelmente porque, ao contornarem a África e atingir a Índia, os portugueses depararam mais uma vez com seus inimigos ancestrais, os muçulmanos, que se tornam rivais mercantis na Índia. Soma-se a isso a ideia de recuperação de Jerusalém, revivida com a chegada dos portugueses à Índia,

Fernando, falecido em 1470 e herdeiro do infante D. Henrique. Era, pois, na descendência deste infante que passava a recair a herança do trono português, mas da sua vasta prole masculina só restava precisamente D. Manuel, o mais novo. Com efeito, todos os seus cinco irmãos (D. João, D. Diogo, D. Duarte, D. Simão e D. Dinis) haviam falecido até 1484. A realeza de D. Manuel I foi alcançada assim, em primeiro lugar, pelo falecimento de seis membros da família real mais bem colocados que ele para sucederem a D. João II. Além disso, a morte precoce do Príncipe Perfeito, com apenas 40 anos, e, sobretudo, da ausência de outros filhos, quer de D. Afonso V, quer de D. João II, e ainda do príncipe D. Afonso, beneficiou a ascensão ao trono de D. Manuel. Cf. COSTA, João Paulo Oliveria e. *D. Manuel I*, p. 24-25.

¹⁷³ Apesar da força das ideias imperialistas divulgadas durante o governo de D. Manuel, o historiador Sanjay Subrahmanyam questiona se é possível dizer que os portugueses possuíram um império ou se os historiadores imperialistas oitocentistas é que tenderam a pensar causas eurocêntricas para a expansão europeia. Proposição reforçada pela tendência dos documentos asiáticos dos séculos XVI e XVII a afirmarem que os portugueses não eram importantes na Ásia ou a apenas ignorá-los, sugerindo que as tribos viviam mais preocupadas com suas próprias atividades do que com os forasteiros. No entanto, Subrahmanyam admite ser muito difícil separar o mito do império português da história. Cf. SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O império Asiático português, 1500-1700*. Uma história política e econômica. Lisboa: Difel, 1993, p. 1-11.

dada sua proximidade com a Terra Santa.¹⁷⁴ Desse modo, a valorização dos feitos portugueses passados na guerra contra o infiel é um traço recorrente na documentação do período manuelino e ajuda a legitimar a política expansionista vigente, como ocorre no *Auto da Fama*, composto por Gil Vicente e representado para D. Manuel e para a rainha D. Leonor, em 1510. Nesse *Auto*, bastante exemplar das ideias divulgadas acerca do “protagonismo” português na expansão europeia, Gil Vicente apresenta uma mocinha guardadora de patos como a personagem Fama, que tem como ajudante um parvo. Diante dela apresentam-se um francês, um italiano e um espanhol. Cada um tenta levar Fama para o seu reino, mas ela mantém-se firme de que pertence a Portugal. No diálogo entre Fama e seus pretendentes, Gil Vicente realiza uma descrição do poderio lusitano, enumerando as terras descobertas e os povos subjugados, e compara os feitos portugueses – mais notáveis – com os realizados pela Itália, Castela e França. No desenrolar da farsa, chegam a Fé e a Fortaleza, coroam com louros a personagem Fama e a colocam num carro triunfal. Levam-na ao som de música e consagram seu pertencimento a Portugal. Dentre os elementos que na farsa compõem a grandeza dos portugueses não podiam faltar a guerra na África e o consequente domínio dos portugueses sobre a região, através da edificação de fortalezas e da cobrança de impostos, o que é lembrado e exaltado pela personagem da Fama:

[...] E vos dirá Damasco quantos lhe dá
 De combates Portugal,
 Com vitória tão real
 Que nunca se perderá.
 Chegais a Jerusalém,
 O qual vereis ameaçado,
 E o mourismo irado,
 Com pezar do nosso bem:
 E os desertos
 Achareis todos cobertos
 D'artilharia e camelos
 Em socorro dos castelos,
 Que já Portugal tem certos.
 Sabei em África a maior
 Flor dos mouros em batalha,
 Se tornorão de palha,
 Quando foi na Azamor.
 Se, sem combate,
 A trinta léguas dão resgate,
 Comprando cada mês a vida;
 E a atrevida Almedina

¹⁷⁴THOMAZ, Luís Filipe; ALVES, Jorge Santos. Da cruzada ao Quinto Império. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada. *A Memória da Nação*, p. 129.

**E Ceuta se tornou parte
Tributário e cativos**
Eles com seus lugares,
Com camelos dez mil pares,
Porque os deixassem vivos.¹⁷⁵

Percebe-se que Gil Vicente, no seu jogo alegórico, tece louvores à glória portuguesa após os descobrimentos e exalta que a fama pertence aos portugueses tanto pelos feitos de além mar quanto pela guerra aos muçulmanos. É notório também que a tomada de Ceuta aparece destacada entre os feitos guerreiros no norte da África. Já na *Tragicomédia de Exortação da Guerra*, igualmente representada para D. Manuel, em 1513, o dramaturgo tenta alegrar a corte régia através do recurso à exaltação da guerra manuelina através do uso do passado, ou melhor, da recordação da missão histórica do monarca de perpetuar a guerra aos islâmicos na África e na Ásia, sendo Deus o condutor do desígnio português:

Avante! Avante! Senhores!
Que na guerra com razão
Anda Deus por capitão
Ta la la la lã, ta la la lã
Guerra, guerra, todo estado!
Guerra, mui cruel!
Que o gran Rei Dom Manuel
Contra os mouros está irado
Tem prometido e jurado
Dentro do seu coração
Que poucos lh'escaparão.¹⁷⁶

Desse modo, Gil Vicente pode ser visto como uma das peças da construção da imagem manuelina e da missão expansionista portuguesa através da recomposição dos eventos passados e da proposição de ações que deviam ser tomadas no futuro. Assim, a conquista de Ceuta é abordada como o início, o anúncio e o exemplo exitoso da guerra portuguesa contra os mouros em territórios fora do continente europeu que D. Manuel deveria continuar a empreender.

Tal ideia aparece não só em Gil Vicente, mas também em documentos de outros gêneros,¹⁷⁷ como, por exemplo, no *Esmeraldo de Situ Orbis*, texto composto por Duarte

¹⁷⁵ Cf. VICENTE, Gil. Auto da Fama. In: *Obras de Gil Vicente*, Tomo III. Lisboa: Bibliotheca Portuguesa, 1852, p. 57-58.

¹⁷⁶ *Ibid.*, p. 366.

¹⁷⁷ Joaquim Barradas de Carvalho considera que o período, chamado por ele das *Grandes Descobertas*, ou seja, do primeiro quartel do século XV até seu final, foi objeto de um considerável número de textos.

Pacheco Pereira, entre 1505 e 1508, que pode ser considerado uma obra de síntese, pois possui característica seja de uma crônica medieval aos moldes das crônicas de Zurara, seja de um panegírico do rei D. Manuel, seja de um livro de cosmografia, seja de um roteiro de viagem ou um livro de geografia.¹⁷⁸ Tal obra, por ser uma síntese, é exemplar da recuperação dos feitos de guerra ao Islã para legitimar a política manuelina. Duarte Pacheco considera, dirigindo-se a D. Manuel, que Ceuta, Alcácer Ceguer, Tânger e Arzila pertencem a Portugal e a sua Coroa, “pois vai ora em noventa anos que Ceuta foi tomada por força das armas aos mouros por el-rei D. João I, o primeiro deste nome, da gloriosa memória, vosso bisavô; e os outros três por e- rei D. Afonso o quinto, vosso tio, de quarenta e sete anos para cá pelo mesmo modo, também por força de armas, aos Mouros os tomou”.¹⁷⁹ Argumentando acerca da necessidade da continuidade da guerra aos mouros, o cosmógrafo ressalta que a história mostra que sempre se fez guerra “a estes inimigos de nossa santa fé católica, a qual Vossa Alteza, de bem e melhor, com muitas vitórias, cada vez faz mais multiplicar”.¹⁸⁰ Assim, a antiga guerra com os mouros, em África, desde Ceuta, é relembada, nesse período, para justificar a conquista de territórios indianos e a construção de fortalezas na África. Pode-se dizer que a guerra aos mouros serviu a Portugal para justificar sua ampliação territorial. Em outras palavras, acredita-se que a necessidade de respaldar as ações de D. Manuel I fez com que a tomada de Ceuta fosse recuperada e enaltecida nesse período e não que as ações manuelinas fossem entendidas como resultado da política portuguesa desde a tomada de Ceuta, como propôs a historiografia citada na introdução desta tese. Apesar de a tomada de Ceuta ter sido vangloriada na pena de Zurara, no início do século XVI, as preocupações são outras e o evento é retomado com outros contornos.

Deve-se levar em conta, por exemplo, que a imagem de D. Manuel como

Balizado entre a *Crónica da Guiné*, de Zurara, de 1453, e o *Esmeraldo de Situ Orbis* de Duarte Pacheco Pereira, de 1508, que apesar de ser do início do século XVI, sintetiza o período anterior. Tal produção pode ser classificada em dois tipos, pois apresenta diferenças profundas entre seus autores. A Idade Média foi marcada pelas crônicas, descritivas, cronológicas e com centralidade na figura régia, já com as descobertas surge a literatura de viagens, composta por homens de uma nova mentalidade, mais preocupados com a descrição dos roteiros, dos lugares encontrados e dos produtos comercializados. Contudo, como a literatura não é homogênea nem as diferenças inconciliáveis, nas obras cronísticas, aparecem descrições de viagens, escritos de bordo, roteiros, livros de geografia e cosmografia. E há até mesmo cronistas que são autores de roteiros, geografias e cosmografias, como é o caso de Duarte Pacheco Pereira. Embora considerando que Zurara e Duarte Pacheco são homens diferentes, fazem parte de classes sociais diferentes, viveram em momentos históricos diferentes e possuem propósitos diferentes na elaboração de seus textos, é possível encontrar semelhanças em suas obras. Cf. CARVALHO, Joaquim Barradas de. *A la recherche de la spécificité de la renaissance portugaise*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1983, p. 273-274.

¹⁷⁸ Ibid., p. 399-400.

¹⁷⁹ PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 56.

¹⁸⁰ Ibid., p. 56.

propagador da fé cristã é construída através de dois aspectos: o monarca como combatente ao infiel através da proposta de convocação de cruzada com apoio papal e a disseminação do cristianismo nos novos mundos recém-descobertos, através do envio de missionários e da formação de sacerdotes locais. Ou seja, a difusão do cristianismo no reinado manuelino não se construiu somente através da guerra aos mouros, mas foi acompanhada por uma política missionária de conversão e afirmação da fé. Segundo frei Gil de Viterbo, geral dos Agostinhos, D. Manuel seria “o rei messiânico que havia de derrotar definitivamente o Islã, reformar a Igreja e estabelecer o Império e a Paz Universal”.¹⁸¹

A imagem construída acerca do rei D. Manuel no início do século XVI, portanto, centraliza-se na ideia de um rei afortunado e escolhido por Deus. Duarte Pacheco, por exemplo, afirma que

Entre todos os príncipes ocidentais da Europa, Deus somente quis escolher Vossa Alteza que este bem soubesse e recebesse e possuísse os tributos dos reis e príncipes bárbaros do Oriente, os quais Roma no tempo da sua prosperidade, quando mandava numa grande parte do orbe, nunca assim os pôde haver em fazer tributários.¹⁸²

Assim, ao mesmo tempo em que a figura manuelina aparece destacada e superior em relação aos demais príncipes cristãos, entre eles os antigos romanos, como nesse trecho de Duarte Pacheco – ideia também compartilhada por Valentim Fernandes e Duarte Galvão –, os feitos antepassados de D. Manuel e os reis antigos de Portugal são recuperados e ajudam a compor a apologia ao monarca. Nessa construção, duas figuras, além do rei D. João I já citado, são peculiarmente importantes, a saber, o primeiro rei português D. Afonso Henriques e o infante D. Henrique. Tais figuras servem, a princípio, para compor a herança histórica e heroica de D. Manuel, mas também apresentam Portugal como um reino que, apesar de pequeno, foi destinado a grandes feitos.

O início do século XVI consolidou os discursos legitimadores das origens do reino português através da recuperação da figura de D. Afonso Henriques no discurso político da época,¹⁸³ através, principalmente, da maturação do milagre de Ourique¹⁸⁴

¹⁸¹ O monarca, nesse sentido, não realizou envios sistemáticos de clérigos para essas áreas, mas trabalhou para realizar a conversão dos príncipes dos respectivos povos contatados. Assim, D. Manuel incentivou, principalmente, a preparação de sacerdotes africanos e indianos, continuando a política de seu antecessor D. João II. VITERBO, Frei Gil de. Apud. COSTA, João Paulo Oliveira e. *D. Manuel I*, p. 177.

¹⁸² Cf. PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 176.

¹⁸³ BUESCU, Ana Isabel. *Na corte dos reis de Portugal: saberes, ritos e memórias*, p. 188.

¹⁸⁴ Os passos principais da narrativa de Duarte Galvão acerca do milagre de Ourique são: na tarde véspera

narrado na *Crónica de El-Rey D. Afonso*, de 1505, encomendada por D. Manuel ao cronista Duarte Galvão. O cronista ajuda, nessa crônica, a compor a imagem messiânica de D. Manuel, rei a quem caberia consumir um império cristão universal, amparado na ideia de que ele era herdeiro de uma monarquia legitimada pelo sagrado desde a sua fundação.¹⁸⁵ Considerando que a origem divina de uma nação, processo de construção, ou dos antepassados constitui-se em um dos modos mais eficazes de legitimação de um poder,¹⁸⁶ é possível notar no reinado manuelino a retomada das figuras de D. Afonso Henriques¹⁸⁷ e do infante D. Henrique, não só no plano da escrita como também da edificação de túmulos.

Em uma visita a Coimbra, em 1502, D. Manuel, segundo o cronista Damião de Góis, teria supostamente observado o estado de abandono em que se encontravam os monumentos fúnebres do rei D. Afonso Henriques, no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.¹⁸⁸ Em 1518, iniciou a edificação de novas sepulturas régias para a transladação do corpo do rei fundador, a qual veio ocorrer em 1520. Tal iniciativa de D. Manuel é exemplar da importância conferida à figura do monarca fundador, a quem se tentou inclusive canonizar em 1556.¹⁸⁹ Tal figura, embora não relacionada com a tomada de Ceuta, merece aqui destaque, pois não servia somente para legitimar a suposta “origem” do reino português, mas também para justificar os atos expansionistas, já que a guerra aos mouros e o aumento do território português sob o reino muçulmano iniciou-se já com esse monarca. D. Manuel, portanto, herdara um reino afortunado e destinado ao combate ao infiel desde sua fundação. Duarte Galvão afirma, por exemplo, que começará a escrever a gloriosa memória dos reis de Portugal, a pedido de D. Manuel, a

da batalha contra os exércitos do rei mouro Ismar e de quatro outros reis mouros em Ourique, ao sul do Tejo, e após ter incitado os seus soldados que não acreditavam na vitória em virtude da esmagadora superioridade do adversário, o príncipe Afonso Henriques recebeu em sua tenda a visita de um ermitão. Através dele, Cristo prometia a vitória sobre os infiéis e o seu aparecimento na cruz. O sinal dessa visão seria a campainha de uma pequena capela do ermitão. O príncipe orou então a Deus e a Virgem, e adormeceu. Na manhã seguinte, ao ouvir a campainha, saiu da tenda e teve a visão de Cristo na cruz, tal como lhe fora predito pelo ermitão. O príncipe foi aclamado rei pelos seus soldados, cumprindo-se então a dupla promessa divina – a vitória contra os mouros e a fundação do reino. Cf. BUESCU, Ana Isabel. *Na corte dos reis de Portugal: saberes, ritos e memórias*, p. 189; GALVÃO, Duarte. *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques*. Apresentação de José Mattoso. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995, cap. XIV e XV.

¹⁸⁵ THOMAZ, Luis Filipe. L’idée Imperiale Manueline. In: AUBIN, Jean. *La Decouverte, le Portugal et l’Europe*, p. 83-86.

¹⁸⁶ Cf. FINLEY, Mōses. “La constitution des ancêtres”. In: *Mythe, Mémoire, Histoire*. Paris: Flammarion, 1981, pp. 209-251.

¹⁸⁷ Para saber mais acerca da construção da figura mítica do infante D. Henrique, ver: RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. A origem mítica da monarquia portuguesa. In: _____. *A vida na Idade Média*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997, passim.

¹⁸⁸ Cf. GÓIS, Damião de. *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel (1566-1567)*, 1926, p. 204.

¹⁸⁹ Cf. BUESCU, Ana Isabel. *Na corte dos reis de Portugal*, p. 196.

partir de D. Afonso Henriques,

primeiro Rei de Portugal, fundador [...] por Deus ordenado, para tão alto cume da glória destes reinos, como se nele edificou, segundo, que seu imenso louvor não menos se verá ao diante, acrescentado e confirmado pelos Reis seus sucessores, os quais, contando desde o primeiro Rei, são por todos quatorze, com o Sereníssimo de todo louvor ilustrado D. Manuel.¹⁹⁰

Galvão completa que, não fugindo de seu desígnio e da honra sanguínea que D. Manuel deveria corresponder, o monarca foi perseverante e cuidadoso em prosseguir “por mar e por terra, guerra contra os mouros da África”, em socorrer a cristandade “contra os Turcos” e, finalmente, em ordenar o achamento e “conquista da Índia”.¹⁹¹ Além de seguir as ações de seus antecessores na guerra aos mouros,¹⁹² D. Manuel, segundo Galvão, teve o mérito de mandar descobrir “minas, terras outras, mares, climas, pólos, e gentes incógnitas, nunca antes sabidas nem conversadas”.¹⁹³

Desse modo, se D. Afonso Henrique foi o referencial de D. Manuel na guerra aos mouros, no que diz respeito aos descobrimentos atlânticos e índicos, outra figura é retomada com destaque, a saber, o infante D. Henrique. O culto ao infante, nesse momento, possui o elemento agregador do parentesco espiritual entre D. Manuel e D. Henrique. D. Fernando, irmão de D. Afonso V e pai de D. Manuel, foi o herdeiro adotivo do infante D. Henrique. Assim, D. Manuel, para promover o infante e seu avô espiritual, ordenava periodicamente a celebração de missas em sufrágio nas igrejas da Índia, exaltando o infante como “principiador e pai desta conquista”.¹⁹⁴ O cosmógrafo Duarte Pacheco, por exemplo, destaca que:

¹⁹⁰ Cf. GALVÃO, Duarte. *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques*, p. 9.

¹⁹¹ *Ibid.*, p. 3-4.

¹⁹² O rei D. Manuel I, vale lembrar, dedicou-se a várias incursões ao reino de Marrocos. Acerca disso, o historiador João Paulo Oliveira e Costa, afirma que “D. Manuel I investiu meios muito significativos na construção do Estado da Índia, ao mesmo tempo que controlava eficazmente o Atlântico. No entanto, a maior mobilização de meios humanos teve como destino uma área bem mais próxima – o norte da África. Com efeito, D. Manuel I, mau grado nunca ter passado em pessoa a Marrocos, manteve sistematicamente milhares de homens e largas dezenas de navios em ação neste teatro de operações”. O historiador defende, ainda, que a escolha de Ceuta para primeiro alvo da expansão portuguesa poderá ser resultado, entre outras coisas, do fato de os portugueses sentirem necessidade de impor sua vontade face aos vizinhos castelhanos diante da conquista da África. D. Manuel teria continuado, assim, a tradição de manter o direito de conquista (perante o papado) de alguns territórios africanos para os portugueses em relação aos reis católicos, que requeriam o direito de conquista África, depois tomarem posse de Granada. Cf. COSTA, João Paulo Oliveria e. *D. Manuel I*, p. 166, 192, 193.

¹⁹³ GALVÃO, Duarte. *Op. cit.*, p. 4.

¹⁹⁴ THOMAZ, Luís Filipe; ALVES, Jorge Santos. Da cruzada ao Quinto Império. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada. *A Memória da Nação*, p. 99.

[...] aprove que o dito Infante com todos reis que depois dele viessem por legítima sucessão, houvessem para sempre dos ditos promontórios de Nam e do Bojador em diante todas as ilhas, portos, tratos, resgates, pescarias e conquistas de toda a Guiné, descobertas e por descobrir, em oriental e meridional plaga e **índios inclusive** [...].¹⁹⁵

Percebe-se, portanto, que se constrói, no início do século XVI, a ideia, tão fortemente veiculada a partir de então, do plano henriquino de chegar às Índias, porém, nesse período, há uma diferença fundamental em relação às associações anteriores entre D. Henrique e as Índias. Antes, o termo Índia – vago e vasto – era atribuído às regiões desconhecidas a sul do Cabo do Bojador, no século XVI, ao contrário, o termo se torna mais restrito e específico depois da viagem de Vasco da Gama. Em outras palavras, quando os homens do início do século XVI atribuem a D. Henrique o plano de chegar às Índias estão se referindo às Índias orientais, cujo caminho foi aberto por Gama. A partir dessa associação, retrospectivamente se elabora a trajetória de conquistador e navegador do infante D. Henrique e começa-se a atribuir a ele a vontade de achar às Índias.¹⁹⁶ São, com isso, lançadas as bases para a construção de Ceuta como a primeira demonstração do espírito conquistador de D. Henrique, no sentido de ampliador do território português. A construção da imagem do infante no início do século XVI interessa, sobretudo, a esta tese, pois foi ela, como anteriormente adiantado, que ajudou a conferir valor e destaque à tomada de Ceuta, em um processo relativamente demorado, mas que já se anunciava em Zurara, o qual confere a D. Henrique um lugar destacado no ataque à praça de Ceuta. Assim, juntamente com a figura henriquina como precursora do plano das Índias, a tomada de Ceuta começa a ser pensada, no início do século XVI, como o primeiro ato de demonstração da honra e dos feitos de D. Henrique.

Uma obra que pode ser considerada exemplar e sintetizadora dessa ideia é a descrição do tipógrafo Valentim Fernandes: *Cepta e sua Costa*, de 1507. Antecede a descrição propriamente da cidade de Ceuta, a narrativa acerca da Índia, em que as possessões portuguesas na Índia – Cochim, Calecute e Cananor – aparecem referenciadas através de breves caracterizações desses lugares, dos seus povos, religião e costumes. Ou seja, em Valentim Fernandes, a Índia deixa de ser apenas um lugar abstrato e mítico para se tornar mais específico, descrito e visitado. A singularidade do

¹⁹⁵ Cf. PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 193.

¹⁹⁶ Os documentos do século XV, como visto no capítulo I, também se referem às Índias, porém tratava-se de uma ideia vaga. Já no século XVI, a localização da Índia se torna mais específica e os escritos relacionam as supostas Índias (termo vago e que designava, muitas vezes, quaisquer terras desconhecidas a sul e a oriente), que aparecem na documentação coetânea de D. Henrique, com Índias visitadas por Vasco da Gama.

texto também pode ser relacionada com a condição de Valentim Fernandes, tipógrafo alemão que teria vivido em Portugal entre 1495 e 1518. Além de ter sido o principal impressor em Portugal no período,¹⁹⁷ foi ele responsável por divulgar as novidades acerca das novas terras contatadas pelos portugueses na Alemanha. Regularmente, Valentim Fernandes enviava correspondência para seus conterrâneos acerca das atividades portuguesas. Entre os destinatários dessas missivas encontrava-se Conrado Peutinger (1465-1547), patrono de arte e amigo de Maximiliano I.¹⁹⁸ A miscelânea *Manuscrito de Valentim Fernandes*, que contém a descrição da costa de Ceuta, seria resultado desse intercâmbio.¹⁹⁹ O texto de Valentim Fernandes aborda a tomada de Ceuta, conciliando as duas perspectivas apontadas aqui: exemplo e início da guerra aos mouros fora do continente europeu e começo da expansão marítima portuguesa liderada pelo infante D. Henrique.

De início, Valentim Fernandes apresenta Ceuta, antes da conquista portuguesa, como uma das cidades mais importantes dos reinos mouros e a associa com as atividades comerciais: “essa foi uma das principais cidades no tempo dos mouros assim em edifícios como em riquezas e nobrezas e mercadorias e aqui havia a principal desta navegação delas para toda a terra do sertão”.²⁰⁰ Em Valentim Fernandes aparece também a ideia – tão veiculada posteriormente pela historiografia com preocupações econômicas – de que Ceuta é apontada como a chave entre o levante e o poente: “e estava em tanta prosperidade que quantos navios passassem pelo dito estreito [de

¹⁹⁷ Antes de 1500, foram impressos em Portugal, até onde se tem notícias, 28 livros, dos quais 8 foram impressos por Valentim Fernandes. Já na primeira década do século XVI, foram impressos 17 livros, sendo 9 por Valentim Fernandes.

¹⁹⁸ Cf. CARVALHO, Joaquim Barradas de. Valentim Fernandes. in Joel Serrão [dir], *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, [s.d.], pp. 548-549; PINTASSILGO, Joaquim Pintassilgo. Fernandes, Valentim. *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. I, [s.l.], Círculo de Leitores, 1994, p. 411.

¹⁹⁹ Curiosamente, embora Valentim Fernandes exercesse o ofício de impressor, a maioria dessas informações ficou na forma manuscrita. As epístolas por ele enviadas foram reunidas num volume que atualmente se encontra em Munique, tendo sido posteriormente publicadas sob o título *Manuscrito de Valentim Fernandes*. A miscelânea contém os seguintes textos em português: *Da Viagem de D. Francisco de Almeida*, *Descrição de Ceuta e Norte De África* e trechos da *Crónica da Guiné*, de Zurara. Em latim, a miscelânea apresenta *De Prima inventione Guinee*, de Diogo Gomes de Sintra. Descoberta em Munique, no século XIX, a miscelânea feita por Valentim Fernandes e chegada a notícia em Portugal, o Marquês de Resende tratou de lhe mandar fazer uma cópia, que foi encomendada ao paleógrafo alemão José Klausner, o qual assinou a 10 de Dezembro de 1848. Deram-lhe o título de *De Insulis et Peregrinatione Lusitanorum*. Esta cópia está hoje na Biblioteca Nacional de Lisboa. A Academia Portuguesa da História publicou esta obra em 1940, pela primeira vez, com o título *Manuscrito de Valentim Fernandes* e em 1997, pela segunda vez, com o título *Códice de Valentim Fernandes*. Cf. REMA, Henrique Pinto. Introdução História. In: SINTRA, Diogo Gomes de. *Descobrimento Primeiro da Guiné*, p. 34.

²⁰⁰ FERNANDES, Valentim. *O manuscrito de "Valentim Fernandes"*. Lisboa: Academia portuguesa da história, 1940, p. 33.

Gibraltar] quer de levante ou poente haviam de amainar as velas e qual não que isto não fazem logo as galês dos mouros a seguiam e a tomavam”.²⁰¹

Em seguida o tipógrafo relembra, aos moldes cronísticos, o protagonismo de D. João I na conquista da cidade: “ano de 1415 aos 14 de agosto El rei D. João, o primeiro deste nome, rei de Portugal, ganhou por força das armas esta cidade dos mouros”.²⁰² Apesar de Valentim Fernandes não datar a conquista de Ceuta pelos portugueses no dia 21 de agosto, como faz Zurara, segue os mesmos padrões dos cronistas do século XV em relação às narrativas dos ataques portugueses ao norte da África, ou seja, atribui a execução da guerra ao rei vigente. O mesmo se repete nas menções de outras expedições que seguiram a Ceuta: Alcácer Ceguer, Arzila, Tânger, Larache e Anafe, realizados por D. Afonso V.

Contudo, a afirmação mais significativa em relação a Ceuta elaborada por Valentim Fernandes diz respeito à associação deste ataque com os empreendimentos henriquinos ao sul do Cabo do Bojador:

O infante D. Henrique filho do rei D. João o primeiro, depois de Ceuta ganhada determinou a descobrir esta costa e ao longo, porque tinha notícia dos mouros que iam por ouro contra esta parte ocidental. E por isso mandou por muitas vezes homens que por experiência de grandes feitos entre outros foram avantajados nunca foi algum que ousasse de passar por este cabo do Bojador, e este só pela novidade do caso misturado com antiga fama, a qual ficava já entre os mareantes de Espanha, a qual ameaçava com o costumeiro dano.²⁰³

O tipógrafo, nesse sentido, é exemplar na ideia de continuidade entre a tomada de Ceuta e os descobrimentos atlânticos. O evento é mencionado por Fernandes claramente como o início ou o elemento desencadeador do processo expansionista. O que é reafirmado na introdução dirigida a D. Manuel do Livro de Marco Polo, impresso por Valentim Fernandes em 1502. Nela, o impressor afirma que “o mar Atlântico começa em Ceuta”.²⁰⁴ Tal afirmação pode ser interpretada de duas formas: Valentim Fernandes considerava a cidade Ceuta como o marco geográfico do início do mar Atlântico ou a tomada da cidade como começo histórico da saída portuguesa para além-mar. Ou poder-se-ia dizer que ambas as coisas não estão descoladas; o que parece ser mais coerente.

²⁰¹ FERNANDES, Valentim. *O manuscrito de "Valentim Fernandes"*, p. 33.

²⁰² *Ibid.*, p. 33.

²⁰³ *Cf. Ibid.*, p. 39.

²⁰⁴ *Cf. O LIVRO DE MARCO PAULO; O LIVRO DE NICOLAO VENETO; CARTA DE JERÓNIMO DE SANTO ESTEVAM*. Conforme a impressão feita por Valentim Fernandes em 1502. Lisboa: Oficinas gráficas Biblioteca Nacional, 1922, p. 3.

Dessa forma, vale ressaltar que em Valentim Fernandes é possível notar a associação, já anunciada por outros escritores, como Duarte Pacheco Pereira, Duarte Galvão e Luís de Cadamosto, de forma mais clara e arquitetada, já que os autores citados, na maioria das vezes, abordam a expansão de forma mais genérica. O que faz do impressor, portanto, exemplar da gestação da ideia de Ceuta como marco dos descobrimentos portugueses. Deve-se levar em conta que Valentim Fernandes, desde a sua crônica homônima, está embasado no cronista Gomes Eanes de Zurara, que se apresenta como a grande referência para relatar a tomada de Ceuta. O relato sobre Ceuta de Valentim Fernandes não só recupera as concepções apresentadas por Zurara, mas também compila parte do texto da *Crónica da Guiné* em seu manuscrito; ou seja, o impressor tinha familiaridade com os textos de Zurara. Os eventos expansionistas realizados na época de Valentim Fernandes, em particular o achamento do caminho marítimo para as Índias e a preocupação de D. Manuel em criar uma imagem de império português expansionista e evangelizador, ajudam a entender a escolha da tomada de Ceuta como marco inicial do processo expansionista.

No início do século XVI, portanto, são lançadas as bases para a construção e consolidação da tomada de Ceuta como início da expansão portuguesa, através da recuperação de um feito de guerra aos mouros fora do continente que serviu de marco para a saída marítima portuguesa – ideia que ganhou corpo a partir do descobrimento do caminho marítimo para a Índia. O processo de construção da imagem de Ceuta como marco das descobertas começa, portanto, a se articular apenas nesse período, pois as próprias ideias de América e de descoberta do caminho das Índias só se farão perceptíveis, de forma mais clara, na Europa em meados do século XVI.²⁰⁵ É somente neste século que os discursos acerca da expansão portuguesa para Índia virão a se tornar mais abundantes. Destacam-se, entre esses, os dos cronistas João de Barros, Damião de Góis, Fernão Lopes de Castanheda, Diogo do Couto e Gaspar Correia.

²⁰⁵ Cf. CORVISIER, André. *História Moderna*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976, p. 6.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao comparar a disposição para viajar dos habitantes da Índia em relação aos do seu reino, o viajante Jean de Mandeville, que se apresenta como cavaleiro inglês, atribui à regência dos astros celestes um papel significativo no gosto pelas viagens entre os ocidentais. Para ele, as gentes da Índia têm pouco interesse em se deslocarem para outros lugares, pois “vivem no primeiro clima, que está regido por Saturno, que é lento e dado a mover-se pouco. Ele tarda 30 anos para fazer sua volta pelos 12 signos, enquanto a Lua demora um mês para passar por eles”. Como Saturno é caracterizado pelo movimento demorado, as “gentes dessas terras, sob a influência desse clima regido por ele, tendem por natureza e vontade a não se deslocar”. Já a despeito de seus conterrâneos, o cavaleiro inglês observa o contrário, uma vez que eles se localizam “no sétimo clima, que está regido pela Lua, que tem um movimento rápido; é o planeta de passagem”. Por essa característica, a Lua fornece às gentes de sua terra vontade de deslocarem-se e caminharem “por diferentes rotas em busca de coisas estranhas e das diversidades do mundo, pois a Lua se move ao redor da Terra mais rapidamente que nenhum outro planeta”.¹ A peculiaridade notada por Mandeville acerca dos cristãos de seu tempo em relação à vontade de conhecer lugares diferentes e coisas estranhas tem sido uma característica recorrentemente atribuída aos homens ocidentais, que teriam chegado às terras distantes e desconhecidas movidos pela vontade saber e pelo espírito aventureiro.²

Essa percepção dos povos europeus acerca de si mesmos aparece não só nos textos de viagens terrestres para o oriente, mas pode ser considerada uma tópica dos relatos de viagens de um modo geral, entre os quais se inserem os textos portugueses quatrocentistas e quinhentistas. Ou seja, um dos motivos, propostos pelo escritos medievais, que teriam levado os portugueses a se arriscarem pelo mar tenebroso do Atlântico, como apresentado no primeiro capítulo desta tese, teria sido a vontade de saber o que lá havia. Contudo, no caso dos reinos ibéricos e, mais restritamente, no caso do reino português, a “vocaçãõ” de sair do continente em busca de novas terras parece contaminada por um outro elemento, de igual peso nas narrativas de cronistas, cartógrafos, viajantes, cosmógrafos, entre outros, a saber, as viagens de conquista para terras parcialmente conhecidas, como as praças mouras no norte da

¹ Cf. *Viagens de Jean de Mandeville*. Bauru: EDUSC, 2007, p. 157-158.

² O historiador Pierre Chaunu, ao comparar as técnicas de navegação nos séculos XIV e XV que possuíam os europeus e os chineses, conclui que os chineses possuíam aparatos técnicos mais avançados do que os europeus, contudo, os chineses não realizaram as descobertas, de Oriente para Ocidente, pois não tinham motivações que os conduzissem a sair do seu território de origem, como a vontade saber e a busca por rotas comerciais alternativas como foi o caso dos portugueses e espanhóis. Cf. CHAUNU, Pierre. *Expansão europeia do século XIII ao XV*. São Paulo: Pioneira, 1978, passim.

África. Ambas as buscas além-mar – a conquista de lugares familiares e a exploração de regiões novas – aparecem nas narrativas, compartilhando alguns valores e motivos como honra, proveito e glória, contudo, tais formas de sair de seu lugar de origem nem sempre se apresentaram conduzidas da mesma forma, com os mesmos objetivos, executadas pelo mesmo tipo de pessoas e ordenadas por uma continuidade histórica linear.

A tomada de Ceuta, alvo principal desta pesquisa, insere-se no contexto das viagens de conquista de terras conhecidas, entretanto, foram as viagens por caminhos incertos e a lugares distantes e não tão bem conhecidos, ao longo da segunda metade do século XV e XVI, que contribuíram para que fossem atribuídos novos valores e sentidos a esse evento. Assim, o jogo entre passado, presente e futuro, o certo e o incerto, o conhecido, o reconhecido e o desconhecido é que deu os contornos para o que se passou a pensar acerca da tomada de Ceuta no limiar do século XVI, a saber, o início da expansão portuguesa, da era das descobertas ou do império marítimo português, entre outras atribuições. O objetivo, portanto, desta tese foi interrogar as construções narrativas e seus pressupostos acerca da tomada de Ceuta ao longo do século XV e início do século XVI, percurso realizado com a finalidade de perceber como tal acontecimento passou de uma tomada de terras mouras, atividade já conhecida e praticada pelos cristãos em terras ibéricas e até mesmo em plagas africanas, a um evento que deu início a uma nova era da história do reino de Portugal no que diz respeito às grandes descobertas de além-mar, como o achamento do caminho marítimo para a Índia.

Vale lembrar, a respeito da construção dos sentidos históricos, que, para o historiador mexicano Edmundo O’Gorman, o grande inspirador desta tese, a história é “entendida não como um acontecimento que se “passa” com o homem e que, assim como sucedeu poderia não ter ocorrido, mera contingência e acidente que em nada o afeta, mas como algo que o vai constituindo em seu ser espiritual”, ou seja, segundo ele, a história é “entendida como uma modalidade daquilo que chamamos vida”.³ A partir dessa concepção, o historiador procura estabelecer uma análise do *modus operandi* e do *modus vivendi* da história da ideia de América, entendida como uma invenção e não uma descoberta, pois é um ente histórico imprevisto e imprevisível que vai se constituindo ao sabor do tempo e que provoca uma nova dinâmica de entendimento do mundo. Pensar, pois, a tomada de Ceuta como um evento que ganhou sentido e foi ressignificado ao longo tempo, devido ao desenrolar de outros eventos que propuseram novos atributos ao ataque português ao Marrocos, vai de encontro com as ideias propostas por O’Gorman. Em outras palavras, esta tese se propôs a questionar como a

³ O’GORMAN, Edmundo. *A invenção da América*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 20

tomada de Ceuta foi fabricada de modo diferente pelos homens que conheceram os desfechos da expansão portuguesa pela África e pela Ásia, entre o século XV e início do século XVI, e por aqueles que viveram antes de tais desdobramentos.

O pressuposto foi, pois, de que a importância da cidade de Ceuta no século XV, embora fosse já notável, esteve relacionada, num primeiro momento, com a guerra aos mouros – apresentada como dever dos cristãos e, por essa razão, propiciadora de honra, crescimento e fama – e com a manutenção de uma praça que serviria de apoio para a conquista de outros lugares em Marrocos. Como a manutenção de Ceuta era bastante dispendiosa para o pequeno reino de Portugal, a garantia de seu domínio precisou se fortalecer, num segundo momento, a partir de outros argumentos: a manutenção de uma praça tirada aos mouros e, portanto, importante perante a Cristandade; a conservação do território considerado chave do comércio entre o levante e o poente; o exemplo a ser seguido; e o início da grandiosidade portuguesa em conquistas de além-mar. Contudo, esse processo demorou, pelo menos, meio século para ganhar corpo, e teve suas bases solidificadas quando o percurso dos descobrimentos resultou na descoberta do caminho marítimo para a Índia, já no reinado de D. Manuel I.

Para entender esse processo, o primeiro capítulo foi dedicado a mapear os sentidos e as percepções dos portugueses acerca da África, buscando perceber se era possível falar de um projeto expansionista português que antecedia a tomada da cidade moura em questão neste trabalho. A África que se vislumbra na documentação diversa do século XV era mais imaginada do que conhecida pelos portugueses ainda nas proximidades da conquista de Ceuta e, portanto, seria temerário falar de um projeto expansionista, pois, na maioria das viagens feitas para o sul do Cabo do Bojador, os homens não sabiam que povos contactariam, que elementos fantásticos poderiam encontrar e que vantagens tirariam dos lugares visitados, ou seja, as viagens atlânticas pela costa africana eram de reconhecimento, estavam conduzidas pelo sabor dos acontecimentos e eram limitadas pela apreensão do desconhecido. Já no que diz respeito às praças marroquinas, de certo modo, o que se poderia encontrar era um pouco mais familiar, pois os portugueses vinham convivendo há tempos com os mouros em seu território. A proximidade territorial, além disso, tinha possibilitado a prática de enviar espiões antes dos ataques, ou seja, tinha-se buscado conhecer de antemão onde e quem seriam atacados, através de planejamentos realizados inclusive pelos principais membros do reino, que comumente empreendiam pessoalmente as conquistas. Percebeu-se, dessa forma, que a política guerreira no norte da África era conduzida com conhecimento prévio, o que se diferenciava substancialmente das viagens ao sul do Cabo do Bojador, pois, embora em

Portugal se veiculasse uma série de informações acerca da África saariana e negra, essa estava embasada em tradições bastante antigas, como os latinos e a bíblia e nem sempre correspondia ao que os viajantes iam encontrando pelo caminho. Desse modo, não se pode falar, no século XV, de uma continuidade entre as guerras no Marrocos e as expedições marítimas pela costa africana e muito menos em um projeto expansionista.

No segundo capítulo, o foco foi sobre como a nobreza portuguesa participou e percebeu a política expansionista, tanto cavalheiresca quanto exploratória, e como fez dos valores da honra, da fama e do proveito as bases dessa política. Se, devido ao pouco conhecimento da África, não se podia falar de um projeto expansionista no século XV, como a historiografia dos séculos XIX e XX propuseram, o certo é que a nobreza portuguesa divergia tanto no que diz respeito à continuidade da guerra em territórios marroquinos após a tomada de Ceuta, quanto no que dizia respeito aos possíveis benefícios de expedições ao sul do Cabo do Bojador. Com o episódio infeliz de Tânger, em 1437, a nobreza ficou ainda mais resistente quanto às incursões portuguesas ao mundo árabe, sendo necessário, por parte dos cronistas a serviço de D. Afonso V, um jogo argumentativo para apresentar uma imagem exemplar da tomada de Ceuta como um evento cavaleiresco e para destacar a santidade do infante D. Fernando, morto em decorrência do ataque a Tânger. Do mesmo modo, as expedições exploratórias, tuteladas pelo infante D. Henrique ao sul do Cabo do Bojador, tanto de portugueses como de estrangeiros, eram abordadas pelos escritos de meados do século XV, muitas vezes pelo seu caráter guerreiro, porém, com o decorrer das expedições, os valores de paz – através da evangelização e do comércio – foram se impondo aos de guerra. Ou seja, mesmo que alguns valores como a honra, o proveito e a fama tenham sido compartilhados, tanto nos empreendimentos guerreiros contra mouros como nas expedições às terras da Guiné, as diferenças entre tais ações também são bastante notórias. No caso dos ataques ao norte da África, as marcas são a presença do monarca na elaboração e execução do empreendimento, o armamento de cavaleiros depois dos ataques bem sucedidos e o combate ao infiel. Já no que diz respeito às viagens atlânticas, o que se destaca é o tutelamento de particulares – como o infante D. Henrique –, a priorização dos contatos de paz, a conversão pacífica dos gentios e os tratos comerciais.

O terceiro e último capítulo, por fim, dedicou-se mais especificamente a examinar os rumos tomados por uma cidade moura nos escritos portugueses do século XV e início do século XVI. Três momentos foram elencados como primordiais: o que se produziu antes da principal narrativa acerca do evento, a *Crónica da Tomada de Ceuta* de Gomes Eanes de Zurara, o que foi dito pelos contemporâneos deste cronista e, por fim, como a tomada de

Ceuta foi pensada nos anos posteriores à crônica, quando a expansão portuguesa já havia atingido a Índia. Num primeiro momento, os escritos dispersos acerca do ataque português oscilaram entre, de um lado, a glorificação da conquista como um ato cavaleiresco que destacou o reino português perante a Cristandade, de outro, a crítica à manutenção de Ceuta dados os altos custos para o reino de homens, armas e dinheiro. Diante dessa oscilação entre apresentar Ceuta como conquista gloriosa ou ressaltar os percalços para mantê-la, pode-se afirmar que até meados do século XV não havia uma ideia absolutamente positiva do ataque a Ceuta, e nem mesmo os homens do reino português estavam certos da validade e dos benefícios da posse do território marroquino. Zurara, portanto, surge como a principal peça na fabricação de uma imagem positiva do ataque a Ceuta. Redefinição empreendida a partir do recurso aos valores da cavalaria e ao apelo aos escritos anteriores que lhe forneciam parâmetros de heroísmo, e que faz do evento um episódio notável da história do reinado de D. João I e dos infantes, em que estes são armados cavaleiros após um desafio cujo alvo não era novo, os mouros, mas que, por ocorrer em terreno alheio, se anunciava como um avanço sem precedentes.

Entre esquecimentos e retomadas, as Ceutas que vão ganhando forma culminam com a associação do evento ao sonho de império de além-mar que começa a ser recorrente no início do século XVI, quando já reinava D. Manuel I. Além de os portugueses, nessa época, terem possessões nos quatro continentes e buscarem construir uma ideia de império manuelino, é esse também o momento de florescimento da imprensa de tipos móveis em Portugal, o que foi de suma importância para a divulgação da imagem de D. Manuel e de seu reino dentro e fora do território lusitano. É aí, então, que possessões dispersas começam a fazer sentido como irmãs, como oriundas de uma mesma gestação ou como amarradas por um mesmo projeto, retrospectivo, mas articulado sobre uma cadeia muito bem ordenada e com peças que se tornaram perenes, dado seu poder de convencimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I- Fontes Cronísticas e documentos

1- Documentos impressos

ACENHEIRO, Cristovão Rodrigues. *Chronicas dos senhores reis de Portugal*. In: *Collecção de Ineditos de Historia Portugueza*, Tomo V, Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1825.

AFONSO X, o Sábio. *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann. Coimbra, 1959.

ÁLVARES, Francisco. *Verdadeira Informação sobre a Terra do Preste João das Índias*. In: ALBUQUERQUE, Luís de (dir.). 2 vs. Lisboa: Edições Alfa, 1989.

ÁLVARES, Frei João. *Trautado da vida e feitos do muito vertuoso Sr. Infante D. Fernando*. In: CALADO, Adelino de Almeida (ed.). Coimbra: por ordem da Universidade, 1960.

AQUINO, Santo Tomás de. *Suma de Teologia*, II, parte I-II. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1989.

As gavetas da Torre do Tombo. Tomo 3 (gavs. XIII-XIV). Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963.

BARROS, João de. *Ásia: dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. Primeira Década. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1988.

CADAMOSTO, Luís de. *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*. Notas e tradução de Damião Peres. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1988.

CARRIAZO, Juan de Mata. *La conquista de Ceuta em la "Crónica de Juan II de Castilla"* de Alvar Garcia de Santa Maria, Separata dos "Anais", série II, vol. 27, Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1982. pp. 281-295.

Carta do Preste João das Índias: versões medievais e latinas. Prefácio e notas de Manuel João Ramos. Tradução de Leonor Buescu. Lisboa: Assírio e Alvim, 1998.

Carta do genovês António Usodimare a seus credores. In: *Monumenta Henricina*. v. 12. Coimbra: Instituto de História de Além-Mar, 1971.

Carta do Infante D. Pedro, escrita de Bruges, a seu irmão o infante D. Duarte. In: *Monumenta Henricina*. v. 3. Coimbra: Instituto de História de Além-Mar, 1961.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de. *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*. Introdução e notas de Pedro de Azevedo. 4 vs. Porto: Lello & Irmão, 1979.

Chancelarias portuguesas de D. João I. v. 3. tomo 3. Lisboa: Centro de Estudos Históricos e Universidade Nova de Lisboa, 2006.

CORREIA, Gaspar. *Crónicas de D. Manuel e de D. João III até 1533*. Leitura, introdução, notas e índice de José Pereira da Costa. Lisboa: Academia das Ciências, 1992.

_____. *Lendas da Índia*. 4 vs. Porto: Lello & Irmão, 1979.

CORVISIER, André. *História Moderna*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976.

Crónica de Portugal de 1419. CALADO, Adelino de Almeida (ed.). Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998.

Crónica Geral de Espanha de 1344. CINTRA, Luís Felipe Lindley (ed.). v. 2. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1964.

DOM DUARTE. *Leal Conselheiro*. Maria Helena Lopes de Castro (ed.). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s.d.

D. Nuno Álvares Pereira. Crónica do Condestável de Portugal. Prefácio de Manuela Mendonça. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2001.

FERNANDES, Valentim. *O manuscrito de "Valentim Fernandes"*. Lisboa: Academia portuguesa da história, 1940.

GALVÃO, Duarte. *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*. Apresentação de José Mattoso. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1995.

GOIS, Damião. *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*. 4 vs. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1949-1955.

_____. *Chronica do Sereníssimo Príncipe D. João*. RODRIGUES, Graça Almeida (ed.). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977.

HESÍODO. *Teogonia: a origem dos deuses*. Estudo e tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 1995

Intineratium Symonis Semionis Ab Hybernia ad Terram Sanctam. ESPOSITO, Mario (ed.). Dublin: The Dublin Institute for Advanced Studies, 1960.

LA SALE, Antoine de. *Consolações dirigidas a Catharina de Neufville, senhora de Fresne*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1993.

Livro de Arautos. Aires Augusto Nascimento (ed.) Lisboa: Academia portuguesa de História, 1977.

Livro dos Conselhos de D. Duarte (Livro da Cartuxa). Transcrição de João José Alves Dias. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

LOPES, Fernão. *Cronica del rei Dom João I de boa memoria*. FREIRE, Braamcamp (ed.). Parte Primeira. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1973.

_____. *Cronica del rei Dom João I de boa memoria*. ENTWISLE, William (ed.). Parte Segunda. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1977.

LOPES, Fernão. *Chronica de El-Rei D. João I*. Vol I. Lisboa: bibliotheca de Clássicos Porugueses, 1897.

_____. *Chronica de El-Rei D. João I*. Vol II. Lisboa: Biblioteca dos Clássicos portugueses, 1897.

_____. *Crónica do senhor rei Dom Fernando*. Introdução de Salvador Dias Arnaut. Porto: Livraria Civilização, 1979.

_____. *Crónica do senhor rei Dom Pedro*. Introdução de Damião Peres. Porto: Livraria Civilização, 1986.

- MAURÍCIO, Domingues. Ainda a “Carta do Preste João” das Índias. In: *Broteria*. n.º 72. Lisboa, 1961.
- MOREIRA DE SÁ. As Actas das Cortes de 1438. Sep. de: *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, t. 22. 2a s., no 2, 1956.
- O LIVRO DE MARCO PAULO; O LIVRO DE NICOLAO VENETO; CARTA DE JERÓNIMO DE SANTO ESTEVAM. Conforme a impressão feita por Valentim Fernandes em 1502. Por Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Oficinas gráficas Biblioteca Nacional, 1922.
- Ordenações Afonsinas*. 5 vols. Reprodução “fac-simile” da edição da Real Imprensa da Universidade de Coimbra, 1792.
- Ordenações Manuelinas*. Livro Primeiro. Lisboa: Centro de Estudos Históricos e Universidade Nova de Lisboa, 2002.
- PAIS, ÁLVARO. *Espelho de Reis*. Livro I. Trad. Miguel Pinto de Meneses. Lisboa: Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia, vol I, 1955.
- PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmerado de situ orbis*. Introdução de Damião Peres. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1988.
- PINA, Rui de. *Crônicas*. ALMEIDA, Lopes de (ed.). Introdução de Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977.
- PISANO, Mateus de. *Livro da Guerra de Ceuta*. PINTO, Roberto Correia (ed.). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915.
- _____. *De Bello Septensi*. SERRA, Correa da (ed.). Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências, 1790.
- RESENDE, Garcia de. *Crónica de D. João II e Miscelânea*. SERRÃO, Joaquim Veríssimo (ed.). Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1973.
- ROSSEL, D. Cayetano (org.). *Crônicas de Los Reyes de Castilla: desde Don Afonso el Sabio hasta los Católicos Don Fernando y Doña Isabel*. tomo 2. Madrid: Libreria de los Sucesores de Hernando, 1923.
- SAN ISIDORO DE SEVILHA. *Etimologías*. Organização, tradução e notas de José Oroz Reta. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004.
- SANTO AGOSTINHO. *A cidade de Deus contra os pagãos*. Parte II. Bragança Paulista: Editoria Universitária São Francisco, 2006.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A conquista de Ceuta no Diário do Veneziano António Morosini*. Lisboa: Congresso Internacional de História dos Descobrimentos, 1961.
- SINTRA, Diogo Gomes de. *Descobrimento Primeiro da Guiné*. Edição crítica de Aires do Nascimento. Lisboa: Edições Colibri, 2002.
- VARAZZE, Jacopo. *Legenda Áurea: vida de santos*. Tradução do latim, apresentação, notas e seleção iconográfica de Hilário Franco Junior. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- Viagens de Jean de Mandeville*. Tradução e organização de Susani Silveira Lemos França. Bauru: EDUSC, 2007.

VICENTE, Gil. Auto de Exortação da Guerra. In: _____. *Copilaçam de Todalas Obras de Gil Vicente*. Introdução e normalização de Maria Leonor Carvalhão Buescu. v. 2. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984.

_____. Auto da Fama. In: *Obras de Gil Vicente*, Tomo III. Lisboa: Bibliotheca Portuguesa, 1852.

ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta por El-Rei D. João I*. PEREIRA, Francisco Maria Esteves (ed.). Coimbra: Academia das Sciencias de Lisboa, 1915.

_____. *Crónica da tomada de Ceuta*. Introdução e notas de Reis Brasil. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 1992.

_____. *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*. KING, Larry (ed.). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978.

_____. *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Edição e estudo: Maria Teresa Brocardo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

_____. *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 1989.

_____. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*. Segundo o manunscrito de Paris. 1ª ed. de Visconde da Carreira. Paris: J. P. Aillaud, 1841.

2- Documentos online

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Senado Federal. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2074. Acesso em: 10.dez.2012.

CAMÕES, Luis Vaz de. *Os Lusíadas*. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=16841. Acesso em: 15.fev.2011.

II- Obras de referência, catálogos e inventários

AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

ALBUQUERQUE, Luis de; DOMINGUES, Francisco Contente (dirs.). *Dicionário de História dos Descobrimientos Portugueses*. v. 2. Lisboa: Círculo de Leitores e Caminho, 1994.

BARRETO, Luís Felipe. Humanismo em Portugal. In: *Logos Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. v. 2. Lisboa e São Paulo: Editorial Verbo, 1990.

LANCIANI, Giulia (coord.); TAVANI, Giuseppe (org.). *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1993.

LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático de História Medieval*, vs. 1 e 2, Bauru: EDUSP, 2002.

Os descobrimentos portugueses e a Europa do Renascimento. In: *Catálogos da XVII Exposição Europeia de Arte Ciência e Cultura*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros e Comissariado

para a XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura, 1983

SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. 6 vs. Porto: Livraria Figueirinhas, 1992-2000.

III- Histórias Gerais

ALBUQUERQUE, Luís de. *Portugal no mundo* (6 vols). Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

BARROS, Henrique da Gama. *História da administração pública em Portugal do séc. XII ao XV*. (10 vols). Lisboa: Sá da Costa, 1945-1954.

BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kurti (dir). *História da expansão portuguesa* (5 vols). Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.

CAETANO, Marcelo. *História do Direito Português (1140-1495)*. Lisboa: Verbo, 1985.

CORTESÃO, Armando. *History of Portuguese Cartography*. v. 2. Coimbra: Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, 1997.

MATTOSO, José. *História de Portugal II: a monarquia feudal (1096-1480)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

_____. *História de Portugal III: no alvorecer da modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

MAURÍCIO, Domingos; SERRÃO, Joel (coords.). *Nova história da expansão portuguesa*. Lisboa: Estampa, 1998.

RAMOS, Rui (coord.). *História de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009.

RUCQUOI, Adeline. *História da Península Ibérica*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

SERRÃO Joel; MARQUES, A. H. Oliveira (dir). *Nova História da Expansão Portuguesa* (11 vols.). Lisboa: Editorial Estampa, 1998-2006.

IV- Estudos

ALBUQUERQUE, Luís de. *As Navegações e a sua Projeção na Ciência e na Cultura*. Lisboa: Gradiva, 1987.

_____. *Crônicas de história de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

_____. *Dúvidas e certezas na história dos descobrimentos portugueses*. Lisboa: Vega, 1991.

_____. (org.). *O Confronto do Olhar*. Lisboa: Caminho, 1991.

_____. *Os Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Publicações Alfa, 1985.

_____. Uma Releitura de Azurara. In: *Studia*. nº 47. Lisboa: IICT e CEHCA, 1989.

ALMEIDA, Artur Roque de. *Para ler a história da Igreja em Portugal*. Porto: Perpétuo Socorro, 1996.

ALMEIDA, Onésimo Teotónio de. Portugal and the dawn of modern science. In: *Portugal the Pathfinder: journeys from the Medieval towards the Modern World (1300-1600)*. WINIUS, George (ed.). [s.l.]: Madison, 1995.

AMADO, Janaina; FIGUEIREDO, Luiz Carlos. *A formação do império português (1415-1580)*. São Paulo: Atual, 1999.

AMADO, Teresa (org.). *A guerra até 1450*. Lisboa: Quimera, 1994.

_____. *Fernão Lopes: Contador de História sobre a Crónica de D. João I*. Lisboa: Estampa, 1997.

_____. O pensamento do cronista Fernão Lopes. *eHumanista*, vol. 8, 2007.

ANDRADE, António Alberto Banha de. *Mundos Novos do Mundo: panorama da difusão pela Europa das notícias dos Descobrimentos geográficos Portugueses*. 2 vs. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1972.

ARAÚJO, Julieta. *Portugal e Castela na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, 2009.

AUBIN, Jean. *La Decouverte, le Portugal et l'Europe: actes du colloque*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1990.

AVELAR, Ana Paula. *Fernão Lopes de Castanheda: historiador dos portugueses na Índia ou cronista do governo de Nuno da Cunha*. Lisboa: Cosmos, 1997.

_____. *Figurações da alteridade na cronística da Expansão*. Lisboa: Universidade Aberta de Lisboa, 2003.

BARCELO, José Luís Gómez. Tarifa en las crónicas lusas referidas a la costa africana del Estrecho. *Al Qantir*, nº 11, 2011.

BARRETO, Luís Felipe. *Descobrimentos e Renascimento: formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1983.

_____. Gomes Eanes de Zurara e o problema da “Crónica da Guiné”. In: *Studia*. nº 47. Lisboa, 1989.

_____. *Os descobrimentos e a ordem do saber*. Lisboa: Gradiva, 1989.

BERNAND, Carmen; GRUZINSKI, Serge. História do Novo Mundo. *Da descoberta à conquista: uma experiência europeia (1492-1550)*. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

BENSAUDE, Joaquim. *A cruzada do Infante D. Henrique*. Lisboa: [s.n.], 1942.

BRAGA, Isabel Mendes Drumond; BRAGA, Paulo Drumond. *Ceuta Portuguesa (1415-1656)*. Ceuta: Instituto de Estudos Ceuties, 1998.

BRAGA, Paulo Drumond. “A casa senhorial do Infante D. Fernando, filho de D. João I”. In: *História*. nº 112. ano 10. Lisboa, 1988.

BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (orgs.). *Memória da Nação*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1991.

_____. Um grande senhor da primeira metade do século XV: D. Fernando, filho de D. João I. In:

História. nº 108. ano 10. Lisboa, 1988.

BERNAND, Carmen; GRUZINSKI, Serge. *História do Novo Mundo. Da descoberta à conquista: uma experiência europeia (1492-1550)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

BLACKMORE, Josiah. *Moorings: Portuguese expansion and the writing of Africa*. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 2009.

BOXER, Charles. *O império marítimo português (1415-1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond; BRAGA, Paulo Drumond. *Ceuta portuguesa (1415-1656)*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 1998.

BUESCU, Ana Isabel. *Catarina de Áustria (1507-1578): Infanta de Tordesilhas, Rainha de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2007.

_____. *D. João III*. Lisboa: Temas e Debates, 2008.

_____. *Na corte dos reis de Portugal: Saberes, ritos e memórias*. Lisboa: Edições Colibri, 2010.

_____. *D. João III*. Lisboa: Temas e Debates, 2008.

_____. *Imagens do Príncipe: Discurso Normativo e Representação (1525-1549)*. Lisboa: Cosmos, 1996.

_____. *Memória e Poder: Ensaio de História Cultural (séculos XV-XVIII)*. Lisboa: Cosmos, 2000.

_____. *O Milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano: uma polémica oitocentista*. Lisboa: INIC, 1987.

CALADO, Adelino de Almeida. O Infante D. Fernando e a restituição de Ceuta. In: *Revista Portuguesa de História*. tomo 10. 1962.

CARVALHO, Joaquim Barradas de. *A la recherche de la specificite de la renaissance portugaise*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1983.

_____. Sobre a erudição de Gomes Eanes de Zurara. *Biblos*, no 25. Coimbra: Coimbra Editora, 1948.

_____. *Estudos sobre a cultura portuguesa do século XV*. Lisboa: por ordem da Universidade, 1949.

_____. *Portugal e as origens do pensamento moderno*. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

_____. *O Renascimento Português*. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1980.

CASASOLA, Dário Bernal; RIVERA, José Manuel Pérez. *Un viaje diacrónico por la historia de Ceuta*. Ceuta: Consejería de Educación y Cultura Ciudad Autónoma de Ceuta e Instituto de Estudios Ceutíes, 1999.

CHARTIER, Roger. *A beira da falésia: a história entre certezas e inquietações*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

_____. *A história Cultural: entre prática e representações*. Lisboa: Difel, 2002.

CHAUNU, Pierre. *Conquista e exploração dos novos mundos (século XVI)*. São Paulo: Pioneira, 1984.

- _____. *Expansão europeia do século XIII ao XV*. São Paulo: Pioneira, 1978.
- CHAREYRON, Nicole. *Globe-Trotters au Moyen Âge*. Paris: Imago, 2004.
- COELHO, António Borges. *Raízes da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1985.
- COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. João I*. Lisboa: Temas e Debates, 2008.
- _____. *Homens, Espaços e Poderes (séculos XI-XVI)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.
- COHÉN, Rica Amrán. Precedentes a la conquista portuguesa de Ceuta en 1415. In: *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a Sua Época*. v. 3. Porto: Tipografia Barbosa e Xavier, 1989.
- CORTESÃO, Armando. *Cartografia Portuguesa Antiga*. Lisboa: Comemoração do Quinto Centenário da Morte de D. Henrique, 1960.
- CORTESÃO, Jaime. *A expansão dos portugueses no período henriquino*. Lisboa: Portugália, 1965.
- CORTESÃO, Jaime, *A Política de Sigilo nos Descobrimentos*. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1996.
- _____. *O humanismo universalista dos portugueses: a síntese histórica e literária*. Lisboa: Portugália, 1965.
- _____. *O império português no Oriente*. Lisboa: Portugália, 1968.
- _____. *Os Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Edições Arcádia, 1962.
- COSTA, João Paulo Oliveira e; RODRIGUES, Vitor Luís Gaspar (orgs.). *A alta nobreza e a fundação do Estado da Índia*. Lisboa: Universidade Aberta de Lisboa, 2004.
- _____. (org.). *A Nobreza e a Expansão*. Cascais: AEFML, 2000.
- _____. *D. Manuel I*. Lisboa: Temas e Debates, 2010.
- _____. *Henrique, o Infante*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009.
- COSTA, Ricardo da. *A guerra na Idade Média: um estudo da mentalidade de cruzada na Península Ibérica*. Rio de Janeiro: Paradoxos, 1998.
- COSTA, Ricardo da; SANTOS, Armando Alexandre dos. O pensamento de Santo Tomás de Aquino (1225-1274) sobre a vida militar, a guerra justa e as ordens militares de cavalaria. *Mirabilia*, no 10, Jan-Jun 2010.
- COWELL, Andrew. *The Medieval Warrior Aristocracy: Gifts, violence, Performance and the sacred*. Cambridge: Boydell & Brewer, 2007.
- CRISTOVÃO, Fernando (coord.). *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens*. Lisboa: Cosmos, 1999.
- CRUZ, Maria Augusta Lima. Os Portugueses em Marrocos nos Séculos XV e XVI. In: OLIVERIA, Aurélio. *História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta de Lisboa, 1999.

CRUZ, Maria Leonor García da. As Controvérsias ao Tempo de D. João III sobre a Política Portuguesa no Norte de África. In: *Mare Liberum*. Lisboa, 1997.

CURTO, Diogo Ramada. *Cultura Imperial e Projetos Coloniais (séculos XV e XVIII)*. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

_____. Ritos e cerimônias da monarquia em Portugal. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (orgs.). *Memória da Nação*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1991.

DANTO, Arthur. *Historia y narración*. Barcelona, Buenos Aires e México: Ediciones Paidós, 1989.

DELUMEAU, Jean. *A Civilização do Renascimento*. 2 vs. Lisboa: Imprensa Nacional e Editorial Estampa, 1984.

_____. *Uma história do Paraíso: o Jardim das Delícias*. Tradução de Teresa Perez. Lisboa: Terramar, 1992.

DIAS, José Sebastião da Silva. *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

DIAS, Isabel. *A arte de ser bom cavaleiro*. Lisboa: Estampa, 2007.

DIAS, Manuel Nunes. A penetração no continente e a tentativa da cristianização do Monomotapa. In: ALBUQUERQUE, Luís de. *Portugal no Mundo*, vol. II. Lisboa: Publicações Alfa, 1989

DIFFIE, Bailey W.; SHAFER, Boyd C.; WINIUS, Georges D. *Foundations of the Portuguese empire, 1415-1580: Europe and the word in the Age of expansion*. v. 1. Minnesota: University of Minnesota Press, 1977.

DINIS, Antônio Joaquim Dias. Antecedentes de Tânger. In: *Anais da Academia Portuguesa de História*, v. 13. Lisboa, 1963.

DISNEY, Anthony. *A History of Portugal and the Portuguese Empire: From Beginnings to 1807. Vol II: The Portuguese Empire*. Cambridge: University Press, 2009.

DOMINGUES, Francisco Contente; BARRETO, Luis Filipe (orgs.). *A abertura do mundo: estudos de história dos descobrimentos europeus*. Lisboa: Presença, 1986.

DORIA, Álvaro. *Repercussões europeias dos descobrimentos portugueses*. v. 30. nº 70. Braga: Bracara Augusta, 1976.

DUARTE, Luís Miguel. *D. Duarte*. Lisboa: Temas e Debates, 2007.

DUBY, Georges. *A sociedade cavaleiresca*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Estampa, 1992.

_____, Georges. *O Domingo de Bouvines, 27 de julho de 1214*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FARINHA, António Dias. *Os Portugueses em Marrocos*. 2ª ed. Lisboa: Instituto Camões, 2002.

FERNANDES, Adriano. *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses de Gomes Eanes de Zurara Estudo histórico-cultural e edição semidiplomática*. Tese do doutorado. Universidade de Trás-os-montes e alto Douro, 2007. p. 152. [texto fotocopiado].

FERNÁNDEZ, Luis Suárez. Un camino hacia África pasano por Basilea. *Anuario de Estudios Atlánticos*. Madrid-Las Palmas, núm. 54-I, 2008.

FERRAZ, Maria de Lourdes. A Ilha da Madeira na época quatrocentista. In: *Studia*. nº 9. Lisboa, 1962.

FERRO, Gaetano. *As navegações portuguesas no Atlântico e no Índico*. Lisboa: Teorema, 1984.

FIGUEIREDO, Fernando. Da imagem do Inimigo à Construção do Herói: o reinado de Afonso Henriques na Crónica de Cinco Reis de Portugal. In: AMADO, Teresa (org.). *A guerra até 1450*. Lisboa: Quimera, 1994.

FINLEY, Möses. “La constitution des ancêtres”. In: *Mythe, Mémoire, Histoire*. Paris: Flammarion, 1981.

FONSECA, Luís Adão da. *D. João II*. Lisboa: Temas e Debates, 2007.

_____. *Navegación y curso en el Mediterraneo Occidental*. Los Portugueses a Medios del Siglo XV. Pamplona. 1978.

FONTES, João Luís Inglês. *Percursos e Memórias: do Infante D. Fernando ao Infante Santo*. Cascais: Patrimonia, 2000.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche: a Genealogia e a História. In: MACHADO, Roberto (org.). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993.

_____. *O que é um autor?* Lisboa: Vega, 1992.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos. A representação do passado e a moral no século XV em Portugal. *Tempo*, vol 14, n. 28, Niterói, 2010. Disponível em : <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042010000100007>. Acesso em : 22.abr.2011.

GAMA, José. *A filosofia da cultura portuguesa no Leal Conselheiro de D. Duarte*. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

GEREMEK, Bronislaw. O marginal. In: LE GOFF, Jacques (dir.) *O homem medieval*. Lisboa: Presença, 1989.

GIL, Fernando; MACEDO, Helder. *Viagens do olhar: Retrospecção, Visão e Profecia no Renascimento Português*. Porto: Campo das Letras, 1998.

GOMES, Rita Costa. *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995.

GOMES, Saul António. *D. Afonso V: O Africano*. Lisboa: Círculo de Leitoras, 2006.

GRABOÏS, Aryeh. *Le pèlerin occidental en Terre Saint au Moyen Âge*. Paris et Bruxelles: De Boeck & Larcier, 1998.

GRAFTON, Anthony. *New Worlds Ancient Texts: the Power of Tradition and the Shock of Discovery*. Cambridge, Massachusetts and London: Harvard University Press, 1995.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar séculos XIII – XVIII*. Lisboa: Difel, 1990.

_____. *A economia dos descobrimentos henriquinos*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1962.

_____. *A expansão quatrocentista portuguesa: problemas das origens e da linha da evolução*. Lisboa:

Dom Quixote, 2007.

_____. *Documentos sobre a expansão portuguesa*. Lisboa: Galla, [s/d].

_____. *Mito e Mercadoria, utopia e prática de navegar. Séculos XIII-XVIII*. Lisboa: Difel, 1990.

_____. *Os descobrimentos e a economia mundial*. v. 1. Lisboa: Presença, 1981.

GOMES, Rita Costa. Letters and letter-writing in fifteenth century Portugal. In: SCHULTE, Regina; VON TIPPELSKIRCH, Xenia. *Reading, Interpreting and Historicizing: Lettes as Historical Sources*. Badia Fiesolana: European University Institute, 2004.

GOMES, Saul António. *D. Afonso V*. Lisboa: Temas e Debates, 2009.

GRUZINSKI, Serge. *A passagem do século 1480-1520: as origens da globalização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GUENÉE, Bernard. *Histoire et Culture dans l'Occident Médiéval*. Paris: Albiér Montaigne, 1980.

GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados*. São Paulo: Pioneira e Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

GUITTON, Jean. *Le temps et l'éternité chez Plotin et Saint Augustin*. Paris: Bibliothèque d'histoire de la philosophie, 2004.

Cf. HARRISON, Peter. Curiosity, Forbidden Knowledge, and the Reformation of Natural Philosophy in Early-Modern England. University of Sydney, 2001. Disponível em: http://epublications.bond.edu.au/hss_pubs/56. Acesso em: 29 mar. 2012.

HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto*. Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

HEERS, Jacques. *Les négriers en terres d'islam: la primeière traite des Noirs VII - XVI siècle*. Paris: Perrin, 2003.

HERRAZTI, Alberto Baeza (ed.). *Ceuta Hispano Portuguesa*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 1993.

HIRSCH, Elisabeth. The Discoveries and The Humanists. In: *Merchants & Scholars - Essays in the History of Exploration and Trade*. Minneapolis: The University of Minnesota Press, 1965.

HOOYKAAS, Reyer. *Os descobrimentos e o humanismo*. Lisboa: Gradiva, 1983.

HORTA, José da Silva. A imagem do Africano pelos portugueses antes dos contactos. In: ALBUQUERQUE, Luís de (org.). *O confronto do Olhar*. Lisboa: Caminho, 1991.

_____. A Representação do Africano na Literatura de Viagens, do Senegal à Serra Leoa (1453-1508). In: *Mare Liberum*. n° 2. Lisboa, 1991.

_____. O Africano: produção textual e representações (séculos XV-XVII). In: CRISTOVÃO, Fernando (coord.). *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens*. Lisboa: Cosmos, 1999.

HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média*. Lisboa/Riode Janeiro: Ulisséia, [s. d.],

INSOLL, Timothy. Timbuktu and Europe: Trade, Cities and Islam in 'medieval' west Africa. In:

LINEHAN, Peter; NELSON, Janet L. (orgs.). *The Medieval Word*. London and New York: Routledge, 2001.

IRIA, Alberto. *Novas cartas régias afonsinas acerca dos descobrimentos e privilégios do Infante D. Henrique*. n.º 25. Lisboa: Istudia, 1968.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*: Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LAPA, Rodrigues. *Lições de Literatura Portuguesa: época medieval*. Coimbra: Coimbra Editora, 1952.

_____. *Historiadores quinhentistas*. Lisboa: Santelmo, 1960.

LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1983.

_____. *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

LEITE, Duarte. *História dos Descobrimientos: Colectânea de Esparsos*. Organização, notas e estudo final de Vitorino Magalhães Godinho. 2 vs. Lisboa: Edições Cosmos, 1958-1960.

LEMOS, Susani Silveira. Andanças de viajeros medievais pelo Outro Mundo. *Notadum*. ano XII, n.º 21, São Paulo – Porto Alegre, 2009.

LOUREIRO, Rui. A visão do mouro na crônicas de Zurara. In: *Mare Liberum*. n.º 3. Lisboa, 1991.

LOPES, Alberto. *Ceuta, origem histórica da expansão portuguesa*. Lisboa: Agência geral do ultramar, 1962.

LOPES, Paulo. *Viajar na Idade Média: a visão Ibérica do Mundo no “Livro do Conhecimento”*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2005.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *A sociedade Medieval Portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1987.

_____; DIAS, João Alves. *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Português*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2003.

MARQUES, Alfredo Pinheiro. *A maldição da memória do Infante Dom Pedro e as origens dos descobrimentos portugueses*. Figueira da Foz: Centro de Estudos do mar. 1995.

_____. *Origem e desenvolvimento da cartografia portuguesa na época dos descobrimentos*. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1987.

MARQUES, J. Martins da Silva. *Sintra e Sintrenses no Ultramar português*. Lisboa: 1959.

MARTINS, Oliveira. *Os filhos de D. João I*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1891.

MATA CARRIAZO, Juan de. *La Conquista de Ceuta em la “Crónica de Juan II de Castilla” de Alvar Garcia de Santa Maria*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1982.

MATTOSO, José. *A nobreza medieval portuguesa: a família e o poder*. Lisboa: Estampa, 1987.

MOLLAT, Michel. *A Europa e o mar*. Lisboa: Presença, 1993.

- _____. *L'image du noir dans l'art occidental*. v. 2. tomo 2. Paris: Bibliothèque des Arts, 1979.
- _____. *Los exploradores del siglo XIII al XVI*. Primeras miradas sobre nuevos mundos. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- MONGELLI, Lênia (coord.). *A Literatura na Corte de Avis*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MONTEIRO, João Gouveia (coord.). *Aljubarrota Revisitada*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2001.
- MURPHY, James. *La retórica en la Edad Media*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- NEWITT, Malyn. *A History of Portuguese Overseas Expansion (1400-1668)*. Oxon: Routledge, 2004.
- O'GORMAN, Edmundo. *A invenção da América*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- OLIVEIRA, Aurélio de. "Antecedentes: a Expansão Comercial". In: *História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta de Lisboa, 1999.
- PERES, Damião. *História dos descobrimentos portugueses*. Porto: Vertente, 1992.
- RADULET, Carmen. *Os descobrimentos portugueses e a Itália*. 1ª ed. Lisboa: Vega, 1991.
- RAMALHO, Américo Costa. *Latim Renascentista em Portugal (Antologia)*. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra/Instituto Nacional de Investigação Científica, 1985.
- _____. *Para a História do Humanismo em Portugal III*. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1998.
- RAMOS, Manuel João. A águia e a serpente: o reino do Preste João na literatura europeia de viagens entre os séculos XII e XVII. In: SILVA, José Carlos Gomes da (coord.). *Inversão social e assimetria*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1992.
- _____. *Ensaio de Mitologia cristã: o Preste João e a reversibilidade simbólica*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1997.
- _____. *Ensaio sobre a Reversibilidade Simbólica: análise transformacional de mitologia cristã*. Tese de Doutoramento apresentada no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa, 1995. [texto fotocopiado]
- _____. O destino etíope do Preste João: a Etiópia nas representações cosmográficas europeias. In: CRISTOVÃO, Fernando (coord.). *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens*. Lisboa: Cosmos, 1999.
- RANGLES, W. G. L. *De la terre plate au globe terrestre : une mutation épistémologique rapide (1480-1520)*. Paris: Librairie Armand Colin, 1980.
- _____. *L'image du Sud-est Africain dans las literature européenne au XVIe siècle*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 1959.
- REBELO, Antonio Manuel. O verdadeiro caráter de D. Fernando, o Infante Santo. *Humanistas*, no 58, 2006.

- REBELO, Luís de Souza. *A concepção do poder em Fernão Lopes*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.
- _____. As crônicas portuguesas do século XVI. In: GIL, Fernando; MACEDO, Helder. *Viagens do olhar: Retrospecção, Visão e Profecia no Renascimento Português*. Porto: Campo das Letras, 1998.
- RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. A origem mítica da monarquia portuguesa. In: _____. *A vida na Idade Média*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.
- RIBEIRO, Orlando. *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Sá da Costa, 1986.
- RODRIGUES, Jorge Nascimento; DEVEZAS, Tessaleno. *Portugal, o pioneiro da globalização*. Lisboa: Centro Atlântico, 2009.
- RODRIGUES, José Maria. *Fontes dos Lusíadas*. Coimbra: 1905.
- RUSSELL, Peter. *Henrique, O Navegador*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.
- _____. El descubrimiento de Canarias y el debate medieval acerca de los derechos de los príncipes y pueblos paganos. *Revista de História Canaria*, XXXVI. 1978
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. *The Portuguese Empire, 1415–1808. A World on the Move*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1992.
- SALES, Mariana Osue Ide. *O Império do Quinto Afonso de Portugal (1448-1481)*. Tese de Doutorados defendida na UNICAMP. Campinas: 2009, p. 148 [texto fotocopiado].
- SAUNDERS, A. C. de C. M. *História social dos escravos e libertos negros em Portugal (1441- 1555)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994.
- SANCEAU, Elaine. *Em demanda do Preste João*. Porto: Livraria Civilização, 1956.
- SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger (1433-1438)*. Lisboa, 1960.
- SANTOS, Emília Madeira. *Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1988.
- SANTOS, João Marinho dos. A expansão pela espada e pela cruz. In: NOVAES, Adauto. *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *Estudos sobre os descobrimentos e a expansão portuguesa*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1998.
- SANTOS, Maria Isabel Soares Carvalho. *A Apropriação Literária do Mito do Preste João na Afirmação da Supremacia Britânica em África na Viragem do século XIX: King Solomon's mines, she and Prester John*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Estudos Anglo-Portugueses, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2000. [texto fotocopiado].
- SÉRGIO, António. *A Conquista de Ceuta*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1920.
- _____. *Breve Introdução da História de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa, 1977.
- _____. *Repercussões de uma Hipótese – Ceuta, as Navegações e a Gênese de Portugal*. Lisboa: Seara Nova, 1934.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. A conquista de Ceuta no Diário Veneziano de António Morosini. In: *Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*. v. 3. Lisboa, 1961.

_____. *A Historiografia Portuguesa*. Lisboa: Editorial Verbo, 1972.

_____. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Lusitanidade e Hispanidade: Realidades pioneiras na formação do Estado Moderno. In: *Mare Liberum*, nº 10, Lisboa: II Congresso Luso - Espanhol sobre descobrimentos e expansão colonial, 1995,

_____. *Portugal e o Mundo: nos séculos XII-XVI*. Lisboa e São Paulo: Editorial Verbo, 1994.

SOUZA, João Silva de. Singularidades do Coletivismo Henriquino. In: *II Simpósio de História Marítima: os descobrimentos portugueses no século XV*. Lisboa: Academia Marinha, 1999.

SUBRAHMANYANM, Sanjay. *O império Asiático português, 1500-1700*. Uma história política e econômica. Lisboa: Difel, 1993.

TEYSSIER, Paul. O século glorioso. In: CHANDEIGNE, Michel (org.). *Lisboa Ultramarina. 1415-1580: a invenção do mundo pelos navegadores portugueses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1992.

THOMAZ, Luis Filipe. A Evolução da Política Expansionista Portuguesa na Primeira Metade de Quatrocentos. In: *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.

_____; ALVES, Jorge Santos. Da cruzada ao Quinto Império. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (orgs.). *Memória da Nação*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1991.

_____. THOMAZ, Luis Filipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1998.

_____. Expansão portuguesa e expansão europeia: reflexões em torno da génese dos descobrimentos. In: *Studia*. nº 47. Lisboa, 1989.

_____. L'idée Imperiale Manueline. In : AUBIN, Jean. *La Decouverte, le Portugal et l'Europe : actes du colloque*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1990.

VENTURA, Margarida Garcez. *O messias de Lisboa*. Um Estudo de Mitologia Política (1383-1415). Lisboa: Cosmos, 1992.

VEYNE, PAUL. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

WESTERHOF, Danielle. Embodying Nobility: Aristocratic Men and the Ideal Body. In: _____. *Death and the Noble Body in Medieval England*. Woodbridge: Boydell & Brewer, 2008.

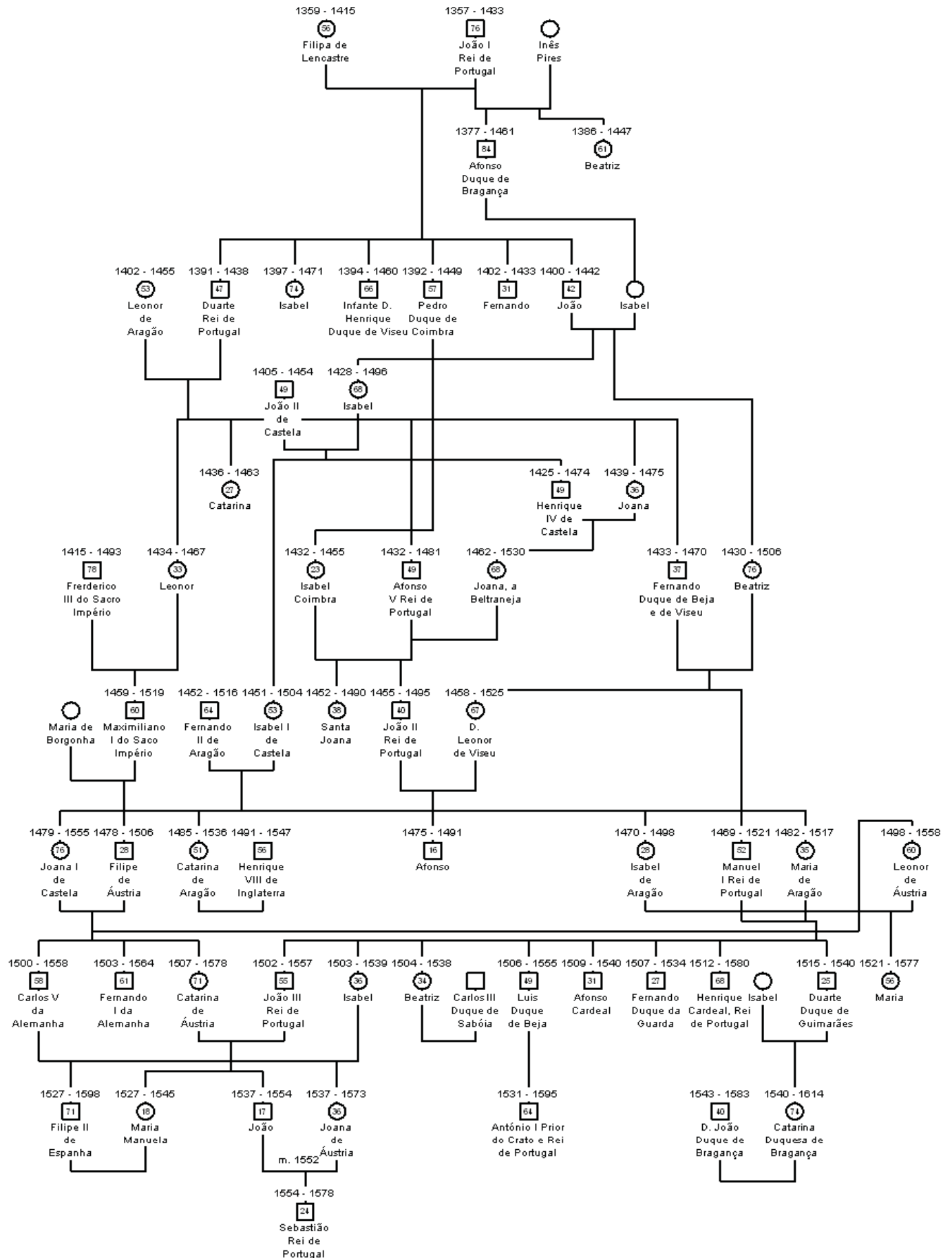
WHETHAM, David. *Just Wars and Moral Victories: surprise, deception and the normative framework of European war in the later Middle Ages*. Leiden/Boston: Brill 2009.

WHITE, Hayden. *El contenido de la forma: narrativa, discurso y representaciòn histórica*. Buenos Aires : Editorial Paidós, 1992.

YSERN, Paulina Rufo. La expansión por la costa africana: el enfrentamiento entre Portugal y Castilla (1475-1480). In: *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a Sua Época*. v. 3. Porto: Tipografia Barbosa e Xavier, 1989.

ANEXOS

Anexo 1: Genealogia da Dinastia de Avis.



Fonte: COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. João I*. Lisboa: Temas e Debates, 2008.

Anexo 2: Macróbio, século V. Cópia: Brescia, 1483.



Fonte: RANGLES, W.G.L. *Da Terra Plana ao Globo Terrestre: uma mutação epistemológica rápida* (1480-1520).

Anexo 3: Projeção da Geografia de Ptolomeu (90 d. C – 160 d. C.).



Mapa-mundi Ptolemaico divulgado em 1482 por Nicolaus Germanus, para a edição de Ulm.
Fonte: RANGLES, W.G.L. *Da Terra Plana ao Globo Terrestre: uma mutação epistemológica rápida* (1480-1520).

Anexo 4: Projeção de como seria o mapa de Isidoro de Sevilha.



Mapas em T-O. A partir do modelo de Isidoro de Sevilha. **Fonte:** RANDLES, W.G.L. *Da Terra Plana ao Globo Terrestre: uma mutação epistemológica rápida* (1480-1520).

Anexo 5: Portulano de Pere Rosell, Maiorca, 1466.



Fonte: RUSSEL, Peter. *Henrique, O Navegador*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000.